



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



MARIA HELENA OLIVEIRA DE LIMA CARNEIRO

Luiz Ignácio Maranhão Filho:
as sintonias entre as lutas de uma escola e as bandeiras do seu patrono

NATAL – RN

2023

MARIA HELENA OLIVEIRA DE LIMA CARNEIRO

Luiz Ignácio Maranhão Filho:
as sintonias entre as lutas de uma escola e as bandeiras do seu patrono

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Ensino de História,
vinculado à Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, sob orientação do
professor Dr. Raimundo Nonato Araújo
da Rocha

NATAL – RN

2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Carneiro, Maria Helena Oliveira de Lima.
Luiz Ignácio Maranhão Filho: as sintonias entre as lutas de
uma escola e as bandeiras do seu patrono / Maria Helena Oliveira
de Lima Carneiro. - 2023.
205f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa
de Pós-graduação em Ensino de História, Natal, RN, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

1. Luiz Ignácio Maranhão. 2. Trajetória. 3. Democracia. 4.
Autoritarismo. 5. Kit Didático. I. Rocha, Raimundo Nonato Araújo
da. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 37.062:321.7

Luiz Ignácio Maranhão Filho:
as sintonias entre as lutas de uma escola e as bandeiras do seu patrono

Aprovada, em / / 2023

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós- Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Orientador / UFRN)

Prof. Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (UERN/Externo)

Prof. Dr. Roberto Airon da Silva (UFRN/ Interno)

NATAL – RN

2023

Dedico este trabalho aos meus colegas de profissão, bravos heróis da educação e da resistência democrática, que escolheram um dia a mais nobre das missões, ensinar.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos que contribuíram para a conclusão desta etapa da minha vida. Entre os muitos que me ajudaram, eu agradeço:

A Deus por ser sempre a minha companhia, me fortalecendo espiritualmente, tornando-me um ser humano melhor a cada dia. Por ter me dado um anjo da guarda tão querido, paciente, amigo e brilhante ser humano, meu orientador Raimundo Nonato.

Ao meu filho Rhavi, à minha filha Hannah e ao meu esposo Flávio, pela paciência com meus trabalhos.

Aos meus familiares e amigos que sempre me incentivaram a continuar estudando, para vencer as dificuldades do dia a dia. Vocês não sabem como meu coração fica agradecido por essa força.

A professora Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva e ao amigo Paulo Vitor Airaghi, pelas observações que muito enriqueceram este trabalho.

A professora Naldemir Saraiva, guardiã das memórias do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense, que me apresentou os documentos do aluno Luiz Maranhão Filho.

A Alexandre Maranhão, primo de Luiz Maranhão Filho, que gentilmente permitiu o meu acesso a documentos familiares que foram uteis para este trabalho.

A Roberto Monte pela disponibilidade em me ajudar com a pesquisa, permitindo que eu analisasse as fontes do seu arquivo pessoal: Direitos Humanos na Internet (DHNET).

Aos funcionários do Arquivo da Assembleia Estadual do Rio Grande do Norte e aos funcionários do Arquivo da UFRN, pelas enormes contribuições prestadas ao enriquecimento da minha pesquisa.

Ao outro Luiz Inácio, grande personagem da nossa História, também perseguido durante os anos sombrios da ditadura, Luiz Inácio Lula da Silva. O melhor presidente da história do nosso país. Ser humano que nunca mediu esforços para investir nos jovens; na ciência; na educação, em especial nas universidades públicas; na saúde e na felicidade do povo brasileiro. Só você Lula, para nos devolver a nossa democracia!

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

(Artigo 5º. In: **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 dez. 2020.)

RESUMO

O trabalho analisa a razão da escolha de Luiz Ignácio Maranhão Filho (1921-1974) como patrono de uma escola municipal de Natal no ano de 1988. Parte da constatação de que poucos alunos e professores conhecem o personagem que nomeia a escola em que estudam. Detecta que existem raras investigações sobre histórias individuais dos patronos escolares. Discute a trajetória de vida desse personagem, enfocando as suas opções políticas e pessoais. Aborda as ações profissionais dele como professor e jornalista, bem como a sua inserção e militância no Partido Comunista Brasileiro dos anos 1940 até o seu desaparecimento “providenciado” pelo Estado militar em 1974. Apresenta as atividades de militância que desenvolveu e a ação perseguidora do Estado contra ele. Investiga as possíveis articulações entre o patrono e a escola que o homenageia. Constrói brevemente uma história do bairro da Cidade Nova, privilegiando as lutas das comunidade por escolas pública. Associa a construção da Escola Luiz Ignácio Maranhão Filho com as discussões políticas nacionais e locais na década de 1980. Analisa como esse indivíduo foi narrado em três diferentes obras, que o constrói como um “Santo Ateu” (Heloneida Studart), um apostador da relação amistosa entre Igreja e Comunistas (Maria Conceição Góes) e um conciliador sempre aberto ao diálogo (Afonso Laurentino e Francisco Souza). Defende – com base na ideia de currículo como artefato que é produzido culturalmente – que o ensino de História pode trabalhar com as trajetórias individuais para realizar investigações históricas. Apresenta anexado ao texto principal um Kit Didático sobre Luiz Maranhão Filho para ser trabalhado por professores e alunos do 9º ano do ensino Fundamental. Orienta como eixo articulador desse material a identificação do conceito e de práticas nacionais e internacionais relacionadas ao autoritarismo e à democracia. Demonstra esses dois conceitos na trajetória do patrono da escola e na história do bairro que abriga a instituição escolar. Utiliza como fontes teses e dissertação sobre o bairro, a escola, bem como sobre Luiz Maranhão Filho. Conclui que a escolha do personagem como patrono escolar esteve associado, por um lado, a necessidade do executivo municipal se apresentar como defensor da democracia e contra a ditadura que perseguiu várias lideranças democráticas, e, por outro, a construção de uma imagem positiva de Luiz Maranhão Filho por segmentos políticos dos mais distintos.

Palavras-chave: Luiz Ignácio Maranhão Filho; Trajetória; Democracia; Autoritarismo; Kit Didático.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the reason for the choice of Luiz Ignácio Maranhão Filho (1921-1974) as patron of a municipal school in the year of 1988. It has been observed that many students and teachers are unaware of the person after whom their school is named. It has also been detected that there are rare investigations that focus on individual stories of school patrons. This text discusses the life path of the character, with a focus on his political and personal choices. His professional actions as a teacher and journalist are addressed, as well as his involvement and activism in the Brazilian Communist Party from 1940 to his disappearance “provided” by the military state in 1974. The militancy activities he developed and the persecuting action of the state against him are presented in this work. Possible connections between the patron and the school that honors his history are investigated. The history of the Cidade Nova neighborhood is briefly told, highlighting community struggles for public schools. An association is made between Luiz Ignácio Maranhão Filho School's construction and local and national political discussions from the 1980s. This dissertation analyzes how the character is constructed in three different works, portrayed as an Atheist Saint (Heloneida Studart), a supporter of the friendly relationship between the Church and Communists (Maria Conceição Góes), and a conciliator always open to dialogue (Afonso Laurentino and Francisco Souza). Defending the idea of curriculum as a culturally produced artifact, this dissertation argues that history teaching can incorporate individual trajectories to facilitate historical investigations. Annexed to the main text, there is a Didactical Kit about Luiz Maranhão Filho to be used by professors and students in grade nine of middle school. Identification of concepts and practices related to authoritarianism and democracy is this material's guiding axis, both nationally and internationally. These concepts are exemplified through the school's patron's trajectory and the history of the surrounding neighborhood where the institution is located. Theses, dissertations about the neighborhood, school, and Luiz Maranhão Filho were used as sources. The decision to choose the character as the patron of the school had two main reasons. Firstly, it was meant to show the executive's commitment to democracy and opposition to the dictatorship that had persecuted many democratic leaders. Secondly, it was an attempt to create a positive image of Luiz Maranhão Filho among various political groups.

Keywords: Luiz Ignácio Maranhão Filho; Trajectory; Democracy; Authoritarianism; Didactical Kit.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – UM BAIRRO, UMA ESCOLA: A CIDADE NOVA E A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO	26
1.1 Um bairro: Cidade Nova	26
1.2 A educação escolar na Cidade Nova.....	33
1.3 A Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho	53
CAPÍTULO 2 – TRAJETOS DE LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO	64
2.1 Luiz, o que fizeram desaparecer	65
2.2 Luiz, um homem em formação	86
2.3 O comunismo permanece, o matrimônio aparece, o parlamento acontece e o Golpe se estabelece	96
CAPÍTULO 3 – LUIZ, UM COMUNISTA CONSTRUÍDO PELOS OUTROS E POR ELE MESMO	109
3.1 Uma pauta unificada para dois projetos futuros de sociedade: o socialismo na terra e cristianismo no céu.....	110
3.2 Luiz, um santo ateu	115
3.3 A voz de Luiz Maranhão e outras vozes sobre ele	126
CAPÍTULO 4 – LUIZ MARANHÃO FILHO: O BIOGRÁFICO COMO MATERIAL DIDÁTICO	134
4.1 As trajetórias biográficas no currículo	134
4.2 A democracia e o autoritarismo nas aulas de história a partir da trajetória de Luiz Maranhão Filho	143
4.3 Luiz Maranhão Filho: a vida de um personagem se transforma em material didático	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE – Kit Didático: A trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho: um educador comunista	1

INTRODUÇÃO

Concebo que o ProfHistória tem por diretriz que o trabalho final do curso seja articulado em torno de duas tarefas. A primeira é a identificação de um problema, pelo mestrando/professor, relacionado a sua prática docente no ensino de História na escola básica. A segunda é a formulação de um produto didático que possa ser útil para que o problema, identificado na primeira tarefa, possa ser didaticamente analisado nas atividades da disciplina, promovendo aprendizados para os alunos em relação as fragilidades percebidas inicialmente pelo mestrando professor.

Dessa forma, meu ponto de partida foi a identificação de um problema extremamente vinculado a minha prática docente: o desconhecimento, por parte dos meus alunos, sobre a trajetória do personagem que nomeia a escola, bem como as poucas investigações, no seio dos conteúdos escolares, sobre histórias de vidas de diferentes sujeitos.

A partir da identificação desse problema, eu construí o meu produto, que está apresentado como apêndice a este trabalho: um kit didático. Nesse material, trabalho com a trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho (1921-1974), patrono da escola pertencente ao município de Natal e na qual exerço a docência na disciplina de História. Estruturei a ideia de trajetória, associando-a à noção de biografia histórica.

Nesses termos, este trabalho tem como princípio a minha vivência na Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho¹, situada na Cidade Nova, bairro que abriga uma população de baixa renda e que está localizado na região oeste de Natal. Essa instituição foi inaugurada no final do ano de 1988 e passou a funcionar em 1989, durante a gestão do prefeito Garibaldi Alves Filho.

O personagem que denomina a escola era um natalense que desenvolveu intensa atividade política, sobretudo, no Partido Comunista Brasileiro, tendo atuado também como professor, advogado, jornalista e deputado estadual. Preso na década de 1970 pela Ditadura Militar brasileira, esse cidadão foi assassinado pelo Estado autoritário e o seu corpo nunca foi encontrado.

A atuação de Luiz Ignácio Maranhão Filho como político contribuiu para dar voz às camadas mais humildes da população. Nesse sentido, considero que estudar esse

¹ A Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho está localizada na avenida Solange Nunes do Nascimento, nº 239, no bairro Cidade Nova, Natal, Rio Grande do Norte. Atualmente a escola é dirigida pelas professoras Sueli Lúcia de Lima e Marilene Lima da Guia Duarte.

personagem é uma maneira de entender como os anseios das classes populares estiveram em pauta em diferentes momentos.

Assim como Luiz Maranhão esteve engajado nas lutas político-sociais relacionadas a história do país e do estado, a Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho também tem se constituído em ponto de apoio na história do bairro de Cidade Nova e de seus moradores. Desde a sua criação, a escola tem sido espaço para muitas lutas que objetivam não só a melhoria estrutural da escola, mas, também, a valorização dos profissionais da educação, a luta por salários mais dignos, a melhoria na aprendizagem de seus alunos, melhoria da qualidade de vida da comunidade e a preocupação em atender diferentes demandas da comunidade.

Em geral, posso afirmar que existe uma relação de identidade entre as carências sociais e econômicas da comunidade que abriga a escola e os discursos explicitados pelo seu patrono, durante boa parte da sua vida, em defesa de uma sociedade mais justa. Entretanto, essa relação identitária não tem sido discutida pela instituição ao longo de sua existência.

Diante desses elementos, para a construção deste trabalho parti de um problema que identifiquei na formação dos alunos desde 2014, quando assumi a disciplina História na Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho. Ao longo desses anos, apesar de ensinar História, nunca desenvolvi nenhuma ação sistemática na escola que objetivasse conhecer a trajetória desse personagem e as possíveis relações entre sua trajetória de vida e as vivências dos alunos, dos professores, dos servidores, da comunidade na qual a escola está inserida.

As razões para eu ter percebido o problema e não ter desenvolvido nenhuma ação para superá-lo estão relacionadas com o fato de que sentia a ausência, mas não sabia como poderia atuar. O livro didático não indicava trabalhos com patronos de escolas, nem apontava caminhos para discutir a história de personagens associadas as vivências cotidianas dos alunos. O projeto pedagógico da escola não apontava nenhuma diretriz voltada para investigações sobre personagens, inclusive para o que nominava a escola. Todas as minhas experiências anteriores², desde 2004, quando assumi, por intermédio de

² Antes de assumir minhas funções na Escola Municipal Professor Luiz Ignácio Maranhão Filho, eu já havia trabalhado nos seguintes lugares: na Escola Municipal Quarto Centenário, situada no bairro de Petrópolis (agremiação que funcionava a partir de um convênio firmado entre uma instituição privada, a Universidade Potiguar (UNP), e o município de Natal. A UNP garantia a manutenção estrutural, material e as instalações, enquanto o Município cedia a equipe administrativa e o corpo docente); na Escola Municipal Professora Francisca Ferreira da Silva, no bairro de Bom Pastor; na Escola Municipal João

concurso público para professor efetivo, uma vaga como professora de História, foram, semelhantes às vivenciadas na Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho tanto no que se refere ao trabalho mais geral com trajetórias de personagens, quanto a ações com os nomes das instituições de ensino.

Além de não desenvolver uma atividade na disciplina História com trajetórias de personagens, nesses oito anos de atividade como docente na Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho, não vivenciei nessa instituição ações coletivas para a compreensão da história de Luiz Maranhão Filho, nem nela encontrei nenhum acervo que mencionasse qualquer trabalho nessa linha de ação.

Torna-se importante destacar que a concretude deste trabalho apresenta uma relação direta com as discussões de orientação que tive no ProfHistória. Durante o curso, meu orientador debatia coletivamente com os seus orientandos diferentes possibilidades de trabalho. Às vezes, a reunião contava com professores convidados e, outras vezes, somente com o grupo. A partir das discussões, comecei a perceber que Luiz Maranhão Filho poderia se transformar em meu objeto de investigação, uma vez que era o patrono da minha escola, o que estimularia que outras pessoas em outros espaços também pudessem estudar os patronos de suas escolas.

A partir dessa ideia, formulei uma série de questões: como são constituídos os patronos de uma escola pública? Quais os critérios usados para essa escolha? No caso específico de Luiz Maranhão Filho, quais as lutas desse personagem? Como articular a trajetória de um personagem com os conteúdos de ensino da disciplina História? Existem trabalhos acadêmicos que se dedicam a entender os patronos escolares? Como a disciplina História possibilita trabalhar com os patronos escolares? Levando em conta essas indagações, eu procurei dissertações e teses que tivessem como eixo o nome de patronos de escolas.

O que percebi foi que os nomes das escolas não têm despertado o interesse de investigações. Percebi também que, em geral, esses nomes são naturalizados e, no máximo, o que se tem sobre eles são textos laudatórios, que não instigam o aprofundamento das informações. As escolas falam dos seus patronos de maneira

XXIII, no Alecrim; na Escola Municipal Celestino Pimentel, na Cidade da Esperança; na Escola Municipal Professor Antônio Severiano, no Conjunto Pirangi; na Escola Municipal Professora Josefa Botelho, na vila de Ponta Negra; na escola Municipal Professor Otto de Brito Guerra, no bairro de Pitimbu; e, finalmente, na Escola Municipal Juvenal Lamartine, no bairro do Alecrim. E no ano letivo de 2003 como professora de História temporária na Escola Municipal Professora Maria Alexandrina Sampaio, no Parque das Dunas, bairro de Pajuçara.

genérica, sem problematização e a temática não parece atrair pesquisadores. Diante desse cenário, decidi conduzir a minha pesquisa buscando descobrir a relação do nome do patrono escolar com a história da comunidade que a abriga e com os conteúdos inerentes à disciplina História.

Minhas incursões nos estudos sobre as trajetórias de vida e sobre os patronos escolares começaram a ganhar corpo durante os meus encontros com o meu orientador no ProfHistória e com as leituras por ele indicadas. Gradativamente comecei a perceber que seria possível trabalhar com trajetórias individuais e histórias de patronos escolares no conjunto das aulas de História, uma vez que existiam concepções e métodos disponíveis para esse fim.

Nas minhas leituras, encontrei tanto produções historiográficas sobre trajetórias de vida quanto trabalhos realizados no âmbito do ProfHistória sobre histórias de personagens. Esse material a que tive acesso discutia a temática dos estudos biográficos apontando elementos teóricos, bem como procedimentos metodológicos de investigação.

No tocante às produções historiográficas sobre a temática, tive acesso a autores internacionais e nacionais que tratam do tema e pude conhecer uma produção que tem sido realizada no âmbito do mestrado acadêmico em História na UFRN. Além disso, ainda conheci dissertações produzidas no âmbito do ProfHistória que privilegiaram como objeto do trabalho a história individual de personagens.

Considero que foi essencial para este trabalho o conhecimento sobre o caminho teórico-metodológico que fornece as bases para a elaboração de uma *biografia histórica*, nos termos apresentados pela historiadora italiana Sabina Loriga³. Essa autora, na discussão sobre o gênero historiográfico, particulariza a individualidade do sujeito no mundo em que ele vive, apresentando-o nas articulações mais gerais com a sociedade, sem perder de vista o livre arbítrio do indivíduo.

As ideias de Loriga ajudaram para que eu construísse a percepção de que uma biografia histórica pode povoar a história com rostos e nomes. Ao adquirir essa percepção, pude lançar novos olhares sobre os acontecimentos e diferenciá-los daqueles olhares que enxergavam os fatos, por meio de estruturas marcadas pela impessoalidade, silenciando as expressões de diferentes sujeitos sobre o passado.

A concepção de *biografia histórica* – como nos apresenta Loriga – está fundamentada na ideia de que as individualidades dos sujeitos têm uma parcela decisiva

³ LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

para a história. O “pequeno x” representa a participação de cada sujeito na construção dos eventos históricos. Nessa perspectiva, os fatos históricos resultam de atitudes de reciprocidade entre os diferentes indivíduos. Cada um deles atua com racionalidade e subjetividade, utilizando estratégias, realizando escolhas, envolvidos por paixões e movidos por interesses. Nesse processo de atuação estão presentes incertezas, casualidades, tristezas, alegrias, fatalidades⁴.

A partir da noção de biografia histórica vislumbrei a possibilidade metodológica de trabalhar com o patrono da minha escola, elaborando um produto articulado a essa noção, ou seja, no meu produto busquei apresentar atividades que instigassem os alunos a perceberem como o personagem se articulava com a sociedade do seu tempo, mas também o seu livre arbítrio nessa sociedade.

A noção de biografia histórica não foi suficiente para delinear plenamente as minhas inquietações de ordem teórica, uma vez que na leitura que fiz de Pierre Bourdieu percebi indícios de possíveis problemas com relação ao termo biografia. Esse sociólogo francês gerou em mim certa desconfiança na possibilidade de trabalhos com biografias. Ao ler o artigo intitulado “A ilusão biográfica”, escrito por ele na década de 1980, fui alertada para os riscos de uma escrita biográfica, que, na interpretação desse autor, conduz a elaboração de uma narrativa de um sujeito em torno de sequências ordenadas que chegam a um fim previamente estabelecido. Assim, para Bourdieu, a biografia de um sujeito será sempre uma construção do historiador para atribuir sentido a vida de um biografado⁵.

Mesmo que eu não tivesse o propósito de escrever uma biografia, eu procurava elaborar um produto que possibilitasse aos alunos estudarem a vida de um personagem. Nesse sentido, a crítica de Bourdieu poderia afetar o meu intuito, uma vez que essa crítica indicava que estudar um personagem seria construir uma narrativa “organizada” da vida desse sujeito.

Entretanto, a leitura de Ginzburg e Poni apontou que a noção de *trajetória* seria mais adequada para o meu produto do que a noção de biografia. Para estudar a trajetória de um sujeito esses autores indicam que o método onomástico, inerente à microhistória

⁴ Essas ideias sobre a biografia histórica estão claramente apresentadas em entrevista concedida a Schmidt por Loriga. A entrevista pode ser acessada da seguinte forma: SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia histórica. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 11-22, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1038>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

⁵ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006. p.183-191.

italiana, se constitui em um caminho coerente. Por intermédio desse método, o nome do indivíduo é o fio condutor de uma investigação que tem por objeto aspectos específicos da vida desse sujeito. Na interpretação desses autores, nos estudos com o método onomástico, o nome do personagem serve como bússola. Nesse sentido, o ponto de partida é o nome do sujeito e para esse nome também convergem todas as investigações⁶.

A associação entre as noções de biografia histórica e de trajetória trouxeram caminhos para o kit didático apresentado como apêndice a este trabalho. A partir dessas noções, vislumbrei a possibilidade de trabalhar com esse material didático buscando propor para os alunos uma proposta que, por um lado, estimule a compreensão do mundo vivido pelo patrono da escola, mas percebendo as ações deliberadas dele nesse mundo (biografia histórica) e, por outro, utilizei o nome desse personagem como ponto de partida e de agregação do conjunto de atividades a serem propostas (trajetória).

Nessa perspectiva, ao propor atividades relacionadas à biografia histórica, percebi a necessidade de estabelecer elementos de identidade e de alteridade entre o sujeito coletivo e o sujeito particular. Lendo a obra de Norbert Elias identifiquei uma concepção que foi útil para as minhas pretensões. Segundo esse autor não existe posições opostas entre o sujeito e a sociedade, uma vez que a sociedade não é a mera junção de sujeitos isolados e o indivíduo só ganha a dimensão social se viver em sociedade. Em outros termos, os sujeitos são diferentes, mas, por dependerem uns dos outros se tornam iguais.⁷

Adriana Barreto de Souza, estudiosa da temática das trajetórias individuais, afirma que o acompanhamento de uma trajetória de uma vida exige adotar a noção de *experiência* como elemento central. Para a autora, essa noção permitirá identificar as práticas que distinguem o comportamento social de um indivíduo, dos comportamentos sociais de outros sujeitos. Desse modo, é a experiência quem permitirá definir o campo particular, a especificidade de cada indivíduo. A partir da experiência de um personagem, tanto é possível perceber as suas relações com outras pessoas e com grupos sociais, quanto identificar o modo como esse personagem atuou, e as decisões que tomou⁸.

Como dito anteriormente, as noções de biografia histórica e de trajetória foram essenciais para eu pensar o conjunto de atividades que eu deveria produzir em torno do

⁶ GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1989. p.169-178.

⁷ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

⁸ SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universidade Rural**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan./jul. 2007. p.33.

patrono da minha escola no kit didático, que apresento no apêndice deste trabalho. A partir das ideias de Norbert Elias e de Adriana Barreto de Souza, agreguei mais duas noções que conduziram a elaboração do meu produto didático: configuração dos sujeitos (que são iguais e diferentes uns aos outros) e experiência (que permite identificar as ações pessoais e as relações com outras pessoas e grupos).

Do ponto de vista dos estudos biográficos, estruturei o meu *kit didático* em torno dessas quatro noções. Nesse sentido, formulei um material com o objetivo de que os alunos estudassem o patrono da escola percebendo as relações desse personagem com outros sujeitos; as suas decisões pessoais e as experiências de vida, no cenário e tempo em que ele viveu.

Paralelamente a elaboração desse quadro mais geral, percebi que a temática dos estudos biográficos estava presente na graduação em história da UFRN, que possui a disciplina “História e biografias”, bem como no mestrado acadêmico em História. No mestrado acadêmico, especificamente, existem algumas dissertações que trataram desse tema. Esses trabalhos construíram narrativas sobre trajetórias individuais, associando como os personagens objetos das dissertações estabeleceram relações com grupos e pessoas e, ao mesmo tempo, tomaram decisões pessoais usando do livre arbítrio. Como exemplo desse formato de narrativa, destaco três dissertações, todas orientadas pelo orientador do presente trabalho.

A primeira dessas dissertações foi defendida em 2015 por Paulo Rikardo Cunha e teve por objetivo analisar como, em diferentes espaços de sociabilidade, João Café Filho constituiu um discurso de defensor dos trabalhadores e do movimento operário.⁹ A segunda, defendida em 2016, foi escrita por Paulo Vitor Airaghi e objetivou construir uma biografia histórica do norte-rio-grandense José Leão Ferreira Souto (1850–1904) e a partir dela analisar a gestação de uma identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX¹⁰. A terceira, defendida em 2017, teve por meta analisar as relações

⁹ CUNHA, Paulo Rikardo Pereira Fonseca da. "**Ombro a ombro com os mais fracos**": a inserção de João Café Filho nos espaços do trabalhador na cidade do Natal 1922 -1937. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

¹⁰ AIRAGHI, Paulo Vitor Sauerbronn. **José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

entre a formação de uma identidade do artista Dorian Gray e a modernização das artes plásticas nos Rio Grande do Norte¹¹.

No ProfHistória nacional também existem trabalhos relacionados aos estudos biográficos. Entre esses trabalhos destaco a dissertação produzida por Fernanda Nascimento Crespo, sob a orientação de Márcia Gonçalves, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, a autora discutiu os usos do biográfico no ensino de história a partir da trajetória de Laudelina de Campos Melo (1904-1991), uma mulher negra que, em 1936, fundou a primeira associação de empregadas domésticas no Brasil e a partir dessa data militou vivamente em prol dessa categoria¹².

O trabalho de Fernanda Crespo parte da constatação de que a escola básica ainda necessita aprofundar no seu currículo os estudos sobre personagens negras e suas lutas cotidianas, apesar de a Lei 10.639/03 ter possibilitado o acesso à cena política de grupos e lideranças negras, que têm atuado em diferentes esferas de poder em busca de políticas antirracistas e de cidadania para os negros.

As demandas sociais de Laudelina Campos de Melo dizem respeito as demandas de mulheres negras, o que favoreceu para que Fernanda Crespo perseguisse a trajetória da sua personagem, compreendendo essas demandas e associando-as com o ensino de História, em especial com os conteúdos relacionados ao período republicano.

Fundamentada em autores que discutem questões étnicas (como Martha Abreu e Hebe Matos), temáticas de gênero (com Raquel Soihet e Joana Pedro) e formação de identidades (como Tomaz Tadeu da Silva), Fernanda Crespo analisa, a partir de Laudelina Melo, as dívidas dos currículos e dos materiais didáticos com o povo negro e com as mulheres.¹³

A partir do estudo sobre Laudelina Melo, Fernanda Crespo construiu um material didático para ser trabalhado na escola básica: *O baú de Laudelina*. Esse baú guarda fotografias, cartas e outros pertences de uma personagem que vivenciou ricas experiências, usadas didaticamente por Crespo em oficinas e atividades. Trata-se de material que tem como eixo o uso do biográfico no ensino de História, ou seja, um

¹¹ MEDEIROS, Arilene Lucena de. **Dorian Gray Caldas**: a trajetória biográfica de um artista precursor de uma identidade potiguar (1950-1989). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

¹² CRESPO, Fernanda Nascimento. **O Brasil de Laudelina**: uso do biográfico no ensino de história. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2016.

¹³ CRESPO, Fernanda Nascimento. **O Brasil de Laudelina**: uso do biográfico no ensino de história. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2016 p. 13-15.

material que usou a história individual como recurso para a construção de conhecimentos históricos, enfatizando o período republicano brasileiro.

O meu trabalho também apresenta como eixo a trajetória de um personagem e busca a partir dele estabelecer relações com conteúdos inerentes ao ensino de História. Entretanto, diferente de Crespo, que estudou relações de gênero e etnia a partir de uma mulher negra, procurei discutir a trajetória do patrono da minha escola abordando como ele pode apresentar relações com as histórias dos alunos e, por outro, demonstrar como histórias individuais podem se fazer presentes nos conteúdos históricos.

Nos meus estudos sobre a temática dos patronos escolares percebi que poucos trabalhos se referem ao tema. Alguns têm outro foco como objeto de investigação e fazem breves comentários sobre o assunto, como é o caso de José Arapiraca, José Willington Germano. Outros discutem a temática, mas não a associam aos conteúdos escolares, tal como fizeram Anderson Dantas da Silva Brito e Wilson Ricardo Antoniassi de Almeida.

Arapiraca escreveu que nomear escolas prestando homenagens a indivíduos e a seus familiares era uma maneira tradicional de desenvolver *marketing* político, uma vez que o homenageado se imortalizava e deixava essa herança para os herdeiros.¹⁴ Germano evidenciou que as escolas que nomeiam como seus patronos cientistas, escritores e educadores, em geral, estão situadas em bairros periféricos ou nas zonas rurais dos municípios; enquanto que as escolas com nomes de líderes políticos tradicionais estão nas áreas centrais das cidades¹⁵.

Anderson Dantas da Silva Brito estudou os critérios para nomeação dos grupos escolares no Rio Grande do Norte entre 1907 e 1947¹⁶. No seu texto o autor se refere a uma toponímia dos grupos escolares, definida a partir do imaginário existente na população em diferentes tempos. O trabalho de Wilson Ricardo Antoniassi de Almeida construiu a trajetória do patrono de um grupo escolar com o intuito de possibilitar que a comunidade escolar fortalecesse seu vínculo com a instituição¹⁷.

¹⁴ ARAPIRACA, José de Oliveira. **Fisiologismo político e qualidade da educação**. Salvador: Ianamá, 1988. p. 76.

¹⁵ GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil** (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1994. p. 241.

¹⁶ BRITO, Anderson Dantas da Silva. **Em nome(s) da Educação: imaginários toponímicos dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte (1907-1947)**. 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2019.

¹⁷ ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. Professor Leovegildo Chagas Santos (1955): patrono do terceiro Grupo Escolar de Limeira, Estado de São Paulo. **Revista História da Educação**, p. 335–355, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/67716>. Acesso em: 21 set. 2022.

O meu trabalho distingue-se dos estudos que fazem referências a patronos escolares ou estudam patronos de uma instituição específica, uma vez que a minha análise discute como o patrono de uma escola pode se constituir em conteúdo de disciplina, no caso em tema a disciplina História.

No que se refere a ações do Estado sobre os patronos escolares, em 2017 o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Educação, criou o Programa Memória Escolar, Educação e Patrimônio. Uma das linhas de ação desse Programa foi o estímulo a pesquisas voltadas para o conhecimento das histórias dos patronos das escolas. Assim, entre junho e outubro de 2017, todas as escolas de São Paulo foram instigadas a procurar informações sobre os seus patronos e a descobrir como foi o processo que os escolheu¹⁸.

Para direcionar as pesquisas que seriam produzidas sobre os patronos das escolas, a Secretaria de Educação de São Paulo escreveu um documento no qual considerou como patrono “aquela personalidade escolhida para ser homenageada por algo” e, com base nessa lógica, argumentou que, especificamente na educação, o patrono ou a patronesse é aquele ou aquela escolhido/a para nominar uma escola¹⁹.

Desconheço outros estados e/ou municípios brasileiros que tenham realizado ações votadas para o trabalho sistemático com os patronos das escolas. Todavia, considero que a comunidade escolar deveria ter conhecimento de quem é o seu patrono e da forma como ele foi escolhido, a fim de que seja possível estabelecer relações de identidade e/ou alteridade com esse personagem. Dependendo da trajetória de vida do patrono, atividades das mais diversas poderão ser desenvolvidas no interior do espaço escolar.

No ano de 2021, em Natal, particularmente, a *Organização Não Governamental* (ONG) Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), em conjunto com o site Direitos Humanos na Internet (DHNET), ambos coordenados pelo economista aposentado Roberto Monte, realizaram uma ação na Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho – na qual ministrou a disciplina História para celebrar a memória do patrono dessa instituição, que é o objeto deste trabalho. Todavia, as ações que foram desenvolvidas possuíam um caráter celebrativo da memória desse personagem. A ideia

¹⁸Para informações sobre a ação que visava trabalhar com os patronos das escolas, cf.: <https://www.educacao.sp.gov.br/participe-do-programa-historia-do-patrono/>

¹⁹ Sobre a concepção de patrono presente no documento redigido pelo Governo do Estado de São Paulo, cf.: **Saiba o que significa o termo patrono e qual a sua importância**. SÃO PAULO. Governo do Estado. <https://www.educacao.sp.gov.br/saiba-o-que-significa-o-termo-patrono-e-sua-importancia/>

da ONG era homenagear o cidadão que havia sido assassinado pela ditadura, em razão do seu compromisso com a democracia. A ação executada não foi incorporada as práticas desenvolvidas em sala de aula por nenhuma das disciplinas.

Sempre me incomodei bastante com o fato de as comunidades escolares (alunos, professores, servidores, pais) ignorarem sobre quem são os seus patronos e a forma como eles foram escolhidos. Todavia, não encontrava uma metodologia adequada para inserir essa discussão na prática pedagógica. Queria trabalhar com o patrono, mas não queria que a ação fosse algo isolado, sem vínculos com a cultura local, sem vínculos com a prática pedagógica. Nessa perspectiva, não gostaria que a escola trabalhasse um grande evento sobre o seu patrono ou que fosse feito apenas um texto para ser lido para os alunos. Queria algo que estimulasse relações de pertencimento e/ou de alteridade da comunidade escolar com o patrono.

Essa minha preocupação em trabalhar com o patrono da escola ganhou concretude nas discussões do meu grupo de orientação do ProfHistória com o professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha, meu orientador. Nessas discussões foram trabalhadas duas temáticas essenciais para um trabalho sistemático com o patrono da escola: as biografias históricas e os produtos pedagógicos.

Já me referi neste texto às discussões sobre as biografias históricas e, por isso, julgo conveniente abordar também minhas ideias mais amplas sobre o produto didático que está apresentado neste trabalho: o kit didático. Ao longo das discussões de que participei sobre a elaboração deste trabalho, pude perceber o importante papel da autonomia intelectual do professor na organização das suas ações pedagógicas, o que implica na necessidade de sistematização dos seus materiais didáticos, dos seus produtos pedagógicos. Por essa lógica, pude perceber que ao professor cabe não apenas encontrar instrumentos prontos – como livros didáticos, textos, vídeos – mas também construir produtos que sejam capazes de discutir temas essenciais para os seus objetivos de ensino de maneira sistemática.

Segundo Circe Bitencourt, os materiais didáticos podem se constituir em um instrumento de controle do tipo de ensino – e conseqüentemente, do tipo de conteúdo – pelo poder constituído. A autora, com base nas ideias de Michel Apple, alerta para a necessidade de uma boa formação do professor para o uso do material didático, uma vez que sem essa formação o docente irá consumir, sem reflexão, toda a produção advinda da

indústria cultural²⁰. Essa ausência da qualificação docente transforma a escola em um mercado consumidor de pacotes educacionais advindos da indústria cultural. Esse é o caso das famosas “apostilas”, produzidas por empresas que distribuem seus “pacotes” para serem consumidos em redes de ensino espalhadas em todo o Brasil.

Nesses termos, a escolha de um material didático exige que o professor tenha uma formação que o torne capaz de analisar o que está sendo proposto, mas exige também decisões políticas desse docente, o que se relaciona diretamente com o compromisso dele e dos outros profissionais da escola com a formação do aluno.

Partindo dessa lógica, o kit didático que elaborei foi pensado para ser um elemento de mediação entre o conhecimento e o aluno. Trata-se de um material que será intermediário na ação a ser realizada pelo estudante para descobrir o mundo²¹. O kit didático apresentado propõe que o professor exerça a sua autonomia, mas também que o aluno produza conhecimentos e métodos novos a partir do material e das sugestões oferecidas.

Esse material foi pensado com a ideia de que o aplicarei, posteriormente, em minha sala de aula do nono ano do ensino fundamental, uma vez que – considerando as diretrizes prescritas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – a trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho está em sintonia com os conteúdos previstos para esse ano do ensino fundamental.

Minha ideia inicial era aplicar esse *kit* com os meus alunos, mas todo o meu mestrado foi desenvolvido durante a pandemia do Covid 19, quando dificuldades de diferentes naturezas impediram a realização de atividades presenciais com meus alunos. Diante dessa situação, nesta dissertação apresento apenas o planejamento do material didático.

Apesar de elaborar o *kit* pensando em atividades que desenvolverei com meus alunos, ele foi construído para servir de referência para outros professores de diferentes lugares do Brasil que se sintam estimulados a trabalhar com os patronos escolares articulados com outros conteúdos do ensino de História.

No tocante ao formato do trabalho, minha análise ganhou corpo em quatro capítulos dissertativos e um *kit* didático, que está apresentado como apêndice ao texto.

²⁰BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018. p. 244.

²¹FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Produção e usos do material didático. In: VIANA, Hélder; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; ARRAIS, Raimundo. (org.). **Cidade e diversidade**: itinerários para a produção de material didático em História. Natal: EDUFRRN, 2012.

No primeiro capítulo – intitulado *Um bairro, uma escola: a Cidade Nova e a Escola Municipal Professor Luiz Ignácio Maranhão Filho* – discuto o espaço da pesquisa: o bairro Cidade Nova e a referida escola. Ao discutir esses espaços demonstro as circunstâncias que possibilitaram o surgimento do bairro, as carências existentes e as estratégias usadas pela população para sobreviver diante da ausência do Estado. Discuto ainda como surgiram as primeiras escolas do bairro, enfatizando o papel da mobilização da comunidade nesse processo. Abordo também a conjuntura que possibilitou, especificamente, a construção da Escola Luiz Maranhão Filho, refletindo sobre as razões que teriam possibilitado transformar esse personagem em patrono da escola. Apesar de discutir um problema a partir de um bairro, o texto estabelece articulações com as cenas políticas norte-rio-grandense e brasileira.

O segundo capítulo, que tem por título *Trajetos de Luiz Ignácio Maranhão Filho*, analisa a trajetória de vida desse indivíduo, refletindo sobre as relações entre a sua trajetória na política e na vida pessoal. Nesta parte do trabalho discuto: suas origens familiares; a formação da escola básica ao curso de Direito; a atuação profissional como jornalista e professor; o ingresso e a atuação no Partido Comunista Brasileiro (PCB); a ação parlamentar desenvolvida durante o mandato de deputado estadual; o casamento com Odette Roselli Garcia, companheira que, durante anos, lutou para descobrir o seu paradeiro, em diversas prisões criadas pelos militares, com o intuito de aprisionar e torturar os adversários políticos; os processos de encarceramentos que vivenciou; as amizades que constituiu com pessoas das mais diversas tendências políticas.

O terceiro capítulo – *Luiz, um comunista construído pelos outros e por ele mesmo* – tem por objetivo analisar, por um lado, as imagens construídas por obras a ele dedicadas, que foram essenciais para a celebração da sua memória e, por outro, uma coletânea que reúne artigos escritos pelo próprio Luiz Maranhão Filho e artigos de outros autores que sobre ele escreveram.

As duas obras foram escritas por duas intelectuais consolidadas nacionalmente e que mantiveram relações pessoais com Luiz Maranhão Filho. A primeira obra se trata de uma tese de doutorado em História, que tem esse personagem como objeto principal, produzida por Maria Conceição Góes, norte-rio-grandense que, por força dos acontecimentos de 1964 tornou-se professora da UFRJ. O segundo livro foi escrito por Heloneida Studart, escritora cearense radicada no Rio de Janeiro que foi membro do Comitê Central do PCB.

A coletânea foi organizada por dois jornalistas que trabalharam no *Diário de Natal* com Luiz Maranhão Filho. Essa obra surgiu a partir da ideia de reunir artigos escritos, pelo próprio Luiz Maranhão Filho, nesse periódico, no segundo semestre de 1957. Os organizadores tomaram esses artigos como base e resolveram reunir em um livro esses textos em conjunto com textos produzidos por outros autores que estudaram ou conviveram com o militante comunista.

Ainda no terceiro capítulo analiso que essas três produções sistematizaram ideias sobre Luiz Maranhão Filho que estavam dispersas em memórias de pessoas e textos dos mais diversos. Tais ideias me ajudaram a compreender as razões para que esse personagem tivesse sido escolhido como patrono escolar ainda durante a ditadura militar e que tenha se mantido até hoje nessa condição.

O quarto capítulo – *Luiz Maranhão Filho: o biográfico como material didático* – tem por objetivo discutir como Luiz Ignácio Maranhão Filho pode ser trabalhado como conteúdo curricular da disciplina História, sem que o livro didático adotado e outros materiais didáticos sejam secundarizados.

Na primeira parte do capítulo reflito sobre os sentidos contemporâneos do currículo, demonstrando que ele é um artefato construído culturalmente, o que exige que a escola e o professor elaborem as suas ações levando em consideração o universo vivenciado pelo aluno e as pretensões formativas para ele. Nesse sentido, discuto que o currículo do ensino fundamental pode inserir o patrono da escola como objeto do conhecimento. No meu caso específico demonstro como Luiz Maranhão Filho pode se tornar eixo de um produto didático. Em razão dessa ideia produzi um Kit Didático sobre esse personagem.

Ainda neste capítulo demonstro que organizei o meu Kit Didático em torno de um problema central: como o autoritarismo e a democracia se expressam conceitualmente e praticamente em diferentes tempos e espaços? Nesses termos, utilizo a trajetória de vida de Luiz Maranhão Filho para discutir o autoritarismo e a democracia em cenários dos mais diversos. Para legitimar a minha discussão apresento as bases de fundamentação que cercam esses dois conceitos na formulação dada ao Kit Didático.

O último tópico do capítulo é dedicado a explicitação de como está estruturado o Kit Didático. Nesse sentido, abordo como ocorreu o processo de seleção de textos presentes nesse produto didático e demonstro como foram sistematizadas as orientações a serem adotadas por alunos e professores. Ainda neste capítulo explicito como o Kit

Didático pode ser trabalhado paralelamente com outros materiais didáticos e de que forma ele se articula com a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O trabalho foi construído seguindo a lógica do ProfHistória. A ideia é que o mestrando identifique um problema na escola e o discuta teórica e metodologicamente. A partir do problema devidamente apresentado, o mestrando deve construir um produto didático que seja uma alternativa para minimizar esse problema.

No conjunto da dissertação discuto o pouco conhecimento de uma escola específica sobre o seu patrono e mostro como esse patrono tem potencial para discutir com os alunos da escola básica elementos do autoritarismo e da democracia. Em razão desse problema elaborei como meu produto, um Kit Didático, que investiga o patrono da escola a partir das temáticas do autoritarismo e da democracia.

Nesses termos, após a discussão do problema investigado, insiro, como apêndice ao texto principal, um Kit Didático. Esse material é composto por dez documentos (todos relacionados a Luiz Maranhão Filho) e orientações do seu uso para professores e alunos. A meta é que o material do apêndice tenha potencial para ser usado por outros professores de Natal ou de outras cidades do Brasil.

CAPÍTULO 1 – UM BAIRRO, UMA ESCOLA: A CIDADE NOVA E A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO

Este capítulo objetiva analisar o bairro Cidade Nova e a Escola Municipal Professor Luiz Ignácio Maranhão Filho. Nesta parte do trabalho, serão identificadas as circunstâncias que possibilitaram que esse personagem se transformasse em patrono de uma escola. Nesse sentido, serão abordadas as vivências no bairro, como um todo, e, em particular, na educação. Apesar de discutir questões educacionais a partir de um bairro, o texto estabelece articulações com a cena política norte-rio-grandense e brasileira.

1.1 Um bairro: Cidade Nova

A Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho está situada na Cidade Nova²², que faz parte da Região Administrativa Oeste²³ de Natal. Esse bairro possui índices elevados de pobreza, expressos nos dados sobre a renda *per capita* da população: 74,36% dos habitantes possuem renda mensal de no máximo um salário-mínimo. Se acrescentarmos a esse dado os 16,92% que ganham entre um e dois salários-mínimos, perceberemos que 91,28% dos moradores do bairro ganham até dois salários-mínimos²⁴.

A maioria das dificuldades encontradas contemporaneamente no bairro está relacionada ao seu processo de habitação. Até o final da década de 1960, o espaço que hoje é a Cidade Nova era uma ampla região completamente tomada por dunas e vegetação. Nesse período, a região foi dividida em lotes. Uma parte desses lotes, equivalente a 237,07 hectares²⁵, tornou-se o bairro Cidade Nova, reconhecido oficialmente pela Lei Municipal 4.328/1993²⁶.

O surgimento do bairro Cidade Nova está associado à edificação do primeiro conjunto habitacional de Natal, a Cidade da Esperança, construído, na sua etapa inicial,

²² A Cidade Nova está delimitada a Norte com a Cidade da Esperança, a Sul com Pitimbu e Planalto, a Leste com Candelária e a Oeste com Felipe Camarão e Guarapes.

²³ A Lei Ordinária Nº 3.878/89, sancionada pela prefeita Wilma Maia, determinou a divisão da cidade Natal em quatro regiões Administrativas: Norte, Sul, Leste e Oeste.

²⁴ Essa estatística foi elaborada pela Secretaria Municipal de Meio-Ambiente e Urbanismo de Natal, (SEMURB) com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010. Na época, o salário-mínimo era de R\$ 510. Cf.: NATAL. Secretaria de Meio-Ambiente e Urbanismo. **Conheça melhor seu bairro**: Cidade Nova. Natal, 2012. p. 11. Em 2022, foi realizado o último censo no Brasil, mas o resultado dele só sairá em 2023. Entretanto, técnicos da própria SEMURB me informaram que a renda *per capita* dos habitantes do bairro de Cidade Nova diminuiu nos último cinco anos e que provavelmente, os dados do IBGE indicarão que mais de 90% dos moradores ganham, atualmente, apenas um salário-mínimo.

²⁵ Dados gerais do bairro Cidade Nova, anexado à Lei Nº 4.328, de 5 de abril de 1993.

²⁶ Lei Nº 4.328, de 5 de abril de 1993, assinada pelo prefeito Aldo da Fonseca Tinôco Filho, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 7 de setembro de 1994.

entre 1964 e 1966, com o intuito de amenizar os sérios problemas habitacionais existentes na capital potiguar no início da década de 1960. Naquele cenário, o número de habitantes da cidade crescia significativamente, sem nenhum planejamento para a ocupação do espaço urbano. Na região central a população de baixa renda se amontava em becos e vilas, muitas das casas que abrigavam esses moradores eram de taipa, além de existirem problemas com saneamento básico, água encanada e luz elétrica.

A construção da Cidade da Esperança foi possível a partir de um convênio firmado entre três partes: o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Fundação de Habitação Popular (FUNDHAP)²⁷, órgão do governo estadual criado especificamente para administrar a edificação desse conjunto habitacional; a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a *Aliança para o progresso*²⁸.

Cada uma das três partes tinha uma função no convênio firmado. A FUNDHAP²⁹ teve a função de selecionar o local da obra, contratar os serviços e executar as obras. A SUDENE ficou responsável por receber os recursos do governo norte-americano, repassar para o governo do estado e acompanhar toda a execução dos trabalhos. A Aliança para o Progresso concedeu os recursos para a realização de toda a obra³⁰.

A partir do convênio, a obra foi executada e, após concluída, foram entregues as primeiras quinhentos e setenta moradias populares para uma população de baixa renda. Assim surgiu a Cidade da Esperança, configurando a transformação de uma região desabitada e distante da área central da cidade em local de moradia.

O governo do estado almejava, com a construção da Cidade da Esperança, aumentar o perímetro urbano e melhorar a infraestrutura oferecida às populações carentes que habitavam Natal. Entretanto, nem todos poderiam morar nesse novo conjunto habitacional. Para ter direito a uma casa, o trabalhador tinha que comprovar uma renda

²⁷ Posteriormente, a FUNDHAP se transformou em Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB).

²⁸ A *Aliança para o progresso* foi um programa do governo dos Estados Unidos, criado durante a presidência de Jonh F. Kennedy, que declarava ter por objetivo desenvolver econômica e socialmente a América Latina. Entretanto, a intenção mais forte desse programa era impedir o crescimento do socialismo nessa região.

²⁹ Aluizio Alves, então governador do Rio Grande do Norte, criou a FUNDHAP em agosto em 1963 e indicou, seu irmão, Agnelo Alves, como presidente do órgão. Cf.: ARAÚJO, Felipe Tavares de. **A argamassa da casa e do conflito**: os usos políticos da construção da Cidade da Esperança feitos pelo grupo aluizista (1964-1966). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2014. p. 45. O Rio Grande do Norte foi governado por Aluizio entre 31 de janeiro de 1961 e 31 de janeiro de 1966.

³⁰ ARAÚJO, Felipe Tavares de. **A argamassa da casa e do conflito**: os usos políticos da construção da Cidade da Esperança feitos pelo grupo aluizista (1964-1966). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2014. p. 17.

salarial mínima. Isso significa que uma parte expressiva da população carente de Natal foi impedida de adquirir moradia na Cidade da Esperança e foi forçada a procurar alternativas para habitação.

As casas da Cidade da Esperança foram entregues oficialmente aos proprietários em janeiro de 1966³¹. Com o local completamente habitado, o perímetro urbano de Natal cresceu consideravelmente. Assim, os limites sul do novo bairro se tornaram a zona de fronteira entre Natal e a região desabitada, composta por dunas e vegetação. Essa área desabitada era muito maior do que o espaço que hoje ocupa a Cidade Nova.

No momento em que a região se tornou zona de fronteira urbana, surgiram os interessados em vender as terras para construção de casas. Nesses termos, a partir de 1967 toda a região foi dividida em cinco grandes loteamentos, três deles adquiridos por Raimundo Paiva³² e os outros dois por Henrique Eufrásio de Santana e Max Eufrásio de Santana³³.

Dois dos lotes comprados por Raimundo Paiva abarcavam o espaço que hoje se conhece como a Cidade Nova. Os lotes de Henrique Eufrásio de Santana e Max Eufrásio de Santana ficavam fora dos limites desse bairro. Raimundo Paiva comprou cada um desses lotes a pessoas diferentes. O primeiro havia sido adquirido por Avelino Garcia de Araújo junto do Governo de Estado, em 1967. Esse lote foi vendido por Avelino Araújo, em março de 1968, a Raimundo Paiva³⁴. O segundo lote era de propriedade da firma

³¹ ARAÚJO, Felipe Tavares de. **A argamassa da casa e do conflito**: os usos políticos da construção da Cidade da Esperança feitos pelo grupo aluizista (1964-1966), p. 88.

³² Raimundo Paiva nasceu na cidade de Martins em 1910. Veio para Natal em 1945 trabalhar com parentes na firma Martins Irmãos. Posteriormente, abriu a empresa Marpas S.A, primeira concessionária da Volkswagen em Natal, e abriu também uma empresa para a venda de cereais em atacado. Ingressou no mercado imobiliário a partir da compra dos lotes da região que hoje é a Cidade Nova.

³³ Henrique Eufrásio de Santana era pai de Max Eufrásio de Santana. Importante destacar que Henrique Santana era padasto do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (1920-2012). A família do Cardeal é de Acari e ele era filho do juiz Celso Dantas Sales e de Josefa de Araújo Sales, que geraram mais quatro filhos: Silvio de Araújo Sales, Alaíde de Araújo Sales, Cleomar de Araújo Sales e Heitor de Araújo Sales (que foi arcebispo de Natal). Com a morte de Celso Dantas Sales, Josefa de Araújo Sales se casou com Henrique Eufrásio de Santana. Do novo enlace matrimonial nasceram três filhos: Max Eufrásio de Santana, Ney Eufrásio de Santana e Oto Eufrásio de Santana (secretário da educação e, posteriormente, do trabalho e bem-estar social do governo Geraldo Melo). Importante destacar ainda que os padrinhos de Dom Eugênio Sales foram José Augusto Bezerra de Medeiros e, sua esposa, Alice Godoy de Medeiros (cf.: Paróquia de Acari, livro 20, folha 42, registro nº 288, datado de 28 de novembro de 1920). José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971) na época do batismo era deputado federal, cargo que exerceu entre 1915 e 1923. Posteriormente, foi governador do Rio Grande do Norte entre 1924 e 1927. Cf.: <https://domeugeniosales.webnode.com.br/primeiros-anos-de-vida/> Apesar de parecer tangenciais, essas informações são importantes para investigações que desejem analisar as possíveis relações entre a propriedade da terra em Natal e a composição do clero.

³⁴ BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda**: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. p. 21.

Viúva M. Machado, cuja proprietária era Amélia Duarte Machado³⁵, viúva do comerciante português Manoel Duarte Machado, mas foi vendido, em 1964, a empresa Agripec S/A. Por sua vez essa empresa, em 1968, vendeu o lote a Raimundo Paiva, que assumiu todo o controle da região que hoje é Cidade Nova, além de outras áreas fora desse limite³⁶.

Logo que adquiriu os dois lotes, Raimundo Paiva³⁷ mandou abrir uma estrada entre as dunas que dividiam a Cidade da Esperança da área desabitada, que mais tarde foi chamada de Cidade Nova. Após a criação da estrada, o novo proprietário da área mandou retirar toda a vegetação e derrubar as dunas que cobriam o restante do terreno. Com o terreno limpo, ele dividiu a área em pequenos lotes que foram vendidos a pessoas com baixíssimo poder aquisitivo³⁸.

Em linhas gerais pode-se afirmar que os habitantes da Cidade Nova eram pessoas que não tinham renda mínima para adquirir uma casa popular financiada pelo Governo. Tratava-se tanto de famílias que chegavam de vários municípios do interior para buscar uma vida melhor em Natal, quanto de famílias que já haviam migrado anteriormente para a cidade e moravam nos bairros centrais da Capital em lugares sem condições de

³⁵ Amélia Duarte Machado (1881-1981) casou-se em 1904 com um importante negociante português. Nos anos em que esteve casada, promovia em sua residência grandes jantares, oferecidos à elite natalense. Após a morte de seu marido, em 1934, sem filhos, tomou conta de todos os bens da família. Conhecida como Viúva Machado, passou a ser uma lenda que repercutiu na cidade de Natal. A denominação Viúva Machado tanto significava o poder econômico de uma mulher que herdou a fortuna do marido quanto a simbologia de que ela se alimentava de crianças. Sobre o tema, ver MEDEIROS, Ariane Lílian da Silva Rodrigues. **Amélia Duarte Machado, a Viúva Machado: a esposa, a viúva e a lenda na cidade (1900-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014. As terras de Amélia Machado compreendiam boa parte do que hoje é a Região Administrativa Oeste da cidade de Natal e iam até Macaíba, incluindo o atual município de Parnamirim. Nessas terras, surgiram vários bairros de Natal, tais como Cidade Nova, Planalto, Pitimbu, Felipe Camarão, Guarapes, Cidade Satélite e outros.

³⁶ BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960**. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010, p. 21.

³⁷ Raimundo Paiva comprou os lotes a partir de créditos conseguidos no mercado e decidiu dividi-la em pequenos lotes para serem comercializados. Para administrar o loteamento, Paiva criou a imobiliária Nil Negócios de Imóveis. Esse loteamento deu origem ao bairro Cidade Nova. Os lotes eram vendidos em parcelas que variavam de 50 a 60 meses, e os clientes eram pessoas de baixo poder aquisitivo e que, muitas vezes, não pagavam as parcelas. Segundo o relato de uma das funcionárias da empresa dado à historiadora Magna Luciene da Silva Borges, muitos clientes pagavam as parcelas com trocados das atividades que desenvolviam como vendedor de pipoca, de amendoim e outras atividades similares. Assim, era comum que os compradores dos lotes fossem pagar as parcelas com uma parte do dinheiro em moedas. Cf.: BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960**. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

³⁸ Torna-se instigante observar o interesse pelas terras da Cidade Nova imediatamente após a consolidação da Cidade da Esperança como bairro. Nesse sentido, é curioso perceber a movimentação de compra e venda de grandes faixas de terras nesse período, como está sendo abordado neste trabalho.

estruturas mínimas (por exemplo, quartos de vilas sem banheiros e sem água encanada). Essas pessoas procuravam comprar lotes e construir, com infinitas limitações, seus lugares de moradia.

A migração do campo para cidade favoreceu para que famílias de origem rural procurassem a Cidade Nova como local de moradia nos anos 1960. Essa migração esteve associada com o moderno processo de industrialização realizado, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial, que afetou fortemente o mundo rural. Assim, a modernização da indústria veio atrelada ao desenvolvimento tecnológico e ao fortalecimento das relações capitalistas de produção, propiciando a ilusão – difundida amplamente nos meios de comunicação – de que a cidade daria uma qualidade de vida muito superior do que a condição ofertada pelo mundo rural. Essa ilusão provocou uma fuga das famílias do campo para a cidade, criando bolsões de pobreza, como aconteceu com a Cidade Nova.

Os terrenos foram vendidos na Cidade Nova para uma população desassistida do poder público, vítima da ausência de políticas sociais. Nessa perspectiva, quem comprava terrenos na Cidade Nova era essa população sem recursos e, por isso, essas pessoas achavam os terrenos caros. Entretanto, quem vendia os imóveis tinha outra percepção. Segundo Borges, com base em depoimentos, Raimundo Paiva não ganhou muito dinheiro com a venda dos lotes da Cidade Nova, uma vez que as parcelas do loteamento eram baratas, alguns clientes só pagavam o parcelamento meses depois do vencimento e outros nunca pagavam. Assim, Raimundo Paiva construiu esses loteamentos para ter acesso a outras porções de terra que poderiam ser mais valorizadas. Foi a partir da Cidade Nova que esse comerciante conseguiu vender outros loteamentos bastante lucrativos para o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte (INOCOOP)³⁹, que construiu conjuntos habitacionais para a classe média, como Candelária e Cidade Satélite.

Para Magna Borges, a estratégia utilizada por Raimundo Paiva foi primeiro vender os terrenos que potencialmente tinham menor valor, por estarem em pior localização, para que esses terrenos, limpos, pudessem garantir o acesso a outros terrenos potencialmente mais valorizados⁴⁰.

³⁹ BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda**: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. p. 20.

⁴⁰ BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda**: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. p. 28.

Em suas pesquisas sobre a origem do bairro de Cidade Nova, Magna Luciene Borges informa que não há registro, nos cartórios de imóveis, do espaço sendo denominado 'Cidade Nova'. O que há no cartório são as plantas baixas com as denominações de Loteamento A e Loteamento B. Cidade Nova parece ter sido uma denominação criada pelos próprios moradores, em razão de ser um lugar com aparência bem diferente do que era o restante da cidade de Natal⁴¹. Segundo a autora, o nome Cidade Nova só aparecerá nos contratos de compra e venda de lotes depois de 1989.

Segundo Borges, quando os primeiros habitantes ocuparam a Cidade Nova, surgiu uma série de conflitos em torno da posse da terra. A autora demonstrou que no meio das dunas e da vegetação existiam pequenos posseiros que moravam há anos na região, mas que nunca tiveram o título da terra. Assim, quando Raimundo Paiva legalizou os seus terrenos, logo tratou de expulsar todos os poucos posseiros que moravam e trabalhavam na terra.

Em entrevista realizada com o ex-padre Tarcísio Pereira de Carvalho, que foi pároco da Cidade da Esperança entre 1969 e 1985⁴², Borges captou uma série de informações sobre as condições de vida das pessoas que adquiriram os lotes, construíram suas casas e se tornaram os primeiros habitantes da Cidade Nova⁴³.

Tarcísio Carvalho, na condição de pároco do bairro vizinho, foi designado, ainda em 1969, para prestar assistência espiritual à nova comunidade. Carvalho relatou para Borges que encontrou na Cidade Nova uma população muito pobre, que comprava seu lote muito barato, mas, mesmo assim, que não tinha condição de pagá-lo. Carvalho prossegue informando que depois de comprar o lote, cada família ia construindo aos poucos as casinhas simples. Levantavam as paredes de tijolo e cobriam as casas com telhas. Algumas casas tinham piso apenas com cimento e outras sem nenhum revestimento.

Carvalho informou para Borges as precárias condições de vida daquela população, uma vez que não havia água encanada, luz, calçamento, saneamento. O acesso à Cidade Nova era muito difícil, uma vez que a estrada que dividia o local da Cidade da Esperança era coberta com a areia das dunas.

⁴¹ BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda**: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. p. 23.

⁴² Cf.: <https://www.santuariodaesperanca.com.br/canal.php?codigo=317>

⁴³ BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda**: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. p. 35.

A partir do depoimento de Carvalho, prestado a Borges, pode-se afirmar que a Cidade Nova nasceu sem infraestrutura alguma. Não havia escolas, segurança, transporte coletivo, atendimento médico, praças. As ruas e as calçadas eram estreitas, o tamanho dos lotes era muito pequeno, as casas eram construídas sem planta.

Em geral, os primeiros moradores justificavam ter vindo morar no lugar em razão da facilidade para adquirir o terreno. Outros afirmavam que tinham vindo morar ali porque tinham saído do interior para morar em Natal, mas não se acostumavam com a capital e a Cidade Nova dava a impressão de estar no interior⁴⁴. Entretanto, o que realmente foi atrativo para as pessoas morarem na Cidade Nova foi a ausência de condição financeira para morar em outro lugar. Nesses termos, é coerente afirmar que a ocupação da Cidade Nova se deu por uma população de baixíssimo poder aquisitivo que foi morar em um lugar sem condições estruturais de habitação.

As precárias condições da Cidade Nova fizeram com que, gradativamente, a população fosse se organizando em grupos, como Conselho Comunitário, Clube de Mães, centros desportivos e grupos de jovens. Esses grupos passaram a visitar os órgãos públicos, reivindicando melhorias para o bairro. Foi por meio dessas lutas que a comunidade se mobilizou junto à Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN) e à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e conseguiu que a luz elétrica chegasse ao bairro. A luz chegou em 1975, a água só chegou em 1979, com a instalação de um chafariz. Água encanada nas residências só em 1982.

Mesmo com todas as dificuldades e lutas para melhorias da vida na Cidade Nova, a Prefeitura de Natal, no início da década de 1970, decidiu ampliar a miséria no local transferindo para o bairro todo o lixo da cidade de Natal. O lixo exposto a céu aberto passou ser fonte de sobrevivência de vários moradores, homens, mulheres e crianças, que viviam entre os bichos. Hoje o lixão não é mais na Cidade Nova. No lugar dele foi criada uma cooperativa de catadores de recicláveis que ainda hoje gera renda para muitas pessoas.

Expostas essas questões, ficam evidentes que as condições precárias existentes hoje na Cidade Nova estão relacionadas a forma como os moradores têm vivido no local desde o final da década de 1960. Trata-se de uma história de como o Estado brasileiro trata mal as classes populares. Foi nesse cenário de tantas carências que, nos anos 1980,

⁴⁴ BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda**: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010. p. 33.

começaram a ser pensadas as primeiras escolas para o povo de Cidade Nova. É isso que discutirei no próximo tópico.

1.2 A educação escolar na Cidade Nova

Hoje quem sai da Cidade da Esperança para a Cidade Nova pela avenida Solange Nunes do Nascimento, primeira estrada que ligou os dois bairros, encontrará uma via asfaltada, com construções dos dois lados e, perceberá muita agitação ao longo de todo percurso. Essa avenida, que ainda hoje é a principal via de acesso à Cidade Nova, foi durante muito tempo chamada de avenida Central.

Nessa avenida existem, atualmente, quatro escolas municipais e um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), localizados no mesmo quarteirão. Três dessas instituições podem ser vistas do lado esquerdo, sentido Cidade da Esperança para a Cidade Nova, logo na entrada do bairro. As escolas estão uma ao lado da outra (a primeira no sentido Cidade da Esperança para a Cidade Nova é a Escola Municipal Professor Luiz Maranhão; a segunda é o Centro Municipal de Educação Infantil Marize Paiva e a terceira é a Escola Municipal Professora Zeneide Igino de Moura) com a frente para a avenida Solange Nunes do Nascimento. Na primeira rua paralela à avenida em que estão localizadas a entrada dessas três instituições, em terreno que faz fronteira com uma dessas escolas, mas com a frente para a rua Dantas Barreto, está a Escola Municipal Professora Emília Ramos. Seguindo no mesmo sentido na avenida Solange Nunes do Nascimento, a aproximadamente 650 metros da escola Zeneide Igino, existe a única unidade da rede estadual de ensino: a Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova, que atende os ensinos fundamental e médio. Sobre essa escola, dedicarei uma atenção em especial ainda neste tópico.

A Escola Municipal professora Emília Ramos, inaugurada em 12 de setembro de 1988⁴⁵, é a mais antiga dessas quatro instituições e tem uma história bem peculiar, uma vez que é marcada pelo fato de a comunidade de ter tido uma participação decisiva na construção da escola, na escolha do terreno em que foi erguida a obra e na definição do da sua patrona⁴⁶. Importante destacar que essa escola nasceu com apenas quatro salas de aulas, sem muros que a cercasse. Na sua fundação essa instituição ainda se chamava

⁴⁵ CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. **Alfabetizar crianças**: um ofício, múltiplos saberes. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001. p. 113.

⁴⁶ Discutirei as peculiaridades da Escola Emília Ramos no próximo tópico deste trabalho.

Centro Infantil Emília Ramos. Só, posteriormente passou a ser assim denominada. Entretanto, o nome sempre a denominou.

A Prefeitura construiu uma escola e tornou a professora Emília Ramos a sua patrona, ainda que essas ações do executivo municipal tenham sido motivadas por mobilizações da População da Cidade Nova. De 1988 até 2008 a escola funcionou em um prédio com a entrada na Avenida Central⁴⁷. Eram ministrados nos turnos matutino e vespertino os ensinos infantil e fundamental (do 1º ao 5º ano) e, no turno noturno, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (do 1º ao 9º ano). O forte dessa escola era a proposta de trabalhar com a alfabetização de adultos, em razão do alto número de pessoas na comunidade que ainda não tinham atingido o letramento. No que se refere à alfabetização infantil, não existia uma ação específica para a esse público, uma vez que a ação da escola contemplava uma faixa etária mais ampla do que a alfabetização.

Em dezembro 2008, no final da gestão de Carlos Eduardo Alves como Prefeito de Natal (5 de abril de 2002 até 1 de janeiro de 2009) que tinha a professora Justina Iva de Araújo Silva, na condição de secretária de Educação, o Município comprou o terreno e as instalações de um ginásio de esportes – até então pertencente ao Impacto Colégio e Curso, escola situada na Cidade da Esperança – e o adaptou para receber a Escola Municipal Emília Ramos, que continuou atendendo na nova estrutura alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno (exclusivamente EJA).

Desde o início da gestão de Carlos Eduardo Alves havia uma enorme reclamação sobre as condições da escola por parte dos alunos, pais e professores. Segundo Moreira⁴⁸, professora da escola no período, tudo no prédio antigo era problema: as paredes davam choque, uma vez que havia fios elétricos sem proteção dentro das construções; os esgotos eram estourados; a encanação tinha constantes vazamentos; as estruturas estavam rachadas, o que poderia provocar desabamento. Diante dessas condições, a Prefeitura pediu para o setor de engenharia planejar uma reforma na escola. Esse setor, depois da análise, identificou que o prédio não tinha condições para reforma e precisava ser demolido. A partir dessa constatação, a opção da Prefeitura foi adaptar rapidamente a estrutura do antigo ginásio de esportes do Colégio Impacto e transferir a escola para aquele espaço. Essa adaptação foi feita de maneira aligeirada, uma vez que o mandato do prefeito estava no seu final.

⁴⁷ Em dezembro de 2008, foi inaugurado um novo prédio para a escola, conforme indica a placa fixada na entrada Escola Emília Ramos e o Projeto Político Pedagógico da escola, p. 9.

⁴⁸ Nome fictício dado por mim à professora.

Logo depois da transferência da escola, o prédio condenado foi todo derrubado, ficando de pé apenas a fachada. De 2008, quando foi derrubada, até 2010, só existia a frente do prédio. Em 2010, Micarla de Souza, então prefeita de Natal, diante das demandas por mais vagas nas escolas da Cidade Nova, resolveu construir uma nova escola a partir da fachada existente: a Escola Municipal professora Zeneide Igino de Moura, que passou a atender a alunos do 1º ao 5º ano do ensino Fundamental. A escola foi inaugurada em 4 de maio de 2010⁴⁹.

O novo prédio da Escola Zeneide Igino começou a apresentar problemas estruturais ainda em 2010⁵⁰, mas continuou funcionando nas instalações até 2015, quando a Prefeitura decidiu alugar uma casa, provisoriamente, próximo ao prédio da Escola Zeneide Igino, para abrigar toda a escola⁵¹. Na casa alugada a escola ficou desde 2015 e tem uma promessa do prefeito Álvaro Dias para retornar ao prédio original em abril de 2023.

Importante destacar que entre 2015 (quando ocorreu a mudança para a casa alugada) e 2018 (quando foram iniciados os primeiros levantamentos para reforma do prédio), as instalações originais da Escola Municipal Professora Zeneide Igino de Moura ficaram completamente abandonadas.⁵²

O Centro de Educação Infantil Marize Paiva foi criado no ano de 2004 e atende crianças entre três anos e meio e seis anos de idade⁵³. Esse CMEI atende atualmente a trezentas e vinte crianças, contando com um quadro funcional de catorze educadores infantis e dezessete funcionários.

⁴⁹ ESCOLA inaugurada em Cidade Nova garante qualidade no ensino. Disponível em: www.prefeitura.natal.br/news/post/3100. Acesso em: 20 jul. 2021.

⁵⁰ Micarla de Souza foi prefeita de Natal entre 1 de janeiro de 2009 a 31 de outubro de 2012, quando foi afastada do cargo. Sua gestão foi muito tumultuada em razão de uma série de denúncias. Nesse cenário, Micarla de Souza inaugurou a escola, mas não realizou ações necessárias para a melhoria do prédio.

⁵¹ Segundo o jornal *AgoraRN*, foi a direção da escola quem procurou o imóvel a ser locado para abrigar a escola. Sobre a mudança da escola para a casa alugada, cf.: PREFEITURA diz que vai reconstruir escola abandonada em Cidade Nova, na Zona Oeste de Natal. *AgoraRN*, Natal, 16 out. 2017. Disponível em: <https://agorarn.com.br/geral/prefeitura-diz-que-vai-reconstruir-escola-abandonada-em-cidade-nova-na-zona-oeste-de-natal/> Acesso em 20 jul. 2021.

⁵² PREFEITURA diz que vai reconstruir escola abandonada em Cidade Nova, na Zona Oeste de Natal. *AgoraRN*, Natal, 16 out. 2017. Disponível em: <https://agorarn.com.br/geral/prefeitura-diz-que-vai-reconstruir-escola-abandonada-em-cidade-nova-na-zona-oeste-de-natal/> Acesso em 20 jul. 2021.

⁵³ Em junho de 2004, com pouco tempo de inaugurado, desabou o teto do Centro de Educação Infantil Marize Paiva. O acidente aconteceu durante a realização de uma festa e cerca de cento e cinquenta pessoas (crianças e professores) ficaram feridos. Esse acidente permite inferir a pouca preocupação do poder público com as construções das obras públicas na periferia. Cf.: OLIVEIRA, Eduardo de. Teto de escola desaba e fere 150 em Natal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2004. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2006200416.htm> Acesso em: 20 jul. 2021.

Paralelamente a construção da Escola Emília Ramos, foi edificada, durante os anos de 1987 e 1988 a Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho, que foi legalmente criada, por meio do Decreto Municipal nº 3.825, em 6 de dezembro de 1988.⁵⁴ Apesar de criada em 1988 e ter começado a funcionar no ano de 1989⁵⁵, a autorização de funcionamento dessa escola só aconteceu em 13 de fevereiro de 1996, por intermédio da Portaria nº 78 emitida pelo Prefeito de Natal e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte em 17 de fevereiro do mesmo ano⁵⁶.

Quando inaugurada, em 1988, essa escola foi construída em formato de “U”, sem muros circundando o prédio. Do lado direito de quem fica de costas para a escola, existia uma oficina de marcenaria e quatro salas de aula. Na parte de ligação do “U” havia dois banheiros. No lado esquerdo estavam a secretaria, direção, gabinete odontológico, almoxarifado, duas salas de aula e uma cozinha com dispensa. No Centro do “U” estavam uma quadra de esporte, a biblioteca e refeitório. De 1988 aos dias atuais aconteceram algumas modificações na estrutura do prédio. Atualmente essa escola teve a sua estrutura original ampliada. Assim, foram construídas mais sete salas de aula (fora do “U”), o que faz com que existam na escola, ao todo, treze salas. À estrutura da escola foram ainda acrescentadas: o muro ao redor de todo o terreno; quatro salas de apoio (planejamento dos professores, vídeo, recursos multifuncionais para alunos com deficiências e informática) e uma guarita foi erguida ao lado do portão central. No que se refere à oferta, hoje a escola atende a alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental regular nos turnos matutino, vespertino. No noturno a escola não realiza nenhuma atividade.

Importante ressaltar que os que fazem a Escola Luiz Ignácio Maranhão Filho, desde a sua inauguração, em 1988, lutam para que seja construída uma quadra esportiva na escola, distante da região central do “U”. Na época em que o prédio da Escola Emília Ramos foi demolido, havia a promessa de que seria construída uma quadra naquele

⁵⁴ A Escola Luiz Maranhão Filho foi inaugurada no último mês da gestão de Garibaldi, que foi Prefeito de Natal entre 1 de janeiro de 1986 e 1 de janeiro de 1989.

⁵⁵ Wilma Maia, ex-esposa do ex-governador Lavoisier Maia, realizou, entre 1 de janeiro de 1989 e 1 de janeiro de 1993, sua primeira gestão como prefeita de Natal. Nos primeiros seis meses de gestão, o secretário de educação de Wilma Maia foi Moacyr de Góes, que havia sido secretário de educação na gestão de Djalma Maranhão e coordenado a execução da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Foi na gestão de Moacyr de Góes que a escola efetivamente passou a funcionar. Importante destacar que Wilma Maia na campanha realizada em 1988, foi candidata pelo PDT e se apresentava como candidata de esquerda, apesar de ter apoiado o regime militar, durante toda a sua vigência. Para se ter uma ideia da nova face de Wilma Maia, pode-se observar que em pronunciamentos durante sua gestão como prefeita, ela usava como fundo musical o hino da Internacional Socialista. É essa ligação de Wilma Maia com a esquerda que explica a opção de Moacyr de Góes como secretário de educação.

⁵⁶ PROJETO Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Luiz Ignácio Maranhão Filho, Natal, 2018, p. 41.

terreno. Entretanto, a Prefeitura optou por construir a Escola Zeneide Igino. Posteriormente, a equipe da escola tentou que a quadra fosse erguida no terreno em que foi construído o Centro de Educação Infantil Marize Paiva. Efetivamente, a quadra nunca foi construída.

Pelo exposto neste tópico, fica claro que cinco instituições municipais de ensino da Cidade Nova estão concentradas em um mesmo quarteirão. Dessas cinco instituições, quatro são as únicas mantidas pelo município de Natal para atender a crianças, adolescentes jovens e adultos que estudam do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

A educação infantil é um caso à parte. Além do Centro de Educação Infantil Marise Paiva, que está localizado no quarteirão acima indicado, existem mais três CMEI: Saturnina Alves, José de Alencar e o Itacira Bento, que fica em frente à Escola Municipal Professor Luiz Maranhão, do outro lado da avenida Solange Nunes do Nascimento.

Mesmo não sendo o objeto deste trabalho, considero importante situar a oferta de quatro CMEI na Cidade Nova, uma vez que essa oferta em um bairro poderia aparentar simples compromisso do gestor municipal com a educação infantil. Nesses termos julgo conveniente lembrar que o ensino para crianças de zero a seis anos está associado a uma das diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que instituiu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e definiu que esse nível de ensino teria as funções de educar e de cuidar, deixando de enfatizar apenas o cuidado assistencialista adotados pelas creches ao longo do século XX.

Em Natal, surgiram em 2004, os primeiros quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), entre eles o Centro de Educação Infantil Marize Paiva. A cidade vivia sob a gestão do prefeito Carlos Eduardo Alves e da secretária de Educação Justina Iva de Araújo Silva. A partir da criação desses centros, o Município de Natal passou a, gradativamente, desativar as creches, até então pertencentes à Secretaria de Trabalho e Bem-estar Social e transferir as crianças para os CMEI, geridos pela Secretaria de Educação do município⁵⁷.

Observando-se esse cenário pode-se imaginar que a Cidade Nova tem uma oferta educacional compatível com as suas necessidades e que historicamente essa oferta tem

⁵⁷ A partir de 2006, com a criação da POLÍTICA nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação (PNEI), ocorreu o fortalecimento das políticas que visavam transferir a educação infantil das secretarias de trabalho para as secretarias de educação.

vido, pelo menos, quantitativamente suficiente desde o surgimento do bairro. Entretanto, o que os estudos sobre o bairro mostram é uma história bem diferente.

Em 1981 a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação (MEC) instituiu o projeto “Interação entre Educação Básica e os diferentes contextos educacionais existentes no país”, vinculado ao III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PSECD)⁵⁸ – 1980/85.

A linha programática do projeto “Interação entre Educação Básica e os diferentes contextos educacionais existentes no país” estabeleceu como meta prioritária o desenvolvimento cultural como forma democratizar a vida nacional, valorizando, especialmente, os setores menos favorecidos economicamente da população brasileira. Nesse sentido, essa meta definia que a escola não seria o único agente do processo educativo, reconhecendo assim a importância para a educação dos grupos de teatro, música, escolas de samba, clube de mães e outras associações similares. Por essa lógica, as escolas, sobretudo das periferias urbanas, deveriam priorizar nos seus currículos o contexto cultural das populações a que se destinavam⁵⁹.

No Rio Grande do Norte a linha programática do projeto “Interação entre Educação Básica e os diferentes contextos educacionais existentes no país” foi assumida pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura, por intermédio da Subcoordenadoria de Atividades Culturais (SAC), que elaborou o projeto “Práticas educativas a partir do contexto cultural da comunidade” e o implantou, a partir de 1982⁶⁰, na Cidade Nova. Esse projeto favoreceu a construção da primeira escola do bairro, inaugurada em 1º de maio de 1984 (dia do trabalho), a Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova. Antes dessa construção, as escolas existentes funcionavam em lugares adaptados⁶¹.

A construção da escola União do Povo representou a concretização de uma reivindicação existente no bairro desde 1970. Desse ano até 1984, por diferentes canais,

⁵⁸ O III PSECD foi parte da política desenvolvida pelo general do Exército João Batista Figueiredo, então presidente da República e que ficou na Presidência entre 1979 e 1985. Cinco metas foram definidas nesse Plano: educação no meio rural; educação nas periferias urbanas; desenvolvimento cultural, valorização dos recursos humanos e, finalmente, planejamento e modernização técnico-administrativa.

⁵⁹ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 15-18.

⁶⁰ O “Práticas Educativas” foi implantado quando Lavoisier Maia ainda era governador do Estado e Luís Eduardo Carneiro Costa, professor do Departamento de História da UFRN, era o Secretário de Educação. Esse programa foi continuado na gestão do governador Agripino Maia, que sucedeu a Lavoisier Maia.

⁶¹ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 21.

os moradores da Cidade Nova reivindicavam uma escola para o bairro. A entrega de uma escola em área de 760 m², com espaços amplos e arejados representou uma vitória para os moradores e para os técnicos da Subcoordenadoria de Atividades culturais (SAC), órgão da Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte⁶².

A proposta da Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova, seguindo as trilhas do projeto “Práticas educativas a partir do contexto cultural da comunidade”, estabelecia que a nova instituição fosse “aberta e democrática”, abrindo espaços na escola não apenas para o saber escolar, mas também para a instalação de clube de mães, conselho comunitário, grupos de jovens, grupos de capoeira, entre outros.

O projeto de uma escola aberta e democrática na União do Povo de Cidade Nova não vigorou em razão de uma série de problemas de ordem administrativa, pedagógica, técnica e política⁶³. Entretanto, o projeto “Práticas educativas a partir do contexto cultural da comunidade”, mobilizou a comunidade, possibilitando o atendimento de uma série de pleitos em relação à educação.

A situação da Cidade Nova em termos de ofertas educacionais era extremamente precária até a década de 1980. Em 1969, logo após os primeiros moradores construírem as suas casas, surgiu uma escola particular⁶⁴ que, funcionando em duas casas pequenas, ensinava as primeiras letras a crianças em idade escolar.

Em 1970, padre Tarcísio Pereira de Carvalho, então pároco da Cidade da Esperança e responsável por prestar assistência religiosa católica aos moradores da Cidade Nova, firmou um convênio com a Secretaria Estadual de Educação e criou a Escola Santa Lúcia, destinada a alunos de primeira à quarta série do primeiro grau⁶⁵. Pelo convênio, o estado forneceria alguns professores e funcionários e a paróquia daria a instalação física, que foi concretizada em uma casa cedida por um morador do bairro.

⁶² FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 22.

⁶³ Fogem aos propósitos deste trabalho uma discussão sobre os motivos que impediram a plena execução da proposta democrática da Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova. Maiores informações sobre o tema, confira o conjunto desta dissertação: FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993.

⁶⁴ Na falta de uma denominação mais adequada, resolvi atribuir a expressão “escola Particular” para me referir a um tipo de ensino, que era comum na periferia, no qual uma pessoa (geralmente uma mulher) recebia seus alunos na própria casa. Não existia uma estrutura educacional propriamente dita.

⁶⁵ Importante destacar que as terminologias Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, só passaram a ser usadas após a aprovação da LDB de 1996. Anterior a esse período usava-se “Primeiro Grau” para o ensino da 1ª a 8ª séries e “segundo grau” para os três anos finais do ensino básico. Neste trabalho poderei usar 1º e 2º graus quando houver referências a informações anteriores a LDB.

Em 1973, os moradores da Cidade Nova construíram voluntariamente, com o dinheiro e mão de obra da própria comunidade, o Centro Social União dos Trabalhadores Cristãos de Cidade Nova. Depois de construído esse prédio, a Escola Santa Lúcia se transferiu para esse local, mas o convênio firmado em 1970 continuou vigorando nos mesmos moldes. Durante toda a existência dessa escola, a paróquia sempre precisou contratar professores, uma vez que o estado não fornecia o número de docentes necessários para a instituição.

Em 1980, surgiu a Escola Bom Jesus, uma instituição particular que funcionava na casa da proprietária e recebia crianças da pré-escola à quarta série de primeiro grau. Em 1981, o município de Natal alugou o prédio de um antigo cinema na Cidade Nova e nele instalou a Escola Municipal Professor Bernardo Nascimento, também destinada ao ensino de 1ª a 4ª série do primeiro grau. Nessa escola, havia, por um lado, a carência de materiais de expediente e de apoio às atividades pedagógicas e, por outro, o espaço físico das instalações era muito pequeno. Todo o espaço da plateia do cinema foi destinado às salas de aula, sem subdivisões entre elas. Não havia sala para direção ou para qualquer outro ambiente⁶⁶.

Nesse cenário vivenciado na cidade Nova, marcado pela existência de apenas três escolas de 1ª a 4ª série do primeiro grau, chegou ao bairro, em maio de 1982, o projeto “Práticas educativas a partir do contexto cultural da comunidade”. A equipe do projeto era composta por cinco técnicos da Subcoordenadoria de Atividades Culturais (SAC) da Secretaria Estadual de Educação: um pedagogo, um assistente social, um psicólogo, dois arte-educadores. Esses profissionais chegavam à comunidade por considerá-la uma área da capital “onde até então nenhum órgão oficial de fato havia se voltado para enfrentar a questão educacional”⁶⁷.

A equipe do “Práticas educativas” decidiu iniciar seu trabalho na Cidade Nova revendo as práticas pedagógicas existentes nas únicas três escolas do bairro: a Escola Santa Lúcia (mantida pelo convênio entre a Paróquia e o Governo do Estado); a Escola Bom Jesus (particular) e a Escola Municipal Bernardo Nascimento (que funcionava em

⁶⁶ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 56.

⁶⁷ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 57.

um prédio de um antigo cinema)⁶⁸. Para realizar essa ação, a equipe resolveu discutir com todos os segmentos que faziam parte dessas escolas: pais, professores, alunos, direção, técnicos e pessoal de apoio, além dos grupos existentes na comunidade⁶⁹. Essa discussão teve o objetivo de discutir o perfil da população da Cidade Nova, abordando aspectos “históricos, políticos, geográficos, econômicos e manifestações culturais”⁷⁰.

Esse processo foi feito a partir de discussões específicas com professores, servidores, pais, alunos e associações de base. Com os professores aconteceram vários encontros no decorrer de 1983. A equipe do “Práticas educativas” definiu que os professores debateriam em torno de quatro temas: “Como é a nossa escola hoje? Como deveria ser a nossa escola? Por que a escola não é como você deseja? Como funciona a sociedade?”⁷¹

Nas discussões com os professores, o que foi constatado pela equipe coordenadora do projeto foi que aconteceram mudanças nas concepções, uma vez que muitos docentes no início dos debates expressavam ideias do senso comum e foram, gradativamente, incorporando concepções teóricas que lhes permitiram olhares mais críticos sobre a sociedade. Essa percepção de mudança no olhar das pessoas sobre o mundo que as cercava foi – segundo os relatórios do projeto – uma constante em todos os segmentos.

Em relação aos professores, no início das discussões, a maioria deles quando se referiam ao termo sociedade o associavam a algo restrito e harmônico, a uma entidade beneficente, recreativa, social e religiosa. Entretanto, esses professores foram percebendo, ao longo dos debates, que a sociedade era muito maior e possuía classes com interesses antagônicos e permanentemente conflitantes.

No tocante a percepção sobre o papel da escola, inicialmente a maioria dos professores considerava que essa instituição tinha apenas o papel de ensinar, não importando o tipo de ensino a ser ministrado. No que se referia ao fato da escola não

⁶⁸ Ratifico que todas essas escolas eram de primeira à quarta série. Nenhuma turma além da quarta série existia no bairro até maio de 1984, quando foi criada a Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova.

⁶⁹ Para efeito deste trabalho resolvi discutir apenas os resultados dos debates do “Práticas educativas” com os professores, com os pais e com os grupos da comunidade. Minha opção está associada ao fato de que pretendo demonstrar como o trabalho do projeto “Práticas educativas” favoreceu para a criação da Escola Municipal Luiz Ignácio Maranhão Filho e, nesse caso, esses três segmentos já são suficientes para atingir o meu objetivo.

⁷⁰ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 58.

⁷¹ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 59.

atender às aspirações dos diferentes segmentos que dela participavam, a ideia inicial era que motivos individuais e localizados eram os causadores dessas insatisfações. No que dizia respeito a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, a percepção inicial era que se tratava da boa vontade dos governos com os pobres.

Essas percepções foram modificadas no decorrer do projeto e os docentes passaram a enxergar três novas percepções: o ensino tinha uma forte conotação política, importando os conteúdos e métodos a serem trabalhados; a escola fazia parte de uma política pública, evidenciando que o seu sucesso ou fracasso associa-se a essa política; e, finalmente, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino era uma prestação de serviço do Estado a partir dos impostos arrecadados⁷².

As discussões do “Práticas educativas” com os pais foram feitas em reuniões realizadas com esses personagens nas escolas dos seus filhos. A equipe de coordenação do “Práticas educativas” procurou discutir nesses encontros as dificuldades encontradas por esses pais na escola e no bairro. Os resultados das discussões foram sistematizados pela equipe coordenadora do projeto, que identificou os seguintes problemas elencados, nas três escolas, pelos pais: escola em quantidade insuficiente, merenda escolar, carteiras, livros didáticos, posto de saúde, água encanada, esgoto e carro do lixo; dificuldades na aprendizagem dos alunos e muitos assaltos no bairro. Diante de todos esses problemas, os pais decidiram que a prioridade da Cidade Nova era a construção de uma escola, uma vez que os estabelecimentos existentes não tinham “cara” de escola⁷³.

Paralelamente aos encontros com professores e pais, a coordenação do “Práticas educativas” se reuniu também com as associações existentes no bairro: grupo de jovens, conselho comunitário, grupo de capoeira e movimento pró-saúde. O encontro com esses grupos não foi simples.

O contato dos membros do “Práticas educativas” com os grupos foi iniciado com o presidente do Conselho Comunitário, que também indicou o responsável pelo “Clube de Jovens”, que já existia no bairro. Esse Conselho havia surgido em 1982, antes da chegada do “Práticas Educativas” na comunidade.

⁷² FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 60.

⁷³ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 64-65.

Os coordenadores do projeto foram se reunindo com esses grupos e descobriram que o presidente do Conselho era quem havia criado o “Clube de Jovens” e indicado o seu presidente. Nas reuniões, segundo Fernandes, os membros do “Práticas Educativas” foram percebendo que tanto o Conselho Comunitário, quanto o Clube de Jovens, desenvolviam apenas atividades assistencialistas e religiosas no âmbito dessas entidades.

Importante destacar que o surgimento do Conselho Comunitário da Cidade Nova, em 1982, esteve associado a uma política de aproximação da Prefeitura de Natal, durante a gestão de José Agripino Maia⁷⁴, que durou de 1979 e 1982, período em que houve uma enorme aproximação da Prefeitura com as entidades de bairro. Entretanto, analisando-se historicamente a questão, percebe-se que a atuação de Agripino Maia com as comunidades não era uma ação isolada da Prefeitura de Natal. Nesse sentido, pode-se afirmar que Agripino Maia, ao lado de outros políticos do Nordeste, como Gustavo Krause⁷⁵, em Recife, e Lucia Braga⁷⁶, na Paraíba, dentre outros jovens personagens, vinculados ao Regime Militar, destacaram-se no cenário dessa região, aparecendo na política partidária como novos, estimulando a participação popular e a democracia⁷⁷. Tratava-se de uma nova face dos grupos que haviam apoiado o regime de arbítrio e que passavam a assumir o discurso da democracia.

Foi nesse cenário que surgiu no início de 1982 o Conselho Comunitário da Cidade Nova. Agripino Maia estimulava a criação de entidades de Bairros (clubes de mães, conselhos comunitários, grupos de jovens) para se contraporem a movimentos sociais que se organizavam nos bairros de Natal para lutar contra a ditadura. Havia cooptação das lideranças por parte da Prefeitura, que fornecia uma série de benesses a esses líderes e, a partir deles, aos comunitários que os apoiassem.

⁷⁴ José Agripino Maia foi prefeito de Natal entre 15 de março de 1979 e 15 de maio de 1982. Ele assumiu esse posto a partir da indicação do seu primo Lavoisier Maia, então governador do Rio Grande do Norte, seguindo os trâmites do regime militar, os prefeitos das capitais não eram eleitos e sim indicados pelos governadores. Tarcísio Maia, pai de José Agripino Maia havia sido governador do estado entre 1974 e 1978 e havia indicado Lavoisier Maia para substituí-lo no cargo.

⁷⁵ Gustavo Krause, por indicação do governador Marco Maciel, foi prefeito de Recife no mesmo período em que Agripino Maia foi prefeito de Natal: 1979-1982.

⁷⁶ Lucia Braga (esposa de Wilson Braga apoiador da ditadura militar brasileira), foi nomeada secretária de trabalho e bem-estar social em João Pessoa, desenvolveu uma série de “obras sociais”. Essas obras eram apresentadas por ela como símbolo de participação e democracia.

⁷⁷ Sobre esses jovens políticos vinculados à ditadura que apareciam na cena nordestina, entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, com o discurso da participação democrática, sugiro a leitura de três obras: ANDRADE, Ilza A. Leão. *Participação política não eleitoral ou partidária: Associações, Conselhos e Orçamento Participativo*. In: MARTINS, Carlos; LESSA, Renato (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Instituto Ciência Hoje; Discurso Editorial: Ed. Bacarolla, 2010. ANDRADE, Ilza A. Leão. **Política e poder: o discurso da participação**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1996. ANDRADE, Ilza A. Leão. **Desafios da gestão participativa no Nordeste**. 1 ed. Natal: EDUFRN, 2009.

Nessa conjuntura, marcada pelo alinhamento do Conselho Comunitário à Prefeitura de Natal, as reuniões do “Práticas educativas” possibilitaram a ampliação dos debates internos no Conselho Comunitário e no “Clube de Jovens”, que se transformou em um “Grupo de Jovens”. Pelo que se percebe nas análises de Fernandes, essa ampliação do debate trouxe amadurecimento político para as entidades, que passaram a estabelecer vinculações entre as lutas desses grupos, com as lutas da comunidade em geral e com as lutas por uma escola no bairro. Com essa nova percepção, aos poucos o grupo de jovens passou a realizar festas nas escolas, festival de música e poesia, apresentação de capoeira, além de produzir um jornal: “Sempre Alerta”⁷⁸. Todos esses eventos, segundo Fernandes, tinham o intuito de fortalecer as lutas da comunidade, em geral, e as lutas por escola, em particular.

O engajamento político do “Grupo de Jovens” fez com que seus participantes passassem a criticar com veemência as práticas desenvolvidas no Conselho Comunitário da Cidade Nova, que eram marcadas pelas ações assistencialistas e fortemente atreladas aos governos estadual⁷⁹ e municipal.

Nessa conjuntura, em 1983, já com José Agripino como governador do Estado e com Marcos César Formiga na Prefeitura⁸⁰, ocorreram as eleições para o conselho comunitário. Nesse pleito, o “Grupo de Jovens” conseguiu reunir e mobilizar os moradores, formando uma chapa de oposição a então diretoria. Entretanto, segundo os relatórios do “Práticas Educativas”, analisados por Fernandes, a eleição teve muita manipulação com o forte apoio da Prefeitura, o que contribuiu para a manutenção da diretoria⁸¹.

Em 1984, o grupo de jovens se mobilizou ainda mais do que no primeiro pleito e conseguiu vencer as eleições. Com a nova diretoria eleita, o Conselho Comunitário passou a apoiar fortemente as ações do “Práticas Educativas”. Assim, foram valorizadas

⁷⁸ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 66-67.

⁷⁹ Até 1982, o governador era Lavoisier Maia. Nesse ano foi eleito como Governador José Agripino Maia, que havia deixado a Prefeitura de Natal para se candidatar ao novo cargo. Era a primeira eleição depois de instaurado o Regime Militar em 1964.

⁸⁰ Quando assumiu o cargo de governador, José Agripino Maia indicou para ser prefeito de Natal o economista Marcos César Formiga, que ficou no poder entre 1983 e 1986. Marcos Formiga tinha sido secretário de Agripino Maia na Prefeitura e assumiu a gestão municipal para dar continuidade as práticas do antigo prefeito e ser aliado político.

⁸¹ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 67-68.

as ações que estimulavam a interação entre as atividades relacionadas às escolas e com as lutas gerais da comunidade.

Paralelamente às ações realizadas com o Conselho Comunitário e com o “Grupo de Jovens”, a equipe do “Práticas Educativas” desenvolveu atividades junto ao “Grupo de Capoeira”. Expressão cultural do bairro, a capoeira era malvista pela comunidade e percebida de maneira limitada pelos seus próprios praticantes. Para a comunidade a capoeira era uma atividade marginal, enquanto para os seus praticantes era apenas uma luta de ataque e defesa. Para resolver esse problema, a coordenação do “Prática Educativas” introduziu a capoeira na escola e a introduziu como recurso didático do currículo. Essa ação adotada valorizou a capoeira como expressão cultural e estimulou ainda mais a participação dos membros do “Grupo de Capoeira” no “práticas educativas”⁸².

Nesse cenário, segundo Fernandes, o “Práticas Educativas” cresceu e avançou em suas pautas, uma vez que teve uma ampliação do número de pessoas que participavam das reuniões e fortaleceu a pauta emergencial definida nas reuniões pelos diversos segmentos do bairro: a construção de uma escola de 1º e 2º graus.

Essa pauta tornou-se emergencial na medida em que, segundo Fernandes, os moradores se indignavam ao perceber que mais de 70% das crianças e adolescentes em idade escolar que moravam na Cidade Nova estavam fora da escola. Eles não estudavam, conforme depoimentos coletados pelos membros do “Práticas Educativas”, porque não tinham condições, sobretudo financeiras, para se deslocar para outros bairros com o intuito de ter acesso à escola⁸³.

A campanha em prol da escola de 1º e 2º graus na Cidade Nova, segundo Fernandes, ganhou concretude no “I Festival de Música e poesia da Cidade Nova”, ocorrido em 1983, sob a coordenação do Grupo de Jovens, com o apoio do “Práticas Educativas”. Segundo a autora, esse festival teve o objetivo, por um lado, de descobrir e valorizar os artistas do bairro e, por outro, conseguir apoio e coletar assinaturas⁸⁴ para um

⁸² FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 68.

⁸³ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 70.

⁸⁴ Importante destacar que, além das assinaturas coletadas durante o Festival, foi feita uma grande campanha pelas ruas do bairro, com o intuito de completar as três mil assinaturas.

Manifesto, que almejava reunir assinaturas de três mil habitantes da Cidade Nova em favor da construção de uma escola de 1º e 2º graus para o bairro⁸⁵.

Conquistadas as três mil assinaturas, o “Práticas Educativas”, conseguiu uma audiência dos moradores da Cidade Nova com o governador José Agripino Maia⁸⁶. Nessa audiência, ocorrida em outubro de 1983, no Palácio Potengi, então sede do Governo do Estado, foi entregue ao governador o manifesto com as três mil assinaturas. Na ocasião o governador se comprometeu em atender à reivindicação, construindo a escola naquele mesmo ano.

Importante destacar que Agripino Maia ao assumir o Governo do estado nomeou como secretário de Educação Genivan Josué Batista, que ficou no cargo poucos meses. Em substituição ao antigo secretário, em 5 novembro de 1983, José Agripino nomeou Hélio Xavier de Vasconcelos⁸⁷, homem com uma tradição de lutas ligadas à esquerda. O nome de Hélio Vasconcelos no governo do PDS, que havia sustentado a ditadura, estava vinculado ao discurso de Agripino que propunha um governo democrático e com ampla participação. Na Secretaria de Educação, Hélio Vasconcelos levou para o seu gabinete algumas pessoas que haviam militado na esquerda nos anos 1960, como Omar Pimenta e Carlos Lyra, além de retomar institucionalmente as relações com Calazans Fernandes, secretário de educação de Aluizio Alves. Foi Calazans Fernandes que coordenou a campanha de alfabetização realizada por Paulo Freire no município de Angicos.

Hélio Xavier de Vasconcelos, durante a gestão que desenvolveu na Secretaria de Educação, procurou encampar as reivindicações vindas das comunidades, o que ia de encontro aos objetivos de José Agripino e do próprio governo do presidente Figueiredo, que se apresentavam como democratas, contrapondo-se as pautas dos movimentos que desejavam eleições diretas para presidente. O discurso do PDS (Partido do Governo) era que a ditadura havia se renovado e naquele momento havia se transformado em uma democracia.

⁸⁵ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 71.

⁸⁶ José Agripino Maia deixou a Prefeitura de Natal em maio de 1982 e se candidatou a governador do Rio Grande do Norte pelo PDS, contra Aluizio Alves (PMDB). A eleição ocorreu em 15 de novembro de 1982 e Agripino Maia saiu vitorioso, tendo governado o Estado em 15 de março de 1983 a 15 de março de 1986.

⁸⁷ Hélio Xavier de Vasconcelos (1923-2013) cursou Direito na UFRN, concluindo o curso em 1961. Durante a graduação atuou como importante liderança estudantil. Fez oposição ao Golpe de 1964, chegando, nos anos 1970, em razão de seus posicionamentos políticos a ser preso em Fernando de Noronha. Foi libertado da prisão naquela ilha somente com a anistia. Cf.: MORRE aos 89 Anos Hélio Vasconcelos, ex-presidente da OAB. **Tribuna do Norte**, Natal, 17 dez. 2013.

Hélio Vasconcelos, mesmo atuando no governo Agripino Maia, continuou deixando evidente suas posições políticas, que ainda eram ratificadas anos depois que ele deixou a secretaria de educação do Estado. Para ilustrar esse posicionamento de Vasconcelos, posso citar um trecho do discurso dele quando assumiu a presidência da OAB em 1 de fevereiro de 1993:

Escolhi dois colegas advogados para neles sintetizar a nossa gratidão. Refiro-me às pessoas de Carlos Antônio Varela Barca, nosso ex-presidente, valoroso, combativo, inteligente, probo, grande defensor das públicas liberdades; o outro, **Luiz Ignácio Maranhão Filho, advogado dos humildes, patriota convicto, estudioso dos problemas brasileiros, digno e forte, bárbara e covardemente trucidado nos porões da ditadura.** Um cristão [Varela Barca], o outro socialista [Luís Maranhão Filho], ambos com os mesmos sentimentos, os mesmos sonhos, as mesmas esperanças. A eles e tantos outros que se foram a nossa homenagem [...] ⁸⁸ (Grifos meus).

A referência a Luiz Ignácio Maranhão demonstra o vínculo entre ele e o líder comunista desaparecido em 1974. Essa citação nos permite inferir que a sua gestão na Secretaria de Educação deve ter favorecido a atuação do “Práticas Educativas”, mesmo considerando os limites políticos do próprio governador, que efetivamente não desejava que proliferassem ações populares que pudessem questionar os governos apoiadores do regime de arbítrio.

Depois da reunião com o governador José Agripino Maia, ocorrida em outubro de 1983, como já mencionei, foi autorizada a construção da escola e, logo em novembro do mesmo ano, Hélio Vasconcelos passou a coordenar as conversas com a comunidade para o funcionamento da escola.

Enquanto a escola era construída, os membros do “Práticas Educativas” continuaram realizando encontros com a comunidade, em geral, e com as escolas, em particular, para discutir como seria a gestão da nova escola. Assim, em 8 de abril de 1984, foi realizada uma assembleia com a comunidade, coordenada pelos técnicos do “Práticas Educativas e com a participação de diversos segmentos da Cidade Nova: pais; alunos; representantes do Conselho Comunitário; o “Grupo de Jovens”; representantes dos “Clube de Mães”; e, diretores, técnicos administrativos e pessoal de apoio das escolas.

⁸⁸ Citado por Moacyr de Góes. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/helio/apresentacao.htm> Acesso em 23 de agosto de 2022.

Nessa reunião foi discutida a seguinte pauta: a data da inauguração da escola, a escolha do nome da escola e a indicação da diretora e da vice-diretora⁸⁹.

A escolha pela comunidade do nome da escola e da indicação dos seus gestores era uma grande inovação para o ensino público no Rio Grande do Norte e em Natal. Até então, os diretores escolares eram indicados pelo governador e pelo prefeito como instrumentos de poder dos governantes para fortalecer o seu poder junto aos seus aliados. De maneira idêntica, os nomes das escolas eram selecionados para marcar a presença de quem estava no poder na memória da comunidade que receberia a instituição.

No processo para escolha do nome da escola, ocorreu um debate no qual os participantes podiam apresentar sugestões de nomes, defender os nomes que indicaram e, em seguida, votar nos nomes indicados. Ao todo foram apresentadas cinco propostas de nomes para a escola⁹⁰. O nome escolhido foi a indicação do Grupo de Jovens: Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova⁹¹.

Importante destacar que o presidente do Conselho Comunitário havia indicado o nome de Lauro Maia (pai do ex-governador Lavoisier Maia) como patrono da escola, mas ele mesmo, diante dos debates acalorados que incluíam discursos contrários ao clientelismo, retirou a proposta, demonstrando, na interpretação de Fernandes, “sua debilidade ou isolamento na forma personalista e clientelista de fazer política em contradição com a postura participacionista e crítica do ‘Grupo de Jovens’”⁹².

Essa observação de Fernandes nos permite destacar que nos anos 1980, em razão do crescimento dos movimentos populares e do discurso contrário ao poder de arbítrio então constituído, há um forte recuo nas falas públicas em defesa da ditadura. Nesse sentido, os políticos que apoiaram os governos militares passaram a defender valores democráticos. Por sua vez, influenciados por essas ideias, os seus cabos eleitorais ficaram

⁸⁹ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 74.

⁹⁰ As cinco propostas apresentadas foram as seguintes: Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova, que foi a proposta vencedora; Escola Estadual Lauro Maia, que foi apresentada pelo Presidente do Conselho Comunitário da Cidade Nova (Lauro Maia era o pai de Lavoisier Maia, antecessor de Agripino Maia no Governo do Estado); Escola Estadual Santa Lúcia, que foi sugerido por um comunitário; Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, também sugerido por outro comunitário e, finalmente, Escola União faz a Força, indicada por um comunitário.

⁹¹ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 75.

⁹² FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 75.

inseguros na defesa de propostas que se aproximavam de práticas autoritárias e clientelistas.

No tocante à escolha dos dirigentes da nova escola, também aconteceu um debate nos moldes semelhantes ao ocorrido para a indicação do nome da escola. Para a direção da escola foram apresentadas pela assembleia três sugestões⁹³, entre as quais saiu como vitoriosa a proposta de que a nova diretora da escola fosse a mesma diretora que administrava a Escola Santa Lúcia, já existente no bairro. Para vice-diretora, a assembleia indicou, por unanimidade, a então diretora da Escola Bom Jesus⁹⁴.

No dia 14 de abril de 1984, seis dias após a assembleia que indicou os nomes da escola, da diretora e da vice-diretora, aconteceu uma nova assembleia comunitária na Escola Santa Lúcia”, coordenada por membros do “Grupo de Jovens” e contou com a presença do professor Hélio Vasconcelos, então secretário estadual de educação e dos membros do “Práticas Pedagógicas”.

Nessa assembleia foi entregue ao secretário estadual de educação um documento contendo seis reivindicações: 1) que o nome da escola fosse Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova; 2) que a diretora da escola fosse a então diretora da Escola Santa Lúcia; 3) que a vice-diretora da escola fosse a diretora da Escola Bom Jesus; 4) que os técnicos administrativos e pessoal de apoio da nova escola fossem todos moradores da Cidade Nova; 5) que a comunidade participasse ativamente na programação de inauguração da escola; 6) que a partir de 1985 a escola ofertasse vagas de 5ª a 8ª série, uma vez que não havia esse nível de ensino no bairro.

Dessas reivindicações o secretário de educação não aceitou duas delas: 1) a indicação da vice-diretora, que não tinha mais idade legal para ser nomeada; 2) a participação da comunidade na programação para a solenidade de inauguração da escola, uma vez que, segundo o secretário de educação, as programações oficiais de inaugurações do Governo do Estado eram organizadas por uma equipe específica que existia no gabinete do governador.

Importante destacar que, na percepção de Fernandes, as reivindicações apresentadas pela comunidade da Cidade Nova ao poder público (representado tanto pelo

⁹³ As três propostas apresentadas foram as seguintes: que a diretora da escola, fosse a diretora da Escola Santa Lúcia, que foi a vitoriosa; que a Secretaria Estadual de Educação indicasse a diretora e que a nova dirigente fosse uma pessoa da comunidade.

⁹⁴ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 76.

governador, quanto pelo secretário de educação) não tiveram qualquer caráter de confronto. Na visão da autora, naquele momento o Estado brasileiro, no plano nacional e estadual, tinha uma diretriz que estimulava a participação das comunidades como instâncias importantes para legitimar um discurso de que se vivia em um país democrático⁹⁵. Ainda que esse Estado, por diversas vezes, tenha tutelado a participação popular, na Cidade Nova, surgiram ações que romperam com essa lógica.

Vale ressaltar também que a movimentação popular na Cidade Nova representava a primeira vez que a comunidade se organizava para exigir direitos sociais a partir do que estava determinado nas políticas públicas. Obviamente, não se pode esquecer que o “Práticas Pedagógicas” foi essencial para a organização da comunidade. Nesse sentido, cumpre-se observar as diretrizes do governo do general Figueiredo que estava possibilitando a construção de um discurso democrático.

Apesar das lutas na Cidade Nova representarem avanços em prol da participação, torna-se necessário perceber os limites que o governo do Rio Grande do Norte estabelecia a essa participação, como ocorrido no planejamento da inauguração da escola e durante a própria solenidade. Na programação organizada pelo Governo do Estado foi permitido que apenas falassem pela comunidade o presidente do Conselho Comunitário (que agradeceu ao governador Agripino Maia por ter construído a escola), a futura diretora da escola e o representante do “Grupo de Jovens”, que fez um discurso que confrontou a ideia de que a escola foi um “presente” do governador para a comunidade. No seu discurso o representante do “Grupo de Jovens” assim se pronunciou:

A escola chega em Cidade Nova com bastante atraso, e nós comunitários, entendemos, que ela não é um presente, mas o resultado de uma luta que teve início há treze anos. E que a comunidade compreende a educação como um direito de todos e dever do Estado⁹⁶.

As palavras do representante do “Grupo de Jovens” demonstram que havia um processo de amadurecimento político da comunidade no decorrer do processo de organização que resultou na construção da escola. Entretanto, torna-se importante observar que o discurso do “Grupo de Jovens” não destoou do discurso do poder, na

⁹⁵ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 77.

⁹⁶ Discurso do representante do “Grupo de Jovens”, apud, FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 82.

ocasião representado por Hélio Vasconcelos, então secretário de educação que se dirigiu ao público com as seguintes palavras:

Emociona-me inaugurar uma escola que, por sugestão da comunidade que a recebe, se denomina “União do Povo de Cidade Nova”, não só pelo nome, mas, sobretudo, pelo que representa. Foi toda uma comunidade que se mobilizou, traçando planos, enfrentando o pessimismo de alguns e a incompreensão de outros, mas que, obstinadamente, queria transformar um sonho em realidade⁹⁷.

A solenidade de inauguração da escola nos discursos do representante do “Grupo de Jovens” e do secretário de educação pareciam demonstrar a ideia de uma conquista do povo da cidade Nova. Entretanto, para surpresa dos membros do “Práticas Pedagógicas” e de alguns comunitários que haviam participado da luta pela escola que estava sendo inaugurada, o Governo do Estado pagou um carro de som de alta potência para abrilhantar os festejos. Do carro de som, o locutor afirmava, repetidamente, a frase “A inauguração é pra JÁ⁹⁸”, tendo como fundo musical a lambada que havia se tornado o símbolo da campanha de José Agripino para o Governo do Estado em 1982.

O que se pode observar, diante desse cenário, é que apesar dos discursos de estímulo a participação da comunidade e das práticas democráticas que conduziram toda a organização da comunidade até a inauguração da escola, o Governo do Estado atuou para esvaziar o significado organizativo da população e apresentar à escola para a comunidade como um benefício do governador.

A equipe do “Práticas Educativas” logo após a inauguração tentou trabalhar com a comunidade como as lutas sociais são manipuladas pelos governos, mas percebeu que – apesar de muitos terem compreendido o sentido da luta democrática – muitos dos moradores incorporaram o discurso da escola construída como um benefício do poder.

Depois de inaugurada, a Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova passou a conviver com outros problemas. A escola projetada para atender a aluno de 5ª a 8ª séries e do 2º grau, teve que receber alunos de 1ª a 4ª série, uma vez que existiam muitas crianças fora da escola. Só no ano seguinte a escola passou a receber alunos de 5ª a 8ª série e, bem posteriormente passou a atender o 2º grau.

⁹⁷ VASCONCELOS, Hélio apud FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 83.

⁹⁸ O JÁ era uma referência a José Agripino.

A escola projetada para atender a 640 alunos⁹⁹, já no primeiro ano de funcionamento matriculou 790 estudantes¹⁰⁰. Os problemas decorrentes dessa superlotação foram inúmeros e a equipe do “Práticas Educativas” foi, por um lado, tendo muitas dificuldades para continuar a execução de projetos e, por outro, foi, gradativamente, tendo as suas funções esvaziadas. Essa situação não atingiu apenas o Rio Grande do Norte. Em vários estados as diretrizes do Governo Figueiredo para a educação não mais vigoravam. O Governo Sarney já atuava com outras prioridades.

Nesse cenário, em agosto de 1986, O Grupo de Trabalho do projeto “Interação entre Educação Básica e os diferentes contextos educacionais existentes no país”, em reunião no Ministério da Educação, em Brasília, decidiu pela não renovação do “Projeto Práticas Educativas a partir do contexto cultural da comunidade”. Dessa forma, sem escutar a comunidade, o projeto foi extinto¹⁰¹.

A partir dessas ideias não é possível afirmar o quanto as ações do “Práticas Educativas” contribuíram efetivamente para desenvolver uma prática de discussões e participação dos moradores da Cidade Nova. Entretanto, é possível afirmar que a condução dada às lutas no bairro (desde a decisão de unir os moradores em prol da construção de uma escola pública, até os primeiros anos de funcionamento da Escola Estadual União do Povo da Cidade Nova) foi essencial para o conjunto de reivindicações que a comunidade passou a desenvolver coletivamente – e sem amparo de ações do Estado - a partir da extinção do “Prática Educativas”.

Foi a partir das lutas da comunidade pela ampliação das escolas públicas na Cidade Nova que ocorreu a construção da Escola Municipal Luiz Ignácio Maranhão Filho. Será um novo processo de luta da comunidade com um novo interlocutor: o Município de Natal. As lutas da comunidade que resultaram na construção dessa escola e as possíveis razões para a escolha do seu patrono, serão as temáticas a serem discutidas no próximo tópico deste capítulo.

⁹⁹ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 85.

¹⁰⁰ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 86.

¹⁰¹ FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. p. 128.

1.3 A Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho

Após a inauguração da Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova, em maio de 1984, os moradores da Cidade Nova foram encontrando meios para sistematizar suas reivindicações, inicialmente, com o apoio do “Projeto Práticas Educativas”. Em 1986, com a extinção desse Projeto, a comunidade já tinha órgãos internos de mobilização para estabelecer diálogos com o poder público e lutar para a efetivação de suas pautas.

A Escola União do Povo de Cidade Nova não havia suprido as mínimas carências educacionais do bairro. Continuavam faltando muitas vagas nas escolas de primeiro e segundo graus para as crianças, adolescentes e adultos. Como o município era o responsável pela construção e manutenção das escolas até a 8ª série, a mobilização da comunidade voltou-se para as reivindicações junto à Prefeitura de Natal.

Associado a esse cenário vivenciado particularmente na Cidade Nova, em 1979, haviam sido aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo presidente Figueiredo duas leis essenciais para a vida democrática no país: **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**¹⁰² (que anistiou os que foram penalizados por terem – presumidamente – cometidos crimes políticos durante a ditadura implantada no país a partir de 1964)¹⁰³ e a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979 (que regulamentou a extinção do bipartidarismo, instituindo o pluripartidarismo)¹⁰⁴.

A Lei da Anistia permitiu o retorno ao país de uma série de pessoas que haviam sido perseguidas durante a ditadura militar, implantada a partir de 1964. Além disso, permitia também que políticos que foram cassados pudessem se candidatar e expressar livremente as suas ideias. Essa lei fez com que o discurso da democracia e da participação popular chegasse à Cidade Nova com muita ênfase.

A lei que reinstituíu o pluripartidarismo possibilitou às diferentes correntes políticas nacionais se articular e criar partidos que expressassem as suas posições

¹⁰² A Lei da Anistia estabelecia no seu “Art. 1º: É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.” Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm Acesso em: 1 out. 2022.

¹⁰³ Os limites da lei da Anistia fogem ao foco deste trabalho. Entretanto, para discutir tais limites, ver: REIS, Daniel Arão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan. 2010.

¹⁰⁴ A lei que instituiu o pluripartidarismo está disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6767.htm#:~:text=L6767&text=Modifica%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,1977%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.

ideológicas. O discurso dos novos partidos fez a própria ARENA, partido do governo durante a ditadura, transformar-se em Partido Democrático Social (PDS), que passava a defender a ideia de democracia como forma de governo. O pluripartidarismo favoreceu também, por um lado, para que os partidos comunistas voltassem à legalidade e, por outro, para que novos partidos surgissem dando voz aos trabalhadores, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores (PT). Todas essas ideias chegavam aos moradores da Cidade Nova e instigavam a participação popular no bairro.

Além das leis da Anistia e do retorno ao pluripartidarismo, a campanha pelas eleições diretas para presidente¹⁰⁵, ocorrida entre os anos de 1983 e 1984, mobilizou moradores dos diferentes recantos do país, o que instigou nas pessoas o desejo de participar ativamente da vida política nacional. Mesmo com a derrota da emenda parlamentar que restabeleceria as eleições diretas, ocorrida em 25 de abril de 1984, a participação popular estava consolidada como uma estratégia de organização da população em busca por direitos.

A eleição indireta para presidente da República de Tancredo de Almeida Neves, que aconteceu em 15 de janeiro de 1985, foi incorporada pelos setores mais diversos da sociedade como a consolidação da democracia e da organização da sociedade brasileira¹⁰⁶.

Nessa conjuntura marcada pela forte presença da participação popular, foi emblemática a eleição para prefeito de Natal, ocorrida em 15 de novembro de 1985. Quatro candidatos se submeteram ao processo eleitoral, dos quais dois se destacavam em razão do poder político que possuíam: Wilma Maia¹⁰⁷ (candidata do PDS, então esposa do ex-governador Lavoisier Maia e apoiada pelo governador José Agripino Maia) e Garibaldi Alves Filho (candidato do PMDB¹⁰⁸, apoiado pelo seu tio, Aluizio Alves).

¹⁰⁵ Neste texto não pretendo discutir as articulações e os bastidores da Campanha das Diretas. Essa questão pode ser aprofundada em: BERTONCELO, Edison Ricardo Emilian. "Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova**: revista de Cultura e Política, n. 76, p. 169–196, 2009.

¹⁰⁶ Importante destacar que no Rio Grande do Norte a candidatura de Tancredo Neves recebeu o apoio dos dois maiores grupos políticos do estado: o grupo representado pelo governador José Agripino Maia (que controlava o PDS) e grupo liderado por Aluizio Alves (principal liderança do PMDB).

¹⁰⁷ Wilma teve o sobrenome Maia durante o período em que foi casada com o ex-governador Lavoisier Maia. Em 1991, em razão da separação judicial do casal, ela passou a utilizar outra vez o seu nome de solteira: Wilma de Faria. Essa mudança de nome foi noticiada pelo jornal Folha de São Paulo. Cf.: STYCER, Mauricio. Wilma Maia agora é Faria. **Folha de São Paulo**. 2 out. 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/02/caderno_especial/27.html Acesso em 15 de julho de 2022.

¹⁰⁸ O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi fundado em 15 de janeiro de 1980. Essa denominação surgiu para que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se adaptasse às normas definidas na lei que reinstituiu o pluripartidarismo no Brasil. Segundo essas normas, todos os partidos

Garibaldi Filho, que saiu vitorioso do processo eleitoral, assumiu o governo municipal em 1 de janeiro de 1986. Desde a campanha, o prefeito eleito tinha organizado um amplo arco de alianças políticas, contando com o forte apoio do “PMDB autêntico”¹⁰⁹ e com uma coligação na qual participavam o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O Partido dos Trabalhadores (PT) optou por liberar a militância para votar como desejasse, o que na prática representou um apoio a Garibaldi Alves Filho.

A chapa de Garibaldi Filho teve o ex-deputado estadual Roberto Furtado como candidato a vice-prefeito. Furtado pertencia ao PMDB autêntico, tinha sido advogado de muitos presos políticos durante a ditadura e tinha livre trânsito entre os partidos de esquerda. O nome de Furtado indicava as diretrizes da campanha de Garibaldi, que contou com a participação de vários intelectuais vinculados a UFRN. Na área de educação, particularmente, a assessoria da campanha era composta basicamente por esses intelectuais.

Logo que foi eleito, Garibaldi Filho, reuniu-se com a assessoria da área de educação para definir o nome do futuro secretário de educação. Os jornais da época anunciaram que havia dúvidas no grupo se o melhor nome seria do professor José Willington Germano ou do professor Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade. Entretanto, a ideia é que, independentemente do nome do secretário, o grupo que assessorou a campanha faria a gestão na área da educação.

Arnon Andrade foi escolhido como secretário de educação e começou a gestão procurando implantar reformas educacionais compatíveis com as propostas educacionais democráticas apresentadas. Todavia, poucos meses depois de assumir o cargo, os intelectuais que haviam apoiado Garibaldi Filho romperam com o prefeito e Arnon Andrade deixou o cargo.

Para o lugar de Arnon Andrade, Garibaldi Filho nomeou o professor Luiz Eduardo Carneiro Costa, que havia sido secretário estadual de educação, entre 13 de maio de 1980

políticos deveriam ter a palavra “partido” na sua denominação. Em agosto de 2017- em razão de mudanças na legislação o partido voltou a se chamar MDB.

¹⁰⁹ Internamente, sobretudo a partir de 1964, o PMDB era constituído por três grupos distintos: os “autênticos” (que faziam uma forte oposição à ditadura, apresentando discurso contundentes contra o governo), os “adesistas” (que apoiavam a ditadura, mesmo estando na oposição) e os “moderados” (que faziam oposição em tom conciliatório, usando a moderação como ferramenta política no trato com a ditadura). Cf.: PECORARO, Tamires Mascarenhas. **O MDB durante o governo Geisel (1974-1978): a atuação parlamentar do partido de oposição à ditadura após as eleições de 1974**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. p. 31-32.

e 16 de março de 1983, durante o governo Lavoisier Maia. Diferente de Arnon, que tinha posição mais ligada aos “autênticos” do MDB, Luiz Eduardo Costa tinha uma posição política mais conciliatória. Isso significa que, apesar de não ter realizado reformas educacionais contundentes, ele também não rompeu com as diretrizes estabelecidas pelo seu antecessor.

Foi durante a gestão de Garibaldi Alves Filho que os moradores da Cidade Nova passaram a atuar de forma mais acentuada nas suas pautas relacionadas à educação. A associação dos resultados vitoriosos advindos com a construção da Escola União do Povo de Cidade Nova e da campanha de Garibaldi Filho que prometia ouvir e atender as carências da população, favoreceu para a mobilização da comunidade.

Nesses termos, logo que Garibaldi assumiu, ainda durante a gestão de Arnon Andrade, os moradores da Cidade Nova passaram a se reunir com o secretário. Com a saída de Arnon Andrade, em 15 de maio de 1986, quatro meses depois de Garibaldi Filho assumir a Prefeitura, as entidades do bairro, em parceria com o Conselho Comunitário, entregaram um documento ao professor Luiz Eduardo Carneiro Costa, no qual solicitavam que a Prefeitura adquirisse uma área de 5.800 metros quadrados, que existia no bairro, para sediar a construção de um prédio que abrigasse o ensino da pré-escola e do primeiro grau¹¹⁰.

A partir desse documento, a Prefeitura decidiu construir na área indicada pela comunidade duas escolas municipais: a Emília Ramos e a Luiz Ignácio Maranhão Filho, para atender as demandas da pré-escola e do 1º grau, tanto da 1ª a 4ª quarta, quanto de 5ª a 8ª série.

A Escola Emília Ramos nasceu a partir do “Projeto Reis Magos”, que foi fruto de um convênio firmado entre a Prefeitura e a Fundação Bernard Van-Leer, instituição com origem na Holanda. Segundo pesquisa apresentada pela comunidade para fundamentar o convênio, das 2.568 crianças entre quatro e seis anos existentes no bairro, apenas 553 estavam na escola¹¹¹.

Os recursos advindos do Projeto Reis Magos para a nova escola eram prioritários para a pré-escola, mas a Prefeitura fez uma parceria com a fundação holandesa, o que possibilitou que a instituição fosse construída para atender crianças da pré-escola (com

¹¹⁰ Documento das entidades da Cidade Nova sobre a situação da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau do bairro, ao secretário municipal de educação. 15 de maio de 1986.

¹¹¹ CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. **Alfabetizar crianças**: um ofício, múltiplos saberes. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001. p. 116.

idade entre 4 e 6 anos) e da 1ª à 4ª série (com idade entre 7 e 10 anos). A escola tinha uma direção, mas pedagogicamente o Projeto Reis Magos atuava apenas na Pré-Escola.

Seguindo um padrão de participação da população semelhante ao que tinha acontecido com a Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova, os moradores (entidades, pais, professores) do bairro também conseguiram que a Prefeitura de Natal permitisse a comunidade escolher dois elementos essenciais: o local para a construção da escola, como já abordado anteriormente neste capítulo, bem como o patrono da escola¹¹².

O fato de a Prefeitura ter aceitado a proposta da comunidade estava condizente com as práticas democráticas adotadas no bairro a partir dos anos 1980 e com o discurso de participação adotado pelo prefeito Garibaldi Filho desde a campanha que o elegeu. Assim, houve uma assembleia para escolher o nome do patrono da escola e a professora Emília Ramos Barbosa, uma antiga moradora do bairro, foi a escolhida.

A escolha por “Dona Emília” como patrona da escola ocorreu em razão da sua relação afetiva e profissional com os moradores do bairro. Nascida em Natal no dia 14 de novembro de 1917, filha de operário de fábrica e empregada doméstica, essa mulher começou a trabalhar cedo, desenvolvendo várias atividades profissionais¹¹³, até se estabilizar como professora, mesmo sem ter certificação para o exercício da profissão.¹¹⁴

Paralelamente aos seus vínculos trabalhistas, “Dona Emília” organizou, em sua casa no bairro do Alecrim, uma pequena escola particular. Posteriormente, mudou-se para Cidade Nova e continuou com essa escola. Seus alunos combinavam com ela o horário em que poderiam estudar, uma vez que a maioria deles trabalhavam catando produtos no “forno do lixo”¹¹⁵.

“Dona Emília” foi participante atuante de todas as discussões sobre educação na Cidade Nova até a década de 1980, mas faleceu, em 20 de outubro de 1987,¹¹⁶ antes da construção dos primeiros prédios edificadas pelo município para serem escolas. A sua participação nas lutas do bairro deve ter sido um fator importante na sua escolha como patrona da escola, mas, segundo consta no documento que registrou a eleição, foi a

¹¹² CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. **Alfabetizar crianças**: um ofício, múltiplos saberes. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001. p. 113.

¹¹³ Dona Emília foi auxiliar de enfermagem no Hospital Onofre Lopes, agente administrativo e inspetora de ensino na Escola Estadual Anphilóquio Câmara, além de professora no Jardim de Infância nas Escolas Estaduais Frei Miguelinho e João Tibúrcio e no Colégio Sagrada Família, pertencente à Igreja Católica.

¹¹⁴ CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. **Alfabetizar crianças**: um ofício, múltiplos saberes, p. 113-114.

¹¹⁵ CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. **Alfabetizar crianças**: um ofício, múltiplos saberes, p. 115.

¹¹⁶ COSTA, Francisca Freire da. **Patronos da educação municipal**: resgate e preservação da memória. Natal: SME, 2008. p. 175.

dedicação de Dona Emília na alfabetização de crianças, em uma época em que a Cidade Nova não tinha escolas, que serviu de argumento para justificar a sua escolha como patrona. Essa escolha evidencia que a comunidade continuava com a prática de discutir as decisões relativas à educação e o município permanecia aberto ao atendimento de algumas reivindicações¹¹⁷.

A Escola Emília Ramos foi inaugurada, por Garibaldi Alves Filho, em 12 de setembro de 1988. Em 6 de dezembro do mesmo ano – último mês de Garibaldi Filho a frente da Prefeitura – foi inaugurada a Escola Municipal Luiz Ignácio Maranhão Filho, uma das últimas obras entregues pelo então prefeito, para atender a alunos da 1ª à 4ª série (no turno matutino) e da 5ª à 8ª série (nos turnos vespertino e noturno)¹¹⁸.

Não consegui identificar a razão que levou Garibaldi Filho a tornar Luiz Ignácio Maranhão Filho patrono da escola. Essa escolha chama a atenção, uma vez que segue um padrão diferente do que foi adotado para a definição dos patronos das escolas construídas na Cidade Nova. A Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova e a Escola Municipal Emília Ramos, inauguradas antes da Escola Municipal Luiz Maranhão, tiveram seus patronos escolhidos em assembleias com a presença dos moradores do bairro.

A Escola Municipal Zeneide Iguino e o Centro de Educação Infantil Marize Paiva, que foram construídos depois da Escola Luiz Maranhão, também tiveram como seus patronos moradores do bairro que foram escolhidos para nominar as respectivas escolas em assembleias.

Chama atenção ainda o fato de a Escola Municipal Professor Bernardo Nascimento não ter sido transferida para o novo prédio, uma vez que essa escola continuou funcionando no espaço improvisado da plateia de um antigo cinema existente no bairro. Existiam as condições objetivas para que a transferência fosse feita. Entretanto, o que se percebe é que o município optou por permanecer com a Escola Bernardo

¹¹⁷ Torna-se importante destacar que a Escola Emília Ramos tem mantido viva a memória de sua patrona. Nesse sentido, ressalta-se o fato de que, em 2013, foi publicado um pequeno livro infantil, com 16 páginas, romaneando a história de vida e profissional de “Dona Emília”. A partir das vivências dela, o livro narrará, nas três últimas páginas, que a Escola Emília Ramos foi uma continuidade da história da escola que funcionava na casa dela. A obra foi escrita por Maria da Glória Araújo, que atuou como Coordenadora Pedagógica e Administrativa da Escola Emília Ramos e as ilustrações foram feitas por Renata Maria da Silva Dantas, ex-aluna da escola. A apresentação do texto foi feita por Rosaneide Lopes de Souza Trigueiro, então diretora da escola. No texto foi incluído um excerto da apresentação da tese de doutorado de Estela Campelo, no qual são apresentados traços biográficos da professora Emília Ramos. Cf.: ARAÚJO, Maria da Glória. **Emília**, a professora que virou escola. Natal: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

¹¹⁸ PROJETO Político Pedagógico da Escola Municipal Luiz Ignácio Maranhão Filho. Natal. 2018. p. 53-54. (texto digitado)

Nascimento funcionando no cinema até 1990, quando Wilma Maia, então prefeita de Natal, transferiu a escola para um novo prédio construído no bairro de Felipe Camarão.

Considerando esses elementos e a ausência de uma informação precisa sobre o patrono em tela, é possível inferir sobre as razões que levaram Garibaldi Filho, no final da sua gestão como prefeito, a definir como patrono da escola Luiz Ignácio Maranhão Filho, um comunista morto, em 1974, por agentes ainda não plenamente identificados da ditadura militar brasileira. De forma idêntica é possível inferir as razões para que Wilma Maia não tenha modificado esse patrono, uma vez que ela assumiu a prefeitura menos de um mês depois da inauguração da escola e praticamente dois meses antes do início das aulas.

Observe-se que é inquietante a escolha do nome Luiz Maranhão para patrono da escola por Garibaldi Alves, que politicamente nunca foi considerado um homem de esquerda, nem há em seu histórico como político a ação de homenagear líderes comunistas. Nesses termos, para compreender essa opção, necessário se faz retomar as alianças que levaram Garibaldi Alves à chefia do executivo municipal.

Agnelo Alves tinha sido o último prefeito eleito de Natal, cargo que ocupou entre 31 de janeiro de 1966 e 16 de maio de 1969, quando foi cassado pela ditadura. Em seu lugar assumiu Ernani da Silveira, que havia sido eleito vice-prefeito na chapa do gestor afastado. De 15 de março de 1971, quando Silveira, deixou o executivo municipal até 1 de janeiro de 1986, quando Garibaldi Filho tomou posse como prefeito eleito, todos os prefeitos de Natal foram indicados pelos governadores.

Especialmente a partir de 1974, quando Tarcísio Maia, pai de José Agripino Maia, tornou-se governador “biônico”¹¹⁹ do Rio Grande do Norte, todos os prefeitos de Natal eram ligados à sua família e, conseqüentemente, a todos os políticos que haviam apoiado a ditadura iniciada em 1964.

Na eleição para prefeito, em 15 de novembro de 1985, foi rompido o ciclo de continuidade tanto dos prefeitos indicados pela ditadura, quanto dos prefeitos ligados à família Maia. A eleição de Garibaldi Filho não representou apenas o rompimento com o poder municipal vinculado aos militares, uma vez que chegava à Prefeitura com a nova gestão os comunistas, os intelectuais e os “autênticos” do PMDB.

Quando Garibaldi assumiu à Prefeitura, pelo menos, três membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) tiveram papel expressivo durante o mandato do prefeito:

¹¹⁹ Governador “biônico” é uma expressão crítica para se referir aqueles que tomavam posse no cargo por indicação dos governos militares, sem que ocorresse eleição direta.

Sergio Dieb¹²⁰, Wober Júnior¹²¹ e Hermano Paiva¹²². Além disso, Roberto Furtado, então vice-prefeito e próximo ao PCB, também era escutado por Garibaldi Filho nas decisões sobre o Município.

Em linhas gerais é possível afirmar que essas quatro pessoas expressavam o pensamento do PCB e, por isso, tinham interesse em tornar Luiz Ignácio Maranhão Filho patrono de uma escola em um bairro periférico de Natal. O comunista Luís Inácio Maranhão Filho era uma boa opção para mudar a visão da população, especialmente dos trabalhadores, que a ditadura havia construído, segundo a qual o comunismo era algo ruim para todos. A imagem de Luiz Ignácio Maranhão Filho foi bastante trabalhada pelo PCB durante os anos 1980 e 1990, a ponto de o Partido ter o homenageado, em 1993, com a criação do Instituto Prof. Luiz Maranhão Filho.

Transformar esse personagem em patrono de uma escola permitiria retomar a trajetória do seu irmão, o ex-prefeito Djalma Maranhão, realizador da campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e cassado pela ditadura, além de trazer ao cenário público à memória de Luiz Maranhão Filho, comunista, honesto e defensor das causas populares, que foi assassinado pela ditadura. Naquela conjuntura essa imagem era perfeita, uma vez que se Luiz Maranhão Filho fosse vivo teria retomado os seus direitos civis e políticos com a lei da anistia. Nessa perspectiva, Luiz Maranhão Filho era o comunista injustiçado.

Outra possibilidade para a indicação do nome de Luiz Maranhão Filho como patrono pode ter vindo da própria Secretaria Municipal de Educação. Nos primeiros meses da gestão, o titular da pasta era o professor Arnon Andrade, conhecido pela sua atuação em favor da democracia. Existe a probabilidade de ele ter feito a indicação e ter sido aceita por Garibaldi Filho, que não a modificou por considerar que naquele momento era um nome adequado para o perfil democrático que a Prefeitura queria transmitir à população. O prefeito, sintonizado com o cenário nacional, atuava no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em parceria com a esquerda, criticando a ditadura e reabilitando personagens perseguidos pelo regime de arbítrio. Essa indicação de Arnon

¹²⁰ Sérgio Dieb foi eleito vereador de Natal por dois mandatos consecutivos: 1978 a 1982 e 1982 a 1988. Foi eleito pelo MDB, mas pertencia ao PCB. Nome respeitado entre os comunistas, construiu base eleitoral na periferia de Natal. Sobre Dieb, cf.: FREIRE, Roberto. Homenagem póstuma ao sr. Sergio Dieb, arquiteto e dirigente político do Rio Grande do Norte, assassinado na madrugada do último dia 4 [de novembro de 1995], na cidade de Natal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/pronunciamento/177827>

¹²¹ Militava no movimento estudantil pelo PCB. Participou ativamente da campanha de Garibaldi. Foi deputado estadual entre 2004 e 2006.

¹²² Apesar de pertencer ao PCB, foi Deputado estadual, entre 1983 e 1987, eleito pelo MDB.

Andrade, referendada pelo prefeito, não teria recusas do professor Luiz Eduardo Carneiro Costa, conhecido pelo seu perfil conciliador.

A escola foi inaugurada em 1988, mas só começou a funcionar em 1989, quando a prefeita já era Wilma Maia, que não alterou o nome do patrono da instituição. A prefeita, se desejasse, poderia ter feito essa alteração, mas não o fez. Considero que a manutenção do patrono tenha se relacionado a mudanças políticas estratégicas na vida de Wilma Maia.

Na eleição para a Prefeitura de Natal, ocorrida em 1985, Wilma Maia foi derrotada como candidata do PDS, com o apoio dos que haviam participado da ditadura. Em 1986 foi eleita como deputada federal constituinte na mesma eleição em que Lavoisier Maia, o seu então marido, e José Agripino Maia, foram eleitos senadores constituintes. Em 1988, durante os trabalhos da elaboração da Constituição, Wilma Maia, já pertencente aos quadros do Partido Democrático Trabalhista (PDT), atuou em consonância com as pautas da esquerda e passou a se apresentar como socialista e com independência política¹²³.

Nesses termos, na campanha para prefeito, em 1988, a candidata Wilma Maia é bem diferente daquela que havia se candidato em 1985. Nesta eleição, que se sagrou vitoriosa pelo PDT, Wilma Maia esteve alinhada com pautas democráticas, o que explica a indicação dela do nome de Moacyr de Góes como secretário municipal de educação. Moacyr de Góes, por sua vez, pela sua vinculação a Djalma Maranhão e pelas posições políticas democráticas, provavelmente, deve ter se entusiasmado com o nome do patrono da instituição.

Do ponto de vista dos moradores da Cidade Nova, a aceitação ao nome de Luiz Maranhão Filho como patrono da escola deve ter sido festejada. Apesar de não ser um nome da comunidade, Luiz Maranhão Filho se alinhava aos propósitos da chapa que havia sido eleita para o Conselho Comunitário no início de 1986. O novo presidente do Conselho, Genildo Pereira da Costa, tinha, na época, uma forte ligação com os movimentos populares e expressava a posição do “Grupo de Jovens”. Em ofício enviado ao professor Luiz Eduardo Carneiro Costa, no 13 de maio de 1986, o novo presidente assim se manifestou:

Nós, Professores, Diretores, Conselho Comunitário, Centro Desportivo, Clube de Mães, Pai e Alunos, entendemos que **a Escola é o lugar de ensino e difusão do conhecimento, instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado**, e, simultaneamente, meio educativo de socialização do aluno no mundo social adulto. O ensino,

¹²³ FRANÇA, Fagner Torres de. Vida, política e mídia: a construção da imagem pública de Wilma de Faria. *Cronos*: R. Pós-Grad. Ci. Soc., Natal, UFRN, v. 12, n.1, p. 131-147, jan./jun. 2011.

como mediação técnica, deve dar a todos uma formação cultural e científica de alto nível.

[...]

Fundamentados numa necessidade concreta e objetiva acima exposta e na preocupação de **contribuir efetivamente no processo de democratização do ensino**, estamos reivindicando através deste, a **construção de uma Escola Municipal de 1º Grau em nosso bairro**, uma vez que, para repensar a função social e política da Escola é imprescindível a edificação de concreto e cimento da mesma¹²⁴ (Grifos meus).

O que se observa no ofício é um discurso que articula o papel da escola como instituição que possibilita o acesso do conhecimento às camadas populares, com a democratização do ensino. Esses dois elementos estavam em sintonia com as ideias de Luiz Maranhão Filho e não deve ter encontrado resistência para que a comunidade apoiasse esse nome como patrono da escola.

No que se refere a possíveis oposições ao nome de Luiz Maranhão Filho como patrono da escola, posso afirmar que o cenário vigente, entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, não permitia que os setores conservadores da sociedade brasileira naquele momento histórico, se manifestassem contra um nome que havia lutado contra a ditadura e, por isso mesmo, tinha sido assassinado por ela.

Segundo Codato, o período de “transformação do regime ditatorial-militar” (Governo Geisel) e o período da “desagregação do regime ditatorial-militar” (Governo Figueiredo)¹²⁵ envolveram três elementos atores: o Estado, os militares e a sociedade civil. Para o autor, nesses dois períodos, os militares organizaram-se para que fossem introduzidas mudanças no poder do Estado, sem que eles perdessem o controle do poder instituído para a sociedade civil. Nesse sentido, prossegue Codato, a abertura política significou a implantação de autoritarismo sem ditadura, uma vez que o processo decisório continuou centralizado no poder Executivo, com o amplo controle dos militares, mesmo que à distância. Nessa conjuntura a atividade dos partidos políticos se restringiu aos períodos eleitorais, o poder do Legislativo efetivamente não tinha poder de decisão e não existiu uma participação autônoma da sociedade¹²⁶.

A partir da lógica de Codato, posso inferir que, na transição das décadas de 1980 para 1990, a sociedade civil se manifestou abertamente contra a ditadura militar, o que

¹²⁴ Ofício nº 9/86 do Conselho Comunitário de Cidade Nova ao Secretário Municipal de Educação.

¹²⁵ CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

¹²⁶ CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

causou, aparentemente, um desconforto dos grupos reacionários para defender a ditadura e criticar a democracia naquele cenário. Isso justifica a razão para que a indicação de um comunista para ser patrono de uma escola não provocasse reação pública daqueles que não concordavam com essa medida. Entretanto, isso não significou que o poder dos militares e dos civis reacionários tenha sido diluído. O que aconteceu foi apenas a implantação de uma nova estratégia de controle do poder político.

Ao longo deste capítulo discuti os espaços, o cenário e os personagens que, efetivamente, possibilitaram que o líder comunista Luiz Ignácio Maranhão Filho fosse transformado patrono de uma escola municipal em Natal no ano de 1988. A partir desses elementos analisarei no próximo capítulo a trajetória de vida desse personagem, identificando como ele pode ser associado as vivências presentes na Cidade Nova.

CAPÍTULO 2 – TRAJETOS DE LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO

O objetivo deste capítulo é analisar a trajetória de vida de Luiz Ignácio Maranhão Filho, tentando captar as possíveis relações entre essa trajetória individual política e pessoal, bem como as razões que justificaram a indicação dele como patrono de uma escola no bairro da Cidade Nova.

O capítulo está estruturado em três partes: inicialmente apresento as circunstâncias em que aconteceu o desaparecimento desse personagem, enfatizando que se tratou de uma ação desenvolvida pelos agentes da repressão a serviço do poder ditatorial. Além disso, discuto as lutas desenvolvidas por diferentes pessoas para encontrar algum indício sobre o seu paradeiro.

No segundo momento discuto a trajetória de vida de Luiz Maranhão Filho, abordando alguns aspectos específicos: suas origens familiares, as escolas em que estudou, a formação em Direito, o ingresso no PCB, as primeiras atividades políticas no Partido, e a primeira prisão.

No último tópico do capítulo analiso como esse personagem, apesar de permanecer no PCB, âncora de toda a sua existência, desenvolveu, paralelamente, duas atividades: a primeira de ordem afetiva, quando se casou com Odette Maranhão, que lhe apoiou ao longo da vida, mesmo sendo uma católica fervorosa, sem qualquer ligação com o comunismo. A segunda de ordem política, quando se tornou deputado estadual no Rio Grande do norte, tendo sido eleito como integrante de uma frente ampla.

Além desses aspectos, discuto ainda neste terceiro tópico o momento iniciais da instauração do Golpe Civil-Militar de 1964, a sua prisão pelos militares em Natal, a condição de preso em Fernando de Noronha, a partida para o Rio de Janeiro, a sua libertação e a condição de representante do PCB nas articulações nacionais para a construção de uma grande frente de oposição à ditadura.

Ao longo do capítulo, procuro estabelecer relações entre as ações desenvolvidas por Luiz Maranhão Filho e sua escolha como patrono de uma escola. Persisto com a meta de demonstrar que as ações desse sujeito, sempre voltadas para o ecumenismo, favoreceram para a formação de uma rede de amizades com ressonância em diferentes grupos políticos de Natal. Essas ardes de amizade favoreceram para que ele fosse aceito como patrono e pudesse ser efetivado na homenagem ofertada.

2.1 Luiz, o que fizeram desaparecido

No dia 5 de dezembro de 1996, Odette Roselli Garcia Maranhão recebeu do Estado brasileiro a certidão de óbito do seu marido: Luiz Ignácio Maranhão Filho. O ato de emissão dessa certidão indicava que o Estado reconhecia a morte de um cidadão, depois de vinte e dois anos de buscas incessantes por uma informação qualquer sobre o seu paradeiro. Ao ler o documento a viúva se surpreendeu, uma vez que percebeu o seu nome como a testemunha da morte, ou seja, a certidão indicava que ela, Odette Maranhão, que tanto lutou para saber informações sobre o marido, recebia um documento no qual ficava subtendido ser ela própria quem viu ou ouviu, declarou e deu a conhecer o ocorrido¹²⁷. Imagino a dor de Odette ao ler o documento e perceber que a ela era imputado o fato de testemunhar a morte de alguém que ela tanto havia lutado para saber qualquer informação.

Sobre a causa da morte, na certidão de óbito consta apenas o artigo 1º da lei que reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Nesse artigo está previsto:

Art. 1º São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta Lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.¹²⁸

A partir dos termos contidos no atestado de óbito em tela, instiga-me discutir as circunstâncias que levaram ao desaparecimento e a morte desse personagem que teve o seu caso encerrado pelo Estado com a emissão de um documento. Nesses termos, posso afirmar que para um historiador o encerramento oficial do caso, sem as devidas explicações sobre o ocorrido é um motivo para investigar os sujeitos e os cenários que o geraram.

¹²⁷ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999, p. 262.

¹²⁸ BRASIL. Lei Nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm. Acesso em: 15 jun. 2022. Importante destacar que ampliou a extensão desse artigo.

Luiz Ignácio Maranhão Filho, João Massena Melo¹²⁹ e Walter de Souza Ribeiro¹³⁰, todos integrantes do *Comitê Central (CC)*¹³¹ do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram presos em São Paulo no dia 3 de abril de 1974. O Estado brasileiro nunca reconheceu oficialmente essas prisões, nem apresentou qualquer esclarecimento sobre o paradeiro desses três dirigentes comunistas. Sobre suas mortes e os destinos de seus corpos, existem apenas indícios advindos de informações prestadas por agentes participantes da repressão que, com a volta do país à democracia, apresentaram narrativas sobre o ocorrido com os três.

A prisão dos líderes comunistas esteve associada ao aparato repressivo do Estado Brasileiro durante o Regime Militar, tema discutido por *Heloisa Starling*. Segundo essa autora, *entre 1964 e 1970, foi criado pelos governos militares um sistema de informações articulador de vários órgãos estatais vinculados à espionagem e à repressão. Coordenado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), esse sistema, ramificado nas Divisões de Segurança e Informação (DSI)*¹³² e nas Assessorias de Segurança e Informações (ASI)¹³³, atuava no seio da sociedade civil e nos diferentes níveis da administração pública.

¹²⁹ João Massena Melo nasceu em Palmares, Pernambuco, no dia 16 de agosto de 1919. Metalúrgico, iniciou suas atividades políticas no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Foi eleito, em dois pleitos eleitorais: a primeira vez em 1948, quando se tornou vereador pelo PCB no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e a segunda vez em 1962, quando se elegeu, pelo Partido Social Trabalhista (PST), deputado estadual pela Guanabara. Nas duas vezes não conseguiu terminar o mandato parlamentar, uma vez que, como vereador, foi cassado por conta do ato que dissolveu o PCB e, como deputado, foi cassado pelo Ato Institucional Número Um (AI 1). Nos anos 1960 foi membro do Comitê Central do PCB no Brasil. Antes da prisão ocorrida em 3 de abril de 1974, em 1º de julho de 1970, a 2ª Auditoria da Marinha, havia saqueado a sua casa e prendido ele e sua família, com a acusação de estarem participando da reorganização do PCB. Nessa prisão ocorrida em 1970, João Massena foi levado para o presídio “Ilha das Flores”, no Rio de Janeiro. Libertado em fevereiro de 1973, passou a ter sérios problemas de saúde, em razão das torturas que havia sofrido na prisão. Em 19 de março de 1974 viajou para São Paulo, tendo ficado hospedado na casa de um militante do PCB. No dia 3 de abril saiu da casa desse militante, afirmando que voltaria para o almoço, porém nunca mais retornou. Cf.: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/joao-massena-melo/> Acesso em, 20 de setembro de 2022. Cf.: <https://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/joao-massena-melo>. Acesso em: 2 nov. 2020.

¹³⁰ Walter de Souza Ribeiro nasceu em Teófilo Otoni, Minas Gerais, 24 de setembro de 1924. Graduado pela Academia Militar de Resende, atingiu, em 1949, a patente de segundo tenente do Exército Brasileiro. Em 1951, foi reformado dessa instituição e passou a atuar no jornalismo. Em 1951 tornou-se funcionário da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil), na qual trabalhou ao lado Oscar Niemeyer. Em abril de 1964, por meio do AI 1, foi demitido dessa Companhia e entrou na clandestinidade. Era membro do Comitê Central do PCB no Brasil. Para maiores informações sobre Ribeiro, sugiro dois sites: Cf.: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/walter-de-souza-ribeiro/> cf.: <https://cemdp.mdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/173>

¹³¹ <https://cemdp.mdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/173>

¹³² As Divisões de Segurança e Informação (DSI) foram instaladas em todos os ministérios civis.

¹³³ As Assessorias de Segurança e Informações (ASI) foram criadas em todos os órgãos públicos e autarquias federais.

Na interpretação dessa autora, inicialmente, essa estrutura de espionagem e repressão, coordenada pelo SNI, esteve associada aos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e aos policiais civis lotados nas Delegacias de Furtos e Roubos¹³⁴. Entretanto, a partir de 1967, essa estrutura foi aperfeiçoada com a aglutinação de três novos órgãos: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)¹³⁵.

Em razão dessa rede de instituições repressivas que trabalhavam juntas, torna-se difícil precisar qual o órgão responsável diretamente pela prisão dos militantes comunistas citados. Nas fontes encontrei informações que destoam sobre quem efetivamente teria prendido os três líderes, mas esse detalhe não é importante, uma vez que todas as prisões realizadas, independentemente do órgão que a efetuou, eram controladas pelo SNI.

Com o fortalecimento da repressão, no início dos anos 1970 Luiz Ignácio Maranhão Filho era muito observado pelos órgãos de repressão, que haviam se fortalecido no interior do estado ditatorial, sobretudo, em razão de sua atuação política no PCB. Além disso, provavelmente, contribuiu também para a vigilância sobre ele o fato de ser irmão de Djalma Maranhão (1915-1971), prefeito de Natal, exilado no Uruguai, que havia sido cassado no dia 2 de abril de 1964, em razão do Golpe Militar¹³⁶.

Paralelamente à ampliação da repressão contra os comunistas, internamente, o PCB se encontrava dividido. Esse quadro conflituoso entre grupos do PCB era anterior ao final da década de 1960, mas ficou mais evidente em dezembro de 1967 quando, em razão dos debates ocorridos no VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, foi

¹³⁴ Os DOPS e as Delegacias de Furtos e Roubos eram subordinados às Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

¹³⁵ STARLING, Heloisa. **Órgãos de informação e repressão da ditadura**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/> Acesso em: 22 jul. 2022.

¹³⁶ Segundo Góes, Luiz Maranhão Filho sabia que uma conversa dele com pessoas oriundas do Uruguai poderia colocar em risco o viajante. Mesmo assim, segundo a autora, no “verão” de 1970, Moacyr de Góes e sua mulher, Conceição Góes (que, posteriormente, em 1999, publicou um livro sobre Luiz Maranhão, amplamente citado nesta dissertação) ofereceram um almoço, em sua casa no Rio de Janeiro, para Luiz Maranhão (com a sua esposa, Odette) e para o médico Leônidas Ferreira de Souza, que havia chegado do Uruguai e tinha notícias de Djalma Maranhão. Todos os convidados foram para o almoço, mas Luiz Maranhão apresentou muitos receios em ir para o encontro. (GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999, p. 242). A partir dessa informação é possível afirmar que Luiz Maranhão Filho tinha “brilho próprio” nas ações que realizava no Brasil. Além disso, incomodava o aparato repressivo, a sua relação com os exilados – especialmente no Uruguai. Importante destacar que Leônidas Ferreira de Souza foi assessor de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal e, posteriormente, foi secretário de saúde do governo Lavoisier Maia e chefe da casa civil do governo José Agripino Maia.

elaborada a “Resolução Política”¹³⁷, na qual ficou definido que a principal tarefa do Partido seria

mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas. [...] **A classe operária, o campesinato e a pequena burguesia urbana são as forças fundamentais da frente antiditatorial. A aliança destas forças constituirá a base de aglutinação das demais forças antiditatoriais**, dará firmeza e consequência às acções contra a ditadura, influenciando na sua derrota e na evolução ulterior da situação do país. **A burguesia nacional participa da frente antiditatorial**, embora sua oposição ao regime seja limitada. Outros sectores das classes dominantes, cujos interesses são contrariados pela política do governo ditatorial, podem participar de acções contra o regime e ser úteis à activação e fortalecimento da frente antiditatorial¹³⁸(Grifos meus).

Essa Resolução explicitava um rompimento interno no PCB. A diretriz afirmava que o Partido atuaria em favor de uma frente ampla, composta por diferentes setores da sociedade brasileira, em favor da retomada da democracia e dos direitos civis. Todavia, uma parcela de pessoas do Partido foi expulsa – como Carlos Marighela e Jacob Gorender – por defenderem que o PCB deveria aderir à luta armada¹³⁹.

As cisões partidárias no PCB não se restringiram ao final da década de 1960. No contexto da lei da anistia de 1979, por exemplo, existiu uma disputa entre os “renovadores” (como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder) e os “ortodoxos” (como Giocondo Dias, que com o seu grupo político, nos anos 1980, havia tomado de Luís Carlos Prestes o comando do Partido). Ambos seguiam a orientação geral do Partido e apoiavam alianças amplas. Entretanto, os ortodoxos defendiam que essas alianças fossem constituídas sem a necessidade de renovação das estruturas partidárias, enquanto os renovadores, influenciados pelo pensamento de Antônio Gramsci, argumentavam em favor de uma renovação teórica do Partido¹⁴⁰.

Essa renovação no Partido a partir do pensamento de Gramsci, ocorrida nos anos 1980, pode ter fornecido base para a afirmação elaborada por Conceição Góes de que, no

¹³⁷ Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

¹³⁸ Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm> Acesso em: 20 de jun. 2022.

¹³⁹ A decisão de expulsar os dissidentes da proposta de formação de uma frente ocorreu em setembro de 1967 pela Comissão Central (CC) do PCB, com o apoio de Luís Carlos Prestes. No VI Congresso essa decisão foi reforçada. Cf.: ABREU, Alzira Alves de. **Partido Comunista do Brasil (PCB)**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/partido-comunista-do-brasil>

¹⁴⁰ NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 41–58, jan. 2014. p. 45.

contexto vivido por Luiz Maranhão Filho, durante a transição do final dos anos 1960 para o início dos 1970,

sustentar a posição de **uma linha de atuação gramsciana, que privilegiasse a articulação política em permanente movimentação na sociedade, estava se tornando cada vez mais arriscado. Difícil como tática, diante da intolerância e da repressão militar**, cuja Lei de Segurança Nacional, de setembro de 1969, autorizava o governo federal a intervir em qualquer nível de atividade social se avaliasse que a segurança nacional estava sendo violada. **Difícil dentro do Partido Comunista**, visto que alguns de seus membros desconfiavam da eficácia da posição, frente ao estreitamento cada vez maior da ditadura. Nas reuniões para avaliar os novos riscos, prevalecia a decisão de dar continuidade ao projeto de tentar, de todas as formas, **atuar nos sindicatos, nos partidos políticos e junto à Igreja Católica**. Para os comunistas era imprescindível derrotar a ditadura¹⁴¹ (Grifos meus).

A partir da citação é possível inferir que, para Conceição Goés, as ações de Luiz Maranhão Filho, no âmbito do PCB, eram influenciadas por Gramsci. Por essa lógica, a autora considera que foi o pensamento do autor sardo que orientou todo o trabalho de articulação desenvolvido por Maranhão Filho no seio do Partido, sobretudo, com a Igreja Católica e com os políticos de diferentes agremiações¹⁴².

Para Góes esse trabalho desenvolvido por Luiz Maranhão estava ficando perigoso, uma vez que, por um lado, a repressão tinha aumentado significativamente com a Lei de Segurança Nacional, que permitia a intervenção do Estado militar em qualquer atividade realizada na sociedade e, por outro, existia uma oposição interna no PCB, que desejava que o Partido aderisse à luta armada, se contrapondo às práticas limitadas a formação de frentes amplas contra a ditadura, como aquelas desenvolvidas por Maranhão Filho.

Na argumentação de Góes, apesar dos perigos da atividade, a orientação do PCB era que os seus militantes continuassem o trabalho de articulação com diversas instâncias da sociedade em prol do retorno da democracia e dos direitos civis, tarefa executada com dedicação por Maranhão Filho, conforme explicitado em diferentes depoimentos.

As ações de Luiz Maranhão estavam circunscritas a atividades pacíficas e seguiam orientação do próprio PCB, então dirigido por Luís Carlos Prestes. O líder comunista que comandou o Partido entre 1943 e 1980, era a favor da luta armada até aproximadamente

¹⁴¹ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999, p. 243.

¹⁴² Em diferentes obras existe a ideia de que Luiz Maranhão Filho era uma espécie de chanceler do partido, uma vez que ele era o responsável por estabelecer diálogos do PCB com outras instâncias da sociedade.

o final da década de 1950, tendo inclusive organizado o Movimento de 1935¹⁴³. Todavia, no final da década de 1960, Prestes demonstrou suas percepções sobre o tema.

Em entrevista concedida em 1968 ao jornalista Paulo Patarra¹⁴⁴, o Cavaleiro da Esperança foi indagado se ele achava que o PC poderia tomar o poder em luta de guerrilha. Na sua resposta à questão, o dirigente comunista assim se posicionou:

Se o senhor se refere ao Brasil, nossa opinião é de que **não existem agora, na situação atual, condições para uma luta desse tipo**. Isso não significa, porém, que sejamos contra a luta armada. Na *Resolução política* do quinto congresso de nosso Partido [realizado em setembro de 1960, dois anos após a Declaração de Março de 1958¹⁴⁵], afirmamos, expressamente, **que devemos nos preparar e preparar as massas para a eventualidade de uma luta armada**. O que não julgamos acertado é que um pequeno grupo de pessoas possa fazer uma revolução. Revolução é sempre obra dos povos, das massas de milhões, como dizia Lenine¹⁴⁶ (Grifos meus).

O que se percebe na resposta de Prestes é que ele e o PCB eram efetivamente contra a luta armada no final da década de 1960, posição incorporada por Luiz Maranhão Filho. Ao responder à questão, Prestes explicita uma disputa existente no seio do Partido:

a quem seguir: à cultura brasileira ou a Internacional Comunista e seu tipo de socialismo? A existência desse paradoxo já delineava uma tendência, dentro do PCB, de mudanças que levassem, entre outros, ao rompimento com o comunismo da União Soviética, que aconteceu no seu X Congresso¹⁴⁷.

Nesses termos, naquele momento o que o PCB defendia era que ocorresse uma luta pela democracia e que essa luta fornecesse as bases de uma preparação para a luta revolucionária. Apesar dessa posição de Prestes e do PCB, não tenho elementos para compreender essa diretriz como uma influência de Gramsci na atividade partidária.

Nas minhas investigações eu também não encontrei elementos para afirmar que Luiz Maranhão Filho tenha sido influenciado pelas ideias de Gramsci. O que encontrei na literatura foi que, apesar de, desde os anos 1960 existir o pensamento gramsciano no

¹⁴³ MATTOS, Marcelo. **As transformações do PCB e a democracia brasileira**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010. p. 30.

¹⁴⁴ Paulo Patarra fez a entrevista para a revista Realidade, uma publicação da editora Abril. A entrevista foi feita em condições muito específicas, por questão de segurança, uma vez que Prestes era procurado pela repressão. O jornalista foi levado a um lugar (que ele nunca soube onde era) para encontrar Prestes. No corpo da reportagem são narradas as condições em que ela foi realizada.

¹⁴⁵ A Declaração de março de 1958 redireciona a ação do PCB, encaminhando o Partido para a luta em prol do nacionalismo e da democracia.

¹⁴⁶ PATARRA, Paulo. “Este é o camarada Prestes.” **Revista Realidade**. Prestes. São Paulo, n. 33, p. 49, dez. 1968. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213659&pagfis=5479>

¹⁴⁷ MATTOS, Marcelo. **As transformações do PCB e a democracia brasileira**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010. p. 30.

âmbito do PCB¹⁴⁸, essa concepção se fortaleceu na transição dos anos 1970 para os anos 1980, a partir de intelectuais como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Pelos meus estudos, considero que Luiz Maranhão Filho não tinha formação gramsciana¹⁴⁹. Apesar disso, as ações de Luiz Maranhão Filho se identificavam com a visão que Gramsci tinha da revolução, segundo a qual a cultura seria o elemento central de transformação.

Ainda que não vislumbre uma influência de Gramsci nas atividades de Luiz Maranhão Filho, considero que a associação entre as ideias do pensador sardo e as ações de Luiz Maranhão Filho não são absurdas. Segundo Liguori, a ideia de revolução em Gramsci está associada a uma mudança profunda da sociedade, do mundo, do senso comum, da ideologia. Tal mudança só poderá se efetivar, segundo o autor, se a transformação partir da cultura existente. Por essa lógica, na percepção de Gramsci, a cultura de um povo é o caminho capaz de, por um lado, evitar a revolução passiva e, por outro, conduzir os subalternos a uma nova hegemonia¹⁵⁰.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pimenta considera que na interpretação gramsciana

a Igreja se torna a força mais estruturada e capaz para organizar e dirigir a cultura, buscando a hegemonia na educação popular, detendo a supremacia absoluta na escola elementar e média e dirigindo as universidades católicas. Nesse campo, "não se pode nem de longe comparar a eficiência da Igreja, que aparece como um bloco a defender a sua universidade, com a eficiência da cultura leiga". O Estado moderno reconhece sua incapacidade de ser um centro ativo de cultura própria, autônoma, delegando à Igreja esse papel de organizar a cultura. Mais do que isso, o Estado destrói qualquer opositor da Igreja¹⁵¹.

Independentemente de serem ou não influenciadas por Gramsci, as ações de Luiz Ignácio Maranhão Filho, no âmbito do PCB, estiveram sempre associadas a intervenções em prol da democracia e usavam elementos culturais como uma maneira de conseguir ampliar a força do Partido na sociedade. Entre essas ações destacam-se as suas atividades

¹⁴⁸ SCHLESENER, Anita Helena. **A recepção de Gramsci no Brasil**: a interpretação no contexto do PCB nos anos 60. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2001.

¹⁴⁹ Suponho que o mesmo se aplique ao seu irmão, Djalma Maranhão, prefeito de Natal. Cf.: GERMANO, José Willington. Saudade de Djalma Maranhão. In: GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: a Campanha de Pé no Chão. Natal: Caravela Sebo Cultural. 2021. p. 222-229. A partir da leitura desse texto é possível inferir que Maranhão não leu Gramsci, mas ao valorizar a cultura, se identificou com a visão de política do pensador sardo.

¹⁵⁰ LIGUORI, Guido. Gramsci: cultura e revolução. **Revista Cult.**, edição 222, abr. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/cultura-e-revolucao/> Acesso em 29 dez. 2020.

¹⁵¹ PIMENTA, Eli. **A igreja na sociedade moderna segundo Gramsci**. Perspectivas, São Paulo. n. 7, 1984. p. 66.

realizadas com a Igreja Católica e as articulações que desenvolvia com os políticos para a formação da frente ampla em prol da democracia.

Sobre as relações de Luiz Maranhão Filho com a Igreja, há um relatório secreto do Centro de Informações do Exército (CIE), que vigiava todos os passos desse indivíduo. Nesse relatório existe a informação de que foi ele quem, individualmente, teve a iniciativa de estabelecer articulações do PCB com a Igreja, entidade que possuía uma influência decisiva na cultura do povo. Segundo o documento, a ideia dele era que a ligação do Partido com essa instituição atingisse três objetivos: ampliar a influência do PCB no campo, onde a Igreja tinha grande penetração; organizar no Brasil um encontro do Conselho Mundial da Igreja em defesa da paz, e finalmente, arregimentar novos adeptos para o Partido¹⁵².

Esse mesmo relatório, reforçados por outros documentos similares produzidos pelos órgãos de repressão, ainda enumera uma série de contatos que Luiz Maranhão Filho teve com membros do clero, a partir de 1970, com o intuito de formar uma grande frente pela democracia. Nessa perspectiva, em nome do PCB, Luiz Maranhão Filho discutiu sobre a formação de uma ampla frente democrática contra a ditadura. Entre as pessoas com as quais Maranhão Filho conversou estavam vários nomes vinculados à Igreja Católica no Brasil e que ocupavam importantes cargos na hierarquia do Clero, tais como: Ana Tereza Chaves, secretária de dom Hélder Pessoa Câmara, então Arcebispo de Olinda e Recife, que intermediou o contato dele com o próprio dom Hélder; dom Paulo Evaristo Arns, na época Arcebispo de São Paulo; Otto Engel, jornalista e redator do *Jornal do Brasil*, que havia estudado na Universidade Gregoriana de Roma e permanecia com fortes laços com o clero, mesmo tendo abandonado a carreira eclesiástica no último ano do curso; padre Luiz Pelágio Viegas¹⁵³; dom Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro; dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador; dom José Mari Pires,

¹⁵²BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. **Relatório especial de informações**. n. 4. 22 mar. 1974. p.34. Disponível em: https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/d/1/9d1ec4ab7739eb9fd9d61ebe747ba899f691f440b143d2bd017bfd3249760d8f/0a655bbb-e064-44f9-b9a5-cd84565f8cf1-AFZ_ACE_1026_82_OK.pdf

¹⁵³BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. **Relatório especial de informações**. n. 4. 22 mar. 1974. p.34. Disponível em: https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/d/1/9d1ec4ab7739eb9fd9d61ebe747ba899f691f440b143d2bd017bfd3249760d8f/0a655bbb-e064-44f9-b9a5-cd84565f8cf1-AFZ_ACE_1026_82_OK.pdf

Arcebispo de João Pessoa; dom José Marcos de Oliveira¹⁵⁴, Bispo de Santo André, em São Paulo¹⁵⁵.

No tocante às relações de Luiz Maranhão Filho, em nome do PCB, com políticos de outros partidos, torna-se necessário observar como se deu essa aproximação com outros partidos. Nesse sentido, os relatórios dos órgãos repressivos acompanharam detalhadamente todos os passos internos do PCB. Assim, em 1969, o Comitê Central (CC) determinou que os militantes em âmbito nacional deveriam se infiltrar nos partidos políticos, especialmente no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1971 o mesmo Comitê instituiu a “Resolução Sobre Entendimentos Políticos”, na qual era ratificada a orientação para os comunistas trabalharem no e para o MDB. Em 1972 a orientação do CC foi para que os integrantes do PCB participassem nas eleições municipais daquele ano.

Para explicitar a posição do Partido, Luiz Maranhão Filho, o principal encarregado de estabelecer as relações entre o PCB, os parlamentares com mandatos e os candidatos, utilizando o pseudônimo de “Aldo Monteiro”¹⁵⁶, escreveu um artigo, intitulado “Um dever dos revolucionários: participar das eleições municipais”, publicado em abril de 1972, no jornal “Voz Operária”¹⁵⁷, no qual ficava explicitado que o trabalho político eleitoral passava a ser uma atividade permanente dos militantes do PCB. Em maio do

¹⁵⁴ Importante destacar que, em 1970, dom José Marcos de Oliveira solicitou ajuda ao PCB para produzir um jornal clandestino de oposição à ditadura. Como representante do Partido, Luiz Maranhão Filho foi a Santo André e se reuniu com o bispo e 8 padres para tratar da questão. Cf.: GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p.243.

¹⁵⁵ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. CISA. **Relatório mensal de informações**. 15 maio 1975, p. 45 Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/4/4/f/44ff298f458e547fdb3952f5d05a2b319ae29a9ef53b485a2540bfea2fa9b238/3cf5313b-dab9-49fe-b487-77ce1ca2ccac-AC_ACE_88734_75_PCB.pdf

¹⁵⁶ Com o intuito de fugir da repressão, Luiz Maranhão Filho escreveu vários artigos usando diferentes pseudônimos. Aldo Monteiro é um deles. BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. **Relatório especial de informações**. n. 4. 22 mar. 1974. p.34. Disponível em: https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo_publico_estadual_jordao-emerenciano/9/d/1/9d1ec4ab7739eb9fd9d61ebe747ba899f691f440b143d2bd017bfd3249760d8f/0a655bbb-e064-44f9-b9a5-cd84565f8cf1-AFZ_ACE_1026_82_OK.pdf p. 56. Além de Aldo Monteiro, identifiquei outros pseudônimos usados por Maranhão Filho: Orlando, Aluizio, Edson.

¹⁵⁷ “Voz Operária” foi um jornal fundado, em fevereiro de 1949, no Rio de Janeiro, sob a direção Waldyr Duarte. O jornal se tornou o órgão oficial do PCB, divulgando as teses para serem seguidas pela militância, notícias gerais sobre o Brasil, o movimento da internacional comunista e as mobilizações operárias. Entre 1951 e 1952 atuou paralelamente ao “Classe Operária”. A partir de 1952, com o fechamento do Classe Operária, a “Voz Operária” ficou como o único jornal oficial do Partido. Conflitos entre os jornalistas e a direção do PCB, levaram, em 1959, ao fechamento de a “Voz Operária”. Em 1964 o jornal voltou a funcionar de maneira clandestina até 1975 e produzido no exterior até 1979. Em 1980 surgiu a “Voz da Unidade”. OLIVEIRA, Lorrnan Santos de. **Debates e cisões no jornal Voz Operária: o PCB e o relatório Krushev**. 2013. Monografia (Graduação em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

mesmo ano, Prestes publicou um artigo no mesmo periódico reforçando a posição em Maranhão Filho. Nesses termos, pode-se afirmar que a eleição de 1972 foi o primeiro momento em que o PCB decidiu que o Partido priorizaria a disputa eleitoral como tática nas circunstâncias históricas que estavam postas e que Luiz Maranhão Filho foi um dos principais influenciadores para que essa decisão fosse tomada.

Em novembro de 1973, em São Paulo, o Comitê Central do PCB se reuniu e definiu que o Partido participaria vivamente nas eleições que aconteceriam em 15 de novembro de 1974. Além disso, na mesma reunião, ficou definido que: os militantes do PCB deveriam votar nos candidatos democratas e derrotar os reacionários; os candidatos do PCB se inscreveriam nas eleições como candidatos do MDB; a militância promoveria reuniões políticas em entidades (sindicatos, centros estudantis e outras) ligadas às lutas populares; os membros do partido distribuiriam panfletos, defendendo liberdades democráticas e pautas nacionalistas e; desenvolver campanhas financeiras para os candidatos do PCB¹⁵⁸.

Ainda no final de 1973, o PCB definiu as estratégias para os seus militantes se infiltrarem nos comitês eleitorais do MDB. Uma dessas estratégias foi criar um “setor de entendimentos”, que teria a função de – em nome do PCB – manter contatos com as principais lideranças do MDB. A referida comissão foi composta por Giocondo Dias (com o pseudônimo de Neves); Marco Antônio Tavares Coelho (com o pseudônimo de Jaques) e; Luiz Ignácio Maranhão Filho (com o pseudônimo de Aldo)¹⁵⁹.

Em depoimento prestado à CISA em fevereiro de 1975, Marcos Antônio Tavares Coelho afirmou que, na transição de 1973 para 1974, Luiz Ignácio Maranhão Filho era a pessoa do PCB responsável pelos contatos com os parlamentares do MDB, informando os posicionamentos e os documentos do Partido a esses parlamentares – especialmente aqueles mais representativos – e trazendo informações por eles fornecidas para o Partido. Nesse sentido, segundo o depoente, Maranhão Filho manteve contato, entre outros com

¹⁵⁸ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. CISA. **Relatório mensal de informações**. 15 maio 1975. p. 45 Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/4/4/f/44ff298f458e547fdb3952f5d05a2b319ae29a9ef53b485a2540bfea2fa9b238/3cf5313b-dab9-49fe-b487-77ce1ca2ccac-AC_ACE_88734_75_PCB.pdf

¹⁵⁹ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. CISA. **Relatório mensal de informações**. 15 maio 1975. p. 61 Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/4/4/f/44ff298f458e547fdb3952f5d05a2b319ae29a9ef53b485a2540bfea2fa9b238/3cf5313b-dab9-49fe-b487-77ce1ca2ccac-AC_ACE_88734_75_PCB.pdf

os seguintes parlamentares: Franco Monteiro; Alberto Goldman; Ulisses Guimarães¹⁶⁰; Lysâneas Maciel¹⁶¹; Amaral Peixoto¹⁶²; Thales Ramalho; Marcos Freire¹⁶³; Tancredo Neves; Paes de Andrade; Alencar Furtado¹⁶⁴.

Pelo exposto fica evidente que os maiores motivos da perseguição da ditadura contra Luiz Ignácio Maranhão Filho estão diretamente relacionados aos seus contatos para formar uma frente ampla contra a ditadura. Nessa perspectiva, em nome do PCB, Maranhão Filho se reuniu com membros da Igreja Católica e com parlamentares.

A atuação de Maranhão Filho junto à Igreja Católica, especialmente, foi muito contundente no início da década de 1970. Ele acreditava que o diálogo com fiéis poderia favorecer a democratização da sociedade brasileira e a ocorrência de transformações estruturais necessárias para vida do país. Nessa perspectiva, Maranhão Filho ministrava curso para jovens do PCB, nos quais afirmava que comunistas e cristão poderiam caminhar juntos. Na sua interpretação, ainda que não concordasse com os aspectos extraterrenos defendidos pelo cristianismo, concebia que a opção da Igreja pelos pobres estava explicitada nos documentos produzidos no “Concílio Vaticano II”¹⁶⁵ e nas

¹⁶⁰ No depoimento de Marco Antônio Tavares Coelho à CISA ele declarou que Luiz Maranhão Filho tinha contatos frequentes com Ulisses Guimarães. O declarante ainda informou que eles trocavam correspondências pelo correio, recortes de jornais, declarações, discursos e debatiam a situação dos direitos humanos no Brasil (BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. CISA. **Relatório mensal de informações.** 15 maio 1975, p. 71. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/4/4/f/44ff298f458e547fdb3952f5d05a2b319ae29a9ef53b485a2540bfea2fa9b238/3cf5313b-dab9-49fe-b487-77ce1ca2ccac-AC_ACE_88734_75_PCB.pdf

¹⁶¹ Lysâneas Maciel nas eleições de 1974 foi fortemente apoiado pelo PCB. Foi um dos deputados federais mais destacados na luta contra a ditadura, tendo sido cassado por Geisel em razão dos seus discursos contundentes contra o arbítrio. Após a cassação, exilou-se com a família na Suíça.

¹⁶² Amaral Peixoto era casado com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas. Ele não apresentou nenhum posicionamento público sobre o Golpe de 1964. Filiou-se ao MDB, sigla pela qual foi eleito para mandatos parlamentares, mas depois se inscreveu no PDS (antiga ARENA).

¹⁶³ Marcos Freire era muito ligado a dom Hélder Câmara. O PCB de Pernambuco o apoiou nas eleições para senador em 1974.

¹⁶⁴ BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. CISA. **Relatório mensal de informações.** 15 maio 1975. p. 63-86. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/4/4/f/44ff298f458e547fdb3952f5d05a2b319ae29a9ef53b485a2540bfea2fa9b238/3cf5313b-dab9-49fe-b487-77ce1ca2ccac-AC_ACE_88734_75_PCB.pdf

¹⁶⁵ O Concílio Vaticano II ocorreu, com a presença de bispos de todo o mundo, em quatro sessões, entre 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965. Foi o segundo concílio realizado no Vaticano e, diferente do primeiro, procurou criar um diálogo mais democrático da Igreja com a sociedade.

encíclicas “Mater et Magistra” (Mãe e Mestre)¹⁶⁶, “Pacem e Terris” (Paz na Terra)¹⁶⁷ e “Populorum Progressio” (Do Progresso dos Povos)¹⁶⁸.

O trabalho realizado por Luiz Maranhão Filho e outros membros do PCB em 1970 visava, por um lado demonstrar a importância das lutas junto à Igreja e, por outro, associar as políticas sociais então desenvolvidas por essa instituição com as práticas de combate ao regime vigente. Todavia, ao perceber que a ação dos comunistas poderia frutificar, a repressão atuou prendendo e processando várias pessoas consideradas comunistas que tinham algum tipo de relação com a Igreja.

Nesse sentido, em junho de 1970, membros do 1º Distrito Naval, com sede no Rio de Janeiro, prenderam, espancaram, torturaram e, em seguida, processaram nos termos de um Inquérito Policial Militar (IPM), várias pessoas que, na interpretação dos militares, realizavam ações, que atingiram vários pretensos comunistas que atuavam na Igreja para se contrapor à “revolução” instaurada em 1964¹⁶⁹.

Os inquéritos policial-militares eram instrumentos pretensamente usados pela repressão para combater desde a subversão nos mais diversos espaços da sociedade (universidades, igrejas, entidades de classe, entre outros) até a corrupção nos órgãos do Governo¹⁷⁰. Abertos em todos os estados da federação, os IPM eram subordinados nacionalmente à Comissão Geral de Investigação (CGI), que tinha como comandante um marechal. Cada IPM era presidido por oficial de uma das forças armadas que, no decorrer do inquérito, tinha o poder de uma autoridade policial. Os métodos usados durante o curso de um IPM não respeitavam os direitos humanos, posto que adotavam a tortura como prática para obtenção de repostas¹⁷¹.

Segundo Elio Gaspari, “pode-se estimar que os IPMs abertos entre 1964 e 1966 tenham sido mais de cem e menos de duzentos, resultando em processos judiciais para

¹⁶⁶ Carta episcopal publicada, em 15 de maio de 1961, pelo Papa João XXIII. Analisa a questão social no mundo à luz da “Doutrina Cristã”.

¹⁶⁷ Carta publicada pelo Papa João XXIII em 11 de Abril de 1963. Defende que todos os povos vivam a paz, construída com verdade, justiça, caridade e liberdade. Dois meses depois de publicada ocorreu a morte de João XXIII, dois anos depois da construção do Muro de Berlim e alguns meses depois ocorreu a Crise dos Mísseis em Cuba. Trata-se de um documento emblemático da doutrina social da Igreja. Em razão das ideias que discute, essa Carta está arquivada na Organização das Nações Unidas.

¹⁶⁸ Publicada pelo Papa Paulo VI em 26 de março de 1967, essa Carta denuncia o desequilíbrio entre países ricos e pobres, refuta o neocolonialismo e defende o bem-estar de todos os povos.

¹⁶⁹ Cf.: GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 243.

¹⁷⁰ Segundo Elio Gaspari, perseguir subversivos foi tarefa bem mais fácil do que encarar a corrupção. Assim, a ordem militar teve que calar e conviver com os corruptos que estavam dentro do poder constituído. GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 135.

¹⁷¹ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 134.

cerca de 2 mil pessoas”¹⁷². Isso significa que a partir de 1964, sobretudo a partir da implantação do Ato Institucional nº2, a justiça militar foi usada para perseguir e condenar civis. Entretanto, essa justiça ganhou ainda mais força com a publicação do Código Penal Militar, instituído pelo Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, assinado pelos ministros de cada uma das forças armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica.

Por esse Decreto-lei ficou determinado que:

Art. 9º **Consideram-se crimes militares**, em tempo de paz:

[...]

III - os **crimes praticados** por militar da reserva, ou reformado, ou por **civil, contra as instituições militares**, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

[...]

d) **ainda que fora do lugar sujeito à administração militar**, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior¹⁷³ (Grifos meus).

O que se percebe nesse texto imposto pela repressão é uma mistura autoritária da instituição militar com a pessoa do militar, mesmo que tal personagem esteja atuando com violência e fora de uma jurisdição militar. Nesses termos, ficou estabelecido pela Lei que os militares poderiam investigar, inquirir, interrogar os civis por atos que esses militares julgassem criminosos.

Nessa perceptiva, o IPM era uma estratégia adotada pelos militares para coletar informações acerca dos “comunistas subversivos” e, posteriormente, processar penalmente os culpados com base na Lei de Segurança Nacional. Vários IPMs foram abertos depois de 1964, como os da Universidade de São Paulo (USP)¹⁷⁴, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Sobre o IPM do PCB, especificamente, ele foi instaurado em 21 de setembro de 1964 com base nas “cadernetas de Prestes”, apreendidas pelos militares. Essas cadernetas continham informações que serviram de prova contra Prestes e outros membros do Partido citados em suas anotações. A partir desse IPM foram criados outros processos

¹⁷² GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.134.

¹⁷³ CÓDIGO Penal Militar. Decreto - Lei Nº 1.001, de 21 out. de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm Acesso em 10 fev. 2022.

¹⁷⁴ Sobre o IPM da USP, sugiro duas leituras: DURHAM, Eunice Ribeiro. **O livro negro da USP: o controle ideológico da Universidade**. 2. ed. São Paulo, ADUSP, 1979. E a reportagem com o ministro Flavio Bierrenbach, disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/296555/ditadura-militar--ministro-aposentado-do-stm-relata-episodio-do-ipm-da-usp>.

semelhantes, possibilitando que os militares realizassem uma devassa sobre o que eles consideravam como “subversivos”¹⁷⁵.

Esses IPMs criados entre 1964 e 1966, como já afirmei, foram ampliados depois do Código Penal Militar de 1969. Nesse sentido, em 24 de junho de 1970, várias pessoas foram presas e, sob os auspícios do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, foi aberto um novo IPM contra o PCB, com o intuito de investigar as ações antirrevolucionárias que se caracterizavam pela infiltração do PCB na Igreja. Foi designado para presidir o inquérito o capitão-de-corveta Roberto Mello de Carvalho Rocha e como escrivão o sargento da Marinha Mauri Dias Cirino, tudo organizado, como já explicitado neste texto, no âmbito do 1º Distrito Naval no Rio de Janeiro.

A partir desse IPM do PCB foram criados cinco IPMs, todos dedicados a investigar as atividades de Luiz Maranhão Filho na Igreja Católica. Era um cidadão civil, sendo investigado por militares, em razão de atividades civis que desenvolvia. Em todos os interrogatórios realizados com os presos, encarcerados em razão do envolvimento em um desses cinco processos, uma pergunta comum era feita: quais as atividades de Luiz Ignácio Maranhão Filho relacionadas à Igreja Católica? As respostas dos presos era sempre a mesma: Luiz Maranhão Filho apenas fazia palestras e ministrava cursos para militantes e simpatizantes do PCB mostrando a importância da Igreja Católica para que a sociedade brasileira fosse livre e a necessidade das forças democráticas se aproximarem dessa instituição.

Esses IPMs resultaram na prisão de três dos interrogados que foram presos e enviados para a prisão militar na “Ilha das Flores” e a condenação de dois que, por estarem foragidos da lei, não foram encontrados para prestar depoimentos, nem para receber a decretação da prisão. Um desses homens foi Luiz Ignácio Maranhão Filho.

Os crimes imputados a Luiz Maranhão para justificar a decretação da sua prisão foram os seguintes: 1) estimular a formação de uma frente única contra a ditadura, estimulando que setores da Igreja passassem a defender as liberdades democráticas; 2) organizar campanhas, em comum acordo com alguns bispos e prelados, em prol de pautas subversivas, tais como: amplo direito de reunião e liberdade de imprensa, inclusive para denunciar torturas.

O IPM que indicou a necessidade de condenação de Luiz Maranhão Filho como base nesses crimes, fundamentou a sua indicação na Lei de Segurança Nacional, nos

¹⁷⁵ CZAJKA, Rodrigo. “Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo cultural na produção do pós-golpe. *Antítese*, v.8, n. 15, p. 219-242, jan./jun. 2015.

termos do Decreto Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969¹⁷⁶. Os itens dessa lei que foram mobilizados para justificar a prisão foram os seguintes:

DECRETO-LEI Nº 898, DE 29 DE SETEMBRO DE 1969.

Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

[...]

Art. 23. **Tentar subverter a ordem** ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo.

[...]

Art. 43. **Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação**, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso.

[...]

Art. 45. **Fazer propaganda subversiva:**

I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

[...]¹⁷⁷

Além desses crimes, outro delito fundamentou a indicação da prisão de Luiz Maranhão Filho: aliciamento de menores. Esse crime foi imputado ao líder comunista em razão de no decorrer do IPM cinco estudantes menores de idade terem afirmado em seus depoimentos que assistiram uma conferência na qual o expositor – que nenhum deles sabia do nome – havia falado sobre “a importância da Igreja na América Latina”. Mesmo que o nome de Luiz Maranhão Filho não tenha sido citado nos depoimentos, os militares a ele atribuíram o pretense aliciamento.

O IPM foi encerrado, em 19 de outubro de 1970, com o encaminhamento da denúncia para a Auditoria da Marinha. Essa denúncia ocorria em um momento de

¹⁷⁶ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 245.

¹⁷⁷ BRASIL. **Decreto-lei n. 898, de 29 de setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 6 jun. 2022.

fortalecimento da ditadura, que realizou uma série de operações para garantir a vitória eleitoral em 15 de novembro de 1970, entre as quais a prisão de cinco mil pessoas consideradas “perigosas” as vésperas do dia da votação. Foi nesse contexto também que Paulo Boncristiniano, delegado do DOPS, afirmou que o governo iria localizar a assassinar três importantes lideranças do PCB: Carlos Marighela, Carlos Lamarca e Luis Carlos Prestes. Essa afirmação obrigou a Prestes – mesmo contra a sua vontade – a sair do Brasil.

A situação eleitoral era conturbada no seio da própria esquerda, dividida entre os que julgavam inútil participar das eleições e, por isso, defendiam o voto nulo, e os que defendiam o voto no MDB, como era o caso do comando do PCB. A diretriz traçada pelo Partido naquela conjuntura era a de que os militantes deveriam usar os argumentos, as palavras, para combater a violência física e psicológica da ditadura¹⁷⁸.

Diante desse conturbado quadro, o resultado das eleições de 15 de novembro foi uma imensa vitória da ARENA. Das trezentas e dez cadeiras da Câmara Federal, a ARENA elegeu duzentas e vinte e duas, enquanto o MDB elegeu apenas oitenta e sete. Das quarenta e seis cadeiras em disputa para o senado, quarenta e uma foram ocupadas por candidatos da ARENA¹⁷⁹.

O resultado eleitoral permitiu que o arbítrio se consolidasse e, nesses termos, em janeiro de 1971, o juiz do processo de Luiz Maranhão Filho expediu um Edital de “Citação”, no qual se exigiu a presença do réu para ser citado e julgado. Em novembro de 1972, o advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego encaminhou a defesa escrita de Luiz Maranhão Filho, condenado à revelia, para o Conselho Penitenciário.

Em 23 de janeiro de 1973 o Conselho Penitenciário julgou o processo de Luiz Maranhão e o absolveu, com o voto contrário do presidente do órgão, o capitão-de-corveta Hitler de Oliveira Mota. Seguindo os mesmos argumentos escritos pelo advogado Augusto Rego, os três defensores¹⁸⁰ de Luiz Maranhão Filho durante o julgamento, demonstraram a insuficiência de provas para condenar o réu. O Estado militar ainda recorreu da sentença, mas dia 27 de março de 1974, o Superior Tribunal Militar confirmou por maioria de votos a absolvição de Luiz Ignácio Maranhão Filho¹⁸¹.

¹⁷⁸ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 244-246.

¹⁷⁹ <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1970/resultados>.

¹⁸⁰ Defenderam Luiz Maranhão Filho os advogados Antônio Modesto da Silveira; Alfredo Antônio Guarichi e Palma e; finalmente, Heleno Fragoso.

¹⁸¹ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 248-250.

Paralelamente ao processo contra Maranhão Filho, em 3 de dezembro de 1972, o *Jornal do Brasil* divulgou uma entrevista com o “agente Carlos (ou Alcindo)”, pseudônimo do entrevistado, que exigiu não ser identificado corretamente, pelo menos, até quatro dias depois da publicação da matéria.

Essa entrevista com o agente Carlos (ou Alcindo) demonstra os bastidores da repressão, o papel da imprensa durante a ditadura, como uma matéria publicada em jornal poderia desarticular toda a organização do PCB, a lentidão das pesquisas para mostrar os meios usados pela CIA para se infiltrar nos grupos de oposição e, finalmente, como a entrevista afetou diretamente Luiz Maranhão Filho.

O “agente Carlos (ou Alcindo)” mostrou que era até então membro do PCB e desfrutava da confiança pessoal de Prestes, por meio do qual teria conhecido a Rússia e toda a estrutura fornecida pela União Soviética para o comunismo internacional. Na entrevista, o “agente Carlos” detalhou várias atividades do Partido, apresentou os nomes dos quadros mais significativos, as funções de todos os dirigentes e demonstrou o que ele considerava as maquinações do comunismo internacional¹⁸².

No dia 7 do mesmo mês, quatro dias depois da primeira entrevista, uma nova matéria sobre o tema foi publicada no mesmo periódico e nela há informação de que o “agente Carlos (ou Alcindo)” era Adauto Alves dos Santos, que durante vinte anos havia sido um militante do PCB. Na reportagem vários documentos são apresentados pelo entrevistado, que com essa documentação julga ter comprovado as informações apresentadas¹⁸³.

O tema das duas matérias jornalísticas voltou a ser assunto de reportagem apenas em 31 de março de 2004, quando a revista *Isto É* publicou um texto no qual Hércules Corrêa, um dos líderes do PCB, se referiu a hipótese de infiltração de espiões da CIA no Comitê Central do PCB durante o regime militar. As suspeitas de Corrêa estavam associadas à entrevista fornecida por Adauto Freire, o agente “Carlos (ou Alcindo)”, ao *Jornal do Brasil*, em 3 de dezembro de 1972. Segundo a matéria, Adauto Freire (e não Adauto dos Santos, como informado no *Jornal do Brasil*) era um pernambucano franzino,

¹⁸² AGENTE do PCB denuncia a subversão no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 82, n. 227, 3 dez 1972. 1º Caderno, p. 1, 5.

¹⁸³ O AGENTE “Carlos” ou “Alcindo” do PCB é Adauto Alves dos Santos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 82, n. 231, 7 dez. 1972. 1º Caderno, p. 1, 5.

funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) e militante do PCB desde os anos 50¹⁸⁴.

Em 5 de dezembro de 2011, Paulo Moreira Leite escreveu para a revista *Época* destacando uma matéria produzida pelo repórter Leonel Rocha na mesma semana e para o mesmo periódico. Segundo Moreira, a matéria produzida por Rocha trouxe importantes revelações sobre a atuação da CIA no Brasil durante a conjuntura do regime instaurado a partir de 1964. Na interpretação de Leite, Rocha conseguiu provar que a entrevista concedida pelo “agente Carlos (ou Alcindo)” foi preparada no Rio de Janeiro pelo Cenimar com a intensa ajuda da CIA¹⁸⁵.

O nome real do “agente Carlos (ou Alcindo)” é uma incógnita, uma vez que para ele existem vários nomes: Aduino Alves dos Santos é a denominação dada ao personagem tratado na matéria de 7 de dezembro de 1972, do *Jornal do Brasil*; Aduino Oliveira, segundo livro de João Falcão¹⁸⁶ ou Aduino Freire, conforme matéria da *Isto É* de 31 de março de 2004¹⁸⁷. Mesmo não se tendo certeza do nome do personagem que gerou a matéria jornalística, pode-se afirmar a força da matéria no seio do Partido.

As reportagens publicadas do *Jornal do Brasil* nos dias 3 e 7 de dezembro de 1972 abalaram os dirigentes e a militância do PCB, uma vez que foram publicadas as principais atividades do Partido. Tal cenário exigiu uma avaliação do Comitê Central, que se reuniu em São Paulo, no mesmo mês de novembro, para decidir – entre outras questões – se os principais dirigentes deveriam se exilar em outro país ou permanecer em São Paulo. Luiz Maranhão Filho participou da reunião e afirmou que precisava ficar no Brasil para atuar junto à militância nas eleições de 1974. Assim, com o intuito de participar da campanha de 1974, Luiz Maranhão decidiu se mudar para São Paulo.¹⁸⁸

Ao longo do ano de 1973 as notícias sobre Luiz Maranhão filho são muito escassas. Suponho que ele vivia na clandestinidade entre Rio de Janeiro e São Paulo. Os contatos com a sua esposa eram sempre rápidos e imprevisíveis. A última informação que se tem sobre ele vivo data de 27 de março de 1974 (mesma data em que ele foi absolvido

¹⁸⁴ RIBEIRO JÚNIOR, Amaury; VIOLA, Eugênio; FARIA, Tales. *Traição e extermínio. Isto É*, São Paulo: Ed. Três. 31 mar. 2004. Disponível em: https://istoe.com.br/27963_TRAICAO+E+EXTERMINIO/

¹⁸⁵ LEITE, Paulo Moreira. Suposta ligação da CIA em crime no PCB, em 1973. *Época*, Rio de Janeiro, n. 707, 5 dez. 2011. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/historia/suposta-ligacao-da-cia-em-crime-no-pcb-em-1973/>

¹⁸⁶ FALCÃO, João Giocondo Dias. *A vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

¹⁸⁷ BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. *Cadernos CEDEM*. Marília, SP: UNESP, v.3, n.1, 2012. p. 70.

¹⁸⁸ GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 249.

no STM), quando ele se encontrou rapidamente, por cerca de dez minutos, com o dirigente comunista Hércules Correia, em São Paulo¹⁸⁹.

Depois dessa data o que se encontra nas fontes é a busca incessante de Odette Maranhão por notícias do seu marido. No dia 5 de abril de 1974 ela recebeu a notícia da prisão do seu marido e a informação que ela precisava viajar para o Rio de Janeiro para saber maiores informações. A partir dessa data Odette Maranhão¹⁹⁰ peregrinou vários lugares a procura do Luiz da vida dela: visitou prisões no Rio de Janeiro e em São Paulo; teve audiência com o comandante do II Exército; procurou todos os deputados federais e senadores do Rio Grande do Norte; viu e ouviu o senador Dinarte Mariz, na sua frente, telefonar para Armando Falcão, então ministro da justiça, pedindo notícias de Luiz Maranhão Filho¹⁹¹; ouviu discursos do deputado federal Lizâneas Maciel (MDB do Rio de Janeiro) exigindo explicações do governo sobre o que aconteceu com Luiz Maranhão Filho; escreveu cartas para várias pessoas, entre elas para Vieira de Melo, então presidente do MDB, e para o deputado Tales Ramalho, na época líder do MDB na Câmara¹⁹²; acompanhou os apelos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Ordem dos Advogados do Brasil para que o governo prestasse algum esclarecimento sobre Luiz Maranhão Filho. Nenhuma dessas ações de Odette Maranhão foi suficiente para que o governo prestasse qualquer informação sobre o seu marido¹⁹³.

As respostas do governo sobre o paradeiro Maranhão Filho eram sempre evasivas. Numa tentativa de respostas mais concretas, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 17 de maio de 1974, solicitou ao auditor da 2ª Auditoria da Marinha, local onde Maranhão Filho havia sido processado, informações sobre Luiz Maranhão Filho. Com a demanda em mãos, o auditor solicitou informações aos seguintes comandos militares:

¹⁸⁹ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 250.

¹⁹⁰ Aldo Lins e Silva foi o primeiro advogado contatado por Odette Maranhão para atuar no Rio de Janeiro e em São Paulo na busca por informações de Luiz Maranhão Filho. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/luis-ignacio-maranhao-filho/> Aldo Lins e Silva foi advogado tratou da defesa de muitos presos políticos durante a ditadura. Como advogado de Odette Maranhão ele tentou o relaxamento da prisão de Luiz Maranhão Filho, mas o pedido não foi feito, uma vez que oficialmente nunca foi confirmada a prisão.

¹⁹¹ Segundo Góes, na ligação Dinarte Mariz teria dito ao ministro da Justiça: “Luiz é um comunista, sim. Mas, um idealista, um homem honesto lá da minha terra. Quero notícias dele” (GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 253).

¹⁹² A carta escrita por Odette Maranhão para o deputado Tales Ramalho foi lida por ele no Plenário da Câmara dos Deputados, suscitando apertes de deputados da oposição e do governo. Todos pediam notícias sobre o paradeiro de Luiz Maranhão.

¹⁹³ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 252-256.

comandante do I Exército, comandante do II Exército, comandante do Primeiro Distrito Naval, delegado da Delegacia do Ordem Social (DOPS) do Rio de Janeiro, delegado da Delegacia do Ordem Social (DOPS) de São Paulo, chefe de Informações de Segurança da Aeronáutica. Individualmente, todos esses comandantes responderam ao auditor informando que Luiz Maranhão Filho não estava preso nas unidades por eles comandadas, nem eles possuíam qualquer indício sobre o paradeiro desse personagem¹⁹⁴.

A peregrinação de Odette Maranhão, de entidades da sociedade civil e dos parlamentares da oposição à ditadura e mesmo de alguns apoiadores do governo, não foi suficiente para que surgisse alguma informação sobre Maranhão Filho vivo ou sobre o seu corpo. Diante desse quadro, Odette Maranhão resolveu voltar para Natal e continuar a sua luta para que a justiça fosse feita e que algum dia uma resposta lhe fosse fornecida.

A mulher que recebeu o atestado de óbito do marido sem uma *causa mortis* definida, jamais recebeu informação sobre o seu paradeiro e as circunstâncias de sua morte. Apenas no processo de redemocratização do Brasil surgiram três informações, sem dados concretos de veracidade, sobre a prisão e a morte Luiz Maranhão Filho.

A primeira informação foi prestada pelo médico psiquiatra Amílcar Lobo Moreira Silva¹⁹⁵, em entrevista concedida à revista *Isto É*, no dia 8 de abril de 1987. Para o periódico Silva afirmou que presenciou as torturas em Luiz Ignácio Maranhão Filho, realizadas no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro.¹⁹⁶

A segunda informação foi obtida por meio de Marival Dias Chaves do Canto¹⁹⁷ em entrevista concedida para a revista *Veja* em 18 novembro de 1992. Segundo o entrevistado, Luiz Ignácio Maranhão Filho teria sido morto com uma injeção aplicada para matar cavalos. O fato teria acontecido em uma casa transformada em centro

¹⁹⁴ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 256.

¹⁹⁵ Amílcar lobo Moreira da Silva (1939-1997) atuou como médico-assistente em torturas realizadas em presos políticos durante o Regime Militar, sendo ele responsável por identificar se detentos ainda tinham forças para resistir a mais torturas. Graduado em medicina em 1969, ingressou no Exército para cumprir o serviço militar obrigatório como segundo-tenente, exercendo suas atividades no 1º Batalhão de Polícia do Exército e no DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde permaneceu entre 1970 e 1974. Durante os interrogatórios usava o pseudônimo dr. Cordeiro.

¹⁹⁶ Memórias da ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/marival-chaves-canto/>

¹⁹⁷ Marival Dias Chaves do Canto, durante o Regime Militar, atuou no DOI-CODI e no Centro de Informações do Exército (CIE). Se aposentou em 1985. Depois que deixou o Exército tornou-se um dos principais delatores das torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão vinculados aos governos militares. Cf.: Marival Dias Chaves do Canto. Disponível em <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/marival-chaves-canto/>

clandestino usado, pelo DOI-CODI do II Exército e pelo CIE, para torturar e executar os presos pela “Operação Radar”¹⁹⁸. Essa casa estava situada na estrada que liga Barueri a Itapevi na região metropolitana de São Paulo¹⁹⁹. Segundo Marival Canto, depois de morto, o corpo de Luiz Ignácio Maranhão teria sido atirado no Rio Novo ou na Represa de Jurumirim, no interior do estado de São Paulo, perto do município de Avaré.

A terceira informação (que entra em contradição com a declaração de Marival Canto) foi fornecida por Cláudio Antônio Guerra²⁰⁰, em depoimento, prestado em 23 de julho de 2014, à Comissão Nacional da Verdade. Segundo Guerra, Maranhão Filho foi morto por agentes do regime militar em Petrópolis e foi ele mesmo quem transportou o corpo dele da “Casa da Morte”²⁰¹, em Petrópolis (RJ), para a usina Cambahyba²⁰², situada em Campos dos Goytacazes, região norte do Rio de Janeiro. Foi nessa Usina, conforme Guerra, que o corpo de Maranhão Filho foi incinerado.

Pelos depoimentos contraditórios é possível afirmar que dificilmente o paradeiro de Luiz Ignácio Maranhão Filho será identificado. Dele restaram apenas as lembranças expressas nos registros e na memória. Sua esposa, que faleceu no dia 4 de maio de 2010²⁰³, aos 94 anos de idade, jamais perdeu a esperança de encontrar os restos mortais dele.

¹⁹⁸ A “Operação Radar” foi realizada na transição dos governos Medici para Geisel e se caracterizou por usar agentes da repressão infiltrados na direção do PCB. A operação foi montada pelo DOI-CODI e tinha a pretensão de prender mais de 500 militantes comunistas. Os presos eram quase sempre torturados. Cf.: Memorial da democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunistas-entram-na-mira-da-repressao>

¹⁹⁹ Cf.: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunistas-entram-na-mira-da-repressao>

²⁰⁰ Claudio Antônio Guerra foi delegado do DOPS no Espírito Santo. Em julho de 2019 Guerra foi denunciado pelo procurador da República Guilherme Garcia Virgílio, do MPF em Campos dos Goytacazes, sob a acusação de destruição e ocultação de cadáveres. Nos autos do processo Guerra confessou que, entre 1973 e 1975, recolheu os corpos de doze pessoas na “Casa da Morte”, em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, e os levou para serem incinerados na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes. Cf.: Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo Guerra, em Petrópolis ele era chamado pelo capitão de cavalaria do Exército Freddie Perdigão Pereira sempre que havia um corpo para ser transportado.

²⁰¹ A “Casa da Morte” foi um centro clandestino de tortura e assassinatos usado pelos órgãos de repressão dos governos militares durante a década de 1970. A Casa estava situada a rua Arthur Barbosa, 668, em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro.

²⁰² A Usina Cambahyba foi uma das grandes propriedades agroindustriais de Campos dos Goytacazes e está desativada por completo desde 1995. O local possui uma área total de 6.763 hectares, dos quais 85% eram dedicados à produção de cana-de-açúcar.

²⁰³ Academia Norte-Rio-Grandense de Odontologia. Acadêmicos fundadores Odontologia. Disponível em: <https://academiaodontorn.com.br/index.php/academicos/> Acesso em: 22 de junho de 2020. Decidi manter a data informada pela Academia. Entretanto, Alexandre Maranhão (sobrinho-neto de Luiz Maranhão) informa que Odette Maranhão teria falecido em 4 de abril de 2010. MARANHÃO, Alexandre de Albuquerque. Um mártir do povo brasileiro. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de (org.). **Recortes de Luiz Maranhão**: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas do “Diário de Natal”. Fundação Astrogildo Pereira: Brasília, 2022. p.331.

A luta dela por Maranhão Filho a fez constituir o advogado Diógenes da Cunha Lima e a advogada Luiza Úrsula Matias de Azevedo, como seus representantes em uma ação impetrada em 22 de janeiro de 1996 junto ao Ministério de Justiça, solicitando indenização do Estado pela morte e desaparecimento de Luiz Maranhão Filho. A ação impetrada pelos advogados de Odette Maranhão pedia, além da indenização, a localização dos restos mortais do seu marido.

Essa ação foi impetrada antes mesmo de Odette Maranhão receber o atestado de óbito do marido e se fundamentou na Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995²⁰⁴. Odette Maranhão, que vivia profissionalmente como dentista e professora do curso de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, confessava aos amigos mais próximos que o valor da indenização era um aspecto secundário, uma vez que o que desejava mesmo era cobrar do Estado o que jamais recebeu: o corpo do seu marido. A indenização era apenas uma maneira de explicitar o seu pedido contínuo, sempre sem respostas.

Apresentados esses elementos, posso considerar lastimável o fato de, passados mais de quarenta anos, o Estado brasileiro não ter apresentado uma versão definitiva para os eventos que culminaram no desaparecimento de Luiz Ignácio. O Estado jamais reconheceu oficialmente a prisão desse – e de outros – militante do PCB, cujo nome passou a figurar em listas de desaparecidos políticos desde a década de 1970.

Tornar patrono de uma escola pertencente ao Estado um homem que o próprio Estado foi incompetente para localizar é um paradoxo, mas não deixa de ser instigante como objeto de análise e faz parte das incongruências que constroem nossa cultura. É com esse espírito de curiosidade que construirei o próximo tópico deste capítulo, que objetiva discutir quem era e o que fazia esse personagem antes de 1974, quando desapareceu pela ação do Estado autoritário e que, em tempos democráticos, ainda está desaparecido, sem que qualquer explicação tenha sido dada a respeito de seu paradeiro.

2.2 Luiz, um homem em formação

Como já afirmei neste texto, meu interesse por Luiz Maranhão Filho surgiu em razão de ele ser o patrono da escola em que sou professora de História. Configurado o

²⁰⁴ Já demonstrei neste capítulo que a referida lei reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. BRASIL Lei Nº 9.140, de 04 dez. de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

meu desejo em estudá-lo, passei a procurar fontes que pudessem me ajudar a conhecer esse personagem. Inicialmente me deparei com documentos que narravam as circunstâncias do seu desaparecimento em 1974 e, a partir dessas informações, escrevi minhas primeiras interpretações sobre Luiz Maranhão.

As ideias e as práticas desse líder do PCB quando a repressão se fortalecia me instigaram a procurar documentos que permitissem compreender como se deu o seu processo de formação como sujeito histórico. Nesse sentido, procurei tanto dados relacionados aos cenários em que ele transitou, quanto as opções feitas por esse indivíduo ao longo da vida. A partir do material encontrado, pude construir uma narrativa sobre a vida desse personagem antes de ser preso pela ditadura em 1974.

Luiz Ignácio Maranhão Filho nasceu em Natal no dia 21 de agosto de 1921, sendo o quarto dos cinco filhos do casal Luiz Ignácio Maranhão e Salomé de Carvalho Maranhão. O que indicam as fontes é que o genitor da família era condutor de trem da linha férrea Central do Brasil e natural de São José de Mipibu, enquanto a genitora era natural de Ceará-Mirim²⁰⁵. Além de Luiz Ignácio Maranhão filho, Luiz Maranhão e Salomé Maranhão ainda geraram Netércia²⁰⁶, Djalma²⁰⁷, Clóvis²⁰⁸ e Cândida²⁰⁹.

A partir da documentação analisada é possível inferir²¹⁰ que o Luiz Ignácio Maranhão, pai de Luiz Ignácio Maranhão Filho, possuía vínculos com a família Albuquerque Maranhão²¹¹. Membros dessa família, historicamente, desde o período

²⁰⁵ Salomé de Carvalho Maranhão, mãe de Luiz Maranhão Filho, era filha do tabelião e professor Joaquim de Moura Carvalho e de Rosinha Carvalho Hugo. O professor Joaquim ensinava português, latim e francês. Era um erudito que pouco antes de se ordenar padre, deixou a Igreja para se casar. Cf.: GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 32.

²⁰⁶ Netércia nasceu em 1911. Em 1927, quando a família veio morar em Natal, tinha 16 anos.

²⁰⁷ Djalma Maranhão (1915-1971) foi prefeito de Natal duas vezes: entre 1955 e 1959 e entre 1960 e 1964. Resistiu ao Golpe de 1964 e, por isso, foi cassado e exilado. Na sua segunda administração desenvolveu importantes ações populares, como a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

²⁰⁸ Clóvis, nasceu em 1917. Em 1927, quando a família veio morar em Natal, tinha 10 anos.

²⁰⁹ Cândida nasceu em 1926.

²¹⁰ Refiro-me a inferências em razão de não ter fontes suficientes para construir uma assertiva sobre esses vínculos familiares.

²¹¹ Duas evidências indicam que Luiz Maranhão Filho pertencia a Família Albuquerque Maranhão. A primeira foi apresentada Heloneida Studart. Segundo essa autora, no Forte dos Reis Magos morreu Jerônimo de Albuquerque Maranhão (1548-1618), ancestral de Maranhão Filho. Para a autora, Jerônimo de Albuquerque foi um precursor da revolução republicana. (STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 37, 55, 56) Não discutirei a produção historiográfica que questiona a ação revolucionária de Jerônimo de Albuquerque, uma vez que aqui pretendo apenas mostra o vínculo Maranhão Filho com a família Albuquerque Maranhão. Outra evidência do vínculo familiar de Maranhão Filho com a família Albuquerque Maranhão foi apresentada por Almir Bueno, ao afirmar que o avô de Luiz Maranhão (pai de Luiz Maranhão Filho), Felismino de Albuquerque Maranhão, dono de engenho em São José de Mipibu, era filho de João de Albuquerque Maranhão (João das Estivas 1828-1890), primo de Pedro Velho de Albuquerque, primeiro presidente do estado do Rio Grande do Norte. Cf.: BUENO,

colonial, tinham o controle da produção açucareira e estiveram nas disputas políticas coloniais (como na Insurreição Pernambucana de 1817), entre os grupos que controlavam o comércio local no Império. Na República, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, tornou-se republicano as vésperas da Proclamação, criou o Partido Republicano no Rio Grande do Norte e tornou-se o primeiro presidente do estado. Até, pelo menos, a década de 1920, a família Albuquerque Maranhão participou ativamente do poder político e econômico no Rio Grande do Norte.

Nas minhas investigações eu não encontrei muitas informações sobre as relações de Luiz Ignácio Maranhão Filho com outros membros da família Maranhão, mas é importante deixar evidente essas relações como elementos que precisam ser investigados com maior profundidade em outros trabalhos.

Logo que se casaram, Luiz e Salomé, moraram em Ceará-Mirim e alguns anos depois foram morar na Fazenda São Pedro, localizada entre os municípios de Pedra Preta²¹² e Lajes²¹³, onde viviam da criação de animais e da agricultura. Entretanto, em 1927, em razão dos problemas causados pelos fortes períodos de seca e diante do desejo que os filhos estudassem, a família resolveu migrar para Natal²¹⁴.

Foi na capital que Luiz Maranhão Filho desenvolveu sua formação escolar, estudando o primário no Grupo Escolar Antônio de Sousa²¹⁵ e o secundário nos Colégios Pedro II²¹⁶ e no Atheneu²¹⁷. Paralelamente às atividades de estudante, Luiz Maranhão

Almir de Carvalho. **Visões de república:** ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: Edufrn, 2016, p. 91). Com a morte do avô, Luiz Maranhão tornou-se empregado da companhia Great Western, responsável pela linha férrea que, entre outros lugares, atuava em São José de Mipibu e Ceará-Mirim. Foi em Ceará-Mirim que Luiz Maranhão conheceu Salomé e nessa cidade se casaram.

²¹² Município situado a 152 km de Natal.

²¹³ Localizado a 129 km de Natal.

²¹⁴ Segundo Góes, era comum os fazendeiros do interior do estado mandarem seus filhos estudarem como internos escolas de Natal. Entretanto, como as escolas eram caras e, diante da seca que diminuía os rendimentos, muitos desses fazendeiros resolverem se mudar para Natal. Esse foi o caso da família de Luiz Maranhão (GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho:** cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999, p. 32).

²¹⁵ Luiz Maranhão Filho ingressou no grupo escolar ainda em 1927, aos seis anos de idade.

²¹⁶ Segundo Silva, em 1927, Judith Bezerra e Severino Bezerra fundaram o Colégio Pedro II que funcionava como internato, semi-internato e externato. Essa escola estava situada do lado direito do Teatro Carlos Gomes, atual Teatro Alberto Maranhão. A partir de 1927 essa escola passou a receber também moças. SILVA, Francinaide de Lima. *A Escola Normal de Natal: presença das primeiras professoras (1908-1920). Gênero e Práticas Culturais:* subjetividades e contradiscursos. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013. v. 1. p. 5-6.

²¹⁷ Luiz Maranhão Filho ingressou como aluno no Atheneu em 8 de fevereiro de 1934, na época com 13 anos de idade, para cursar o primeiro ano do ginásio. No ano de 1935 cursou a segunda série. Em 1936 cursou a terceira série, mas foi reprovado, repetindo o feito em 1937 e 1938. Só em 1939 conseguiu aprovação na terceira série. Em 1940 cursou a quarta série, mas foi reprovado. Em 1941 conseguiu concluir com êxito o quarto ano ginásial. Em 1942 cursou o primeiro ano do clássico, em 1943 cursou o segundo ano clássico e, em 1944, terminou a terceira série e, conseqüentemente, o curso Clássico. No

Filho, desde adolescente, destacou-se como liderança estudantil, atuando no Centro Estudantil Potiguar²¹⁸, órgão representativo dos estudantes de Natal.

Em 1942, com a instituição da Reforma Capanema²¹⁹, o ensino secundário foi dividido em dois: o Clássico (dedicado às humanidades, a filosofia e as línguas, incluindo latim, espanhol e grego) e o Científico (voltado para os estudos das ciências naturais e exatas). Estudava o Clássico quem desejava graduar-se em Direito, Jornalismo, Letras, História e outras áreas similares. cursava o Científico quem iria realizar graduação em Medicina, Odontologia, Engenharia e outros cursos semelhantes. Luiz Maranhão Filho optou por estudar o Clássico, pois tinha a intenção de cursar Direito e advogar.

Ainda em 1942, concomitantemente a sua condição de estudante do Clássico no Atheneu, Luiz Maranhão Filho passou a exercer duas atividades remuneradas²²⁰: por um lado, tornou-se professor de Geografia no ginásio da mesma escola, a partir de um convite feito pela direção da escola e, por outro, passou a escrever no jornal *A República*.

Como professor do Atheneu mantinha diálogos constantes com os outros professores e com os alunos, instigando a realização de debates sobre temas dos mais diversos, inclusive acerca da política então vigente. Como jornalista sua iniciação

mesmo ano – 1944 – ingressou no curso de Direito em Alagoas. Importante destacar que Luiz Maranhão Filho, em 1938, ele ingressou no Centro Estudantil do Atheneu. (Cf.: Ficha Individual do aluno Luiz Maranhão Filho, que se encontra no arquivo do Colégio Atheneu).

²¹⁸ Segundo GÓES, Luiz Ignácio Maranhão Filho participou da criação do Centro Estudantil Potiguar, órgão de representação estudantil pertencente ao colégio Atheneu. Nesse centro Luiz Maranhão Filho fez inúmeras manifestações contra o fascismo. Esse Centro, em 1938, apoiou enfaticamente a candidatura de José Américo de Almeida a Presidência da República. (GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 45). Importante destacar que encontrei referências a essa mesma entidade como Centro Estudantil Potiguar.

²¹⁹ O Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Esse Decreto foi elaborado por Gustavo Capanema Filho, então Ministro da Educação, e vigorou entre 1942 a 1961. Por esse Decreto, o ensino secundário foi dividido em dois ciclos: 1º Ciclo Ginásio, com quatro anos de duração, e o 2º Ciclo Colegial, com três anos de duração. No segundo ciclo o aluno poderia optar por cursar o Clássico (que priorizava as humanidades) ou o Científico (ênfase nas ciências exatas). Posteriormente, surgiram também como o Ensino Técnico (Comercial, Agrícola, Industrial) e o Ensino Normal (que passou a ser adotado em 1946). Cf.: ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Macedo. *A Reforma Gustavo Capanema no Atheneu sergipense: entre a legislação educacional e as práticas educativas discentes (1942-1961)*. **Revista da FAEBA**. Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 29, n. 59, p. 180-194, jul. 2020.

²²⁰ Na “ficha individual do aluno” Luiz Maranhão Filho, existente no Colégio Atheneu, está registrado o Boletim Escolar dele em todos os anos em que estudou na instituição (1934-1944). Nesse boletim escolar fica evidente que as suas notas eram medianas e que ele foi reprovado várias vezes: de 1936 a 1938 ele foi reprovado na terceira série; em 1940, mais uma vez, foi reprovado na quarta série. Em entrevista concedida à Revista *Flagrantes*, publicada em Mossoró, em outubro de 1987, Netércia Maranhão, irmã de Luiz Maranhão Filho, informou que o baixo rendimento escolar de Luiz Maranhão Filho esteve associado a dificuldades financeiras que ele atravessava no período. Em razão dessas dificuldades, ele era obrigado a trabalhar como revisor do jornal *A República* e servir o Exército (Tiro de Guerra). Enfim, ele conciliava as aulas com as atividades no jornal e as atividades no quartel.

profissional começou no jornal *A República*, órgão oficial do Governo do Estado.²²¹ Nesse periódico ele pôde vivenciar diferentes funções no jornalismo, trabalhando na redação de matérias jornalísticas, escrevendo crônicas, atuando também como revisor, repórter e secretário. As atividades realizadas em vários espaços do jornal fizeram com que ele se sentisse um jornalista formado na ação, como ficou evidente em um depoimento prestado por ele depois de anos de exercício profissional:

Sou um jornalista. Minha atividade principal tem sido escrever. Quando me iniciei na profissão, ela tinha muito de romântica. Pertencço a uma geração que se forma na redação de *A República*, sob a orientação de alguns deuses tutelares do jornalismo provinciano.²²²

No segundo semestre de 1944, Luiz Maranhão Filho concluiu o curso Clássico²²³ e, no mesmo ano, conseguiu ser aprovado na Faculdade de Direito de Alagoas²²⁴, na cidade de Maceió, onde criou vínculos de amizade. Entre os amigos conquistados por Luiz Maranhão Filho em Alagoas, pode-se citar André Papini²²⁵, presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) local e que, na condição de líder do PCB naquele estado, lhe apresentou o Partido. A partir dessa apresentação, em 1945, Maranhão Filho se filiou a essa agremiação comunista²²⁶.

A filiação de Maranhão Filho ao PCB coincidiu com a volta do Partido à legalidade, em decorrência do processo de reabertura política. Esse retorno à legalidade fez com que ocorresse a reestruturação dos diretórios do Partido nas unidades da federação.²²⁷ Nesse sentido, Luiz Maranhão passou a organizar o PCB no Rio Grande do Norte, construindo as bases do Partido no estado, especialmente em Parnamirim, onde funcionava a Base Aérea.²²⁸ Em razão da sua ação no PCB, Luiz Maranhão passou a fazer

²²¹ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 48.

²²² GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 72.

²²³ COLÉGIO ESTADUAL [Atual Escola Estadual Atheneu Norte-Rio-Grandense]. **Certificado de Exames de Licença Clássica de Luiz Maranhão.** Natal, 8 jan.1945.

²²⁴ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia,** p. 72.

²²⁵ André Papini Góes foi presidente do DCE da faculdade de Direito de Alagoas. Posteriormente foi o primeiro diretor do periódico semanal *A voz do povo*, órgão de divulgação do PC em Alagoas, que passou a circular em 1 de maio de 1946. Em 1947, Papini Góes foi eleito deputado estadual constituinte de Alagoas pelo PCB (Cf.: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-jornal-comunista-a-voz-do-povo.html>).

²²⁶ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 72.

²²⁷ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 72.

²²⁸ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 77.

parte da Comissão Executiva estadual desse partido e ocupando posição de destaque na direção nacional do Partido.

No núcleo norte-rio-grandense do PCB, particularmente, Maranhão Filho promovia discussões relacionadas aos problemas locais, promovia reuniões e pequenos comícios nos bairros. Nessas atividades Luiz Maranhão procurava associar as ideias comunistas aos ideais cristãos, uma vez que acreditava que a aproximação entre comunistas e cristãos poderia favorecer a construção de uma sociedade mais justa, racional e igualitária.

Associada à sua atuação no PCB, Luiz Maranhão Filho teve destacada atuação no teatro, que se deu a partir da fundação do grupo *Teatro do Estudante* (TE). Segundo Cascudo,²²⁹ esse grupo inaugurou sua atuação com a montagem da peça *A Barbada*, uma comédia que estreou em 15 de julho 1946, obtendo sucesso de público e de crítica. Estreantes no teatro, os componentes do grupo eram, além de Luiz Maranhão, jovens que já se destacavam no pensamento intelectual da cidade: Marcelo Fernandes, Waldemar Bandeira, Aurea Cavalcanti, Marta Barbosa, Newton Navarro²³⁰, Rui Bezerra, Ivanete Galhardo e Maria de Lourdes Correia. O TE era orientado e dirigido por Hiram de Lima Pereira²³¹.

A atuação de Maranhão Filho no núcleo norte-rio-grandense do PCB e a sua participação nas atividades culturais da cidade coincidiram com o fortalecimento nacional do Partido, que se consolidou como força política no desabrochar do processo de redemocratização, iniciado em 1946. Assim, expressando esse fortalecimento, nas eleições para a presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte, ocorrida em 2 de dezembro de 1945, o PCB conseguiu eleger catorze deputados federais e um senador, Luiz Carlos Prestes. Nas eleições presidenciais, particularmente, Iêdo Fiuza, candidato do Partido obteve 10% dos votos no país e foi o candidato mais votado em Natal²³².

²²⁹ CASCUDO, Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 283.

²³⁰ Newton Navarro Bilro (1928-1991) foi artista plástico, poeta cronista e teatrólogo.

²³¹ Hiran Pereira de Lima (1913-1975) foi jornalista e ator. Militante e dirigente político do PCB no Rio Grande do Norte. Com a instauração do período militar, em 1964, foi severamente perseguido, o que o levou a viver na clandestinidade inicialmente em Recife e depois entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Foi preso em 15 de janeiro de 1975 e nunca mais foi encontrado.

²³² Os resultados eleitorais em Natal foram os seguintes: Iêdo Fiuza - 5279; Eurico Dutra -5070; Eduardo Gomes -3355 e Mário Rolim Teles – 3. Cf.: LIMA, Jailma Maria de. Entre embates e combates: o anticomunismo no Rio Grande do Norte (1945-1948). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2., 2017, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: UFPB, 2017. p. 7.

Maranhão Filho conciliava o curso de Direito em Maceió com uma série de outras atividades em Natal, tais como: o trabalho no PCB, as aulas que ministrava no Atheneu e as tarefas do jornalismo. Essa conciliação se tornava possível porque o curso de Direito em Maceió exigia a presença dos alunos na Faculdade apenas na época das provas.

Em 1947, após dois anos de estudos na capital alagoana, sem perder os vínculos de amizade com Maceió, Luiz Maranhão Filho conseguiu ser transferido, para a Faculdade de Direito do Recife²³³, onde formou novos amigos e concluiu a sua graduação. O curso na nova instituição tinha aulas regulares, mesmo assim ele não perdeu o contato com Natal, onde passava as férias e vinha em alguns finais de semana²³⁴.

Mesmo morando em Recife, Luiz Ignácio Maranhão Filho, continuava ministrando aulas de Geografia no Atheneu, escrevendo no jornal *A República* e atuando no PCB, onde era editor de um jornal. Para realizar as atividades em Natal ele concentrava os seus horários no último dia da semana, no sábado e no domingo. Entretanto, questões políticas locais impediram que Maranhão Filho continuasse exercendo o magistério.

Isso aconteceu porque, em 19 de janeiro de 1947, houve eleição para o Governo do Rio Grande do Norte, da qual saiu vitorioso José Varela, candidato do Partido Social Democrático (PSD). Entretanto, José Varela só assumiu o governo em julho de 1947. Sendo assim, entre janeiro e julho de 1947, governou o estado – na condição de interventor – o General do Exército Orestes da Rocha Lima, o último interventor federal no Rio Grande do Norte, que demitiu Luiz Maranhão Filho do Atheneu, alegando a militância dele no PCB. Posteriormente, em 1954, Maranhão Filho conseguiu, por intermédio de uma ação na justiça, ser readmitido no cargo²³⁵, seis anos depois da sua demissão efetuada de maneira ilegal²³⁶.

²³³ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 72

²³⁴ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 85.

²³⁵ No “Livro de registro de títulos, licenças e apostilhas dos lentes e funcionários do Colégio Estadual do Rio Grande (1949-1950)”, existe a informação de que o Governador Dix-Sept Rosado, em 14 de fevereiro de 1951, cumprindo decisão de Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, reintegrou Luiz Maranhão Filho ao quadro de professores do Colégio Estadual. Conceição Góes informa que a reintegração só ocorreu efetivamente em 1954. No final de 1952 ele foi preso e ficou na prisão até o segundo semestre de 1953. Dessa forma, a inferência que faço é que a justiça determinou que ele reassumisse as funções em 1951, mas essa ordem só foi efetivamente cumprida no primeiro semestre de 1954.

²³⁶ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 105.

A demissão do Atheneu foi algo que afetou a vida de Maranhão Filho, mas a situação política dele foi ainda mais agravada com o fechamento do PCB. Analisando, particularmente, a cassação do PCB, Dulci Pandolfi afirmou:

No dia 7 de maio de 1947, após uma batalha judicial, **o PCB teve seu registro cassado**. Nesse mesmo dia, o Ministério do Trabalho decretou a intervenção em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, criada pelo movimento sindical em setembro de 1946 e não reconhecida oficialmente pelo governo. O PCB apelou para o Judiciário, requerendo *habeas corpus* para o livre funcionamento das suas sedes, mas o pedido foi negado. Em seguida, os comunistas tentaram organizar uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), incorporando as teses centrais do PCB. O TSE também negou o registro para o PPP. **A exclusão dos comunistas do sistema político-partidário culminou em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB**. Sob o impacto da cassação, o PCB lançou um manifesto pregando a derrubada de imediata do governo Dutra, considerado um governo "antidemocrático", de "traição nacional" e "a serviço do imperialismo norte-americano"²³⁷ (grifos meus).

Mesmo com o registro do PCB cassado, entre 24 de setembro de 1947 e 24 de dezembro de 1949, circulou em Natal o jornal *Folha Popular*,²³⁸ órgão de imprensa do PCB natalense que tinha como seus principais redatores Hiram Pereira e Luiz Maranhão Filho. Esse jornal, em razão da conjuntura política, entrou declínio a partir de 1948 e deixou de existir em 1949.

Pela atuação no *Folha Popular*, Hiram Pereira e Luiz Maranhão Filho foram presos no dia 13 janeiro de 1948²³⁹ e recolhidos à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), acusados de injúria ao Presidente da República o General Eurico Gaspar Dutra. Na acusação foi relatado que os dois jornalistas haviam incorrido em incitação e propaganda de guerra e de métodos violentos para subverter a ordem política e social. Essa foi a primeira prisão de Maranhão Filho.

Hiram Pereira e Luiz Maranhão Filho passaram dez dias detidos. Logo após a detenção, o advogado Raimundo Nonato Fernandes impetrou um *habeas corpus* em favor

²³⁷ Pandolfi, Dulci. **Entre dois governos: 1945-1950**. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC> Acesso em: 20 ago. 2020.

²³⁸ MELO, Manoel Rodrigues de. *Folha Popular*. In: MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte: 1907-1987**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 148.

²³⁹ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 84.

dos presos. Enquanto esse pedido era analisado, a tipografia do jornal *Folha Popular* foi arrombada e seus móveis e materiais da redação foram destruídos²⁴⁰.

Durante o período entre o fechamento do PCB – a pedido do Governo Dutra – e a sua prisão (em razão da atuação que teve no *Folha Popular*) Maranhão Filho deixou de frequentar o curso de Direito. Livre da prisão, Luiz Maranhão foi para Recife com o intuito de terminar o seu curso, o que aconteceu em 1949²⁴¹.

Concluído o curso de Direito, em 1949, Maranhão Filho tentou reeditar a *Folha Popular* em Natal, mas não conseguiu, em razão da ausência de recursos financeiros. Paralelamente permaneceu atuando na *Folha do Povo*²⁴² em Recife, órgão vinculado ao PCB que ele trabalhava desde que retomou o curso de Direito naquela cidade.

Sem conseguir reeditar a *Folha Popular* e com o PCB na ilegalidade, Maranhão Filho resolveu, em agosto de 1951, promover um curso para seus integrantes sobre movimentos filosóficos do marxismo. Ele considerava importante que a militância continuasse articulada em torno de ideias. O curso aconteceu, mas não pôde participar porque precisou ir para Recife com intuito de cuidar da própria saúde.

Além de trabalhar o campo das ideias Luiz Maranhão considerava importante a militância comunista discutir, também, questões vivenciadas naquele momento, tais como: a penetração do capital estrangeiro no Brasil; a exploração das riquezas minerais do território brasileiro por empresas multinacionais; o envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia²⁴³; a ratificação de acordos militares entre Brasil e Coreia; a estabilidade dos militares; o direito do voto; a organização dos trabalhadores em associações; a

²⁴⁰ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 84.

²⁴¹ No Arquivo da Faculdade de Direito do Recife tem uma pasta intitulada “Assentamentos individuais dos alunos” (dossiê dos alunos, 1949), na qual conta que Luiz Maranhão Filho concluiu o curso de Direito em 1949. A pasta está no módulo 2, coluna 10, prateleira 10, caixa 112.

²⁴² A *Folha do Povo* circulou pela primeira vez em julho de 1935. Quatro meses depois da inauguração foi fechada em meio ao processo de repressão à Intentona Comunista, em Recife, por contribuir para a construção de um olhar diferenciado sobre o cotidiano social. O periódico voltou a circular dez anos depois como integrante da rede de jornais do Partido Comunista do Brasil (PCB), junto com mais sete jornais alocados nos principais centros urbanos do país, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador. Mesmo estando entre os jornais que possuíam os menores recursos, da rede de imprensa popular estruturada pelo Partidão, a *Folha do Povo* teve um papel fundamental de formação e representação de grupos sociais que geralmente são excluídos da esfera pública, como os operários, trabalhadores rurais, donas de casa, sindicalistas, entre outros setores popular. LIRA, Ana Paula Araújo de. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.** Trabalho apresentado no V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, 31 de maio a 02 de junho de 2007. p.1.

²⁴³ A Guerra da Coreia (1950-1953) foi um conflito internacional que marcou a Guerra Fria. Nela norte-americanos e soviéticos se enfrentaram de forma indireta. A guerra foi iniciada em junho de 1950, no momento em que comunistas da Coreia do Norte, apoiados pela União Soviética e pela China, invadiram a Coreia do Sul. Os americanos reagiram enviando tropas para defender. A Organização das Nações Unidas (ONU) apoiou os EUA. O Brasil não enviou tropas para o conflito.

reforma agrária e, conseqüentemente, a organização dos trabalhadores do campo em sindicatos rurais. Considerando a posição dos comunistas nesses temas, Luiz Maranhão Filho defendia a liberdade de homens e mulheres em todo o Planeta, como a única possibilidade para a plena realização da humanidade.

Em meio as discussões presentes no PCB sobre amplos temas nacionais e internacionais, Maranhão Filho também denunciava atrocidades que aconteciam próximas a ele. Desse modo, foi na condição de redator de a *Folha do Povo*, que como já afirmamos, era produzido na capital Pernambuco, que Luiz Maranhão Filho, aos trinta e dois anos de idade, foi preso pela segunda vez ao longo da sua que vida. Ele foi detido no dia 4 de dezembro de 1952, enquanto caminhava pela rua da Imperatriz, em Recife. A detenção aconteceu por uma patrulha da Aeronáutica comandada pelo tenente Ney Noronha²⁴⁴.

Essa prisão ocorreu porque Luiz Maranhão Filho havia denunciado, em artigos publicados na *Folha do Povo*, de que preso políticos eram torturados na Base Aérea de Natal, situada em Parnamirim. Na denúncia de Maranhão Filho, a crueldade das torturas era realizada sob as ordens do comandante daquela unidade militar, coronel aviador Honório Ferraz Koeler, do subcomandante, Major Roberto Hipólito da Costa, com a participação de capitães e tenentes lotados na Base Aérea.

Ao ser capturado pela patrulha da Aeronáutica, Luiz Maranhão Filho foi levado para o Quartel-General da Segunda Zona Aérea, situado em Piedade, bairro do Recife. Por uma hora ele ficou detido nesse Quartel e, logo em seguida, foi transferido para a Base Aérea de Natal, onde sofreu por dias violentas sessões de tortura, sem direito a prisão na sala do Estado-Maior, por ser graduado em Direito²⁴⁵.

No primeiro dia de prisão em Natal, Maranhão Filho foi interrogado pelo Coronel-Aviador Honório Ferraz Koeler, que exigia explicações sobre os artigos que denunciavam torturas da Base Aérea de Natal. No mesmo dia, a partir de meia-noite, Luiz Maranhão Filho

foi torturado e espancado por um grupo de oito oficiais e um sargento. Nessa noite, foi espancado até o clarear do dia, sendo colocado despido com fortes refletores sobre o rosto. Espancaram-no brutalmente a cassetetes de borracha em todo o corpo, inclusive na cabeça e na garganta. Foi esmurrado no rosto até sangrar pelo nariz e pela boca. Essas torturas prosseguiram durante quinze dias. Por ordem do major

²⁴⁴ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 90.

²⁴⁵ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 90-91.

Hipólito foi metido em uma camisa-de-força e amarrado. Depois de imobilizado, teve o saco escrotal amarrado a um cordão, que era puxado pelo tenente Câmara e ao qual o mesmo oficial pendurou um peso de madeira. [...] Numa das noites de suplício, quando um oficial o segurava, o major Souza Mendes o espancava na cabeça, o sargento Correia o espancava na planta dos pés e o tenente Câmara queimava seu corpo com um cigarro aceso. Em consequência o seu corpo ficou cheio de queimaduras e bolhas, a ponto de os soldados da guarda se mostrarem atemorizados, imaginando tratar-se variola. [...]

Foi ameaçado de atos de pederastia, e o tenente Câmara tentou introduzir um cassetete em seu ânus²⁴⁶.

Essas sessões de tortura só foram encerradas no início de 1953 quando Luiz Maranhão Filho e vários outros presos foram transferidos para a Casa de Detenção do Recife com o intuito de aguardarem julgamento por um tribunal militar²⁴⁷. Entretanto, a libertação desses presos, inclusive Luiz Maranhão Filho, só aconteceu em 13 de agosto de 1953, após o caso devidamente julgado e com os réus absolvidos²⁴⁸.

Após sair da prisão, Luiz Maranhão Filho não veio imediatamente para Natal, uma vez que ele foi participar de um evento em Curitiba e, em seguida, visitar a mãe que realizava tratamento médico no Rio de Janeiro²⁴⁹. Importante destacar que depois de libertos, o promotor do caso ainda recorreu da libertação. Entretanto, o Superior Tribunal Militar negou o recurso por falta de provas, mantendo a absolvição²⁵⁰.

2.3 O comunismo permanece, o matrimônio aparece, o parlamento acontece e o Golpe se estabelece

No início de 1954, Luiz Maranhão Filho retomou as suas atividades como professor de Geografia no Colégio Estadual [atual Atheneu], reassumiu suas funções de redator-chefe do jornal *Diário de Natal* e passou a reconstruir o PCB de Natal, que permanecia na clandestinidade²⁵¹. A reorganização do PCB, especificamente, não era tarefa fácil, uma vez que, por um lado, esse processo não poderia ser explícito – tendo em

²⁴⁶ CARTA Escrita, em 1953, pelo doutor Vulpiano Cavalcanti, então presidente da Associação Brasileira de Direitos do Homem, para o general Arthur Carnaúba. CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR (org.). **Campo de concentração no RN: torturas na Base Aérea de Natal 1952-1953**. Natal: Potiguariana, 2021. p. 22-23 (Carta de 1953).

²⁴⁷ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 98.

²⁴⁸ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 100.

²⁴⁹ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 105.

²⁵⁰ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 101.

²⁵¹ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 105.

vista a ilegalidade do partido – e, por outro, existia uma disputa com Vargas (PTB) pela adesão dos trabalhadores em vistas do pleito eleitoral que ocorreria em outubro do mesmo ano²⁵².

Em julho de 1954, em decorrência da organização do PCB, Luiz Maranhão Filho resolveu expor publicamente sua vinculação a esse partido, que permanecia na ilegalidade. Assim, ele se lançou como candidato comunista a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Essa candidatura nunca se efetivou, uma vez que na visão dele havia as lideranças dos partidos políticos tradicionais que faziam “esquemas” que impediam a eleição de candidatos pertencentes a partidos populares. Almejando vencer esse padrão, Luiz Maranhão Filho propôs a organização de uma “frente única eleitoral”, que reunisse “patriotas e democratas” com a participação de todas as classes sociais e diferentes crenças religiosas, para que tivessem condições de realizar eventos durante a campanha, como comícios e palestras²⁵³.

Na interpretação de Luiz Maranhão Filho, essa “frente única eleitoral” seria um caminho, por um lado, para uma inserção Rio Grande do Norte no debate – com amplitude nacional e internacional – contra o imperialismo e pela defesa da soberania nacional e, por outro, para defesa dos interesses econômicos do estado, que atravessava uma situação econômica difícil, em razão da queda da produção algodoeira, da decadência dos preços dos principais produtos locais (shelita, sal, cera de carnaúba e açúcar), da grande demissão de operários em virtude do fechamento de fábricas de tecido (como a Santa Lígia) e da diminuição significativa da produção de outras fábricas (como a Santa Maria). Além disso, Luiz Maranhão Filho considerava que a “frente” deveria se contrapor ao projeto varguista de criação da Petrobras como empresa de economia mista e exigir que Vargas tomasse medidas contra a repressão dos militares brasileiros contra os comunistas, intensificada a partir de 1952. A morte de Vargas e ascensão de Café Filho fez os comunistas, que viam em Café Filho um traidor dos trabalhadores, apoiarem Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, para a presidência e vice-presidência da República.

Paralelamente a essa conjuntura política, em 1º de julho de 1955, Luiz Maranhão Filho conheceu na casa do professor Celestino Pimentel – então diretor do Atheneu – a

²⁵² GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 109.

²⁵³ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 109.

cirurgiã-dentista Odette Roselli Garcia²⁵⁴, com quem se casou no religioso, em evento celebrado pelo padre Luiz Wanderley, na Igreja Santa Terezinha, no bairro do Tirol, no dia 10 de fevereiro de 1956. Posteriormente, os noivos se casaram civilmente em 18 de abril de 1956. Quando contraíram o matrimônio, Maranhão Filho estava com 35 anos e Odette Garcia com 41 anos.

Após o casamento, Odette adquiriu o sobrenome Maranhão e passou a se chamar Odette Roselli Garcia Maranhão. Ela, mesmo antes do casamento, já era uma dentista com grande clientela na cidade, com consultório no Edifício São Miguel – o mais sofisticado da época em Natal – situado na avenida Rio Branco, no centro elegante da capital. Além disso ela era habitual frequentadora das grandes festas da cidade e com muitas relações pessoais com pessoas de posições de poder em Natal e fora da cidade. Eles não tiveram filhos, mas Odette foi parceira dele por toda a vida e, como já abordei neste trabalho, desenvolveu uma batalha intensa em todo país após o seu desaparecimento em busca do seu paradeiro²⁵⁵.

O ano de 1956 foi marcante para Luiz Maranhão Filho não apenas pelo seu casamento. Naquele ano, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética²⁵⁶, Nikita Krushev²⁵⁷ denunciou arbitrariedades cometidas por Stalin. Essas denúncias tiveram repercussões no Partido Comunista Brasileiro, provocando uma quebra da unidade até então existente nessa agremiação.

²⁵⁴ Odette Roselli Garcia nasceu em Natal no 15 de junho de 1915, filha de Maria Anunciada Roselli de Amorim Garcia e de Luiz Odilon de Amorim Garcia. (CERTIDÃO DE CASAMENTO de Odette Garcia Maranhão e Luiz Ignácio Maranhão. Cf.: STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRRN, 2006. p. 322). Maria Anunciada Roselli era filha do italiano Ângelo Roselli (1855-1924), um maçom católico e italiano que se estabeleceu em Natal ainda no século XIX e se tornou um dos comerciantes mais ricos da Capital. Foi um dos principais contribuintes para a construção do Porto de Natal, detinha a concessão dos bondes da cidade e era proprietário de muitas casas na Ribeira e na Cidade Alta. (Cf.: CARDOSO, Rejane (org.). **400 nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000. P.71). Alberto Roselli – irmão de Ângelo Roselli (1886-1967) – diplomou-se pela Academia Internacional de Comércio de Zurich (Suíça), era advogado, jornalista, deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Norte de 1933 a 1935 e atuante nos movimentos católicos. O pai de Luiz Odilon - Odilon de Amorim Garcia – foi diretor da empresa Lloyd Brasileira e pertencia a uma das famílias mais tradicionais de Natal. (Cf.: CARDOSO, Rejane (org.). **400 nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000. p. 72). Importante destacar que a família Roselli participou dos movimentos conservadores da Igreja Católica em Natal na primeira metade do século XX. Além disso, posso afirmar que Odette Maranhão era uma católica praticante.

²⁵⁵ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 113-114.

²⁵⁶ O “XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética” ocorreu no período de 14 a 26 de fevereiro de 1956. Durante o evento, o então secretário do Partido, Nikita Khrushchov, fez um discurso surpreendente denunciando casos de violências, deportações e limitações à liberdade, que haviam sido impostas por Stalin.

²⁵⁷ Nikita Krushev é como Nikita Khrushchev (1874-1971) é mais conhecido no Ocidente. Ele foi presidente da União Soviética entre 1958 e 1964.

A partir dessa quebra de unidade do PCB²⁵⁸, a direção do Partido passou a atuar minimizando o dogmatismo e as pautas subjetivas, sem renunciar aos princípios marxista-leninistas, do nacionalismo e do anti-imperialismo. Nesses termos, em março de 1958, a direção do PCB lançou um documento chamado *Declaração de Março*²⁵⁹, no qual estavam expostas novas diretrizes para o Partido, abrindo espaço para discussões sobre a democracia interna na agremiação e as eleições como mecanismo de expressão da política do Partido.

As novas diretrizes do PCB – expressas na Declaração de Março – estavam em sintonia com uma bandeira de luta apresentada por Maranhão Filho desde 1954: a formação de uma frente única eleitoral que agregasse os patriotas e democratas de todas as camadas sociais, de todas as crenças.

Essa ideia foi concretizada no Rio Grande do Norte na conjuntura das eleições de 1958. Denominada de *Aliança Popular Nacionalista*, a *frente única* proposta por Maranhão Filho se configurou com a aglutinação explícita de três agremiações partidárias: o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), com o apoio implícito do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que permanecia na ilegalidade. Coerente com a sua proposta política, Maranhão Filho se lançou como candidato a deputado estadual²⁶⁰ pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), compondo assim a *Aliança Popular Nacionalista*.

Toda a campanha de Maranhão Filho ao legislativo estadual foi pautada em um conteúdo nacionalista e em prol da unidade democrática. A candidatura teve por objetivo

²⁵⁸ Em razão das questões oriundas do PC Soviético, O PCB passou a contar com, pelo menos, três tendências internas: a renovadora (liderada por Agildo Barata Ribeiro, desejava mudanças profundas na estrutura do PCB brasileiro, em razão das denúncias contra Stalin), a conservadora (composta pelos dirigentes do PCB, como Marighella, Luiz Carlos Prestes e João Amazonas, reconhecia os erros do PC soviético, mas almejava manter os princípios do Partido, sem realizar mudanças significativas) e a pragmática (liderada por Giocondo Dias, Jacob Gorender entre outros, defendia a abertura das discussões sobre as mudanças no PCB, desde que a direção do Partido não perdesse o controle. Muitos membros de outras tendências se aliaram a pragmática, entre eles Prestes). A tendência pragmática tornou-se majoritária.

²⁵⁹ O Comitê Central do PCB, em 1958, publicou um manifesto que tinha por título “Declaração Sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro”. Esse documento ficou conhecido como “Declaração de Março”. Nele está explicitada uma nova diretriz do PCB, que se substanciava na ideia de que a construção da Revolução seria pela “via pacífica”, ou seja, o PCB passava a defender que a Revolução se daria dentro da lei. Isso indicava que o Partido passaria a atuar com atenção especial nos sindicatos e nos parlamentos. A “Declaração de Março”, rompia com as diretrizes anteriores do PCB que defendiam uma revolução armada. Cf.: BANDOLI, Mabelle. A declaração de março de 58 do partido comunista brasileiro e as considerações sobre os movimentos políticos do campo. **Encontros**: revista do Departamento de História do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, ano 11, n. 21, 2. sem. 2013. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/320/260>

²⁶⁰ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 117.

atingir os mais humildes, os operários e os estudantes, uma vez que demonstrava conhecer os maiores problemas que afligiam esses setores da população. Em razão dos seus compromissos firmados com esse público, os comícios realizados no decorrer da campanha privilegiaram os bairros populares de Natal (como as Rocas) e as cidades do interior em que havia movimento sindical organizado (como Macau, Areia Branca, Mossoró, Grossos, Canguaretama, Pedro Velho e Nova Cruz).

O último comício da Campanha ocorreu no Café Grande Ponto, localizado no centro de Natal, no cruzamento das avenidas João Pessoa com a Rio Branco. Esse evento reuniu uma grande multidão e contou com a presença de blocos carnavalescos e grupos folclóricos. O sucesso de público no encerramento da campanha evidenciava que as suas ideias eram bem aceitas em Natal.

Tendo, por um lado, o apoio de importantes setores populares de Natal e, por outro, dos sindicatos, sobretudo, aqueles ligados a produção salineira, situados em cidades do interior, Maranhão Filho foi eleito deputado estadual, em 3 de outubro de 1958, para cumprir o mandato legislativo de 1959 a 1963. A diplomação ocorreu em 5 de dezembro de 1958 e a posse se deu em 2 de fevereiro de 1959²⁶¹. O mandato foi concluído em fevereiro de 1963.

A atuação parlamentar de Maranhão Filho foi bastante destacada, tanto no que se refere a sua participação na Comissão da Constituição e Justiça, da qual foi membro permanente durante todo o mandato, quanto nos discursos proferidos no plenário e nos projetos que apresentou aquela casa legislativa.

Durante a legislatura, Maranhão Filho firmou parceria com os deputados Floriano Bezerra²⁶² e Aldo Tinoco²⁶³. Os discursos desses três personagens destoavam completamente dos discursos dos demais deputados. Enquanto a maioria dos deputados se resumiam a discursar sobre fatos isolados que aconteciam em Natal e no Rio Grande do Norte, o trio destoante expressava ideias sobre a reforma agrária no Brasil, as pesquisas sobre o petróleo em terras brasileiras, a ampliação das redes de distribuição elétrica e de esgoto no país.

²⁶¹ POSSE hoje dos novos deputados. **Diário de Natal**, 2 fev. 1959. p. 8.

²⁶² Floriano Bezerra lutou contra o Regime Militar e foi um dos líderes das Ligas Camponesas no Estado do Rio Grande do Norte. Em 1957 e em 1962 foi eleito pelo PSB. Nos seus mandatos assumiu sempre posições ligadas à esquerda. Foi cassado com o Golpe de 1964. Fez parte da *Aliança Popular Nacionalista*, junto com Maranhão Filho, na eleição de 1957.

²⁶³ Aldo Tinoco foi eleito deputado estadual, em 1958, pelo PTB. Não fez parte da *Aliança Popular Nacionalista*, mas na Assembleia Legislativa se alinhava a Maranhão Filho. Em 1962 foi candidato a deputado federal pelo PSD, tendo ficado na suplência.

Maranhão Filho, particularmente, fez discursos importantes sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), defendendo o amplo apoio da Assembleia Legislativa a essa lei. Além do apoio à LDB, defendeu a solidariedade aos professores de estados brasileiros, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte, que estiveram em greve no período por melhores salários²⁶⁴.

Outra temática muito recorrente nos discursos de Maranhão Filho foi a política brasileira restritiva com relação a Cuba e a crítica contundente em relação ao Programa Aliança para o Progresso. Em suas intervenções, ele defendia que o Brasil deveria respeitar Cuba com base na livre determinação dos povos e que a Aliança para o Progresso havia sido criada para inibir as legítimas organizações dos trabalhadores brasileiros²⁶⁵. Em julho de 1959, Maranhão Filho integrou uma comissão da Assembleia Legislativa que visitou vários países do Leste Europeu. Nessa viagem, ele ficou particularmente interessado no funcionamento das cooperativas naqueles países. No retorno a Natal, Maranhão Filho se reuniu com o católico conservador Ulisses de Góes e com ele criou a “Fundação Santo Reis”, que seria uma cooperativa de pescadores do Canto do Mangue em Natal. Maranhão Filho e Ulisses de Góes se tornaram amigos, mostrando, segundo o próprio Góes, que as ações de Luiz Maranhão Filho estavam sintonizadas com os princípios cristãos marcados pela luta em prol dos pobres²⁶⁶.

As inserções de Maranhão Filho em relação as questões locais, durante todo o seu mandato parlamentar, associavam demandas estaduais e municipais as condições de vida da classe trabalhadora. Assim, entre as ações de Maranhão Filho no parlamento, pode-se elencar: o estímulo a criação de sindicatos que fortalecessem os direitos trabalhistas; a adoção de mecanismo para a proteção das riquezas minerais do nosso estado, a elaboração de projetos para a criação de escolas, o apoio aos trabalhadores da educação em seus movimentos reivindicatórios; o apoio ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, salineiros e pesqueiros.

Apesar de ter realizado um mandato com muitas ações parlamentares, na eleição realizada em 7 de outubro de 1962 Maranhão Filho não conseguiu se reeleger²⁶⁷. Naquela

²⁶⁴ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 119.

²⁶⁵ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 120.

²⁶⁶ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 122.

²⁶⁷ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p.163-165.

conjuntura, Maranhão Filho teve um problema com uma parte dos católicos que o haviam apoiado na eleição de 1958. Esse problema estava relacionado a posicionamentos da Igreja em relação a reforma agrária, tema nevrálgico das questões políticas nacionais na transição das décadas de 1950 para 1960.

Para discutir essa questão no Nordeste, a Igreja Católica reuniu, na cidade de Natal, no período de 2 a 17 de fevereiro de 1962, sacerdotes, bispos e leigos de todos os estados da região. As conclusões do encontro foram divulgadas em um documento oficial publicado pela Igreja e divulgado no *Diário de Natal*. Esse documento alertava para o cuidado com a infiltração das ideias subversivas no seio da Igreja, os perigos da implantação de um projeto de desenvolvimento inspirado no marxismo e a necessidade de evitar extremismos ideológicos. Além disso, o texto ainda explicitava o apoio a lideranças sindicais que estivessem comprometidos com uma reforma agrária prudente e cristã.

A diretriz estabelecida pela Igreja indicava que os católicos precisavam apoiar os seus pastores e evitar a vinculação com outros projetos ideológicos. Os bispos, como dom Eugenio Sales, poderiam conversar com os comunistas, mas os leigos tinham dificuldade de realizar o mesmo procedimento. Nesse cenário, a proposta de reforma agrária defendida por Maranhão Filho passou a ser vista com precaução por setores católicos, inclusive parte do movimento sindical vinculado à Igreja²⁶⁸. Nestes termos, esse conflito entre a Igreja e os comunistas foi um elemento essencial da não-reeleição de Maranhão Filho na Assembleia Legislativa.

Mesmo sem ter sido eleito, Maranhão Filho continuou desenvolvendo ações políticas no ano 1963, quando o cenário nacional estava bastante conturbado: havia greves de trabalhadores em todo o país; acirravam-se os ânimos de diferentes visões sobre os rumos a serem seguidos no Brasil, provocando repercussões na política externa; emergiam manifestações populares intensas pedindo reformas estruturais; vivenciava-se insubordinações a hierarquia militar dentro dos quartéis; existiam as dificuldades de diálogo entre os poderes executivo e legislativo²⁶⁹.

Nesse cenário, aconteceu, entre 21 de abril e 1º de maio de 1963, em Natal, um evento que pode ser considerado o início do Golpe de 1964 na cidade, e no qual a presença

²⁶⁸ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p.165.

²⁶⁹ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 171.

de Maranhão Filho foi marcante. Entre 21 de abril e 1º de maio de 1963 ocorreu, no Centro de Esporte do Ginásio Municipal, o I Congresso de Cultura Popular. Nesse evento, a Secretaria de Educação da gestão do prefeito Djalma Maranhão estreitou as relações com os estudantes comunistas. Na mesma ocasião os católicos de esquerda também assumiram seu apoio à administração municipal, demonstrando a posição desse grupo favorável tanto à educação popular que vinha sendo conduzida pelo prefeito, quanto ao socialismo como forma de governo. Na abertura do evento, Luiz Maranhão falou em nome dos comunistas, destacando a importância de uma “frente única” democrática para lutar em prol de reformas urgentes para o país²⁷⁰.

Em maio do mesmo ano marxistas e cristãos se reuniram mais uma vez. O encontro aconteceu na Associação Norte-Rio-Grandense de Imprensa, em razão da comemoração do aniversário do PCB. Na ocasião o cristão Moacyr de Góes falou em nome da Ação Popular (AP) e Luiz Ignácio Maranhão Filho pelo PCB²⁷¹.

Esses dois encontros ocorridos em abril e maio de 1963 foram o ponto de partida dos Inquéritos Policial-Militares (IPM) iniciados em 1964 no Rio Grande do Norte. Logo que foi instaurado o Golpe, todos os participantes desses eventos tiveram que prestar depoimentos aos IPM instalados. Levando-se em consideração esses elementos, pode-se afirmar que no Rio Grande do Norte a intervenção militar iniciou com a retomada dos acontecimentos de abril de 1963.

Nessa perspectiva, o Golpe que já se organizava antes mesmo de 1964, teve como seu ponto culminante para deflagração da intervenção militar o comício ocorrido, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pelas forças que defendiam as reformas no país e pelo próprio governo Goulart e reuniu mais de duzentas mil pessoas. No evento o presidente João assinou o decreto de criação da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), deixando evidente que esse órgão iria, entre outras coisas: regular a expropriação de terras não-utilizadas, desapropriar refinarias, controlar o preço dos aluguéis e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte para votar as reformas.

Luiz Maranhão Filho assistiu ao evento e considerou que as medidas do governo eram sectárias e que assustariam muita gente. Além disso, ele achava que as esquerdas

²⁷⁰ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p.176.

²⁷¹ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p.176.

estavam divididas, com cada um dos grupos defendendo seu posicionamento de maneira muito radical diante dos outros grupos. Assim, ele percebia uma grande ruptura no seio da própria esquerda. Diante dessa divisão interna e da unidade da direita, Maranhão Filho deduziu que os riscos políticos de uma crise nacional eram muito fortes, por isso, ao chegar em Natal foi se refugiar na Redinha, prevendo algum tipo de intervenção contra o estado democrático²⁷².

Em razão das notícias que chegavam em Natal na noite de 31 de março de 1964 informando sobre o Golpe Civil-Militar, Djalma Maranhão, então prefeito da cidade, convocou uma reunião, na sede da Prefeitura, para a manhã do dia 1 de abril, com o intuito de discutir formas de resistência a intervenção militar. Compareceram ao encontro os secretários do município, lideranças estudantis, sindicais e políticas. Luiz Maranhão Filho esteve presente à reunião e nela encontrou com o seu irmão. Foi a última vez que os irmãos se encontraram como homens livres. A reunião foi encerrada por uma patrulha do Exército que invadiu a Prefeitura e prendeu um líder sindical²⁷³.

O prefeito Djalma Maranhão passou o restante do 1 de abril em busca de notícias seguras que não chegavam. A certeza do Golpe foi estabelecida quando ele foi preso, em seu gabinete, por oficiais do Exército, na tarde do dia 2 de abril. Após a detenção, Djalma Maranhão foi levado para o quartel do 16º Regimento de Infantaria, situado no bairro do Tirol. A partir de então foram presas várias lideranças sindicais, políticas e estudantis²⁷⁴.

Após a prisão de Djalma Maranhão, Luiz Maranhão Filho conseguiu permanecer refugiado por alguns dias. Não consegui identificar onde Maranhão Filho ficou entre os dias 2 e 6 de abril de 1964, mas as fontes indicam que no dia 8 de abril de 1964 ele dormiu na casa de Sebastião Ferreira da Silva, um armador²⁷⁵ que trabalhava nas obras da Prefeitura durante a gestão de Djalma Maranhão e que era conhecido como “Nego Bastos”. Segundo o armador, morador do bairro das Quintas, situado na periferia de Natal, Luiz Maranhão, por volta das 22h, do dia 8 de abril, chegou à casa dele pedindo para passar à noite, no que foi atendido.

²⁷² GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 180-181.

²⁷³ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 182.

²⁷⁴ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 182-186.

²⁷⁵ Profissional que constrói as armaduras que constituem as bases das estruturas de concretos nas edificações.

Na manhã do dia seguinte, 9 de abril, “Nego Bastos”, atendendo ao pedido do visitante, o levou até um sítio, localizado nas imediações do bairro do Carrasco, cujo proprietário era o agricultor Joaquim Cardoso de Andrade. Chegando ao sítio, Maranhão Filho apresentou-se como Francisco ao proprietário e pediu para ali ficar por uns três dias, com o intuito de proteger-se de alguns movimentos que estavam acontecendo na cidade²⁷⁶.

Como ficou desconfiado do pedido, no dia 10 de abril, Joaquim Andrade foi à delegacia e entregou Luiz Maranhão. No mesmo dia as tropas do Exército cercaram o sítio e prenderam o líder comunista. A partir daí o que se sabe é que, no mesmo dia 10 de abril de 1964, ele foi levado para o Regimento de Obuses (RO), unidade do Exército situado no bairro de Santos Reis. A sala em que ficou preso tinha dimensões minúsculas, 6X4m, para acomodar os quarenta homens que ali estavam acusados de subversão.

Na noite do dia 21 de abril de 1964 Maranhão Filho e mais quatro presos foram levados para o interrogatório, concretizado como uma sessão de tortura. “Amarrados, pendurados pelos pés, recebiam choques elétricos, e, em seguida, eram mergulhados em um tonel de água e óleo até quase desfalecerem”²⁷⁷. Essas sessões de torturas no interior das unidades militares foram denunciadas com provas²⁷⁸, o que levou uma redução significativa da violência física nos interrogatórios.

Depois dos interrogatórios fechados nos quartéis, a partir maio de 1964, Maranhão passou a ser inquerido nos Inquéritos Policiais Militares (IPM). A grande pergunta feita pelos militares tanto nos interrogatórios sob tortura, como nos IPM, era onde Maranhão Filho havia escondido as armas. Os militares não entendiam como um comunista não estava com armas escondidas para fazer a revolução.

Maranhão Filho ficou preso no Regimento de Obuses (RO) até o dia 21 de agosto de 1964, quando foi transferido para a Base Aérea de Parnamirim e de lá para a Ilha de Fernando de Noronha. Na viagem, além de Luiz Maranhão Filho, estavam no avião o ex-prefeito Djalma Maranhão, bem como os ex-deputados Floriano Bezerra e Aldo Tinoco.

²⁷⁶ ÍNTEGRA de Processo BNM- Termo de inquirição de Testemunha de Sebastião Ferreira da Silva. Projeto Brasil: Nunca Mais – BNM (projeto desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns). Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_046/BNM_046_1-5.pdf

²⁷⁷ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 192.

²⁷⁸ Luiz Maranhão Filho ficou doente depois das torturas e foi permitido que a médica Aliete Roselli (irmã de Odette Roselli Maranhão) pudesse examiná-lo. A médica conseguiu sair do quartel com a roupa de Maranhão Filho com muito sangue e óleo. Essas roupas foram levadas para o comando do quartel, provando que efetivamente havia tortura naquela unidade militar.

Em Fernando de Noronha os presos encontraram outros encarcerados, como o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arrais²⁷⁹. Apesar de presos em ambientes separados, a prisão em Fernando de Noronha não tinha torturas e os presos podiam tomar sol.

Luiz Maranhão Filho foi liberto da prisão em Fernando de Noronha no final de outubro de 1964, graças a um habeas-corpus redigido pelo desembargador João Maria Furtado²⁸⁰ e requerido por Carvalho Neto²⁸¹, então deputado federal pelo Rio Grande do Norte²⁸².

Um avião o levou da Ilha para o aeroporto de Recife e lá ele foi oficialmente liberto. Em seguida um oficial informou-lhe que o Exército o deixaria na sua casa em Natal. Ao chegar na sua residência percebeu que a presença dele na cidade seria perigosa para os seus amigos leais, por isso decidiu deixar a cidade ainda no mês de novembro de 1964. Assim, viajou de automóvel com Odette Maranhão, sua esposa, até João Pessoa e de lá foi de ônibus para o Rio de Janeiro e ela retornou para Natal²⁸³.

Quando Maranhão Filho chegou ao Rio de Janeiro, o PCB avaliava as estratégias a serem adotadas diante do Governo militar. Nesse contexto, a direção do Partido decidiu que ele seria o homem dedicado a “abrir brechas”, conversar, dialogar, estabelecer contatos em nome do PCB com vários grupos, entre os quais a Igreja Católica e os partidos políticos. Segundo o jornalista pernambucano Paulo Cavalcanti²⁸⁴, dirigente do

²⁷⁹ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 197.

²⁸⁰ João Maria Furtado (desembargador até 1962, quando se aposentou e passou a exercer a advocacia), Otto de Brito Guerra e Roberto de Brandão Furtado (filho do desembargador João Maria Furtado) foram três advogados que lutaram pela liberdade dos presos políticos. Os três redigiram mais de 43 pedidos de habeas-corpus, todos impetrados por Carvalho Neto.

²⁸¹ Joaquim Inacio de Carvalho Neto era Bacharel em Direito pela Faculdade de Alagoas. Foi promotor público em várias cidades do Rio Grande do Norte. Era sobrinho de Joaquim Inácio de Carvalho Filho (prefeito de Natal e senador da República) e Antônio Martins Fernandes de Carvalho (deputado federal pela UDN). Em 1958 foi eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), cumprindo o mandato parlamentar ao lado de Maranhão Filho no período de 1959 a 1963. Em 1962 se candidatou a Câmara Federal pela UDN, tendo ficado na primeira suplência e, posteriormente, assumido a titularidade. Com a extinção dos partidos, filiou-se ao MDB.

²⁸² É importante destacar que Carvalho Neto era um político conservador e que o seu interesse em lutar pela libertação de presos políticos necessita de maior investigação. Inicialmente o que se pode afirmar é que ele fez o primeiro pedido de habeas-corpus em favor de Djalma Maranhão, em razão de ter se sensibilizado com um pedido a ele feito por Dária Maranhão, esposa do ex-prefeito. (GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 200).

²⁸³ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 200.

²⁸⁴ Paulo Cavalcanti (1915/1995) ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1937, passando a atuar no movimento estudantil. Em 1946 tornou-se – por concurso público - promotor do estado de Pernambuco. Em 1947 foi candidato a deputado estadual pelo PSD pernambucano, tendo ficado com primeiro suplente. Posteriormente assumiu o mandato parlamentar. Em 1949 filou-se ao PCB. Foi reeleito em 1951 como deputado. O TRE impediu a sua participação nas eleições de 1954. Em 1964 foi preso na associação de Imprensa de Pernambuco. Foi aposentado pelo AI2.

PCB na década de 1960, Maranhão Filho era o quadro mais adequado do PCB para negociar em nome do Partido, uma vez que ele

era um dos políticos mais sérios, articulados, e um homem alegre, risada franca e aberta. Olhos brilhantes, debaixo de umas lentes muitos fortes. Abraça o trabalho de jornalista e de político com a alegria de um homem de bem com a vida. Para mim, ele era o dirigente nacional [do PCB] que tinha o conhecimento teórico mais profundo, o mais preparado. E tinha grande erudição. O que não era comum nos quadros do Partido. Além de uma tolerância e uma paciência pouco comum aos dirigentes²⁸⁵.

Os atributos de Maranhão Filho apresentados por Paulo Cavalcanti foram ressaltados por outros dirigentes do Partido, por líderes religiosos e por líderes de outros partidos políticos. Em razão desses atributos, Maranhão Filho dedicou os últimos anos de sua vida a representar o PCB na maioria dos acordos a serem firmados com a Igreja Católica e com os diferentes partidos políticos. Foi nessa condição que ele atuou na década de 1960 em Recife, no Rio de Janeiro e em São Paulo²⁸⁶.

Foi nesse papel de articulador político do PCB que Maranhão Filho, por volta de 1968, fez a sua última aparição pública. Tudo aconteceu em uma reunião, ocorrida na casa do político mineiro José Aparecido, para discutir os arranjos de uma *Frente Ampla* pela democracia que vinha sendo gestada desde 1966²⁸⁷.

Tratava-se de uma *Frente* articulada inicialmente por Carlos Lacerda, um dos líderes civis do Golpe que destituiu Goulart. Lacerda almejava ser candidato à Presidência, mas em razão da decretação do AI2, teve seu desejo frustrado e rompeu com os militares. Naquela conjuntura, Lacerda foi procurando gradativamente antigos adversários como Juscelino Kubitschek, João Goulart e o PCB, com o intuito de unificar pautas em torno da democracia.

Esse grupo de oposição que buscava organizar a *Frente Ampla* teve como marco fundante o *Manifesto da Frente Ampla*, publicado, em 28 de outubro de 1966, no jornal *Tribuna da Imprensa*, periódico pertencente a Carlos Lacerda. Em 19 de novembro do mesmo ano, Lacerda e Juscelino Kubitschek divulgaram a *Declaração de Lisboa*,

²⁸⁵ CAVALCANTI, Paulo apud GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 211.

²⁸⁶ CAVALCANTI, Paulo apud GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 211.

²⁸⁷ GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 219.

documento que explicava a existência de uma ampla frente de oposição e ratificava os compromissos que haviam sido apresentados no manifesto divulgado em 28 de outubro.

Em 5 de abril de 1968, essa *Frente Ampla* foi impedida de funcionar, por meio da Portaria nº 177 do Ministério da Justiça. Com a implantação do Ato Institucional 5, em 31 de dezembro de 1968, a maioria dos componentes da Frente teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos.

Essa *Frente* contava com o apoio de políticos norte-rio-grandenses que haviam apoiado o Golpe e que passavam a criticá-lo, como era o caso Aluízio Alves. Na reunião, ocorrida no início de 1968 na casa de José Aparecido, Agnelo Alves, ex-prefeito de Natal, conversou com Maranhão Filho e dele escutou que a repressão iria aumentar. Agnelo Alves perguntou a Maranhão se ele permaneceria no Brasil, mas viu apenas um sorriso como resposta. A partir dessa reunião, Maranhão Filho ingressou na clandestinidade.

Ao longo deste tópico discuti como Maranhão Filho transitou em sua vida pessoal, profissional e política, no período anterior a 1974, quando ocorreu a sua prisão e seu desaparecimento. Procurei identificar o cenário vivido por ele no recorte temporal em tela e demonstrar as decisões pessoais dele para interferir nesse cenário.

Postas essas questões, analisarei no próximo capítulo como as circunstâncias da vida de Luiz Maranhão Filho e as suas decisões pessoais possibilitaram que ele se tornasse patrono de uma escola pública em um bairro da periferia de Natal em 1988. A meta é mostrar que a sua condição de patrono foi aventada a partir de dois elementos que se entrecruzaram: o primeiro diz respeito a forma como ele próprio construiu o seu perfil de comunista, estabelecendo relações pessoais amistosas com personagens de perfis ideológicos dos mais distintos. A segunda está relacionada a maneira como os personagens que construíram relações afetivas e políticas com ele passaram a retratá-lo publicamente a partir do seu desaparecimento até a contemporaneidade.

CAPÍTULO 3 – LUIZ, UM COMUNISTA CONSTRUÍDO PELOS OUTROS E POR ELE MESMO

Luiz Ignácio Maranhão Filho ganhou maior visibilidade depois do seu desaparecimento em 1974. Vários fatores favoreceram esse processo, entre os quais destaque: as buscas de Odette Maranhão por informações sobre ele, as denúncias dos setores democráticos acerca do acontecimento, e os pedidos públicos pela vida dele advindas de pessoas das mais diversas, mesmos personagens ligados à ditadura, que haviam construído relações com ele.

Essas manifestações ganharam uma dimensão enorme e favoreceram a elaboração, entre 1999 e 2022, de três livros sobre ele: *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*, escrito por Maria Conceição Pinto de Góes e publicada em 1999; *Luiz, o santo ateu*, que tem Heloneida Studart como autora e foi lançado em 2006 e; finalmente, *Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas do “Diário de Natal”*, uma coletânea organizada pelos jornalistas Afonso Laurentino Ramos e Francisco Francerle de Souza e publicada em 2022.

Essas três obras identificam relações políticas e pessoais de Luiz Maranhão Filho, bem como percepções que ele apresentava sobre o mundo. Em cada um dos textos podem ser encontradas fontes que demonstram como esse personagem, apesar de professar sua sintonia com os princípios do marxismo, construía e mantinha facilmente relações amistosas com pessoas de convicções ideológicas das mais diversas, inclusive com indivíduos com convicções próximas ao pensamento fascista.

Pelos meus estudos, posso inferir que as relações cordiais construídas por Luiz Maranhão Filho com diferentes setores da sociedade ajudaram a tornar o nome dele bem recebido como patrono de uma escola em Natal. Nessa perspectiva, considero que vários discursos positivos sobre Maranhão Filho, a partir do seu desaparecimento em 1974, estimularam a reconstrução das ações dele ao longo da vida.

Cada uma das três obras que foi produzida busca trabalhar com narrativas sobre Maranhão Filho. Apesar de terem sido produzidas depois de 1988, ano de inauguração da escola que lhe homenageia como patrono, esses livros mobilizam depoimentos e informações produzidas ao longo da vida dele. Por essa lógica, usarei a forma como esses livros estão organizados para demonstrar como Maranhão Filho tem sido construído como um nome digno de homenagem.

Considerando esses elementos, este capítulo tem por objetivo analisar, por um lado, produções realizadas por outros autores que contribuíram para a criação de imagens sobre Luiz Maranhão Filho e, por outro lado, artigos escritos pelo próprio Luiz Maranhão Filho que apresentam as suas ideias para a população. Julgo que ao apresentar suas ideias o próprio Maranhão Filho constrói autoimagens.

3.1 Uma pauta unificada para dois projetos futuros de sociedade: o socialismo na terra e cristianismo no céu

A primeira obra consistente sobre Maranhão Filho foi, como já afirmei, *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*, escrita por Maria Conceição Pinto de Góes, autora que faleceu no Rio de Janeiro em 21 de abril de 2017. Originalmente esse texto foi publicado como tese de doutorado apresentada, em 1997, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dois anos depois, em 1999, a tese virou um livro, que manteve o título e foi publicado pela Editora da UFRJ em conjunto com a editora Revan.

Conceição Góes nasceu no ano de 1932 na cidade de Apodi, no Rio Grande do Norte, mas ainda na adolescência passou a morar em Natal. Ela conheceu o casal Luiz Maranhão Filho e Odette Maranhão no início da década de 1960, quando o seu marido - Moacyr de Góes – era secretário de educação de Djalma Maranhão, prefeito de Natal. O contato inicial dos dois casais nunca foi desfeito, existindo por toda a vida deles relações pessoais e afetivas.

Entre maio e novembro de 1964, o marido de Conceição Góes, Moacyr de Góes, foi preso político no quartel do Exército em Natal, em razão de ter implantado na cidade a *Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler*. Pouco menos de um mês depois da libertação dele, em dezembro de 1964, o casal mudou-se com os cinco filhos para o Rio de Janeiro.

Na nova cidade de moradia, Conceição Góes cursou a graduação em História, entre 1973 e 1976, na UFRJ e logo em seguida tornou-se professora do Departamento de História da mesma instituição, onde realizou também, entre 1980 e 1984, o seu mestrado, produzindo a dissertação intitulada *A Formação da Classe Trabalhadora: movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*, posteriormente publicada pela editora Zahar. Na condição de professora da UFRJ assumiu cargos administrativos (tais como diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e Pró-Reitora adjunta de Graduação) e

desenvolveu pesquisas dedicando-se a três temas principais: comunismo, biografias e Concílio Vaticano II.

O interesse maior deste trabalho está na obra de Conceição Góes sobre Luiz Maranhão Filho. O que pretendo discutir é como a autora mobilizou elementos da vida desse personagem que foram construídos antes de 1988 – ano da inauguração da escola que o tem como patrono – e que serviram para delinear uma imagem pública sobre ele.

Identifiquei, inicialmente, que toda a obra é construída com muita afetividade. Nos elementos pré-textuais a autora assim se refere: “a Odette Roselli Maranhão, em cujo agradecimento coloco minhas desculpas, por trazer terríveis recordações a ela, que procura viver das boas lembranças”²⁸⁸. Ao agradecer a esposa de Maranhão Filho, Conceição Góes já deixa implícito que na vida do personagem existem coisas que fazem esquecer as tristezas. Essas coisas boas foram retomadas no conjunto da obra para mostrar o quanto ele era um sujeito especial.

Para mostrar a vida desse sujeito especial que foi vencido pela repressão, Conceição Góis usou uma série de fontes que dizem respeito a Maranhão Filho: entrevistas com familiares e amigos que conviveram com ele, inquéritos policiais e artigos escritos pelo próprio personagem, publicados nos jornais locais. Esse conjunto documental foi mobilizado pela autora para dar sentido a sua concepção sobre o personagem.

Na obra, encontrei várias imagens construídas sobre Maranhão, entre as quais destaco cinco imagens: **a primeira ideia** apresentada pela autora é a de que **Maranhão Filho seria um predestinado para as questões políticas em defesa dos trabalhadores**. Assim se refere a autora:

No Atheneu, entre os intervalos das aulas de Latim, Portuguxês, Retórica e outras, **Luiz Ignácio Maranhão Filho, com 14 anos, surpreendeu a todos, distribuindo panfletos da Aliança Nacional Libertadora** sob o título “Mensagem da Aliança Nacional Libertadora ao Povo”²⁸⁹. (Grifos meus)

Para Góes o simples fato de Maranhão Filho distribuir panfletos políticos aos 14 anos de idade, era motivo de surpresa para todos. Associo essa imagem apresentada por

²⁸⁸ AGRADECIMENTOS. In: GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p.6.

²⁸⁹ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 39.

Góes a uma construção teleológica²⁹⁰. Nesse sentido, a ideia é que Maranhão Filho era um predestinado para as atividades políticas, expressando essa tendência desde a adolescência. Esse pensamento é reforçado e a atuação política é qualificada quando a autora explica que

Foi uma época de muitas descobertas. A mais forte, a literatura. Os alunos do Atheneu haviam criado uma Academia de Letras do Atheneu Norte-rio-grandense. Luiz Maranhão presidia a Academia e promovia encontros em que se apresentava trabalhos literários dos alunos. [...] No primeiro de maio [de 1940], também por iniciativa da Academia, **houve uma sessão em homenagem aos trabalhadores. A preocupação político-social de Luiz Maranhão já despontava**²⁹¹. (Grifos meus)

Perceba-se que, para a autora, aos 19 anos de idade Maranhão Filho reforçou sua tendência para a política, demonstrando que seu desempenho nessa atividade seria qualificado pela sua ação em favor dos trabalhadores. Nesses termos, podemos inferir que Conceição Góes retoma o pensamento de pessoas que viveram com Maranhão Filho e deixa implícita uma ideia: desde a adolescência e a juventude, Maranhão Filho já demonstrava que iria ser um político defensor dos trabalhadores.

Góes ainda acrescenta a Maranhão Filho um novo aspecto no perfil de político defensor do trabalhador: grande orador, lutador contra o fascismo e a favor da liberdade. Na construção do perfil de antifascista foi mobilizada a fala irrefutável da própria mãe. A citação a seguir explicita os elementos que foram agregados ao perfil do menino predestinado a ser político.

[No início dos anos 1940] Luiz Maranhão parecia a dona Salomé [sua mãe] ter uma enorme semelhança com o seu pai²⁹², professor em Ceará-Mirim. Tinha jeito de professor. Agora cercado de livros, escrevendo em jornais, trabalhando à noite, sua presença tornara-se rara em casa. Seu meigo menino já não tinha tempo para conversar. As roupas estavam sempre faltando no começo das pernas e dos braços. **Ouviu falar que o filho fora o grande orador da manifestação organizada em solidariedade ao presidente Getúlio Vargas, pelo rompimento das relações do Brasil com as nações do Eixo. Falara em defesa da liberdade, contra o fascismo**²⁹³. (Grifos meus)

²⁹⁰ Manuel Luiz Salgado Guimarães, no prefácio da obra de uma orientanda sua, discute a presença da teleologia na escrita biográfica. Cf.: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 22.

²⁹¹ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 49-50.

²⁹² A autora associa a imagem de Maranhão Filho à imagem do pai de dona Salomé, que era um professor, um erudito, conforme já explicitarei neste trabalho.

²⁹³ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 57.

Essa ideia conclui a primeira imagem de Maranhão Filho: um adolescente que já mostrava o que seria no futuro: um homem que tinha excelente oratória e se dedicava à política, aos trabalhadores, à liberdade e à luta contra o fascismo. Essa foi a primeira imagem construída por Góes sobre Luiz Maranhão.

O segundo elemento apresentado por Góes sobre Maranhão é o fato de que na interpretação dela, Maranhão Filho era um homem ético. Nesse sentido, analisa a autora:

não se tem notícia, não há nenhum artigo nos jornais nos quais colaborou, nem na Assembleia Legislativa, onde atuou como deputado em 1958/62, a respeito de alguma referência pouco respeitosa de Luiz Maranhão aos seus adversários. Nem mesmo uma crítica pessoal, tão ao gosto de outros intelectuais do PCB, que viam em setores da intelectualidade brasileira traidores da revolução, vendidos ao capitalismo. Ao contrário, fazia os editoriais de *A República*, a pedido do secretário Valdemar Araújo, sem confundir sua posição política com a do jornal em que trabalhava²⁹⁴. (Grifos meus).

Por essa lógica, fica explícita que **a segunda ideia** apresentada pela autora é a de que **Maranhão Filho era um homem ético, incapaz de criticar pessoalmente ou desrespeitar os seus adversários.** Um homem capaz de escrever ideias em jornal, respeitando as diretrizes do editor, mesmo que não concorde com o texto. Na visão de Góes, esse respeito de Maranhão Filho para com os outros incluía a capacidade de não tentar influenciar pessoas com as suas convicções, o que foi exemplificado no depoimento do folclorista Veríssimo de Melo:

Luiz jamais escondeu seus ideais. Seu comportamento influenciava a todos nós. **Mas não fazia proselitismo, nem nos convidava a abraçar sua posição política.** Éramos tão amigos que meu tio, monsenhor Calazans Pinheiro, manifestou-me sua preocupação com a influência de Luiz sobre mim²⁹⁵. (Grifos meus)

A sentença de Melo, mobilizada por Góes, ratifica a ideia de que Luiz Maranhão Filho não impunha seu pensamento aos outros, o que significa que ele respeitava a liberdade de pensamento de pessoas que com ele divergiam. A imagem desse Maranhão Filho respeitador das ideias alheias ajudou a construir o seu perfil de conciliador.

A terceira imagem produzida por Góes sobre Maranhão Filho é a de que ele era **capaz de dialogar, mesmo com pessoas que divergiam na sua forma de pensar.** A imagem construída o apresenta como alguém que buscava dialogar com personagens que tinham posições que divergiam das suas ideias, construindo esse diálogo a partir de pontos

²⁹⁴ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 108.

²⁹⁵ MELO, Veríssimo de apud GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 108.

de conciliação possíveis. Nesse sentido, no exemplo a seguir identifica-se uma situação em que Maranhão Filho apresenta elementos de semelhança entre o cristianismo e o marxismo:

Luiz manteve contatos diretos com o arcebispo de Natal e teve reuniões constantes com o professor Ulisses de Góes, líder católico e comendador da Santa Sé, quando elaborou um projeto que resultou na criação da Fundação Santos Reis, ligada à Cooperativa de Pescadores. [...] em dezembro de 1959, o projeto de lei foi apresentado à Assembleia Legislativa e aprovado. Estava criada a Fundação Santos Reis. **Em várias oportunidades, Luiz Maranhão e o professor Ulisses de Góes²⁹⁶ tentaram juntos solucionar problemas ligados à Fundação. Cada um sabia guardar suas diferenças. Um no apostolado da Igreja Católica, presidente da Congregação Mariana, considerada uma das mais conservadoras; outro, dirigente do PCB, alvo das campanhas anticomunistas, muitas delas com a participação de setores da Igreja²⁹⁷.** (Grifos meus)

Pela citação é possível perceber que Conceição Góes considera que Maranhão Filho tinha tanta flexibilidade para conciliações que dialogava facilmente com adversários com os quais apresentava grandes diferenças ideológicas. Nesse sentido, pode-se inferir que uma mensagem implícita é transmitida: quem conversa com adversários ideológicos e consegue produzir conjuntamente com ele, é um ser superior, uma vez que é capaz de dialogar com qualquer pessoa.

²⁹⁶ Ulisses Celestino de Góes (1896-1990) devotou toda a sua vida à Igreja Católica. Foi presidente da Congregação Mariana dos Moços. Criou duas escolas: a Escola de São Vicente de Paulo (escola dos gazeteiros, por atender prioritariamente os vendedores de jornais) e a Escola Técnica de Comércio de Natal, criada em 1919 e transformada em instituição de utilidade pública. Foi o primeiro presidente do Conselho Regional de Contabilidade e do Sindicato de Contabilistas do Rio Grande do Norte. Com dom José Pereira Alves, então bispo de Natal, implantou o cooperativismo no estado e a Caixa Rural e Operária de Natal. Como jornalista foi fundador, editor e responsável dos jornais católicos *A Palavra*, *Diário de Natal*, *O Centro de Imprensa Limitada* e *A Ordem*. (Cf.: CARDOSO, Rejane (org.). **400 nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000, p. 753-754). Dirigiu a Escola Técnica do Comércio ao lado de Alberto Roselli (tio de Odette Maranhão). Alberto Roselli e Ulisses de Góes estavam entre os intelectuais católicos, eram professores e orientadores intelectuais e religiosos de muitos católicos, como Nilo Pereira. (LOPES, Bruna Rafaela de Lima. **Em defesa das causas sagradas da Igreja Católica: Padre Luiz Gonzaga do Monte e o projeto de Neocristandade**. 2021. São Leopoldo: Unisinos Tese (doutorado em História). 2021, p. 165. A AIB nasceu no Rio Grande do Norte no dia 14 de julho de 1933, sob a presidência do professor Francisco Vêras Bezerra, da Congregação Mariana dos Moços, numa solenidade no Teatro Carlos Gomes, que contou com a presença do interventor do estado (COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal – O Primeiro Ato da Tragédia**. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa da UFRN, 1995, p. 67; SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar** (1930-35). Natal: EDUFRN, 1996, p. 173). O apoio dado pelo professor Ulisses de Góes, presidente da Congregação Mariana de Moços, e pelo tenente do Exército Sérgio Mariano (secretário geral na interventoria Bertino Dutra), foram de extrema importância “para o êxito local do movimento no Estado”, expandido rapidamente pelo interior do estado, principalmente no Seridó, onde o integralismo teve boa penetração.” Disponível em: <https://fatosefotosdenatalantiga.com/o-movimento-integralista-natalense/>

²⁹⁷ GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 121.

A **quarta imagem** apresentada por Góes é que **Maranhão Filho conseguiu unir polos aparentemente opostos**. Essa imagem específica está expressa no próprio título da obra: “A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia”. Esse título expressa a ideia de Maranhão Filho, que buscava a construção de uma sociedade onde tivesse a justiça social como princípio fundante. Nesses termos, a imagem transmitida é que católicos e comunistas precisariam se unir para a construção de uma nova ordem social. Se essa era a aposta de Maranhão Filho – ideia que está presente em toda a obra –, ele pode ser considerado um parceiro da luta dos cristãos e ser aceito por essas pessoas.

Finalmente, a **quinta imagem** presente na obra de Góes é que **Maranhão Filho permanece vivo na mente de quem luta pela democracia**. Nesses termos, o seu desaparecimento significou a sua imortalidade. Os ideais de Maranhão estão presentes na luta cotidiana na contemporaneidade, como deixa evidente Konder na apresentação da obra:

Tenho a esperança de que algum dia os esbirros que o mataram, venham a ser identificados. Não que eu pretendia algo como matá-los, por vingança. **Gostaria apenas de dizer-lhes cara a cara: vocês falharam; Luiz continua vivo, não só nos corações dos que travaram a luta pela democratização da sociedade**²⁹⁸.

Nesse sentido, na forma como Conceição Góes narrou, tomando como base ideias presentes desde o auge da ditadura, Maranhão Filho se credencia a ser um nome adequado para nomear instituições que desejem pautar suas ações por princípios democráticos.

3.2 Luiz, um santo ateu

Semelhante à Conceição Góis, Heloneida Studart (1925-2007) também construiu imagens sobre Maranhão Filho. Essa autora nasceu em Fortaleza, onde estudou em colégio de freiras, começou a escrever contos a partir dos nove anos de idade e aos dezesseis passou a publicar no jornal *O Nordeste*. Aos dezoito anos, em 1943, concluiu *A primeira pedra*, seu primeiro romance literariamente sólido. Diante das dificuldades de publicar esse romance na capital alencarina, decidiu partir para o Rio de Janeiro, inicialmente, a procura de uma editora, mas com o desejo de se fixar na então Capital brasileira como jornalista e escritora. Ao chegar ao Rio de Janeiro, enquanto se

²⁹⁸ KONDER, Leandro. Apresentação. In: GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 12.

estabilizava financeiramente, ficou morando na casa do seu tio, Osvaldo Studart, que na época era deputado federal pelo PSD. Em 1952, finalmente, conseguiu publicar o seu romance pela Editora Saraiva. A obra foi muito bem recebida e mereceu uma resenha da sua conterrânea Raquel de Queiroz na revista *O Cruzeiro*.

Na *Cidade Maravilhosa*, cursou Ciências Sociais na UFRJ e mostrou-se, por um lado, uma grande escritora, tendo produzido textos literários e jornalísticos e, por outro, uma militante pela democracia de maneira ampla e do movimento feminista, em particular.

Alguns fatos marcantes em sua vida, demonstram as ações intelectuais e políticas que desenvolveu publicamente. Em 1956 passou a escrever regularmente no jornal *Correio da Manhã*. Em 1969 foi presa por dias, em razão de suas críticas à ditadura militar e ao seu envolvimento com o movimento sindical. No cárcere, redigiu duas peças teatrais que, posteriormente, foram exibidas na televisão. No final de 1969 lançou o livro “*Mulher objeto de cama e mesa*”, que foi sucesso de público e crítica na década de 1970.

Durante o processo de transição da ditadura para a democracia escreveu a - “*Trilogia da Tortura*” -, conjunto de obras que abordam a repressão vigente nos governos militares. A primeira obra, intitulada *O pardal é um pássaro azul*, lançada em 1975, está ambientada durante o período ditadura e trata de sentimentos dos personagens. O segundo livro, *O estandarte da agonia*, lançado em 1981, narrativa baseada em suas memórias da repressão, enfoca a vida de sua amiga Zuzu Angel, uma estilista da elite carioca que teve seu filho assassinado. A terceira obra da trilogia, *O torturador em romaria*, publicada em 1986, narra a história de um torturador que realiza sua missão entre os estados do Rio de Janeiro e do Ceará.

Na condição de jornalista e escritora foi, por quase uma década, redatora da revista *Manchete*. Tendo também atuado como redatora do *Programa Cidinha Campos*, apresentado diariamente pela Rádio Manchete. Além disso, escreveu artigos, ensaios e crônicas, para os jornais *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *O Pasquim*.

Em 1978 foi eleita deputada estadual pelo MDB com mais de 60 mil votos, tendo desenvolvido um forte trabalho nas favelas do Rio de Janeiro. Sua candidatura pelo MDB era uma missão do PCB, que permanecia na ilegalidade. Ela era candidata dos comunistas, ancorada na legenda emedebista. Em 1982 foi reeleita pelo PMDB. Entre 1981 e 1982 foi presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Em 1988 se desligou do PMDB e se filiou ao PSDB. Em 1998 mudou de partido, mais uma

vez, filiando-se ao PT²⁹⁹. Em 2003, candidatou-se a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, tendo perdido a eleição para Marco Maciel.

Em toda a produção que se refere a Heloneida Studart e mesmo aquela em que ela escreveu, a primeira vez que encontrei uma referência explícita a Luiz Maranhão Filho foi no depoimento que ela concedeu, em 1999, ao CPDOC/FGV. Foi uma entrevista longa e nela a autora se referiu a Maranhão Filho em dois parágrafos.

A referência a Maranhão Filho surgiu quando o entrevistador perguntou a Heloneida Studart se ao sair da prisão, em 1969, ela continuou atuando politicamente. A autora respondeu que logo depois do cárcere havia realizado duas ações políticas: voltado para o Partido Comunista Brasileiro e passado a trabalhar com Maranhão Filho, que tinha a intenção de fundar uma editora.

Foi nesse depoimento que Heloneida Studart apresentou Luiz Maranhão Filho como um grande amigo dela no Comitê Central do PCB. Segundo ela Luiz Ignácio Maranhão Filho.

tinha a idéia de fazer **uma editora que publicasse ensaios de cristãos e de marxistas**, porque seguia muito aquela linha italiana, do PCI, de entrosamento da Igreja com os marxistas. **Era um homem extremamente inteligente e corajoso, uma das melhores pessoas que já conheci na vida, como caráter, como tudo.** Dizia: “Helô, se eu chegar lá na minha terra, no interior do Rio Grande do Norte, e disser para o camponês ‘vamos fazer a reforma agrária’, ele vai responder que isso é conversa de comunista. Mas se o padre da paróquia chegar e disser ‘Deus deu a terra para todos’, ele não vai dizer isso. **A gente só consegue mudar esse país com a Igreja Católica. Sem ela, não consegue. De modo que temos que trazer a Igreja para o nosso lado.** Temos que escrever numa editora que seja nossa e que seja dela.” E ele então fundou a editora Encontro, que funcionava numa sala perto do meu sindicato, na Cinelândia. Chegou a publicar dois ensaios. [...] sei que Tristão de Athayde fez o prefácio de um dos livros³⁰⁰. (Grifos meus)

Observando-se o fragmento, identifica-se quatro elementos abordados por Heloneida Studart: o desejo de Maranhão Filho de criar uma editora para publicar textos de cristãos e de marxistas; a forte afetividade existente entre ela e Maranhão Filho; a forma como enxergava a relação que o norte-rio-grandense estabelecia entre o comunismo e a Igreja; e, finalmente, a ideia de que para Maranhão existia a necessidade de juntar essas duas instituições para uma mudança na sociedade.

²⁹⁹As informações biográficas sobre a autora foram elaboradas a partir de duas fontes: 1) CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1. p. 271-276, janeiro-abril/2008. 2) STUDART, Heloneida. **Heloneida Studart (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003. p.13.

³⁰⁰ STUDART, Heloneida. **Heloneida Studart (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003. p.13.

Esses elementos abordados pela autora de forma simplificada no depoimento prestado ao CPDOC ganharam mais peso no livro *Luiz, o santo ateu*, publicado, em 2006, sete anos depois da entrevista. Suponho que ao ser entrevistada, em 1999, Heloneida Studart já possuía as ideias que se fizeram presentes na obra biográfica sobre Luiz Maranhão Filho, uma vez no livro de 2006 são retomadas com mais profundidade as informações contidas na entrevista de 1999. Entretanto, a obra não se resume ao conteúdo da entrevista, tendo em vista que existem informações sobre a vida desse personagem em anos anteriores à 1968, ano em que Heloneida Studart e Maranhão Filho se conheceram, constituindo a partir de então uma sólida amizade entre os dois. Nesses termos, posso ratificar que o texto de 2006 mobilizou aspectos de toda a vida de Maranhão Filho.

Foi nesse livro de 2006 que Heloneida Studart narrou como conheceu Luiz Maranhão Filho. Segundo ela, tudo aconteceu em um final de tarde do ano de 1968 em uma livraria no Rio de Janeiro³⁰¹. Ela o teria visto lendo um livro de Roger Garaudy³⁰², aproximando o rosto da página que lia, segurando com uma das mãos os grossos óculos de míope. Miopia tão recorrente na vida dele desde a adolescência, quando os colegas do Atheneu o chamavam de “Cego Lula”. No encontro ela teria dito: em casa tenho *Do Anátema ao Diálogo*, obra escrita por Garaudy³⁰³.

Existe a possibilidade de naquele momento Luiz Maranhão Filho ter o livro de Garaudy em mãos exatamente para ser identificado por Heloneida e a resposta dela pode ter sido a senha combinada para o encontro. Essas possibilidades estão em pauta, uma vez que a repressão era intensa, exigindo dos perseguidos estratégias para se protegerem da repressão.

Suponho que esse encontro tenha sido presenciado por outros participantes ou motivado por alguma circunstância – não relatada por Heloneida – ligada ao PCB. Minha suposição se fundamenta na ideia de que em 1968 ambos pertenciam ao Comitê Central

³⁰¹ STUDART, Heloneida. *Luiz, o santo ateu*. Natal: EDUFRRN, 2006, p. 25.

³⁰² Roger Garaudy (Marselha, 1913 - Paris, 2012) foi um filósofo francês, guerrilheiro da Resistência Francesa durante a Segunda Guerra e escritor comunista. Garaudy propôs um diálogo entre marxistas e cristãos, enfatizando *que o socialismo não será construído sem os cristãos e, menos ainda, contra eles*. PAULO NETTO, José. Recordando Garaudy, um homem de fé. In: **Blog Boitempo**, 14 de novembro de 2016.

³⁰³ Em *Do Anátema ao Diálogo* Garaudy mostra similaridades entre o cristianismo e comunismo. O autor afirma que o crente (cristão), sob as luzes da teologia, espera que o triunfo final aconteça com a cidade celeste. Já o ateu deseja apenas o triunfo da cidade terrestre. São duas crenças. Dois modos diferentes de salvação. Duas concepções humanistas que divergem no que se refere transcendência. Para Garaudy: “A transcendência é para um cristão, o ato de Deus que vem a ele e o chama. Para o marxista, é uma dimensão do ato do homem, que se ultrapassa em direção ao seu ser longínquo”. GARAUDY, Roger. **Do Anátema ao Diálogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 56.

do Partido e eram figuras públicas vigiadas pela ditadura, o que evidencia a existência de elementos para um possível encontro deles. Além disso, esse também é o ano em que Maranhão Filho passou definitivamente para a clandestinidade, o que dificulta a interpretação de que um homem do Comitê Central do PCB, que vislumbrava o aprofundamento da repressão, estivesse lendo um livro, tranquilamente, em uma livraria.

Tenho elementos para inferir que ambos já se conheciam – pelo menos de ouvir falar um do outro em reuniões do Partido ou por meio de membros da agremiação – antes desse primeiro encontro presencial narrado por Heloneida Studart, uma vez que o centralismo democrático do PCB dificilmente deixaria que dois líderes do Partido não soubessem da existência um do outro.

Desse modo, posso inferir que Heloneida Studart, em seu depoimento prestado ao CPDOC/FVG, em 1999, ao ser indagada se depois da prisão ele teria retomado a atividade, a primeira imagem que ela rememorou foi a ação da organização da editora com Luiz Maranhão para publicar textos de marxistas e cristãos. Considero que ambos se encontraram presencialmente em 1968 com um objetivo explícito: fundar a editora por determinação do PCB. Todavia, nesse mesmo ano os encontros ficaram prejudicados, uma vez que Luiz Maranhão Filho entrou para a clandestinidade e Heloisa Studart foi presa em 1969. Por essa linha de raciocínio, apenas quando ela saiu da prisão e ele já estava mais habituado a se proteger dos órgãos da repressão os contatos entre eles foram reativados.

Ainda no depoimento ao CPDOC/FGV Heloisa Studart retoma a ideia de que Luiz Maranhão acreditava na aliança entre os marxistas e os comunistas como estratégia para se fazer a revolução. Essa ideia está em perfeita sintonia com o livro de Garaudy (escritor comunista que defendia a aliança entre comunistas e cristãos), que ela descreve – em *Luiz, o santo ateu* – como estando nas mãos de Maranhão Filho no encontro em que mantiveram na livraria. Nesse caso, a descrição da cena na livraria constante no livro é uma continuidade do que foi afirmado no depoimento.

Além disso, vale a pena destacar que Heloneida Studart, no depoimento ao CPDOC/FGV, se refere a Luiz Maranhão Filho da seguinte forma: “**um homem extremamente inteligente e corajoso, uma das melhores pessoas que já conheci na vida, como caráter, como tudo.**” Aparentemente há um exagero na afirmação, uma vez que eles se encontraram presencialmente em 1968 e no início de 1974 Maranhão foi preso pela repressão e nunca mais foi encontrado. Foram no máximo seis anos de uma amizade dividida com muita repressão, o que é pouco tempo para uma análise mais profunda sobre

as características. Entretanto, considero que Heloneida Studart ao se referir a Maranhão Filho “como uma das melhores pessoas que já conheci na vida”, ela está agregando outras referências aos seus seis anos de convivências, em que se encontravam nas quintas-feiras, na praça Cardeal Arcoverde, em Copacabana no Rio de Janeiro ou na casa da própria Heloneida Studart na mesma cidade³⁰⁴.

Suponho que ao se referir a qualidades de Luiz Maranhão Filho como pessoa, Heloneida Studart esteja incluindo as narrativas que os seus companheiros do PCB construía sobre ele e que ganharam força nos anos em que ela se aproximou dele e criou afetos³⁰⁵.

A partir desses aspectos, considero que *Luiz, o santo ateu* foi construído com informações que Heloneida obteve durante o período em que ela afirma ter convivido com Maranhão Filho – entre 1968 e 1973³⁰⁶ -, com elementos de conversas sobre ele com outras pessoas do Partido e com dados que foram sendo divulgados a partir do desaparecimento de Maranhão Filho.

Portanto, quando Heloneida Studart publicou seu livro sobre Maranhão Filho em 2006, ela remontou imagens que estiveram presentes no período em que ela o encontrara, imagens antes do período que já o conhecia e imagens produzidas depois do seu desaparecimento. Assim, ao se tornar patrono da escola em 1988, Luiz Maranhão Filho já possuía as imagens que foram sistematizadas na obra de 2006.

Outros elementos de *Luiz, o santo ateu* - merecem ser mencionados. Apesar da autora ser de Fortaleza e radicada no Rio de Janeiro, a obra foi lançada pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e os textos de apresentação são escritos por autores norte-rio-grandenses.

Os dois textos iniciais (*Orelha e Apresentação*, escritos, respectivamente por Francisco Alves, então editor da Editora da UFRN, e pelo advogado Danilo Bessa, que

³⁰⁴ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 196.

³⁰⁵ Momentos de afetos entre Heloneida e Luiz Maranhão estão apresentados no corpo da obra. Nesse sentido, Heloneida descreve situações de afetividade protetora como aquela em que ela tentava evitar falar o nome de Luiz Maranhão quando ele chegava à casa dela, para que a sua empregada não pudesse escutar, uma vez que qualquer pessoa podia denunciar um comunista. Entretanto, ela também descreve situações de afetividades carinhosas, como aquela em que Luiz Maranhão foi a casa dela poucos dias antes de ser preso em 1974 com o intuito de ver o filho dela, que na época tinha sete anos de idade. Luiz Maranhão segundo ela, via o menino com as características de um filho que ele gostaria de ter tido. (STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 137).

³⁰⁶ Suponho que os encontros entre Heloneida e Luiz no período entre 1968 e 1973 devem ter sido (Cf.: aligeirados, em razão do quadro político vigente. Ela afirma que encontrava as quintas-feiras STUDART, Heloneida. **Heloneida Studart (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003. p. 29), mas considero que esses encontros tenham diminuído com o aumento da repressão.

foi aluno de Luiz Maranhão Filho no Atheneu) são apologias a Maranhão Filho. O texto seguinte, intitulado *1964: memória, política e resistência*, escrito por Brasília Carlos Ferreira, professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, situa o cenário vivido por Luiz Maranhão e analisa o sentido da obra, deixando claro que se trata de

uma **terna e corajosa homenagem de sua amiga Heloneida para Luiz Maranhão**, o santo ateu. E como um documento/monumento ele se inscreve desde já no nosso patrimônio histórico, afetivo e político. Que sua leitura nos faça menos individualistas e mais ecumênicos³⁰⁷.
(Grifos meus)

Essa análise da professora Brasília Ferreira evidencia que a obra é uma homenagem que fará os leitores menos individualistas e mais ecumênicos. A descrição da professora deixa evidente que a história do homenageado trará uma moral favorecedora do ecumenismo na política. Considero que esse ecumenismo em torno de Maranhão, que está presente na obra, reúne diferentes posições ideológicas e transforma Maranhão Filho em um mártir da democracia. Provavelmente, tal ecumenismo já estava presente em 1988, quando Luiz Maranhão se tornou patrono de uma escola do município de Natal.

A homenagem de Heloneida Studart em *Luiz, um santo ateu* está distribuída em três partes: inicialmente a autora escreveu dezenove textos sobre Maranhão³⁰⁸, cada um deles com uma temática específica; em seguida são apresentadas quatro matérias publicadas na imprensa sobre Luiz Maranhão Filho³⁰⁹; finalmente, reprodução de fotografias e reportagens publicadas sobre Maranhão Filho.

Muitas imagens positivas sobre Maranhão Filho estão apresentadas na obra de Heloneida Studart. Entretanto, optei por trabalhar uma delas que construída pela autora como sintetizadora de um conjunto de imagens positivas reunidas: a **imagem de que Maranhão Filho era homem perfeito (santo)**, que não podia assim se sentir, nem ser cultuado, **por ser ateu**.

Torna-se instigante perceber que, da mesma forma que Roger Garaudy considerava que cristãos e comunistas desejavam uma sociedade igualitária no futuro,

³⁰⁷ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 23.

³⁰⁸ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 25-213)

³⁰⁹ As quatro matérias são as seguintes: *Marxistas e católicos: da mão estendida ao único caminho* (artigo escrito por Luiz Maranhão Filho, que havia sido publicado na Revista Paz e Terra, ano 2, n. 6. abril de 1968); *Odette e Luiz, uma história que a repressão não apagou* (artigo publicado pela jornalista Ana Maria Cocentino Ramos no jornal *O Poti*, em 7 de novembro de 1993); *História impressa em páginas e memórias* (de autoria de Juliano Freire, publicado em *O Poti* em 30 de julho de 1995); e, finalmente, *No DOPS paulista, a trajetória de um líder: no DOPS paulista, fichas revelam a trajetória do deputado morto em 1974* (texto escrito por Eldi Willms e publicado em *O Poti* em 14 de abril de 1996).

Heloneida Studart busca a simbologia do santo para estabelecer relações entre Maranhão Filho (um ateu que acreditava no sonho de uma sociedade justa aqui na terra) e os santos católicos (que recebem essa honraria por colaborem para a construção de uma sociedade justa no plano celestial). Nesse sentido, Luiz Maranhão Filho pode, na perspectiva da autora, ser coerentemente chamado de santo.

Por essa lógica, Heloneida Studart anunciou várias razões que justificariam a santidade de Luiz Maranhão. Para este trabalho optei por utilizar quatro razões, apresentadas pela autora, para justificar a santidade de Maranhão Filho. A **primeira dessas razões** se relacionou com o fato de ele **fazer a opção pelo Partido Comunista Brasileiro ainda na juventude e nunca a abandonar**. Na perspectiva da autora, ao permanecer no PCB Maranhão Filho mostrou-se com as características de um santo, que, para salvar o seu povo se sacrifica totalmente, desenvolvendo assim uma espécie de santidade moral.

Na perspectiva da autora, Maranhão Filho foi, ao longo da vida, galgando posições que lhe dariam condições de ter uma vida financeira tranquila, afinal de contas ele se tornou advogado, professor, jornalista e político, com mandato de deputado estadual. Essa vida profissional bem-sucedida daria condições para ele ter se estabilizado em Natal economicamente e, além disso, não ter tido problemas com a repressão. Entretanto, Maranhão Filho se recusou a vivenciar essa situação confortável por um ideal ideológico. Se ele tivesse deixado o Partido e se envolvido com seus interesses pessoais, teria conquistado conforto e sossego.

A **segunda razão** para Luiz Maranhão Filho ser comparado a um santo se refere ao fato que ele **acreditava que um dia o mundo seria outro, mesmo sabendo que neste mundo o ódio dos outros sobre ele (que tanto desejava o amor para todos) o mataria**. Segundo Heloneida Studart, em uma conversa teria perguntado a Maranhão Filho: “se por acaso um dia o jogo se invertesse, você tivesse no poder, e encontrasse com um dos seus carrascos, você seria capaz de torturá-lo?” Para essa pergunta, Luiz Maranhão teria respondido: “Não. É muito importante não dar o troco com a arma do fascismo”. E, dando sequência a sua resposta, teria afirmado: “no outro mundo, o mundo do futuro [...] [haverá] uma sociedade onde todos comem, estudam, trabalham e as divergências não são anuladas pela repressão”. Para as palavras de Maranhão Filho, Heloneida Studart teria dito: “Você está descrevendo o paraíso e o paraíso não existe”. Ele teria respondido: “Existe, sim. Haverá uma fase da História em que ninguém irá dormir com fome. E em

que o ódio existirá (faz parte de nós, não faz?), mas não terá prevalecido. O ódio estará derrotado, moça”³¹⁰.

Perceba-se que nesse diálogo a “santidade” de Maranhão Filho se encontra na capacidade que ele apresenta de, apesar de todo o sofrimento no presente, acreditar em um futuro pleno e acolhedor. Tal como os santos católicos, Maranhão Filho é visto por Heloneida Studart como alguém que sofreu pensando em um futuro melhor para as futuras gerações.

A **terceira razão** para a santidade de Maranhão está relacionada a maneira como Maranhão Filho se relacionava com a **temática das mulheres**. Nesse sentido Heloneida Studart, inicialmente se indaga sobre o que teria tornado Luiz Maranhão um defensor da dignidade feminina, em oposição a forma grosseira como as mulheres eram tratadas pelos homens naquela sociedade. Nesses termos, afirma a autora:

não sei se foi esse caso que o despertou para a importância da questão feminina. Pode ter sido também sua profunda ligação afetiva com a mãe, a parteira Salomé. [...] Não sei se o seu interesse pela condição da mulher lhe veio da sua ternura e respeito pelas irmãs, ou até do seu atento e minucioso amor por Odette Roselli. Pode até ter surgido de sua convivência com a opressão feminina, nas casas da zona [de prostituição] de Natal³¹¹. (Grifos meus)

Apesar de não saber identificar a origem da sensibilidade que Luiz Maranhão tinha com o universo feminino, Heloneida Studart analisou que ele enxergava a questão das mulheres além da luta de classes. Nesse caso, não era apenas um problema resumido a capitalistas e proletários, uma vez que havia mulheres exploradas nas duas classes sociais. Na perspectiva da autora, Maranhão Filho

insistia na concretude da **questão [feminina] – que não é apenas legal, econômica ou política**. Reconhecia a outra opressão, a mais funda, aquela que se exerce sobre o estreito território do corpo feminino. (Grifos meus)

Difícil saber se realmente Luiz Maranhão discutia o território do corpo feminino, tema mais próximo da própria Heloneida Studart nos anos 1970. Pode ser que a autora tenha associado as discussões dela sobre a mulher com as ideias dele para reforçar os argumentos dela sobre a temática. Ao santificar as posições de Luiz Maranhão sobre as mulheres, Heloneida Studart pode ter “santificado” as suas próprias concepções. Entretanto, independentemente da autoria das ideias tudo leva a crer que Luiz Maranhão tinha uma difícil missão

³¹⁰ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRRN, 2006. p. 36.

³¹¹ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRRN, 2006. p. 66-67.

convencer seu partido, o Partido Comunista Brasileiro, da importância dessa questão da mulher na transformação da sociedade e das relações humanas. Dizia [Luiz Maranhão]: “Já sei o que você está pensando. Que eu posso tirar o cavalo da chuva, que o Partido é atrasado e autoritário, resultado de uma sociedade também atrasada e autoritária... e por acaso eu vou aceitar o atraso? Aceitar o atraso, é compactuar com ele, eternizá-lo. Vou batalhar enquanto puder para mudar as cabeças dos meus companheiros, transformar as coisas. Vão acabar entendendo que **não pode haver no Brasil uma sociedade democrática ou progressista, com a mulher marginalizada e oprimida**”³¹². (Grifos Meus)

Observando-se a citação percebe-se que Heloneida Studart construiu um texto que solidifica a imagem de um Luiz perfeito também no que se refere às mulheres. Um Luiz que travava disputas inclusive no interior do PCB para fazer valer a sua concepção de que a sociedade só poderá ser justa se a mulher deixar de ser marginalizada, oprimida. Lendo-se o texto a sensação que se tem é que apenas um santo seria capaz de nos anos 1960 (uma vez que a partir de 1968 Maranhão Filho entrou na clandestinidade e a até a sua morte não teve como discutir temáticas das mais diversas, como a questão das mulheres) – com uma sociedade extremamente machista – lutar contra a opressão das mulheres, inclusive no seio daqueles que estavam vinculados a partidos de esquerda.

A **quarta razão** para a santidade de Maranhão Filho diz respeito a sua **ação contrária à violência**. Para exemplificar essa ideia, Heloneida Studart se vale de situações vivenciadas entre Maranhão Filho e o seu amigo Rivaldo Pinheiro Borges. Segundo a autora, Rivaldo considera que Luiz era um eterno professor, uma vez que nas pequenas coisas da vida usava o seguinte lema: “ensinar é deixar os outros exercerem suas diferenças”³¹³.

Rivaldo, segundo Heloneida Studart, lembra de uma situação em que Luiz resolveu prestar concurso para a Faculdade de Direito de Natal. Preocupado com o possível insucesso de Luiz no referido certame, em razão da sua condição de comunista, Rivaldo teria alertado ao amigo:

eu sei que você é amigo do coronel Teodorico Bezerra³¹⁴, líder do PSD. Sei que você, de vez em quando, vai tomar vinho branco com o coronel no Grande Hotel e fala com ele sobre Rosa de Luxemburgo e Althusser.

³¹² STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 67-68.

³¹³ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 167.

³¹⁴ Teodorico Bezerra (1903-1994) possuía uma grande fazenda na região de Santa Cruz, na qual mantinha um rígido código de conduta que ditava as relações políticas, de produção, de trabalho e de comportamentos. O coronel/ o major/ o padrinho, conduzia sua imensa propriedade com base na fidelidade dos seus “afilhados. Além da fazenda, o coronel ainda era proprietário do maior e mais requintado hotel de Natal: o “Grande Hotel”.

Mas quando se aproximar a hora desse concurso, todos eles, os reacionários, vão botar uma pedra no seu caminho³¹⁵.

Na interpretação de Heloneida Studart, Luiz teria respondido a Rivaldo: “você morre é de medo que eu faça um fiasco. [...] Você pensa aí com os botões do seu slack: esse boêmio vermelho vai dar com os burros n’água no concurso”. Rivaldo retrucava: “A desgraça é essa tua bondade. Já te vi muitas vezes tomando chope com Waldemar de Almeida, aquele maestro que tem os gavetões da cômoda cheios de camisas verdes e de sigmas. O que você tem em comum com esse reacionário? Para essa indagação, Luiz respondia: “Beethoven e Mozart”³¹⁶.

Aconteceu o concurso, segundo Heloneida, Luiz foi magnífico na aula prática, mas foi reprovado pelas razões que Rivaldo tanto havia anunciado. No primeiro encontro entre os dois, Rivaldo teria dito; “Eu devia matar aqueles examinadores corruptos”, ao que Luiz respondia: “Você sabe como eu sou. Tenho a compaixão à flor da pele. [...] Por mim, não dava nenhum tapa nos examinadores corruptos”. Rivaldo começava a duvidar de uma frase costumeira de Luiz: “Só aceito uma violência. A violência revolucionária³¹⁷”.

A afirmação feita por Rivaldo põe em dúvida a ideia de que Luiz Maranhão aceitaria a violência revolucionária. Por essa lógica, pode-se inferir que o comunista norte-rio-grandense era um homem que se dispunha a lutar por uma sociedade igualitária, mas essa luta seria travada nos parâmetros do diálogo e do perdão, evitando qualquer violência, mesmo como respostas as agressividades contra ele.

Um homem que deseja transformar a sociedade sem o uso da violência pode ser enquadrado, nos moldes católicos, como um santo. Isso porque ele almeja uma sociedade justa no espaço celestial e aqui na terra lutou sem violência em prol desse espaço. Estabelecendo analogia com essa concepção, Heloneida Studart conferiu a Luiz o posto de santo, por ele ter, entre outros atributos, a capacidade de lutar, sem pensar na violência, por uma sociedade justa aqui na terra.

Esse conjunto de elementos construídos por Heloneida Studart justificam o título do livro – *Luiz, um santo ateu* -, uma vez que demonstra a “santidade” de Luiz, um comunista que não acreditava em Deus. Apesar de escrito em 2006, a obra contém muitos elementos que já postos em 1988, ano em que a escola municipal Luiz Maranhão foi

³¹⁵ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRRN, 2006. p. 167-168.

³¹⁶ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRRN, 2006. p. 169.

³¹⁷ STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRRN, 2006. p. 171.

inaugurada em Natal. Nesse sentido, considero que o enaltecimento as qualidades de Luiz – especialmente aquelas que não confrontavam às elites locais - e a sua capacidade de sobreviver aos sofrimentos da repressão armada foram mobilizados em 1988 para escolhê-lo como patrono de uma escola e foram retomados como registros de uma memória, em 2006, por Heloneida Studart.

3.3 A voz de Luiz Maranhão e outras vozes sobre ele

Apresentados os olhares de Conceição Góes e Heloneida Studart sobre Luiz Maranhão, passemos a terceira obra sobre esse personagem. Como já afirmei, trata-se de *Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas do “Diário de Natal”*. O livro foi organizado pelos jornalistas Afonso Laurentino Ramos e Francisco Francerle de Souza³¹⁸ e publicado em 2022 pela Fundação Astrojildo Pereira³¹⁹. A publicação do livro por essa Fundação é uma evidência de que o livro se relaciona com a busca pela preservação da memória comunista, que é objetivo da entidade.

No que se refere a organização da obra de Ramos e Souza, posso didaticamente dividi-la em seis conjuntos: 1) os textos de apresentação; 2) os artigos escritos por Luiz Maranhão Filho em 1957; 3) um glossário contendo informações biográficas de todos os personagens citados por Luiz Maranhão Filho nesses textos publicados em 1957; 4) um artigo – intitulado Marxistas e católicos: da mão estendida ao único caminho, escrito pelo líder comunista e publicado, em abril de 1968, na revista *Paz e Terra*; 5) oito depoimentos inéditos sobre Luiz Maranhão Filho; 6) cinco reportagens tratando de Luiz Maranhão que já haviam sido publicadas na imprensa.

O primeiro dos conjuntos documentais se dedica a apresentar a coletânea e está composto pelas seguintes partes: “orelha do livro”, escrita por Roberto de Brandão

³¹⁸ Para informações sobre os organizadores da coletânea confira: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022. p. 25 e 26.

³¹⁹ A Fundação Astrojildo Pereira (FAP) é uma entidade criada, em 2020, pelo PPS (Partido Popular Socialista) / Cidadania, com o objetivo de preservar tanto a memória do seu patrono (que também foi o fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quanto a memória de militantes comunistas brasileiros. O PPS foi fundado em 1992 a partir de uma manobra política de parte da executiva nacional do PCB - Seção Brasileira da Internacional Comunista. Em março de 2019, O PPS teve seu nome alterado para Cidadania. Importante destacar que o PPS/Cidadania abandonou o marxismo-leninismo do PCB em prol de um modelo de social-democrata, mas se apresenta como guardião da memória comunista no Brasil.

Furtado³²⁰; *Prefácio*, elaborado por Cláudio de Oliveira³²¹; *Apresentação*, que demonstra as circunstâncias em a obra foi produzida e comenta sobre a autoria dos textos; *sobre os organizadores*, que trazem informações sobre os dois jornalistas que organizaram a obra; um artigo, intitulado *Luiz Maranhão: jornalismo, cultura e política*, escrito por João Emanuel Evangelista³²².

Na *orelha* do livro, Roberto Furtado, ex-prefeito de Natal, compara Maranhão Filho a São Francisco. Para Furtado, Maranhão Filho, tal o referido santo, “sonhava com a lutar pela paz universal e a convivência pacífica entre as nações”. Esse sonho o fez participar de lutas e a sofrer punições das mais diversas. Dessa forma, Furtado, conclui, seguindo outros autores, “Luiz, o santo ateu”.

No Prefácio, Cláudio Oliveira discute que o nome de Maranhão Filho ultrapassou as fronteiras do Rio Grande do Norte – por ter feito parte, na condição de representante do PCB, da Frente Ampla, constituída em 1965, para se opor à ditadura – e as fronteiras nacionais – por ter sido denunciado as torturas existentes no Brasil, em janeiro de 1967, no jornal *L’Humanité*, órgão do PC francês.

Sobre a obra, propriamente dita, Oliveira informa que a “Fundação Astrogildo Pereira resgata”³²³ artigos de Maranhão Filho, por meio dos dois jornalistas que – mesmo discordando do pensamento socialista de Maranhão – organizaram a coletânea. Na interpretação de Oliveira, a obra é um “tributo à memória de um homem que dedicou sua

³²⁰ Já me referi a Roberto Furtado (nascido em 2 de junho de 1933, em Natal) em algumas partes deste trabalho, mas considero importante retomar breves considerações sobre, explicando as razões que, provavelmente, justificaram a escolha dele para escrever a orelha da obra em tela. Estudou na Faculdade de Direito de Alagoas entre 1951 e 1955. Foi procurador fiscal do Rio Grande do Norte (1960). Apesar de aprovado em concurso para juiz de Direito (1961), optou pela advocacia. Foi procurador da Prefeitura de Natal (1963). Secretário de Finanças da Prefeitura de Natal durante a gestão de Djalma Maranhão. Como já afirmei anteriormente, durante a ditadura militar, advogou para mais de cem presos políticos. Em 1965 fundou o MDB no Rio Grande do Norte. Foi eleito deputado estadual em 1966, 1974 e 1978. Vice-prefeito de Natal na gestão de Garibaldi Filho (1985-1989); chefe da Casa Civil da Prefeitura; secretário de Estado de Segurança Pública do Rio Grande do Norte (1995); secretário de Administração do Estado do Rio Grande do Norte (1996 a 1998). A sua condição de assessor de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal e de amigo de Luiz Maranhão Filho devem ter sido a razão para ele ter produzido a “orelha” da coletânea.

³²¹ O cartunista Cláudio Oliveira (nascido em 20 de junho de 1963, em Natal) aos 13 anos, em 1977, começou a desenhar charges sobre futebol para o jornal Tribuna do Norte. Em seguida, a convite de Henfil, começou a desenhar no jornal O Pasquim. Fez graduação em jornalismo na UFRN. Estudou Artes Gráficas em Praga, na República Tcheca, entre 1989 e 1992. É autor de vários livros e artigos. Ganhou vários prêmios no Brasil e no exterior. Trabalha atualmente para o grupo Folha de São de Paulo. Suponho que a escolha do seu nome para prefaciá-la obra se relacione com a sua condição de filiado ao PCB e colaborador do jornal *Voz da unidade* no período de 1982 a 1989.

³²² João Emanuel Evangelista é professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Foi presidente do DCE e militou no PCB.

³²³ OLIVEIRA Cláudio. Prefácio. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2022. p.16.

vida ao diálogo entre as diferentes forças políticas para alcançar a prosperidade do país e a convivência civilizada”³²⁴. Para o prefaciador, “Luiz Maranhão deve ser um símbolo de todos os que professam os valores democráticos, não só daqueles de pensamento socialista como também de sociais-democratas e liberais”³²⁵.

Como se pode perceber todas as referências apresentadas no Prefácio são enaltecidas à imagem de Maranhão Filho, ratificando razões históricas para a sua escolha nos anos 1980 como patrono de escola e a manutenção desse nome na contemporaneidade.

Na *Apresentação* os organizadores da coletânea informaram a ideia da obra surgiu, em 2012, quando o jornal *Diário de Natal* foi extinto e foi iniciado o processo de arrumação dos exemplares do periódico que seriam entregues à UFRN para o arquivamento. Nessa organização foi encontrada uma caixa com recortes de artigos escritos por Luiz Maranhão Filho e publicado no *Diário de Natal* no segundo semestre de 1957. Os organizadores ressaltaram que esses artigos trataram de problemas sociais, econômicos e culturais sobre o Brasil e o Rio Grande do Norte, mas não se referem a temáticas políticas e ideológicas. A opção por não escrever em torno dessas temáticas foi do próprio Luiz, que nunca usou sua coluna para fazer divulgação do pensamento comunista, nem para fazer sua campanha para deputado.

O artigo de João Emanuel Evangelista situa historicamente a publicação desses artigos em 1957. Segundo o autor, na época da publicação dos textos, Djalma Maranhão exercia seu primeiro mandato de prefeito de Natal³²⁶, cargo que ocupou entre fevereiro de 1956 e dezembro de 1958. Evangelista demonstra que naquela época, a cidade havia atingido um grande crescimento populacional, passando de 54.836 habitantes, em 1940, para 160.253 em 1928. Esse crescimento provocou mudanças urbanas e favoreceu para a alteração de costumes³²⁷.

Postas as considerações sobre o momento em que Maranhão Filho escreveu os artigos, Evangelista constatou que, apesar de o líder comunista tomar posição sobre os

³²⁴ OLIVEIRA Cláudio. Prefácio. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão**: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022. Prefácio. p.17.

³²⁵ OLIVEIRA Cláudio. Prefácio. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão**: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022. p.18.

³²⁶ Djalma assumiu o cargo por indicação do Governador Dinarte Mariz.

³²⁷ OLIVEIRA Cláudio. Prefácio. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão**: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022. p.47.

temas abordados em cada artigo, é nítida a ausência de qualquer noção ou conceito marxista na apresentação da discussão dos textos. Essa constatação levou Evangelista a indagar: por que o silêncio de Luiz Maranhão Filho sobre as categorias marxistas?

seria uma estratégia de sobrevivência como jornalista? Seria uma atitude decorrente do seu comportamento conciliador e ecumênico? [...] Talvez a explicação esteja [...] na sua concepção de jornalismo como atividade que tinha uma missão pública e deveria ser praticada com independência política³²⁸.

Independentemente das discussões explícitas sobre o marxismo nos artigos escritos por Luiz Maranhão Filho, Evangelista deixa evidente que nesses textos estão as marcas dos compromissos e das lutas do líder comunista pela democracia. Nesse sentido, para Evangelista, a publicação dos escritos desse homem desaparecido pelas mãos dos agentes da repressão

é uma forma de reconhecimento do seu incansável trabalho para que vivêssemos em uma sociedade democrática que assegurasse a cidadania e a justiça social plena a todos os brasileiros. É ainda um ato de resistência contra o clima atual de intolerância, ódio e violência pregado por segmentos conservadores, elitistas e extrema direita da nossa sociedade na tentativa de eliminar algumas mudanças, mesmo epidérmicas, realizadas por governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em coalizões partidárias de centro-esquerda³²⁹.

Essas reflexões de Evangelista, em linhas gerais e guardadas as devidas proporções dadas as especificidades de cada momento, são válidas também para 1988, quando Luiz Maranhão Filho tornou-se patrono de uma escola municipal. Provavelmente foram argumentos semelhantes aos aqui apresentados que forneceram a base para a sua escolha como patrono.

Já o segundo conjunto documental da obra é composto por noventa e oito artigos escritos por Luiz Maranhão Filho e publicados na sua coluna do *Diário de Natal*. Como já afirmei, esses textos foram escritos quase diariamente durante o segundo semestre de 1957, ano que antecedeu a sua posse como deputado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Com o intuito de apresentar um panorama dos temas discutidos por Luiz Maranhão nesses artigos, selecionei cinco temas abordados pelo autor. Os temas

³²⁸ OLIVEIRA Cláudio. Prefácio. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão**: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022. p.49.

³²⁹ OLIVEIRA Cláudio. Prefácio. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão**: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022. p. 60.

selecionados foram os seguintes: infraestrutura do Rio Grande do Norte, questão social, moral conservadora, reverências a personagens da política nacional e internacional vinculados aos grupos dominantes e o associativismo e o cooperativismo.

No tocante aos artigos sobre a infraestrutura, percebi que Luiz Maranhão se dedicou a esse tema discutindo a base material da sociedade, em especial a infraestrutura existente no Rio Grande do Norte, apontando para a escassez de elementos essenciais para o desenvolvimento do setor produtivo, tais como: estradas, pontes, ferrovia, porto, energia elétrica, dificuldade de financiamento para a indústria e para o comércio local, principais problemas da produção agrícola, salineira e algodoeira do Rio Grande do Norte nos anos 1950, a política de açudagem, a pobreza dos trabalhadores rurais e a necessidade de utilização industrial de recursos naturais, como a carnaúba, o coco e o caju. A partir da discussão desses temas, percebe-se, pelos textos de Maranhão Filho, que existe um desconhecimento, por parte do poder público, dos problemas do estado. Nesse sentido, ele considera que é necessário criar um órgão estatal que pudesse suprir essa deficiência, como era a proposta da SUDENE, que era discutida naquele momento.

O segundo tema que selecionei foi a questão social. Sobre o assunto, Luiz Maranhão Filho escreveu acerca da educação, da saúde, da habitação e da alimentação para os pobres, bem como sobre a exploração dos trabalhadores das salinas de Macau, Areia Branca e Mossoró e sobre a precariedade das condições de vida dos pescadores do litoral. Ao abordar esses temas, ele criticou questões mais gerais, como o ensino, que privilegiava a acumulação de conteúdos e os barulhentos desfiles em homenagem à Independência que, na perspectiva dele, em nada contribuem para construir um espírito patriótico nos alunos. Além disso, ele ainda escreveu sobre a importância do alistamento eleitoral para todos os cidadãos, bem como sobre a importância do voto para os analfabetos.

O terceiro tema surpreende o leitor por tratar-se de reflexões feitas por Maranhão Filho que expressam uma percepção conservadora acerca dos costumes. Nesse sentido, ele dedica vários artigos à crítica de uma exposição fotográfica sobre o *Rock n' Roll* que estava sendo realizada em uma loja no centro de Natal. Segundo ele, essa exposição mostrava moças e rapazes dançando Rock, ritmo que é produto de importação estadunidense e que, na perspectiva dele, levava à degeneração da sociedade. Por essa linha de raciocínio, ele citou dois artistas desse ritmo musical que eram expressões da decadência: James Dean e Elvis Presley. James Dean, que se constituiu em um anti-modelo por se envolver no mundo das drogas e ter se suicidado ainda muito jovem. Elvis

Presley, por ser uma triste figura, cujo “histerismo cenográfico” não se coadunaria com os desejos da nação brasileira para a juventude. Além da crítica ao *Rock n’ Roll*, Luiz Maranhão ainda alertou para o perigo da maconha, que, importada sobretudo do Rio de Janeiro, estava atingindo a sociedade norte-rio-grandense.

Evangelista considera que a postura conservadora assumida por Luiz Maranhão Filho ao tratar o *Rock n’ Roll* e a maconha “não era posição isolada de um suposto comunista de província. Ao contrário, esse tipo de conservadorismo caracterizou a visão de mundo de muitos dirigentes e militantes comunistas, até a década de 1980, quando houve a redemocratização e a nova legalização do PCB”³³⁰. Todavia, indago se havia alguma crítica feita por Maranhão aos costumes vigentes na cidade. Mesmo entendendo uma cultura comunista, que privilegiava as transformações da base material da sociedade, seria interessante ver como Luiz Maranhão criticava os hábitos capitalistas na vida cotidiana, assunto que eu não encontrei nas fontes.

Outro tópico relacionado à moral e abordado por Maranhão Filho diz respeito à maneira como ele reverenciava grandes nomes da política e da cultura local e nacional, que pertenciam a grupos dirigentes no país e no Rio Grande do Norte. Nesse caso, localmente, ele escreveu elogios ao ex-governador Alberto Maranhão, considerado por Maranhão Filho o maior estadista do Rio Grande do Norte³³¹, ao ex-governador Juvenal Lamartine de Farias, “legítimo estadista da Primeira República”, considerado por ele como um conhecedor profundo dos problemas do estado potiguar e da sua população.

No que diz respeito aos personagens nacionais, Maranhão Filho defendeu a indicação do nome do Marechal Rondon para o prêmio Nobel da paz, argumentando que o militar positivista teria dedicado toda a sua vida ao trabalho de pacificação entre os homens. Defendeu ainda o nome de Afonso Celso como um símbolo de reaproximação da juventude com a pátria, exaltando o livro *Por que me ufano de meu país?*

Torna-se difícil entender o que fazia enaltecer esses personagens ligados aos grupos dominantes e, ao mesmo tempo, não encontrar artigos que homenageassem líderes políticos com outras matrizes interpretativas. Provavelmente, essa postura dele está associada à sua ideia ecumênica de transformação da sociedade.

³³⁰ EVANGELISTA, João Emanuel. Luiz Maranhão: jornalismo, cultura e política. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022. p. 52.

³³¹ Alberto Maranhão era irmão de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Ambos faziam parte de um grupo político que permaneceu no poder durante praticamente toda a Primeira República, adotando práticas eticamente questionáveis nas relações e no trato com os bens públicos.

O quinto tema selecionado diz respeito à defesa feita por Luiz Maranhão ao associativismo e ao cooperativismo como formas de organização da sociedade e do cinema e do teatro como forma de expressões da cultura. Evangelista julga que a inclinação de Luiz Maranhão para discutir esses dois temas esteja relacionada ao pensamento de Gramsci, para quem o Estado era um campo aberto para uma luta política, o que exigia uma organização da cultura vinculada aos trabalhadores, com o intuito de conseguir a hegemonia da sociedade³³².

Nesse sentido, Luiz Maranhão Filho apontou o crescimento do cooperativismo no Rio Grande do Norte e o sucesso das cooperativas já existentes. Além disso, ele ressaltou a importância dos jovens se envolverem em organizações saudáveis para a formação do caráter, como o escotismo. No que se refere ao teatro e ao cinema, ele considerou que essas formas de expressão seriam essenciais para demonstrar sentimentos humanos.

Essa parte da obra, dedicada aos artigos escritos por Maranhão Filho permite identificar as ideias produzidas por esse autor, fato raro nos trabalhos que discutem a sua trajetória de vida. Entretanto, como já abordei anteriormente, a coletânea elaborada por Ramos e Souza não se limita a apresentar o pensamento do líder comunista. Nesse sentido, o glossário dos personagens, contido nos artigos de Luiz Maranhão, permite que o leitor conheça cada sujeito indicado nos textos que compõem a obra. De modo idêntico, o artigo *Marxistas e católicos: da mão estendida ao único caminho*, apesar de não ter sido publicado no *Diário de Natal*, permite a compreensão das ideias de Luiz Maranhão sobre a necessidade da parceria entre Igreja e comunistas.

As duas últimas sessões da obra de Ramos e Souza podem ser consideradas homenagens prestadas por diversas pessoas a Luiz Maranhão. Nos *Depoimentos Inéditos*, oito pessoas do Rio Grande do Norte escreveram exclusivamente para a coletânea, discutindo como foi a vivência de cada um com esse dirigente comunista.

Esses oito personagens que escreveram sobre Luiz Maranhão possuem perfis ideológicos dos mais distintos, mas todos eles enaltecem a figura do homenageado. São dois familiares (Haroldo Maranhão e Alexandre de Albuquerque Maranhão), os dois organizadores da coletânea (Afonso Ramos e Francisco Francerle de Souza), um ex-deputado estadual (Aldo Tinôco, que conviveu com ele durante o seu mandato

³³² EVANGELISTA, João Emanuel. Luiz Maranhão: jornalismo, cultura e política. In: RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022. p. 56.

parlamentar), um jornalista (Danúbio Rodrigues, que foi o secretário particular de Luiz Maranhão) e dois ex-alunos dele no Atheneu Norte-Rio-Grandense (o geógrafo Arnóbio Fernandes e o advogado e escritor Jurandyr Navarro).

A coletânea é encerrada com cinco reportagens publicadas na imprensa natalense e que foram agregadas ao conjunto de informações sobre Luiz Maranhão. Três dessas reportagens são dedicadas à análise da afetividade e do sofrimento do casal Luiz e Odette Maranhão. Uma reportagem analisa o papel da ditadura na tentativa de extermínio dos comunistas e a outra se dedica a discutir uma sessão realizada na Assembleia Legislativa em março de 2014 e que devolveu, simbolicamente, o mandato parlamentar de deputados cassados durante o regime militar.

Postas essas considerações, o que fica claro é que as ideias de Luiz Maranhão produzidas nos seus artigos e as interpretações de vários autores sobre o seu pensamento evidenciam a tônica central da obra organizada por Souza e Ramos: Maranhão Filho era um homem de ideais e de muitos amigos. Em toda a coletânea, não se identifica um só inimigo pessoal ou político dele. Esse é o perfil ideal de um cidadão para nomear uma escola pública no momento da redemocratização brasileira.

Ao longo deste capítulo, procurei demonstrar como foi, desde a década de 1970, construída uma imagem de Maranhão Filho segundo a qual ele era acima de tudo um grande democrata, injustiçado pela ditadura, que o perseguiu até a sua morte. O discurso de um democrata que articulava a união de vários setores divergentes (como a Igreja Católica, os comunistas, os nacionalistas) e foi silenciado pela repressão sem que houvesse um crime específico contra ele, provavelmente encontrou um campo fértil para homenagens prestadas pelos políticos de oposição à ditadura e mesmo pelos políticos mais jovens que apoiaram os governos militares, mas que viam em Luiz Maranhão uma possibilidade de recuperar historicamente erros cometidos.

No próximo capítulo discutirei como a escola pode inserir o seu patrono como objeto de investigação no seu currículo e abordarei os parâmetros que estruturam o produto – um kit didático - que está apresentado como apêndice a este trabalho e que será aplicado posteriormente em uma sala de aula da escola básica.

CAPÍTULO 4 – LUIZ MARANHÃO FILHO: O BIOGRÁFICO COMO MATERIAL DIDÁTICO

O objetivo deste capítulo é discutir como Luiz Ignácio Maranhão Filho pode ser trabalhado como conteúdo curricular da disciplina História, sem que o livro didático adotado para o nono ano do ensino Fundamental³³³ e outros materiais didáticos sejam secundarizados. A escolha pelo nono ano como campo para aplicação do produto ocorreu em razão de ser nesse nível de ensino que são tratadas as temáticas ligadas à democracia e ao autoritarismo, assuntos muito presentes na vida de Maranhão Filho. Importante também enfatizar que no nono ano do ensino fundamental são abordados os momentos em que a repressão é usada pelo poder constituído para impedir manifestações livres.

Com o intuito de realizar essa discussão, inicialmente discuto a noção de currículo, a partir da qual argumento as razões que justificam a presença da trajetória de Luiz Maranhão como conteúdo da disciplina. Em seguida abordo como a democracia e o autoritarismo se fazem presentes como conteúdos históricos. Para concluir o capítulo, explico os parâmetros que orientam o kit didático apresentado como apêndice ao texto principal.

4.1 As trajetórias biográficas no currículo

A inserção dos estudos sobre Luiz Maranhão Filho na escola básica está vinculada a uma percepção que concebe o currículo como uma construção social e histórica. Trazer Luiz Maranhão Filho como conteúdo curricular da disciplina História em uma escola pública situada na periferia de Natal é uma opção social e histórica. Trata-se de uma opção social, uma vez que almeja discutir um personagem que se caracterizou por expressar, ao longo de sua vida, discursos em favor de grupos desprivilegiados, como permanecem desprivilegiados os moradores do bairro que abriga a minha escola. Trata-se de uma opção histórica, tendo em vista que expressa valores próprios da contemporaneidade vivenciada pelos que desejam a permanência da democracia na sociedade brasileira. A trajetória de Luiz Maranhão Filho como conteúdo escolar é uma forma de enfatizar a necessidade de se estudar nos dias de hoje a democracia e o autoritarismo.

³³³ Refiro-me ao livro que é trabalhado na Escola Municipal Luiz Maranhão Filho: BOULOS, Alfredo. **História, sociedade e cidadania**, São Paulo: FTD, 2018. (9º ano)

Estudar o currículo de uma escola nos instiga compreender em linhas gerais o que significa esse termo e como ele está sendo percebido no âmbito deste trabalho. Etimologicamente a palavra *currículo* tem origem no latim: *Scurrere*,³³⁴ que significa percurso que deve ser (ou foi) realizado³³⁵. Posteriormente essa expressão passou a significar tanto a proposta de um percurso formativo, quanto um conjunto de matérias/disciplinas que compõem um curso específico.

Pacheco³³⁶ e Hamilton³³⁷ demonstraram em seus estudos que o termo *curriculum* foi usado, no final do século XVI, para prescrever como os adeptos de Calvino deveriam se comportar ao longo da vida. Inspirado no pensamento calvinista, a expressão foi registrada, entre os séculos XVI e XVII, para se referir a curso completo que o estudante deveria cumprir em, pelo menos, duas instituições: a Universidade de Leiden (Países Baixos) e Universidade de Glasgow (Escócia).

A partir dessas ideias associadas à Reforma Protestante e ao calvinismo, a noção de currículo foi ganhando novos sentidos e se ampliando territorialmente. Nessas circunstâncias, a ideia de currículo como ordenamento dos saberes educativos chegou aos Estados Unidos e à Inglaterra na primeira metade do século XX. A partir da literatura educacional americana, a noção de currículo chegou a França, Portugal, Alemanha e Espanha.³³⁸

No Brasil, até a segunda metade do século XIX, havia uma naturalização das disciplinas, dos seus conteúdos e das suas atividades. Apenas no início do século XX (com a emergência da industrialização dos Estados Unidos) e nos anos 1920 (com a emergência do escolanovismo) é que se passou a pensar nos currículos, no sentido de que era necessário decidir o que ensinar.³³⁹

³³⁴ A palavra latina *scurrere* como origem do termo currículo pode ser encontrada em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_currículo.htm

³³⁵ Em outra referência encontra-se: “o lexema currículo deriva do verbo latim currere (correr) e do substantivo curriculum cujo sentido é curso, carreira, trajetória, caminho, percurso, jornada.” (FERNANDES, Natal Lânia Roque. **Currículos e programas da EPCT**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2014. p.10.) O essencial para este trabalho é que o termo currículo desde as suas origens está associado a ideia de percurso.

³³⁶ PACHECO, José A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

³³⁷ HAMILTON, David. **Sobre as origens dos termos classe e currículo**. Teoria e educação. Porto Alegre, n. 6, p. 33-52, 1992.

³³⁸ BERTICELLI, Ireno A. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, Marisa V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 159-176.

³³⁹ LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Teoria do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21.

Embora importante, uma vez que permite uma compreensão ampla do tema, essa pequena história do currículo não nos garante o conforto de delimitar facilmente o currículo como objeto de estudo. Como demonstram Lopes e Macedo,

embora simples, a pergunta “o que é currículo?” não tem encontrado resposta fácil. Desde o início do século passado ou mesmo desde um século antes, os estudos curriculares têm definido currículo de formas muito diversas e várias dessas definições permeiam o que tem sido denominado currículo no cotidiano das escolas. [...] Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo. Sob tal “definição”, no entanto, se esconde uma série de outras questões [...] que vêm sendo objeto de disputas na teoria curricular.

Nossa premissa [...] é de que não é possível responder “o que é currículo” apontando para algo que é intrinsecamente característico, mas apenas para acordos sobre os sentidos de tal termo, sempre parciais e localizados historicamente. Cada “nova definição” não é apenas uma nova forma de descrever o objeto currículo, mas parte de um argumento mais amplo no qual a definição se insere. A “nova definição” se posiciona, seja radicalmente contra, seja explicitando suas insuficiências, em relação as definições anteriores, mantendo-se ou não no mesmo horizonte teórico delas.³⁴⁰

Desse período aos dias atuais a temática do currículo tem sido estudada por diferentes grupos de pesquisa, distribuídos em várias universidades brasileiras. Além disso, as redes de ensino e as escolas têm se debruçado continuamente a essa importante temática.³⁴¹

Para este trabalho, parto do pressuposto que o currículo é uma construção social e histórica. Ele é uma construção social por ser criado e implantado coletivamente nas escolas a partir de disputas entre indivíduos que fazem parte de uma sociedade. As visões de mundo, os valores, as crenças e as práticas desses indivíduos se expressam nos currículos. Portanto, um currículo é sempre uma construção social, ainda que muitas

³⁴⁰ LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Teoria do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 19 e 20.

³⁴¹ Este trabalho, em razão dos seus objetivos, não pretende tecer considerações aprofundadas sobre a história do currículo. As breves considerações aqui apresentadas acerca desse tema têm o intuito de apenas deixar evidente para o leitor que a discussão sobre o currículo tem uma historicidade. Em razão da brevidade da discussão corro o risco de transmitir a ideia de que há uma linearidade dos estudos nesse campo. Para deixar evidente a complexidade que envolve a história do curriculum (em âmbito internacional e nacional) como tema ligado a estruturação de disciplinas ou organização de um curso, indico quatro textos que se dedicam a tear: 1) PACHECO, José A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005. 2) HAMILTON, David. **Sobre as origens dos termos classe e currículo**. Teoria e educação. Porto Alegre, n. 6, p. 33-52, 1992. 3) BERTICELLI, Ireno A. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, Marisa V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 159-176. 4) LOPES Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. Currículo. In: LOPES Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Teoria do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. p.19 a 42.

vezes os grupos dominantes da sociedade consigam elaborar currículos que não expressam as percepções dos grupos menos privilegiados da sociedade. É o fato de o currículo expressar posições de grupos que o fazem uma construção social.

O currículo é uma construção histórica porque ele ganha corpo à medida que os seus elaboradores selecionam e organizam conteúdos que, por um lado, expressam princípios, convicções, interesses e, por outro, vislumbram um futuro para uma sociedade em particular, em um dado tempo histórico. Um currículo é uma construção histórica porque ele é válido para uma sociedade em momento específico e se relaciona com as condições sociais, econômicas e culturais vigentes nesse momento. Por ser histórico, o conjunto de conhecimentos associados ao currículo não são neutros, nem universais. Assim, concebo que o currículo vigente na Escola Municipal Luiz Maranhão Filho deve ser concebido levando em consideração as condições históricas vigentes na década de 2020 e as condições de vida dos alunos que estudam na instituição. A partir dessa lógica de que os currículos são históricos e sociais, posso afirmar que o currículo da Escola Luiz Maranhão Filho é dinâmico, uma vez que são negociados e modificados continuamente pelos grupos e sujeitos que compõem a escola.

Diversos autores ligados ao campo da educação, em geral, e ao ensino de História, em particular, têm discutido essa ideia de currículo como construção histórica e social. Entre os autores da educação que se debruçaram sobre essa questão pode-se elencar nomes internacionais, como Ivor Frederick Goodson, e nomes nacionais, como Alice Casimiro e Antônio Flávio Moreira. No tocante ao campo do ensino de História chamam atenção com relação à temática do currículo as reflexões de Circe Bittencourt e Ana Maria Monteiro.

As obras de Ivor Frederick Goodson no Brasil ganharam destaque ainda nos anos 1990 e permanecem, contemporaneamente, como um importante referencial no campo curricular. Em coletânea publicada no Brasil em 1995 – intitulada “Currículo: teoria e história”³⁴² –, Goodson já destacava que o currículo deveria levar em conta as experiências e vivências dos estudantes, buscando construir uma relação entre o passado e o presente e contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo desses sujeitos. Em 1997 as ideias de Goodson foram ampliadas em coletânea dos seus textos, organizadas pelo educador português Antônio Nóvoa.³⁴³ Nesses textos de

³⁴² GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

³⁴³ GOODSON, Ivor F. *A Construção Social do Currículo*. Coletânea de textos de Goodson organizada por Antônio Nóvoa. Lisboa: Educa, 1997.

Goodson foi possível compreender, entre outras coisas: 1) que o currículo não é uma simples prescrição externa à escola³⁴⁴, uma vez que é definido de maneira conflituosa, em razão do papel assumido por diferentes grupos sociais; 2) o papel das disciplinas como elemento estabilizador dos currículos e escamoteador dos conflitos; 3) a existência de interesses que sustentam as disciplinas escolares como estruturadora dos currículos; 4) o papel do Estado na organização curricular.

Em torno dessas questões, Goodson analisou concretamente mudanças que afetaram a disciplina Ciências. Para o autor, quando Ciências se tornou uma disciplina, ela era dedicada às coisas comuns – extremamente úteis para o cotidiano das classes trabalhadoras. Todavia, ela se transformou e passou a ser uma disciplina laboratorial (adequada à formação das elites). Para Goodson, essa mudança ocorrida com a disciplina Ciências esteve associada a interesses de grupos que direcionaram um saber que lhes favorecia para ser aprendido por todos de maneira prescritiva. Ao realizar esse processo, os conflitos ficaram encobertos, uma vez que o saber imposto silenciou outras possibilidades de aprendizado.

Um aspecto muito importante no pensamento de Goodson se refere às intenções existentes na elaboração e na execução de um currículo. Essas intenções se diferenciam de acordo com o referencial do observador e com a dimensão espaço-territorial desse observador. Nesse sentido, na perspectiva de Goodson existe um hiato entre o sujeito que apresenta uma proposição formal e os sujeitos que a executam. Assim os espaços e tempos que abrigam as elaborações/prescrições dos currículos são diferentes dos espaços e tempos em que os currículos são praticados. Nesses termos, há diferenças entre o que está escrito para ser usado na formação – como legislação, regulamentos, projetos pedagógicos e outros – e o que acontece na prática escolar. O currículo continuamente se transforma e, ao ser transformado, será modificado infinitas outras vezes. O currículo resiste e é moldado, conforme cada momento, cada protagonista, cada espaço/tempo. No embate entre as diversidades, o *currículo ativo ou real* – aquele que é praticado no dia a dia da escola – se afasta do *currículo prescrito ou pré-ativo*³⁴⁵ (aquele que é elaborado

³⁴⁴ Para Goodson, os currículos podem ser elaborados por outras instâncias, mas é na escola que ele se concretiza.

³⁴⁵ Sobre as noções de currículo pré-ativo e ativo ver: GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

para ser cumprido pela escola), às vezes criando elementos de aproximação e as vezes se distanciando bastante.³⁴⁶

Os estudos de Goodson continuam trazendo reflexões importantes sobre a forma de organização do currículo. Nesse sentido, em conferência realizada em Caxambu, no ano de 2006³⁴⁷, o autor argumentou em favor de um currículo fundamentado na aprendizagem terciária³⁴⁸ e na narrativa³⁴⁹. Por essa perspectiva, o currículo, longe das noções prescritivas das disciplinas e dos seus conteúdos, se organizaria a partir da aplicação dos saberes existentes e do aprofundamento das aprendizagens obtidas ao longo da vida.

A análise de Goodson nos ajuda a compreender que as instituições escolares precisam ultrapassar a concepção de que os seus alunos devem ficar submetidos aos conteúdos prescritos em propostas curriculares mais amplas. Isso significa, no caso específico da Escola Municipal Luiz Maranhão Filho, incorporar no currículo escolar dessa Escola elementos das histórias do bairro de Cidade Nova e das lutas peculiares desse bairro, que estão associadas ao autoritarismo e à exploração capitalista. Nesse sentido, estudar Luiz Maranhão Filho como conteúdo escolar é uma forma de compreender como funciona a sociedade capitalista e como os grupos civis e autoritários que legitimam essa sociedade atuam junto à classe trabalhadora.

Alice Casimiro e Elizabeth Macedo são duas autoras brasileiras que também concebem o currículo como uma construção social e histórica, ultrapassando a percepção desse conceito como um conjunto de disciplinas. Para essas autoras, o currículo está

³⁴⁶ O sentido de currículo pré-ativo ou praticado e currículo ativo ou prescrito são usados por outros autores com outras designações. Gimeno Sacristán, designa seis níveis: o *currículo prescrito* (prescrição/orientação dada pelos sistemas e pelas políticas curriculares sobre o que deve ser ensinado na escola); o *currículo apresentado aos professores* (instrumentos didáticos que objetivam usar uma linguagem mais acessível para os professores entenderem as prescrições, livro didático é um exemplo); o *currículo moldado pelos professores* (planejamentos de aulas elaborados pelo professor para aplicar o currículo); o *currículo em ação* (é a aplicação do currículo pelo professor); o *currículo realizado* (os efeitos da prática); o *currículo avaliado* (avaliação da eficiência e efetividade do currículo). (Ver: SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. p.104-106)

³⁴⁷ GOODSON, Ivor. F. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 35 maio/ago. 2007.

³⁴⁸ Segundo Goodson, a aprendizagem terciária “diz respeito a viver sem hábitos ou aprendizagens rotineiras, a romper com as prescrições predeterminadas do currículo, a voltar-se para a definição, apropriação e narrativa contínua de seu próprio currículo”. ³⁴⁸ GOODSON, Ivor. F. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 35 maio/ago. 2007, p.241.

³⁴⁹ Na perspectiva de Goodson, o currículo como narrativa associa a compreensão a respeito do sentido e significado da aprendizagem informal nas vidas dos alunos com a identificação de formas pelas quais o aprendizado pode ser apoiado e intensificado. GOODSON, Ivor. F. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 35 maio/ago. 2007, p. 248.

relacionado a manifestações de poder, disputas ideológicas e valores que estão presentes na sociedade em um determinado momento.

Nesse sentido, Casimiro e Macedo concluem que as diferentes perspectivas históricas e culturais presentes no currículo são essenciais para uma compreensão mais ampla da sociedade em que se vive. Por essa lógica, as autoras não se prendem apenas a uma análise contemporânea do que seja o currículo, mas propõem que se busquem vestígios de relações de dominação do passado para que se compreenda os elementos do currículo que são influenciados pela tradição e que poderiam moldar a percepção dos alunos. Portanto, na visão das duas autoras, considerar o currículo como construção social e histórica pode estimular a percepção de hierarquias presentes na construção do conhecimento e que podem ser substituídas por outras formas de se pensar.

A interpretação de Casimiro e Macedo contribui para que pensemos como podemos trabalhar na Escola Luiz Maranhão Filho de forma que os alunos captem as hierarquias presentes na sociedade. Nesse sentido, estudar os traços biográficos de Luiz Maranhão Filho, que é o patrono da escola, aproximará os estudantes de situações concretas em que as hierarquias sociais, políticas, econômicas e militares se evidenciaram de maneira contundente.

Antônio Flávio Moreira compreende a importância de uma abordagem crítica na elaboração do currículo e estimula que educadores considerem as implicações sociais e históricas de suas decisões. Por essa lógica, o currículo deve promover a pluralidade de perspectivas e a valorização dos diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Em consonância com o pensamento de Moreira, uma das razões que me levou a incluir Maranhão Filho como conteúdo curricular foi a percepção de que eu poderia a partir da trajetória de vida desse personagem valorizar as histórias dos grupos sociais periféricos, massacrados pelos grupos dominantes e pela ausência das políticas públicas.

No campo do ensino de História, especificamente, autores como Circe Bittencourt e Ana Maria Monteiro também observam o currículo como uma construção social e histórica. Circe Bittencourt, particularmente, demonstra que, em diferentes tempos, essa construção curricular apresenta interesses e objetivos muito diversos. Segundo a autora, no Brasil, na década de 1980, se consolidou uma preocupação com as reformulações curriculares. Naquela conjuntura, os currículos procuravam integrar os alunos das camadas populares, mas havia divergências sobre os conteúdos que deveriam ser mantidos ou modificados nas reformulações curriculares, evidenciando uma construção social e histórica. Segundo Bittencourt:

De um lado, havia os defensores da ideia de que a escola deveria fornecer os mesmos conteúdos das demais escolas de elite, servindo o domínio desses conteúdos tradicionais como instrumento para a ascensão social. [...] A apropriação dos conteúdos das “escolas de elite” pelas classes populares fundamentava a “pedagogia dos conteúdos” e, essa tendência orientou várias reformas.

Em oposição a essa linha denominada *conteudista*, os defensores da “educação popular”, inspirados por Paulo Freire, entendiam que a escola não podia ser o local apenas de transmissão de conteúdos valorizados pelos setores dominantes, mas deveria se ater a conteúdos significativos³⁵⁰.

O debate apresentado por Bittencourt se refere a conflitos em torno do currículo nas décadas de 1980 e 1990. Todavia, esses conflitos evidenciam a inexistência de uma unidade sobre o currículo e as vinculações sociais e históricas que eles possuem. Isso significa que, contemporaneamente, eles também são objetos de disputa. Dessa forma, ao inserir Maranhão Filho no currículo, estou consciente de que realizo uma ação interessada, selecionando um personagem que se tornou patrono de uma escola, como um elemento essencial para o aprendizado de conteúdos históricos.

Pelo que estamos discutindo, o currículo é algo muito mais amplo do que um documento que sistematiza experiências vivenciadas por uma comunidade e, a partir delas, propõe conteúdos e métodos que serão partilhados por todos. O currículo é um artefato singular, uma obra de arte que foi produzida levando em consideração a cultura de diferentes grupos envolvidos no processo e os desejos de futuro que eles expressam de maneira explícita ou latente.

O currículo é um artefato, uma vez que, ele pode ser comparado a uma peça artística/artesanal que deve ser construída observando-se cuidadosamente vários elementos no processo de criação, o que inclui o processo que vai da escolha das informações que merecem destaque a apresentação formal do documento elaborado. No currículo, assim como na obra de arte, cada parte que o compõe, cada expressão escrita, almeja transmitir uma mensagem específica para o seu público-alvo.

Outra característica do currículo que pode associá-lo à arte/artesanato é a sua condição de objeto interpretativo. Cada pessoa que ler uma proposta curricular pode perceber as informações nela contida de modo diverso. Dessa forma, é essencial que o currículo apresente ideias que sejam claras para que as opções feitas possam ser respeitadas.

³⁵⁰ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 87.

Em linhas gerais, concordando com Tavano e Almeida, posso afirmar que

o currículo escolar é um artefato social, cultural, histórico inventado na transição dos séculos XVI e XVII e chega até a contemporaneidade trazendo para o espaço-tempo escolar as questões de sua concepção e organização que se mostram essenciais na compreensão do produto final, contudo, exatamente pela característica histórica, **este produto pode ser considerado final, mas não finalizado**, pois mantém os fluxos de mudança em cada fase de análise e busca de sentidos nas diversas etapas de sua prática³⁵¹. (Grifos meus)

Nessa perspectiva, o currículo não é algo dado, ao contrário, ele é um produto que está em contínua modificação. O currículo expressa valores e não se constitui em um elemento neutro. Sua transmissão é interessada no conhecimento social que será construído, o que implica afirmar que ele transmite visões sociais particulares e produz identidades individuais e coletivas.

Por essa lógica, todas as inserções e exclusões curriculares têm uma intenção, o que implica afirmar que o currículo não é instrumento neutro. Assim é um equívoco pensar que um bom currículo seria aquele elaborado de maneira imparcial por professores universitários, cientista, professores da rede básica, todos preocupados em definir aquilo que é conveniente para uma formação eficaz de crianças, adolescentes e adultos. Ao contrário, é preciso compreender que o currículo é um território de contestações, não um processo de harmonização de diferenças.

Um currículo elaborado jamais será um documento ideal para todos. O currículo é organizado em torno dos conteúdos que, na visão dos seus propositores, são importantes para os alunos. Assim, aqueles conteúdos que fazem parte de um currículo foram definidos para atender determinados interesses e não para atender a um coletivo indefinido.

Na análise de Elizabeth Macedo, o currículo reflete trajetórias individuais, mas também dinâmicas sociais e estruturas de poder. Sua abordagem ressalta a importância de observar não só o que está presente no currículo, mas também o que está ausente, evidenciando as escolhas e exclusões que são reflexos de ideologias e hegemonias culturais.

No Brasil a ideia de currículo como artefato também tem se fortalecido e os estudos de Alice Cassimiro Lopes têm se destacado nessa área. Para a autora, na produção

³⁵¹ TAVANO, Patricia Teixeira; ALMEIDA, Maria Isabel de. Currículo: um artefato sócio-histórico-cultural. *Revista Espaço do Currículo (online)*, João Pessoa, v.11, n.1, p. 29-44, jan./abr. 2018. p. 32.

do currículo é essencial que se agregue informações que levem em conta as experiências de populações que foram excluídas social e culturalmente.

Postas essas questões, fica claro que o currículo é um artefato construído histórica e socialmente. Isso significa que a minha intenção de inserir no currículo a trajetória de um personagem vincula-se, por um lado, à ideia de que os estudantes da Escola Municipal Luiz Maranhão Filho poderão conhecer melhor o espaço da sua comunidade em diferentes tempos e, a partir dela, estabelecer relação com outras sociedades. E, por outro, a lógica de que o aluno pode conhecer o que é a democracia observando o seu oposto, ou seja, a partir de um personagem que foi perseguido pela ditadura, pode-se discutir a importância das liberdades civis.

4.2 A democracia e o autoritarismo nas aulas de história a partir da trajetória de Luiz Maranhão Filho

O autoritarismo e a democracia tornaram-se os elementos propulsores que orientaram a elaboração do meu kit didático. No que se refere ao autoritarismo, identifiquei a sua forte presença tanto na edificação da Cidade Nova, quanto na trajetória de vida de Luiz Maranhão Filho. Esse bairro foi edificado sob a égide do poder ditatorial, que desprezou as populações mais pobres, permitindo que as pessoas passassem a morar em um espaço sem as mínimas condições sociais (saúde, educação, saneamento) de habitação. No tocante à trajetória de vida de Luiz Maranhão Filho, pode-se afirmar que o Estado autoritário o reprimiu violentamente, sendo inclusive o responsável pelo seu desaparecimento.

No que diz respeito à democracia, foi durante o ressurgimento desse regime que começaram as primeiras iniciativas da população da Cidade Nova por melhoria de vida, sobretudo, por melhorias na educação. Foi também nesse regime que Luiz Maranhão Filho pôde expressar suas ideias sem ser perseguido pela repressão.

Considerando esses elementos e os objetivos deste trabalho, decidi inserir no meu plano de trabalho uma ação com o personagem Luiz Maranhão Filho enfocando aspectos relacionados à democracia e ao autoritarismo. Parti do pressuposto que o currículo é uma construção cultural e que eu teria condições de discutir os conteúdos previstos para o 9º ano, enfatizando a democracia e o autoritarismo utilizando a história de vida desse personagem.

Ao propor uma ação para o 9º ano do ensino fundamental estou consciente de que desenvolvo uma ação curricular. No meu caso específico trabalho com o currículo de uma disciplina: História. Entretanto, os meus alunos não são formados apenas em uma disciplina. A formação da minha escola está organizada em várias disciplinas, que se estruturam em objetivos e conteúdos formativos.

Por essa lógica, a relação em sala de aula funciona a partir das relações estabelecidas entre professores e alunos. O professor de cada componente curricular deve ensinar algo que, na concepção dele (em parceria ou não com outros membros da escola), é significativo para a formação dos alunos do 9º ano. De forma idêntica, os alunos devem aprender aquilo que o seu professor considerou essencial para ser apreendido.

Do ponto de vista pedagógico julgo que a minha proposta para o 9º ano em História deveria se articular a uma proposta coletiva da escola. Entretanto, essa proposta não se mostra viável nos moldes que se encontram as discussões contemporâneas nas escolas, uma vez que essas discussões são marcadas pela ausência de propostas coletivas. Com isso a instituição escolar vai perdendo o seu caráter coletivo, obrigando o professor a buscar alternativas individuais para o seu trabalho na disciplina.

Essa busca pelas soluções individuais nas ações educacionais, o que inclui as práticas desenvolvidas em sala de aula, tem sido objeto de investigação do historiador da educação Ivor Goodson, que alerta sobre a ação do capitalismo no processo de individualização do conhecimento. Para o autor,

as mudanças atuais na economia e superestrutura associadas à pós-modernidade apresentam certos perigos e promessas para o mundo da educação. [...] É concebível que não somente o Estado de bem-estar social será desmantelado na nova época, mas também aspectos da superestrutura. Em especial algumas das associações medianas e escolas poderão ser diminuídas e desacopladas de forma significativa. Isso significa que locais institucionais não poderão mais ser os únicos locais significativos de luta, e isso também significa que gêneros metodológicos que se concentrem na análise institucional e na teorização institucional também poderão ser diminuídos³⁵².

Nessa perspectiva, provavelmente vivemos em um tempo em que as propostas de trabalho nas escolas estão cada vez mais individualizadas na figura de um professor, que atua isoladamente em sua disciplina, em sua sala de aula. Assim, a ideia de que o currículo deveria ser um elemento central da política educacional de um país, parece não

³⁵² GOODSON, Ivor F. **Aprendizagem, currículo e política de vida**: obras selecionadas de Ivor Goodson. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 265.

se coadunar com as práticas escolares que, cada vez mais, se encaminham para se transformar em ações individuais.

Por essa lógica, posso afirmar que as prescrições curriculares estabelecidas por diretrizes nacionais, como é o caso da BNCC, estão sintonizadas com as ideias que estimulam a desarticulação das escolas, tendo em vista que a partir do prescrito cada docente atua da forma que lhe parecer mais conveniente. Assim, parece perder espaço a ideia de currículo como algo que reflete as prioridades e os valores que uma sociedade pretende transmitir às suas novas gerações.

Levando em conta esses esclarecimentos, considero ter deixado evidente a razão para apresentar uma proposta individual de trabalho e a viabilidade do uso dessa proposta por outros professores que trabalham em outras escolas, em Natal ou em outras cidades do mundo, que, como eu, vivenciem um cenário educacional semelhante.

Portanto, nos limites da minha intervenção pedagógica, elaborei um produto pedagógico que instiga nos alunos da escola básica os estudos sobre a democracia e o autoritarismo. Considero importante destacar que a relação entre o currículo e a democracia deve se fazer presente na escola, mesmo que seja uma ação individual de uma disciplina. Nesses termos, nada melhor do que estudar o que é a democracia e o seu oposto: o autoritarismo.

Na forma como concebo o conhecimento, considero que os alunos precisam aprender que a democracia é o regime político que se baseia no respeito aos direitos humanos, na igualdade de oportunidades e no respeito ao pluralismo de ideias. Nesse sentido, na democracia tanto o cidadão participa ativamente das decisões que afetam suas vidas, quanto o poder do Estado precisa ser exercido de forma transparente e responsável, almejando a atender indistintamente todos os indivíduos.

Considero que é essencial na escola básica a formação de uma cultura democrática que possa ser difundida para o conjunto da sociedade. Nesse sentido, um currículo que promove a educação para a democracia inclui conteúdos que estimulem a reflexão crítica, o debate de ideias e a participação social.

Do mesmo modo que é importante trabalhar a democracia no currículo, também é essencial trabalhar o autoritarismo. Essa forma de poder se caracteriza pela concentração de poder nas mãos de uma elite, pela supressão de direitos civis e de direitos políticos e pela ausência de pluralismo de ideias.

O autoritarismo pressupõe que a população deve ser controlada e disciplinada. Nesse sentido, em um regime autoritário a educação, como um todo, deve ser voltada

para a submissão e obediência, e a escola, em particular, pode ser um instrumento de reprodução e legitimação do poder estabelecido. Assim, estudando o autoritarismo é possível instigar nos alunos a busca por uma sociedade que impeça a censura de conteúdos escolares e lute contra o cerceamento à reflexão crítica e contra mecanismos que inibem a participação social. A luta contra o autoritarismo é uma luta contra conteúdos mnemônicos.

Formar uma cultura democrática implica em romper com o autoritarismo e construir um ensino pautado no desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e políticas, o que fornecerá elementos para a formação de indivíduos participantes ativos da vida social e política em diferentes espaços.

Nessa perspectiva, acompanhando esta dissertação, há um produto didático que pode contribuir para uma formação democrática. Por isso, o meu produto possui vários conteúdos que estimulam a reflexão crítica, a argumentação, o diálogo e a participação social. Procurei usar a História como um instrumento de promoção da educação para a democracia.

Um produto em torno de Luiz Maranhão Filho, nos moldes que eu elaborei, estimula nos alunos a investigação, a aquisição do conhecimento e a reflexão sobre a democracia e o autoritarismo. Esse produto aplicado para alunos que estão concluindo o ensino fundamental ganha um sentido muito especial, uma vez que esse público, com idade em torno de catorze anos, está em fase importante para compreender os sentidos da cidadania e da democracia.

O produto que elaborei parte do pressuposto que as aulas de História podem se constituir em um dos pilares da democracia. Nesse sentido, os documentos que usei no material e as orientações que forneci foram organizados para que os estudantes percebessem como, ao longo da trajetória de Luiz Maranhão Filho, foram construídas diferentes noções de direitos e de deveres. A ideia é que os alunos identifiquem as mudanças de sentido nessas noções de acordo com diferentes cenários históricos e, a partir dessa percepção, sejam capazes de captar os direitos e deveres que devem prevalecer no seu próprio tempo.

A minha opção por esse produto é uma opção política. Assim, concordo com Paulo Freire quando ele afirma que “a educação é um ato político”, e como ato político tem um caráter ideológico, o que implica em afirmar que uma proposta educacional sempre afetarà as relações de poder existentes na sociedade. Portanto, quando criei um produto que instiga a investigação sobre o autoritarismo e a democracia, pretendi

construir um processo de aprendizagem pautado em valores democráticos, como a igualdade, a liberdade, a participação e a solidariedade. Essa pretensão pode ser atingida se as ações e reações em torno de Luiz Maranhão Filho forem devidamente entendidas.

Toda a minha proposta didática está pautada na lógica de que o currículo do ensino fundamental pode fornecer as bases para uma participação cidadã e para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Por isso, é fundamental que os alunos do 9º ano compreendam a importância da democracia como um sistema político que permite a participação popular e a garantia dos direitos sociais, civis e políticos.

Analisando o tema do autoritarismo no Brasil, Lilia Schwarcz reflete que

vale a pena indagar por que, vira e mexe, sobretudo nos momentos de crise política, **caímos no sonho da “concórdia” do Regime Militar, como se esse período tivesse sido encantado** e carregasse consigo a solução mágica para nossos problemas mais estruturais. E por que será que destacamos sempre a falta de hierarquia de nossas relações sociais quando nosso passado e nosso presente a desmentem? Não é possível passar impunemente pelo fato de **termos sido uma colônia de exploração e de nosso território ter sido majoritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras**, que concentravam no senhor de terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio econômico e político. Por sinal, a despeito de o Brasil ser, cada vez mais, um país urbano, **aqui persiste teimosamente uma mentalidade e lógica dos latifúndios, cujos senhores viraram os coronéis da Primeira República, parte dos quais ainda se encastelam em seus estados, como caciques políticos e eleitorais**³⁵³.
(Grifos meus)

As reflexões de Schwarcz são importantes para discutirmos a ideia de que temos no país um histórico de autoritarismos que se mantém na contemporaneidade. Para a autora ainda permanecessem em nossa cultura elementos autoritários que podem ser facilmente identificados em algumas marcas que estão vivas, como por exemplo: na recorrência de pedidos advindos de diversas camadas sociais em prol de golpes militares, nas fortes hierarquias que estruturam a sociedade e na presença dos caciques eleitorais em vários estados brasileiros.

Essas marcas, infelizmente, demonstram que ao longo de sua trajetória o Brasil tem um histórico permanente de autoritarismo. Aqui a democracia tem sido historicamente interrompida por golpes de Estado. Contemporaneamente a democracia tem sobrevivido, mas ainda existem os que vão as ruas conspirar pela volta à ditadura

³⁵³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras. Edição do Kindle. p. 19.

militar, que vigorou de 1964 a 1985. Nesse sentido, é surpreendente ver ainda hoje apoiadores da ditadura, apesar de termos vivido um dos períodos mais sombrios da história nacional, com a forte violação dos direitos humanos, a intensa censura, a cruel perseguição política e contínua falta de liberdade de expressão.

Os vestígios autoritários na sociedade brasileira permanecem e se expressam com nitidez na intolerância política e nos ataques fortuitos às práticas e às instituições democráticas. Nessa conjuntura, é essencial que o ensino de História favoreça investigações sobre autoritarismo e que os alunos compreendam as consequências devastadoras desse tipo de regime político para a liberdade das pessoas. A educação para a democracia implica em ensinar os alunos sobre os riscos do autoritarismo e a importância da defesa da democracia.

O que faço no kit didático que elaborei é estimular que, a partir dos documentos e atividades que proponho, os alunos compreendam o funcionamento das instituições democráticas e os mecanismos de participação popular, o que implica na compreensão do processo eleitoral, do papel dos partidos políticos, da dinâmica dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Autores estrangeiros (como o italiano Norberto Bobbio) e brasileiros (como a professora Lilia Moritz Schwarcz) têm analisado a temática do autoritarismo e da democracia. Bobbio³⁵⁴, por exemplo, escreveu sobre o autoritarismo em várias de suas obras, explicitando como esse conceito se apresenta em várias situações. No *Dicionário de Política*³⁵⁵, particularmente, obra que ele participou da organização, existem esclarecedoras informações sobre esse conceito. Nessa obra, ao escrever sobre autoridade, Mário Stoppino, afirma que

Num dos seus possíveis significados, o termo "autoritarismo" designa, na verdade, **uma situação na qual as decisões são tomadas de cima, sem a participação ou o consenso dos subordinados.** Neste sentido, [...] é uma **manifestação de autoritarismo pretender uma obediência incondicional quando os súditos entendem colocar em discussão** os conteúdos das ordens recebidas. Portanto, uma **situação de autoritarismo tende a instaurar-se todas as vezes que o poder é tido como legítimo por quem o detém, mas não é mais reconhecido como tal por quem a ele está sujeito.** E esta situação se acentua se **o detentor do poder recorre à força, ou a outros instrumentos de poder para**

³⁵⁴ Norberto Bobbio (1909-2004) foi filósofo e historiador do pensamento político, tendo uma vasta produção sobre o tema. Além das atividades intelectuais, foi também senador.

³⁵⁵ Bobbio é o principal organizador do Dicionário, Todos os verbetes estão sintonizados com a sua linha de pensamento.

obter aquela obediência incondicional que não consegue mais na base da crença na legitimidade³⁵⁶. (Grifos meus).

O que se observa nessa citação é que o conceito de autoritarismo se relaciona com decisões tomadas pelo poder, sem aceitação dos subordinados ou quando o poder recorre a violência para se fazer obedecer. Esse significado do poder autoritário é ampliado no mesmo *Dicionário de Política* no verbete *autoritarismo*. Segundo Mário Stoppino, o substantivo e o adjetivo autoritarismo pode se fazer presentes em três situações: 1 como elemento da estrutura dos sistemas políticos; 2 como atitude relacionada a disposições psicológicas; e, finalmente, 3 como uma ideologia política. Na perspectiva de Stopino, o autoritarismo se apresenta nos sistemas políticos quando

os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas³⁵⁷. (Grifos meus).

Pelo exposto fica claro que é autoritário o Estado que concentra todos os poderes no governante, secundarizando as instituições que representam diferentes esferas da sociedade. Nesse sentido, o Brasil depois de 1964 viveu esse autoritarismo na medida em que vivenciou um Estado militar que concentrava todos os poderes no executivo e desconsiderava as instâncias da sociedade civil, o legislativo e o judiciário.

No que se refere ao autoritarismo relacionado ao **psicológico**, Stopino afirma que

em **sentido psicológico**, fala-se de personalidade autoritária quando se quer denotar um tipo de personalidade formada por diversos traços característicos centrados no acoplamento de duas atitudes estreitamente ligadas entre si: de uma parte, **a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo por vezes o obséquio e a adulação** para com todos aqueles que detêm a força e o poder; de outra parte, **a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos** e em geral todos aqueles que não têm poder e autoridade³⁵⁸. (Grifos meus).

Como pode ser identificada nessa citação, o autoritarismo no sentido psicológico se relaciona com traços pessoais de indivíduos que são subservientes para seus superiores e arrogantes e debochados para os que – na sua percepção – estão em escola hierárquica

³⁵⁶ STOPPINO, Mário. Autoridade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. v. 1, p. 93-94.

³⁵⁷ STOPPINO, Mário. Autoridade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. v. 1, p.94.

³⁵⁸ STOPPINO, Mário. Autoridade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. v. 1, p. 94.

superior. Essas pessoas existem em diferentes formas de governo, mas nos regimes de arbítrio elas desenvolvem essas práticas com mais desenvoltura. Luiz Maranhão Filho sofreu significativamente nas mãos de agentes do Estado que bajulavam os seus superiores, mas torturavam brutalmente os opositores ao regime, considerados por esses agentes seres inferiores. Nesse caso, não é apenas autoritário o Estado, mas também agentes desse Estado que se refastelam individualmente por adular uns e massacrar outros.

No tocante às ideologias, terceira situação em que o autoritarismo aparece, Stopino afirma que

as **ideologias** autoritárias, enfim, são ideologias que **negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico**, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária³⁵⁹. (Grifos meus)

Pela lógica de Stopino, as ideologias autoritárias, como é o caso do nazismo e do fascismo, são autoritárias por reforçarem o poder hierárquico e desprezarem a igualdade entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, a ideologia que sustentou os governos militares era autoritária, uma vez que estava legitimada na crença do poder dos generais como algo absoluto e na plena descrença das ideias advindas das camadas populares.

Nessas três situações em que o autoritarismo pode aparecer, existe uma característica comum: a limitada mobilização, atuação e resistência da sociedade civil, das classes populares e dos indivíduos que estão vinculados a lugares considerados próprios para subalternos.

Pelas reflexões aqui apresentadas, a partir do verbete autoritarismo constante no *Dicionário de Política*, demonstram situações em que esse conceito pode aparecer e podem ser estudadas na disciplina História por meio de situações vivenciadas por Luiz Maranhão Filho (e outros personagens que viveram contemporaneamente a ele). Esse personagem protestou contra o poder quando soube da existência de torturas na Base Aérea de Natal e, por isso, sofreu repressão do Estado. Ele resistiu contra a intervenção militar em 1964 e, em consequência sofreu uma série de represálias, atingindo o auge com o seu desaparecimento. Todas essas questões são norteadores de investigações no kit didático que elaborei.

³⁵⁹ STOPPINO, Mário. Autoridade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. v. 1, p. 94.

No Brasil, Lilian Moritz Schwarcz discutiu o autoritarismo brasileiro. Para essa autora, no nosso país

não é difícil notar a presença de problemas e contradições estruturais que continuam basicamente inalterados, e assim se repetem, vergonhosamente: **a concentração de renda e a desigualdade, o racismo estrutural, a violência das relações, o patrimonialismo**. “O passado nunca foi, o passado continua”, afirmou o então deputado Gilberto Freyre no plenário da Constituinte de 1946, nesse caso fazendo um elogio nostálgico aos tempos de outrora. Mas é esse passado que vira e mexe vem nos assombrar, não como mérito e sim tal qual fantasma perdido, sem rumo certo. **O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião**, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira³⁶⁰. (Grifos meus)

Nessa citação Schwarcz evidencia que, historicamente, da Colônia aos dias atuais, a sociedade brasileira tem permanecido desigual do ponto de vista social e econômica, racista na sua essência, violenta nos relacionamentos afetivos e profissionais e, em geral, se apropriando da coisa pública para satisfazer seus interesses privados. Todos esses elementos favorecem para que governos autoritários se instalem no poder, em sintonia com sentimentos advindos de parte da sociedade.

Por essa lógica, o fato de termos uma sociedade com uma base autoritária, explica os vários golpes de Estado que foram implantados ao longo da República. Nesses termos,

desde o início da nossa breve República, se foram vários os momentos de maior normalidade política, **não foram poucas as ocasiões em que a regra democrática foi descumprida e o Estado funcionou na base da exceção**. Foi assim na época da República militar de **Deodoro da Fonseca (1889-91) e de Floriano Peixoto (1891-94)**, que governaram parte de seu período presidencial sob estado de sítio. Foi também assim nos anos 1920, quando, **sob a presidência de Artur Bernardes, decretou-se um estado de sítio** que perdurou por quase todo o seu governo. E ainda, **na ditadura do Estado Novo**, que durou de 1937 a 1945, com a centralização do poder nas mãos de Getúlio Vargas e a imposição de uma nova Constituição. Não se pode esquecer, por fim, o **golpe civil-militar de 1964**, o qual destituiu um governo legitimamente eleito e implantou a ditadura que, com a promulgação do AI-5, em 1968, suspendeu o direito de expressão e a liberdade dos brasileiros³⁶¹. (Grifos meus)

³⁶⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras. Edição do Kindle. p. 247.

³⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras. Edição do Kindle. p. 248.

A partir da citação, pode-se perceber que os golpes institucionais que aconteceram no decorrer do período republicano aconteceram em razão da nossa cultura autoritária, construída desde o período colonial. Nesse sentido, o autoritarismo estabelecido culturalmente, em um processo de longa duração, tem favorecido para que golpes institucionais sejam implantados continuamente.

Em razão dessa associação entre cultura autoritária e golpes institucionais, Schwarcz demonstra a que permanecemos vulneráveis a ascensão de governos autoritários, que poderão ser legitimados por uma parcela significativa da sociedade que tem o autoritarismo como algo culturalmente estabelecido. Dessa forma, Schwarcz analisa que na contemporaneidade

talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo dessa nossa história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu das urnas no pleito de 2018. Todo governo procura usar a história a seu favor. No entanto, e não por coincidência, **governos de tendência autoritária costumam criar a sua própria história — voltar ao passado buscando uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados — como forma de elevação**³⁶². (Grifos meus)

O que fica evidente a partir dessa citação é que os governos autoritários contemporâneos, semelhante a governos anteriores igualmente autoritários, buscam, em geral, usar a história para deturpar acontecimentos e assim construírem narrativas falseadoras de fatos, mas importantes para os legitimarem no poder.

Na linha de raciocínio que estou construindo demonstrei, por um lado, como teoricamente o conceito de autoritarismo é concebido e praticado e, por outro, evidenciei como ele tem sido vivenciado em diferentes momentos na sociedade brasileira. Essas duas percepções sobre o autoritarismo se apresentam como viáveis e necessárias para a escola básica.

Considerando a necessidade histórica de investigar com os alunos da escola básica a democracia e o autoritarismo, conteúdo previsto para o 9º ano, encontrei na trajetória de Luiz Maranhão Filho um caminho possível para atender os meus propósitos. Nesses termos, decidi elaborar um kit didático sobre esse personagem, construindo em torno dele um problema de investigação: como, ao longo do século XX, a democracia e o autoritarismo se expressaram no mundo e no Brasil?

³⁶² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras. Edição do Kindle. p. 249.

A formulação do problema e a organização do kit didático estiveram sempre sintonizados com a trajetória de Luiz Maranhão Filho, patrono da escola em que exerço a docência e personagem cuja trajetória de vida foi profundamente marcada por vivenciar a democracia e sofrer os efeitos do autoritarismo.

Essa vinculação entre democracia, autoritarismo e patrono da escola ganhou ainda mais força por ser construída em uma instituição escolar situada na Cidade Nova, bairro erguido em plena ditadura, sem as mínimas condições estruturais, e que só começou a ter uma voz coletiva diante dos poderes públicos na alvorada da redemocratização. Portanto, a Cidade Nova e o patrono da escola se constituem em objetos instigantes para a investigação histórica de práticas democráticas e autoritárias.

Esses objetos investigativos favoreceram para que retomássemos um elemento essencial da história contemporânea: a necessidade de construir com os alunos uma cultura democrática, que só poderá ser edificada a partir do pleno conhecimento histórico dos conceitos e das localizações espaciais e temporais da democracia e do autoritarismo.

Em geral, a História costuma ser definida como uma disciplina que tem a capacidade de fazer as pessoas lembrarem dos fatos para que atrocidades do passado não sejam revividas no presente e no futuro. Entretanto, o que se observa é que poucos têm se lembrado do que não poderia ser esquecido. Nesse sentido, o kit didático que formulei objetiva fazer com que o aluno tenha uma formação crítica e reflexiva, possuindo instrumentos teóricos e metodológicos capazes de analisar o autoritarismo e a democracia e, assim, se comprometer com sólidos princípios democráticos.

4.3 Luiz Maranhão Filho: a vida de um personagem se transforma em material didático

Este tópico se destina a apresentar as diretrizes do kit didático que construí a partir da trajetória de vida de Luiz Maranhão Filho. Esse kit didático é o produto que apresento para o ProfHistória. O material proposto se destina a alunos do 9º ano do ensino fundamental que estudam na escola municipal que tem como patrono esse personagem.

O kit didático, como já me referi, está apresentado como apêndice deste trabalho. Neste tópico irei explicitar como foi organizado esse produto didático, evidenciando os temas trabalhados, bem como as leituras e atividades desenvolvidas. A meta é que o kit didático mobilize conhecimentos históricos acerca do Brasil, a partir das diferentes vivências experimentadas por Luiz Maranhão Filho e como essas vivências podem se tornar documentos geradores de práticas pedagógicas.

A minha opção pelo kit didático surgiu durante as reuniões coletivas coordenadas pelo meu orientador, professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha. Nessas reuniões, nas quais participavam todos os orientandos do referido professor no âmbito do ProfHistória, eram discutidas várias possibilidades de produtos didáticos adequados para o ensino de História. A partir dos materiais apresentados, cada mestrandando procurava aquele material que fosse mais apropriado para o seu trabalho. Nessas reuniões tive acesso a vários materiais didáticos, tais como: Caixa de História; Guias Didáticos; Sequências Didáticas; Kits Didáticos, entre outros.

Inicialmente pensei em elaborar como produto da minha dissertação uma Caixa de História, tal como fez o grupo de pesquisa de *Oficinas de História*, vinculado à Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ)³⁶³. A caixa de História é um material pedagógico muito rico e perfeitamente sintonizado com os trabalhos relacionados à história local, uma vez que estimula os alunos a fazerem reflexões históricas, relacionando-as com o lugar e o tempo em que vivem³⁶⁴.

Todavia, paralelamente às discussões no meu grupo de orientação, ainda no período em que estava cursando os créditos disciplinares, tive a oportunidade de cursar a disciplina *Ensino: referências teóricas para a pesquisa*, ministrada pela professora Antonia Terra de Calazans Fernandes, na Universidade de São Paulo. Essa disciplina foi oferecida na modalidade online, devido à pandemia da COVID-19, e discutiu, além das referências teóricas, como o próprio nome da disciplina sugere, materiais didáticos adequados à escola básica. Entre os materiais didáticos, esteve presente nas discussões o kit didático.

Nas discussões durante a disciplina pude compreender melhor o que eram os kits didáticos, nos moldes propostos pela professora Antonia Terra. Percebi que, utilizando um kit didático, seria possível trabalhar com temáticas das mais diversas, associando-as ao ensino, tais como as biografias históricas e as histórias locais. Além das aulas, pude conhecer vários kits didáticos produzidos por alunos que cursam estágio obrigatório da licenciatura em História na Universidade de São Paulo (USP) e professores da escola

³⁶³ Sobre o projeto Caixa de História e o Grupo de Pesquisa que o idealizou, confira: Projeto caixa de História. Disponível em: <http://projetoaixadehistoria.blogspot.com/>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2021.

³⁶⁴ Como exemplo de dissertação que aborda a caixa de história, sugiro: BAPTISTA, Adolfo Eugenio Ferreira. **Caixa de história local e a construção da identidade dos alunos da educação de jovens e adultos**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Mestrado em História, 2016.

básica. Esses kits didáticos estão disponíveis no site do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD), que está vinculado ao Departamento de História da USP e que é coordenado pela professora Antonia Terra³⁶⁵. Percebi que, dentre os kits didáticos disponíveis no site do LEMAD, ainda não existe nenhum que trabalhe com biografias históricas. Meu propósito é que meu trabalho possa contribuir para a articulação entre biografias e ensino de conteúdos históricos.

A proposta de elaboração de kits didáticos foi idealizada pela professora Antonia Terra a partir de um projeto de trabalho, que teve por título *Kits Didáticos: Uso de Documentos Históricos no Ensino*. Esse projeto foi financiado pelo *Programa de Bolsas Unificadas (PUB/USP)*³⁶⁶, sob a gestão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. A proposta do projeto era organizar um acervo de documentos históricos temáticos a partir de atividades específicas.

O projeto almejava formar estudantes de História Licenciatura para trabalharem na pesquisa e no ensino a partir de documentos. A ideia era criar situações para que esses estudantes usassem materiais próprios do ofício do historiador em atividades pedagógicas desenvolvidas na escola básica. A intenção era que os kits didáticos fossem feitos em formato físico e digital para serem usados nas aulas de Estágio e disponibilizados no site do LEHMAD.

Os primeiros kits organizados contemplaram três temáticas: a história indígena, a história dos afro-brasileiros e a história das mulheres. A escolha dessas temáticas esteve relacionada às demandas da sociedade contemporânea e com a legislação vigente, que determina ações na disciplina História com os grupos socialmente excluídos.

Durante a execução do projeto, a professora Antonia Terra e os demais participantes realizavam quatro ações: inicialmente, definiam um tema de trabalho; em seguida, construíam uma problemática histórica; na sequência, pesquisavam e organizavam um conjunto de documentos históricos sobre esse tema, oriundos de diversas tipologias, tais como, cartas, pinturas, jornais, imagens, mapas, entre outros; e, finalmente, construíam um texto orientador direcionado ao professor, acompanhado de questões para serem desenvolvidas com os alunos. O projeto coordenado pela professora Antonia Terra foi exitoso e, a partir dele, uma série de kits didáticos passaram a ser produzidos.

³⁶⁵ Essas propostas de materiais didáticos para serem utilizadas por professores de História, estão disponíveis no site do LEMAD. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/kits-didaticos>

³⁶⁶ KITS didáticos. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/kits-didaticos>.

Segundo a professora Antonia Terra Fernandes, a elaboração dos kits didáticos foi inspirada nas antigas coletâneas de documentos históricos³⁶⁷ que foram publicadas há algumas décadas por professores e historiadores com o intuito de facilitar o acesso a fragmentos de textos de autores. Naquela ocasião, o que se tinha era, basicamente, excertos publicados em uma coletânea temática³⁶⁸.

Apesar de se inspirar nessas coletâneas, os kits didáticos se diferenciam delas por usarem fontes das mais diversas, ultrapassando os simples textos escritos. Nos kits didáticos, são usados imagens, mapas, objetos da cultura material e uma série de outras fontes. Os kits didáticos formam comumente um conjunto de fontes históricas das mais diversas, que são acondicionados em envelopes ou pastas, e articuladas com um guia de orientação para ser usado nas situações de ensino.

Além disso, os kits podem contar também com documentos adaptados para fins pedagógicos, referências bibliográficas e, quando possível, links para acesso a documentos originais que foram digitalizados e estão disponíveis em bibliotecas e arquivos, bem como links para acessar lugares que abrigam objetos da cultura material, como os museus e as casas de cultura.

Nos kits, além da ampliação documental em relação às antigas coletâneas didáticas, também existe uma preocupação em orientar o aluno para discutir uma problemática histórica a partir da leitura e da análise dos documentos. Por essa lógica, o kit estimula que o pensamento seja construído a partir das relações entre as fontes e um problema histórico, vinculado a uma curta duração, ou a uma longa duração.

A lógica de um kit didático é que o aluno compreenda situações históricas vivenciadas em diferentes tempos e espaços obtidas a partir das fontes apresentadas. Lendo os documentos, os estudantes poderão identificar contradições, coerências, rupturas e permanências. Essas identificações estão diretamente relacionadas ao problema

³⁶⁷ Segundo Fernandes, as coletâneas de documentos históricos no Brasil se consolidaram na década de 1970. Naquela época, as editoras publicavam seleção de documentos para serem usados em sala de aula. Como exemplo dessas coletâneas, pode-se citar uma obra organizada por Carl V. F. Laga, da Faculdade de Filosofia da USP – Marília, com o título *Textos Históricos: Antiguidade e Idade Média*, publicado em 1964. Além dessa coletânea, a autora cita outras do mesmo tipo, publicadas no Brasil nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Cf. FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **Kits didáticos: uso de documentos históricos no ensino (material impresso e digital)**, p. 5-6. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-01/Apresentação do Projeto Kits Didáticos - Uso de Documentos Históricos no Ensino.pdf>.

³⁶⁸ FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **Kits didáticos: uso de documentos históricos no ensino (material impresso e digital)**, p. 5-6. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-01/Apresentação do Projeto Kits Didáticos - Uso de Documentos Históricos no Ensino.pdf>.

investigado e às respostas encontradas para esse problema. Nesse sentido, ao trabalhar com um kit, o aluno amplia o seu conhecimento histórico sobre o problema previamente formulado.

A medida em que fui estudando os kits didáticos já produzidos, eu identifiquei várias vantagens nesse tipo de material, como por exemplo: pode ser utilizado em vários níveis de ensino, pois são adaptáveis para diferentes públicos; apresenta uma dinâmica de trabalho com documentos temáticos que é instigante; permite que os alunos conheçam a historicidade dos fatos; permite que os alunos possam fazer relações com outras temporalidades; propicia o debate e a reflexão sobre assuntos diversos; permite o estudo da história local e de personagens que fazem parte da história; enriquece a construção do conhecimento e, principalmente, ajuda o aluno a compreender o processo de construção de sua identidade, enquanto ser histórico do seu tempo, seu lugar no mundo.

Um kit didático possibilita o estabelecimento de relações entre o problema concreto que orienta a organização desse material e os problemas vivenciados contemporaneamente na sociedade. A partir do problema, são selecionadas as fontes que permitirão investigações em diferentes tempos e espaços.

Importante destacar que o trabalho com kits didáticos não inviabiliza a realização de atividades paralelas que utilizem outros materiais didáticos, como o livro didático. Nesse sentido, o kit didático é apenas uma das possibilidades metodológicas a serem trabalhadas na escola básica.

Na organização de um kit didático, o professor é um elemento essencial, uma vez que ele precisa estudar previamente o tema de estudo, localizar o momento histórico em que o tema está sendo discutido e instigar os alunos a aprender a analisar os materiais coletados. Cabe ao professor estabelecer as análises internas e externas de cada documento, bem como apontar o que eles apresentam em termos potenciais para se aprender do tema que está sendo investigado. Portanto, o trabalho com os kits didáticos exige conhecimento da historiografia e da temática em discussão.

O professor precisa ter clareza dos conceitos que irá mobilizar, dos critérios de seleção para que o documento se insira no kit, além de perceber se a linguagem contida no documento necessita de algum tipo de adaptação para atender o público-alvo da sua ação. Cabe ao professor ainda orientar os alunos metodologicamente para que eles aprendam a identificar os autores, as correntes de pensamento a que eles se vinculam, a diferenciar os personagens históricos que estão envolvidos em um mesmo fato, a captar os valores presentes nesses personagens, a confrontar fontes e épocas.

Essas questões indicam as bases gerais de um kit didático e orientaram a minha opção por construir um material desse tipo para ser trabalhado com os alunos do nono ano da Escola Municipal Luiz Maranhão Filho. Considerei pertinente abordar a trajetória desse líder comunista na tentativa de abordar diferentes situações por ele vividas, enfatizando, na sua trajetória, as situações de autoritarismo e democracia. Meu propósito inicial era poder aplicar o Kit Didático sobre Luiz Maranhão Filho na própria escola, juntamente com outros professores. Porém com a pandemia não foi possível colocar essa ideia em prática. Portanto, neste trabalho apresento o Kit Didático, mas a sua aplicação só será realizada posteriormente. Importante destacar que essa ação cumpre o objetivo do ProfHistória, que exige apenas a apresentação de um produto didático.

Minha escolha objetiva atender a uma expectativa do ProfHistória, que é gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais em diferentes contextos. A ideia é que a produção do saber possa contribuir para o avanço nos debates e melhorias nas práticas do profissional de História dentro e/ou fora da sala de aula.

O kit didático é um material destinado aos alunos, composto por documentos históricos de diferentes tipologias e questões sobre eles. A ideia é que a discussão presente no kit didático gire em torno de um problema, que deve ser desenvolvido a partir da análise conjunta das fontes e da resolução dos questionamentos propostos.

No meu caso, resolvi trabalhar com o seguinte problema: como ao longo da sua trajetória de vida Luiz Maranhão Filho vivenciou a democracia e o autoritarismo? Considerei que com essa temática seria agregadora de quatro problemas: a história do bairro Cidade Nova, que foi criado durante o autoritarismo do regime militar, sem apresentar preocupação com a moradia das classes populares; a história da educação no bairro, que começou a ter suas primeiras escolas no ressurgimento da democracia; os problemas presentes na atuação de um professor, que no caso de Luiz Maranhão foi perseguido na sua ação profissional por atividades que desenvolvia fora da sala de aula; o comunismo, que é uma ideologia que não pretende exterminar adversários, mas é discutido como uma ameaça à sociedade.

Ao considerar esses aspectos, optei por intitular o Kit Didático de *Luiz Ignácio Maranhão Filho: um educador comunista*. A ideia desse título está associada ao fato de que Luiz Maranhão filho foi identificado ao longo da sua vida como professor e como comunista. Mesmo tendo exercido outras atividades (como jornalista), é como professor que ele foi reconhecido profissionalmente. Mesmo tendo sido parlamentar por outro por

outro partido que não o PCB, a sua marca ideológica é a sua vinculação com o comunismo.

Do ponto de vista da organização, o meu Kit Didático, apresentado como apêndice a este trabalho, possui várias particularidades. Para demonstrar a estrutura geral que orienta essa composição, resolvi elaborar o *Quadro 1*. Nesse quadro estão sistematizadas a lógica organizativa do material que eu produzi.

Quadro 1: Caracterização do Kit Didático

Partes do kit Didático	O que contém
Texto de apresentação do Kit Didático	<ul style="list-style-type: none"> * Identifica que o Kit Didático sintetiza a minha experiência formativa no âmbito do ProfHistória. * Afirma que o material didático proposto é voltado para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. * Evidencia que reúne aspectos da trajetória de Luiz Maranhão Filho. * Demonstra que há o propósito de estimular a comparação da trajetória de Luiz Maranhão Filho com a trajetória de outros personagens que vivenciaram a transição da democracia para a ditadura na década de 1960. * Destaca a importante ação metodológica de comparar as ideias políticas e sociais que povoavam o imaginário da sociedade brasileira dos anos 1940 aos anos 1960 com as ideias que povoam o imaginário brasileiro na contemporaneidade. * Estimula a compreensão de como os conceitos de capitalismo e comunismo eram apropriados pelo senso comum no tempo vivenciado por Luiz Maranhão Filho e na contemporaneidade.
Fotografia de Luiz Maranhão	Fotografia de Luiz Maranhão Filho, provavelmente, do tempo em que ele era deputado. Sugere-se a análise da imagem pelos alunos.
Contracapa	Identificação do trabalho.
Lista contendo os dez documentos que formam o Kit Didático	<ul style="list-style-type: none"> * Identificação dos dez documentos que compõem o Kit Didático. * Para cada documento existem as seguintes informações: título, tipologia documental, momento de produção; fonte; localização da fonte. * Todos os documentos estão relacionados com a vida de Luiz Maranhão Filho. * Cada documento tem um tipo documental. Os tipos documentais presentes no Kit Didático são os seguintes: fotografia (documento 1); entrevista (documento 2); matéria de jornal (documento 3); Carta (documento 4); matéria de revista (documento 5); documento oficial da UNICEF (documento 6); Fragmento de inquérito policial (documentos 7, 8 e 9); verbete (documento 10).
Texto intitulado “Leitura dos documentos”	Informações gerais sobre Luiz Maranhão Filho articuladas com a metodologia do que será discutido no Kit Didático. O propósito é situar o leitor na trajetória do personagem e nas atividades que serão desenvolvidas a partir dessa trajetória.
Propostas didáticas para os documentos	Orientações para as atividades que serão desenvolvidas, especificamente, em cada um dos documentos.
Documentos selecionados e suas respectivas referências.	Cada um dos dez documentos está em folha específica. Na versão física este documento está plastificado para que os alunos os manuseiem com facilidade. Na versão digital o aluno irá seguindo as orientações propostas, trabalhar com cada documento particularmente.

A partir do *Quadro 1* é possível perceber como está estruturado o meu Kit Didático. Para demonstrar como fui planejando esse material didático até chegar ao formato apresentado no *Quadro 1*, resolvi elaborar o *Quadro 2*. Nesse *Quadro 2* demonstro como fui planejando e executando cada ação desenvolvida. A sistematização dessas etapas tem o objetivo de situar o leitor sobre o processo de construção do Kit Didático.

Quadro 2: Etapas de planejamento do Kit Didático

Etapas	Descrição da atividade desenvolvida
Primeira Etapa	* Escolha da temática a ser trabalhada: Luiz Maranhão Filho. * Para essa atividade, foi necessário ler e selecionar diversos materiais: matérias de jornais da época, entrevistas concedidas por pessoas que conviveram com Luiz Maranhão, informações pessoais e profissionais existentes sobre ele em arquivos públicos, obras relacionadas a Luiz Maranhão e a época por ele vivida, entre outros documentos. * Todos esses dados serviram para sistematizar informações sobre o personagem em apreço.
Segunda Etapa	Problematização da história de Luiz Maranhão Filho, patrono da escola em que trabalhou, professor, jornalista, político e comunista. Nessa etapa procurei responder as seguintes questões: quem foi Luiz Maranhão Filho? Quais foram as profissões que exerceu? Como essas atividades tiveram influências sobre suas escolhas políticas?
Terceira Etapa	Seleção dos documentos que compõem o Kit Didático.
Quarta Etapa	organizar a ordem dos documentos seguida de suas respectivas referências.
Quinta Etapa	Leitura dos documentos selecionados e análise do conjunto sistematizado. Elaboração de um texto introdutório breve sobre a trajetória de Luiz Maranhão.
Sexta Etapa	Sistematização das orientações para os professores trabalharem particularmente com cada documento.
Sétima Etapa	Apresentação dos documentos seguindo a mesma ordem que orienta a quarta etapa. Cada documento é apresentado numa folha separada.

Esses dois quadros evidenciam como foi o planejamento do Kit didático e como ele está organizado. Entretanto, julgo importante discutir elementos desse material didático que são vantajosos para o professor e que não podem ser apresentados em um quadro. Nesse sentido, torna-se necessário destacar que o kit didático traz três grandes benefícios: o primeiro é o fato de trazer mais praticidade ao trabalho docente, uma vez que proporciona um fácil manuseio; o segundo se relaciona com a condição de ele demandar pequenos gastos na elaboração da atividade, o que possibilita mais economia

no processo de ensino para o professor, para os alunos e para a própria escola; e finalmente, o terceiro é que o kit didático permite que essa atividade também possa ser efetivada, concomitante, em diferentes ambientes.

Importante ressaltar também os elementos metodológicos inerentes ao Kit Didático que elaborei. Inicialmente, destaco as orientações fornecidas ao professor sobre o trabalho a ser realizado. Em geral, essas orientações são feitas a partir de interrogações, que irão nortear os passos para serem adotados pelos alunos na leitura dos documentos. As perguntas que orientam as ações de professores e alunos instigam a produção do conhecimento histórico a partir do trato com o documento. Essa forma cuidadosa de lidar com a documentação está presente tanto nas ações com os documentos individualmente, quanto naquelas ações que fazem relações com outros documentos.

Outro aspecto em relação as questões metodológicas do Kit Didático dizem respeito à forma como esse material pode ser usado para construir saberes, valorizando a autonomia do professor. Nesse sentido, eu propus, na organização que optei por elaborar uma determinada ordem de apresentação dos documentos e das atividades, seguindo uma orientação específica para cada documento apresentado. Todavia, o Kit Didático proposto é muito flexível para que cada professor o utilize de acordo com as necessidades pedagógicas da turma, tendo o docente a autonomia para mudar a ordem dos documentos e das questões.

No tocante a amplitude de utilização, posso afirmar que o Kit Didático pode ser usado em escolas públicas ou privadas, uma vez que ele é instrumento de trabalho do docente com amplas condições de ser usado concomitantemente a outros materiais didáticos. Nesses termos, o fato de a escola adotar ou não um livro didático não é um impeditivo para o uso do kit. Em associação com o livro didático esse material poderá ampliar o leque de conhecimentos apreendidos pelos alunos. Sem a presença de um livro adotado o kit poderá instigar o trabalho com outros materiais (como caixas de história, sequências didáticas) para que o ensino aprendizagem ocorra de maneira mais eficiente e mais dinâmica.

Em linhas gerais, o kit didático, em geral, é uma proposta que contribui para uma aprendizagem que mobiliza práticas instigantes e uma formação mais significativa, uma vez que permite ao aluno uma formação que estimula questionamentos sobre o mundo que o cerca, bem como instiga um olhar mais atento sobre os problemas e os sujeitos históricos.

Com base nessa lógica, elaborei o meu Kit Didático buscando compatibilizar o seu uso com o livro didático usado na minha escola e com as diretrizes propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, almejo construir com meus alunos um processo de ensino aprendizagem que estimule a reflexão, o questionamento e elaboração de alternativas para conviver com problemas que se expressam no nosso cotidiano.

Nesses termos, o Kit Didático que proponho foi criado com o objetivo de ser utilizado como material didático por professores de História que atuam com alunos do 9º ano do ensino fundamental. A opção por esse ano da escolarização diz respeito a sintonia existente entre a trajetória de Luiz Maranhão e os conteúdos e os objetivos de ensino previstos tanto na BNCC quanto no livro didático de Alfredo Boulos, que é o material adotado e distribuído para todos os alunos da turma por intermédio do Programa Nacional do Livro Didático.

O livro didático adotado na Escola Municipal Luiz Maranhão Filho pertence a *Coleção História: sociedade & Cidadania*, cujo autor é Alfredo Boulos e tem como editora a FTD. A imagem a seguir é uma fotografia da capa do livro do 9º ano dessa coleção. Esse livro é trabalhado na turma que foi usada como base para o planejamento do Kit Didático que apresento.



Figura 1: Capa do livro História sociedade e cidadania 9º ano. BOULOUS JÚNIOR, Alfredo. História: Sociedade e cidadania. 9º ano. São Paulo: FTD, 2018.

Esse livro foi adotado na Escola Municipal Luiz Maranhão Filho a partir do processo de seleção de obras indicado pelo PNLD. Nesse sentido, foram os próprios

professores da escola, a partir do Guia do Livro Didático³⁶⁹, que escolheram a coleção para ser adotada para a disciplina História do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Em linhas gerais pode-se afirmar que os professores selecionam as coleções que melhor se adequam as necessidades dos seus alunos e a proposta de trabalho que o docente pretende executar. Para a seleção da coleção o professor é orientado a levar em consideração uma série de critérios, tais como: a linguagem presente nos textos; a forma como o conteúdo é abordado; as atividades propostas; a maneira como são articulados os conceitos históricos; a disposição dos capítulos, entre outros aspectos. A edição que eu trabalho foi publicada em 2018, participou do processo seletivo do PNLD em 2019 e tem a previsão de ser o livro da escola nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2024.

Na coleção escolhida pela Escola Municipal Luiz Maranhão Filho, o livro do 9º ano apresenta o sumário indicado no *Quadro III*:

Quadro III: Sumario do livro do 9º ano da *Coleção História: sociedade & Cidadania*

Unidades ³⁷⁰	Capítulos
Unidade I	Capítulo 1 A Proclamação da República e seus desdobramentos
	Capítulo 2 –Primeira República: dominação e resistência
	Capítulo 3 –A Era Vargas
	Capítulo 4 –Movimentos sociais: negros, indígenas e mulheres
Unidade II	Capítulo 5 –A Primeira Guerra Mundial
	Capítulo 6 –A Revolução Russa
	Capítulo 7 –A Grande Depressão, o fascismo e o nazismo
	Capítulo 8 – A Segunda Guerra Mundial
Unidade III	Capítulo 9 – A Guerra Fria
	Capítulo 10 – Revoluções socialistas: China e Cuba
	Capítulo 11 – Nacionalismos africano e asiático
	Capítulo 12 – Brasil: uma experiência democrática (1945-1964)
	Capítulo 13 – Ditaduras na América Latina
Unidade IV	Capítulo 14 – Brasil Contemporâneo
	Capítulo 15 – Fim da Guerra Fria e Globalização

Observando-se o sumário do livro e o conteúdo constantes nos capítulos é possível identificar que o Kit Didático sobre Luiz Maranhão Filho está em perfeita sintonia com os capítulos de 5 a 15 da referida obra. O Capítulo 5 aborda a Primeira Guerra, grande conflito internacional que delineará uma disputa ideológica no mundo. Essa disputa é essencial para a eclosão da Revolução Russa (capítulo 6), que consolida o comunismo internacionalmente. Esses dois capítulos ajudarão a compreender como foram construídas

³⁶⁹ O Guia do Livro Didático contém uma resenha de todas as coleções aprovadas no PNLD. Os professores leem as obras presentes no Guia e escolhem a que for mais adequada para a sua ação pedagógica.

³⁷⁰ As unidades do livro em tela não apresentam um título.

as práticas comunistas de Luiz Maranhão Filho. O capítulo 7 demonstrará o que significou o nazismo e o fascismo, grandes inimigos do comunismo e da democracia. Esse capítulo mostrará a razão para as lutas contínuas de Luiz Maranhão Filho contra esses dois projetos de poder.

Os capítulos 8, 9 e 10, são essenciais para a discussão acerca das disputas na Segunda Guerra, marcadas pelas contendidas entre o nazifascismo de um lado e comunistas e democracias socialistas de outro. Essas disputas são importantes para a compreensão de como o comunismo atuou na Guerra e como após esse conflito capitalistas e socialistas se dividiram por meio de uma disputa marcada por ameaças de ambos os lados. Essa conjuntura da Segunda Guerra e da Guerra Fria está presente tanto no livro didático, quanto no Kit Didático. Se, por um lado, a discussão constante no livro didático ajuda a compreender as ações de Luiz Maranhão Filho no período, por outro, o conteúdo do Kit favorece para que o aluno perceba como os conflitos internacionais eram vivenciados em Natal, a partir da trajetória de Luiz Maranhão Filho.

Os capítulos 12 e 13 abordam a redemocratização brasileira e as ditaduras latino-americanas instauradas a partir da década de 1960. Esses capítulos estão em perfeita sintonia com elementos presentes no Kit. Aliás, são essas duas temáticas que se mostram com nitidez no Kit, uma vez que esse material discute o ingresso de Luiz Maranhão Filho no PCB, a ilegalidade do Partido, a prisão política dele durante o período de uma pretensa redemocratização, a sua eleição para deputado estadual, a perseguição que sofreu durante a repressão e finalmente seu desaparecimento. Essas questões concretizadas no Kit são discutidas de maneira mais ampla no livro didático. Essa prática de trabalhar a mesma temática com suportes diferentes é muito enriquecedor para o aluno que aprende e amplia as opções de trabalho para o professor.

Os capítulos 14 e 15 do livro didático são dedicados à contemporaneidade no Brasil, em especial, e no mundo, de maneira amais ampla. Esses capítulos permitem refletir sobre a necessidade de construirmos permanentemente uma sociedade democrática. Essa percepção fará com que se volte para o Kit e se busque entender o que é possível fazer para que não ocorra o retorno ao arbítrio no Brasil e a superação de práticas autoritárias vivencias ainda hoje em várias partes do Planeta.

A demonstração da possível e necessária articulação do kit didático com o livro didático evidencia que a minha proposta não foi criar um material a mais para dificultar a ação docente em sala de aula. Ao contrário, o que proponho é indicar ao professor que

a riqueza do processo de aprendizagem está na capacidade de aprofundamento das fontes e na articulação de diferentes suportes para a investigação de problemas históricos.

Se, por um lado, evidencio que o Kit didático é uma proposta consoante com o livro didático, por outro, é importante destacar que elaborei o Kit levando em consideração as prescrições estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular. Essa preocupação em respeitar a BNCC estabelece tranquilidade para o professor de História, que deseja desenvolver ações relevantes, sem ferir a proposta curricular oficial advinda do Estado. Nesse sentido, a BNCC apresenta trinta e seis habilidades a serem atingidas pelos alunos na disciplina História no 9º ano do ensino fundamental.³⁷¹ Desse conjunto de habilidades eu selecionei quinze habilidades que podem ser trabalhadas a partir do Kit Didático que elaborei e que está apresentada no *Quadro 4*.

Quadro 4: Habilidades previstas na BNCC para o 9º ano do ensino fundamental e sintonizadas

Habilidade 372	Especificação
EF09HI02	Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.
EF09HI06	Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).
EF09HI09	Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
EF09HI10	Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.
EF09HI11	Identificar as especificidades e os desdobramentos mundiais da Revolução Russa e seu significado histórico.
EF09HI13	Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).
EF09HI16	Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.
EF09HI18	Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.
EF09HI19	Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

³⁷¹ Para ver as prescrições da BNCC para o nono ano no componente curricular História, ver as páginas 428 a 433 do seguinte site: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

³⁷² O exemplo a seguir explica a codificação das habilidades da BNCC. A habilidade EF09HI01 se refere a: EF – Ensino Fundamental (etapa de ensino); 09 – nono ano (ano a que se refere a habilidade); HI – História (componente curricular); 01 – habilidade 1 (numeração da habilidade).

EF09HI20	Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.
EF09HI21	Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.
EF09HI22	Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.
EF09HI23	Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.
EF09HI24	Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.
EF09HI25	Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2021. p. 419.

Ainda que tenhamos críticas à BNCC, esse documento curricular é base para o ensino em todo o território nacional. Considerando essa concepção, resolvi inserir um personagem da história local em um currículo que se propõe a ser nacional. O Quadro 4 tem o objetivo de mostrar que as habilidades previstas na BNCC podem ser trabalhadas no Kit Didático. Assim, ainda que o currículo definido pelo Estado praticamente desconsidere as particularidades locais, o Kit nos moldes que apresentei pode perfeitamente trabalhar com as habilidades indicadas estimulando a aplicação delas em diferentes dimensões espaciais. Considero que minha iniciativa é uma tentativa de resistir as homogeneidades estabelecidas pelo Estado, por meio da BNCC, para o ensino de História.

Nesses termos, a partir de Luiz Maranhão Filho é possível desenvolver várias habilidades, a saber: compreender particularidades da história local na década de 1950; identificar o papel do trabalhismo; relacionar a conquista de direitos civis e políticos com a atuação dos movimentos sociais; identificar as dinâmicas do capitalismo; compreender o surgimento e a expansão do comunismo como ideologia e como forma de governo; demonstrar o que significam as ideias fascistas e nazistas, bem como a maneira como elas podem ser combatidas; perceber a importância das instituições que defendem os direitos humanos e a necessidade de fortalecer uma cultura marcada pelo amplo respeito as diferenças democráticas; analisar a capacidade de resistência dos opositores à ditadura militar de 1964; demonstrar a mobilização popular como instrumento essencial para a derrocada dos governos militares. Esses elementos não esgotam as habilidades que podem ser trabalhadas na escola básica a partir do Kit Didático que elaborei, mas vislumbram possibilidades concretas de realização dessa empreitada.

Ao longo deste capítulo, procurei discutir como a trajetória de Luiz Maranhão Filho pode ser trabalhada na escola. Nos capítulos anteriores mobilizei uma série de elementos sobre a escola e o seu patrono. Neste capítulo demonstrei que todos os elementos mobilizados são essenciais para elaborar um currículo, que é uma construção cultural formulada em um momento histórico específico. O currículo é elaborado a partir de uma seleção de textos, procedimentos e atividades, condizentes com as nossas necessidades do professor. Foi essa lógica que norteou a montagem do meu Kit Didático, que explicitarei como se deu a sua montagem. O detalhamento da concepção desse Kit visa possibilitar a compreensão da organização do material que está apresentado como apêndice deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi compreender as razões que levaram uma escola a adotar um personagem como seu patrono e como esse patrono poderia ser estudado nas aulas de História. Para atender a esse objetivo mergulhei nos estudos biográficos e procurei entender a trajetória de vida desse personagem, mas procurei também compreender a relação dessa trajetória individual com a história da escola que o acolheu como patrono e do bairro que a recebeu.

No meu caso específico, estudei as razões para a escolha de Luiz Maranhão Filho como patrono de uma escola de Natal. Esse estudo surgiu de inquietações que vivenciei desde que me tornei professora da Escola Municipal Luiz Maranhão Filho e constatei o fato da Prefeitura de Natal, ainda no período em que os governos militares estavam no comando da República, nomear um líder comunista como patrono de uma de suas escolas. Essas inquietações ganharam corpo durante as aulas do ProfHistória e terminaram por me instigar a entender as circunstâncias da criação dessa escola e as razões para a escolha desse personagem como patrono.

Quando a escola foi fundada em 1988, Luiz Maranhão Filho já era um personagem registrado na memória das pessoas e nos livros sobre o período militar como vítima da ditadura comandada pelos generais. Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ele desapareceu em 1974, em uma ação da repressão contra os adversários do Golpe de 1964. Até hoje nada se sabe oficialmente sobre o paradeiro desse brasileiro, professor de Geografia, jornalista e militante político. O Estado, mesmo na vigência da democracia, jamais teve a dignidade de identificar o destino dado a esse homem pelos órgãos de repressão. Torna-se difícil de entender como as forças armadas e policiais, instâncias subordinadas à Presidência da República, tenham conseguido manter em sigilo uma operação que, coordenada pelo próprio Estado, resultou na eliminação de pessoas.

O desaparecimento desse personagem sempre foi algo intrigante, mas não posso deixar de evidenciar que igualmente intrigante foi vê-lo como patrono de uma escola quando o país era ainda comandado por militares que haviam gerenciado a perseguição de vários brasileiros que, como Luiz Maranhão Filho, tinham sido eliminados por esse poder.

Essa situação me levou a procurar entender como ocorreu o processo de edificação da escola. Quando comecei a investigar a criação da escola, deparei-me com as particularidades relacionadas ao surgimento do bairro de Cidade Nova, espaço onde essa

instituição foi erguida. As minhas investigações deixaram claro que esse bairro se constituiu sem nenhum projeto de urbanização. Seus primeiros habitantes vinham, em geral, do interior em busca de melhores condições de vida na capital e compravam lotes para construir pequenas casas.

A Cidade Nova viveu sem água encanada, sem luz elétrica, sem transporte público, sem dignidade cidadã durante mais de uma década. A primeira escola pública do bairro só surgiu com a mobilização dos seus moradores. Essa mobilização foi, inicialmente, estimulada por um projeto da Secretaria Estadual de Educação, vinculado a uma ação do Governo João Batista de Oliveira Figueredo, que naquele momento buscava caminhos para uma abertura política sem rupturas com os governos ditatoriais.

A partir da primeira conquista educacional a comunidade foi se fortalecendo na luta por escolas, o que favoreceu a edificação de escolas municipais. Assim surgiu a Escola Municipal Luiz Maranhão Filho, nome escolhido no final da gestão de Garibaldi Alves, então prefeito de Natal, e continuado na gestão da prefeita Vilma de Faria.

Para realizar esse trabalho com a história da Cidade Nova, das escolas públicas do bairro e, especialmente, da Escola Municipal Luiz Maranhão Filho, realizei um minucioso trabalho de coleta em textos acadêmicos (monografias de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado), produções realizadas nas escolas, atas de reuniões, projetos pedagógicos, dentre outros documentos. Confesso que o trabalho não foi fácil, sobretudo, em razão da pandemia do Covid 19, que inviabilizou muitas atividades de pesquisa que procurei desenvolver.

Apesar do difícil trabalho com as fontes, elas foram essenciais para as descobertas que obtive. Nesse sentido, foi a partir delas que identifiquei uma rede de pessoas que, próximas ao prefeito Garibaldi Alves, permaneciam ligadas politicamente às ideias de Luiz Maranhão Filho. Essas pessoas encontravam no líder comunista um símbolo da resistência democrática e vislumbravam a possibilidade de homenagear o líder político “desaparecido pela repressão” dando o seu nome em prédios públicos construídos pelo município. Assim, a nomeação de Luiz Maranhão Filho como patrono de uma escola municipal, parece ter sido uma estratégia política eficiente. Importante destacar que essa nomeação não encontrou resistências, mesmo entre os que haviam apoiado o Golpe, uma vez que as amplas amizades do homenageado, nos círculos mais conservadores, impediam qualquer crítica ao nome dele.

Apresentados esses elementos iniciais sobre as circunstâncias da escolha de Luiz Maranhão Filho como patrono, dediquei-me a tarefa de compreender a sua trajetória de

vida. Nessa tarefa identifiquei as suas origens familiares paternas ligadas ao grupo do primeiro presidente do estado do Rio Grande do Norte, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, ainda que eu não tenha detectado nenhum vínculo específico entre ele e esse grupo familiar. Identifiquei também os vínculos com as atividades intelectuais do seu avô materno que, provavelmente, lhe influenciou intelectualmente. Demostrei as suas atividades escolares desde o período em que ingressou nos grupos escolares de Natal, passando pela sua formação no Atheneu, até o desenvolvimento dos estudos jurídicos nas Faculdade de Direito de Maceió e do Recife. Ainda nesse tópico, abordei a sua forte ligação política com seu irmão Djalma Maranhão, que foi eleito prefeito de Natal, mas teve que deixar o cargo em razão do Golpe de 1964.

Ao discutir a sua formação no Atheneu demostrei o seu envolvimento com o movimento estudantil, a sua iniciação no jornalismo e o começo das suas atividades docentes no próprio Atheneu, onde atuava, concomitantemente, como aluno do curso Clássico e professor de Geografia. Ao abordar essas ações desenvolvidas por ele, pude evidenciar as relações de amizade que construiu nas redações dos jornais da cidade e no Atheneu. Essas amizades foram importantes para consolidar sua imagem de um homem inteligente e de fácil diálogo.

Ao abordar a sua condição de aluno de Direito, pude evidenciar como se deu o seu ingresso no PCB ainda em Maceió, bem como as atividades que desenvolveu no Partido. Debrucei-me com atenção sobre seu trabalho na agremiação comunista, discutindo ações que ele realizou na imprensa comunista de Natal e do Recife. Demostrei a sua primeira prisão política, ocorrida em Recife, por ter denunciado em periódico comunista torturas que aconteciam na Base Área de Natal. Preso por essa razão, foi transferido de Recife para Natal, onde sofreu várias sessões de tortura.

Depois de liberto continuou exercendo suas atividades no Partido. Foi nessa época que conheceu e se casou, seis meses depois, com Odette Roselli Garcia, uma dentista, católica praticante, pertencente a uma tradicional família católica. Odette foi sua companheira pelo restante da vida. Ainda que nunca tenha participado de nenhuma ação comunista, foi uma lutadora incansável em busca do seu paradeiro. Foi Odette quem recebeu do Estado Brasileiro o atestado de óbito de Luiz Maranhão, no qual estava escrito que a causa da morte era desconhecida e que ela era a testemunha do falecimento.

Identifiquei que depois de casado Luiz Maranhão Filho, em razão da cassação política do PCB, participou de uma frente ampla democrática na qual se candidatou e se elegeu deputado estadual com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica.

Demonstrei ainda que a sua reeleição não ocorreu em razão de a Igreja ter traçado uma nova diretriz, na qual pedia aos seus súditos para não votarem em candidatos não católicos.

Ainda discutindo a trajetória de Luiz Maranhão Filho, demonstrei as circunstâncias da sua prisão pelos militares que se apossaram do poder em 1964, destacando as sessões de tortura que ele sofreu no quartel do Exército em Natal, quando seus algozes procuravam as armas dos comunistas. Entretanto, essas armas nunca existiram, uma vez que Luiz Maranhão Filho nunca realizou qualquer ação em prol da luta armada. Ele era partidário de uma revolução pacífica, o que muito favoreceu para que os reacionários natalenses não enxergassem nele um inimigo.

Destaquei que Luiz Maranhão sempre defendeu a aliança dos comunistas com a Igreja, uma vez que ele vislumbrava muitos pontos de convergência entre esses dois grupos. Ao longo de toda a discussão sobre a sua ação no PCB, procurei mostrar as disputas internas no Partido e os posicionamentos por ele defendidos.

A discussão sobre a trajetória de vida de Luiz Maranhão Filho foi importante para eu perceber que, apesar de toda a sua lealdade ao Partido, ele era um homem afeito ao diálogo mesmo com adversários políticos. Diante disso é possível inferir que, se tivesse permanecido em Natal, dificilmente ele teria desaparecido da forma como tudo ocorreu.

As fontes sobre a trajetória de Luiz Maranhão Filho ficaram circunscritas as obras que tratam sobre ele e a documentos que estão em centros de documentação. Além disso, tentei conversar com familiares dele e de Odette Roselli, mas não obtive dados significativos que pudessem ampliar minhas informações.

Procurei entender como Luiz Maranhão Filho foi concebido e difundido em duas obras escritas sobre ele. Na primeira delas a professora Maria Conceição Goés construiu uma tese de doutorado abordando a vida desse personagem, enfatizando particularmente como ele percebia a relação entre católicos e comunistas. Para a autora a grande aposta de Maranhão Filho era articular uma ação desses dois grupos para a realização de uma revolução por meio do diálogo.

A segunda das obras foi escrita por Heloneida Studart e se dedicou a discutir Luiz Maranhão Filho como um “santo ateu”. Santo pelo seu desejo de construir uma sociedade justa e igualitária no futuro e por buscar no presente todas as estratégias para atingir essa sociedade. Santo por, mesmo sem acreditar em Deus, crer na possibilidade da constituição de uma nova ordem aqui na terra e não em uma dimensão celestial, como desejavam os

católicos. Heloneida mobilizou muitas informações para ratificar essa santidade de Luiz Maranhão, toda ela firmada na política.

Além dessas duas obras uma coletânea foi organizada pelos jornalistas Afonso Laurentino e Francisco Souza e publicada pela editora Astrogildo Pereira. Essa editora tem uma linha editorial que objetiva garantir a permanência da memória de líderes comunistas. A inspiração para a coletânea foram artigos escritos por Luiz Maranhão Filho e publicados no *Diário de Natal* no segundo semestre de 1957. Os artigos foram essenciais para a minha investigação, uma vez que neles captei diretamente as ideias do líder comunista. Foi nesses artigos que Luiz Maranhão Filho apareceu criticando o rock, bem como enaltecendo o escotismo e o patriotismo. A coletânea apresenta ainda textos de outros autores que escrevem sobre Luiz Maranhão Filho, alguns deles justificando os seus textos conservadores.

Nessas três obras observa-se a construção de imagens positivas sobre Luiz Maranhão Filho. A imagem construída é a de um homem que sofreu imensamente durante a repressão, mesmo que ao longo da vida tenha se dedicado a construir relações de amizades com personagens de todas as tendências políticas e a buscar continuamente a democracia e a paz. Por essa perspectiva, era inadmissível que um homem tão bom e leal para a sociedade, como um todo, e para os seus amigos, em particular, não merecia ter um fim tão trágico.

Essas imagens foram apenas sistematizadas nas obras, mas elas começaram a ser constituídas logo depois da morte dele. As obras retomaram e sistematizaram o que estava disperso. Foram essas narrativas positivas sobre Luiz Maranhão Filho que favoreceram para que o seu nome se perpetuasse entre políticos de todas as tendências – dos reacionários aos revolucionários – como um nome adequado para ser o patrono de uma escola.

Discuti todas as ações democráticas desenvolvidas por Luiz Maranhão Filho, mas mostrei também todas as torturas que sofreu. Apresentei sua vida pública e suas relações afetivas, procurando compreender as decisões que tomou ao longo da vida. Nesse sentido, analisei que se ele tivesse optado por ter uma vida tranquila em Natal, ao lado de sua esposa, poderia ter deixado o PCB. Nesse caso, a sua condição de vida seria razoável, considerando a renda familiar que possuía: ele tinha o salário de professor e o de jornalista, enquanto a esposa tinha uma boa clientela em um consultório odontológico situado em um dos edifícios mais nobres de Natal. Entretanto, a opção de Luiz Maranhão

Filho foi permanecer na luta por uma sociedade justa, sem que isso afetasse outras linhas de atuação política.

Após caracterizar a trajetória de Luiz Maranhão Filho e as imagens construídas sobre ele, dediquei-me a explicar as bases que constituíram o Kit Didático que elaborei e que está concentrado na trajetória de vida desse indivíduo. Para tanto, inicialmente discuti a concepção de currículo como artefato cultural, apontando para as ideias que norteiam a minha decisão de elaborar um material didático centrado nesse personagem.

Todavia, não me limitei a dizer qual o sentido de currículo, uma vez que discuti os problemas contemporâneos que afetam esse conceito. Com base em Ivor Goodson, analisei que no mundo atual existe uma tendência – fortalecida pelo fracasso do Estado do Bem-Estar social e pelas teorias pós-modernas – de se valorizar as **estórias de vida** (concepção marcada por valorizar um conhecimento marcado pela história da própria vida). Se seguisse essa linha de pensamento, teria elaborado um material didático centrado exclusivamente na vida do personagem que trabalho ou procuraria trabalhar a minha própria história pessoal, sem estabelecer outros vínculos.

Todavia, seguindo as trilhas de Goodson, trabalhei com a concepção de **história de vida** (segundo a qual o conhecimento é obtido pelo relato triangulado da estória de vida, dos testemunhos de outras pessoas e do testemunho documental). Por essa perspectiva, expliquei que o meu Kit Didático foi centrado em Luiz Maranhão Filho, mas esteve sempre articulado com outras histórias pessoais e com testemunhos documentais.

Partindo dessa concepção curricular expliquei que formulei um problema para orientar meu trabalho com kit didático. Expliquei que esse problema tinha uma íntima relação com a história de vida de Luiz Maranhão Filho, patrono da minha escola, que por sua vez, tinha em sua trajetória a democracia e o autoritarismo como elementos marcantes.

Demonstrei ainda que democracia, autoritarismo possuíam uma relação forte na própria Escola Municipal Luiz Maranhão Filho. Instituição que foi construída na Cidade Nova, bairro que foi erigido em plena ditadura, sem as mínimas condições estruturais, e que só começou a ter uma voz coletiva diante dos poderes públicos na alvorada da redemocratização. Portanto, retomando o que afirmei no capítulo 4, “a Cidade Nova e o patrono da escola se constituem em objetos instigantes para a investigação histórica de prática democráticas e autoritárias”.

Explicados esses elementos, demonstrei os critérios de organização do Kit Didático, evidenciando as orientações a serem adotadas por alunos e professores e anexei

como apêndice do trabalho o produto completo proposto por mim para ser aplicado no ensino fundamental.

Para encerrar este trabalho gostaria de deixar evidente que é maravilhosa a sensação de ter compreendido as razões para uma escola escolher o seu patrono, mas é igualmente satisfatório saber que consegui produzir um material didático que possibilitará ao meu aluno conhecer melhor o seu mundo e perceber o quanto é importante vivermos em uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **Partido Comunista do Brasil (PCB)**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/partido-comunista-do-brasil>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

AGENTE do PCB denuncia a subversão no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 227, 3 dez 1972. 1º Caderno, p, 1, 5.

AIRAGHI, Paulo Vitor Sauerbronn. **José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ANDRADE, Ilza A. Leão. **Desafios da gestão participativa no Nordeste**. 1 ed. Natal: EDUFRN, 2009.

ANDRADE, Ilza A. Leão. Participação Política não Eleitoral ou Partidária: Associações, conselhos e Orçamento Participativo. In: Carlos Benedito Martins; Renato Lessa. (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Instituto Ciência Hoje; Discurso Editorial: Ed. Bacarolla, 2010.

ANDRADE, Ilza A. Leão. **Política e poder: o discurso da participação**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1996.

AGENTE do PCB denuncia a subversão no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 227, 3 dez 1972. 1º Caderno, p, 1, 5.

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi de. Professor Leovegildo Chagas Santos (1955): patrono do terceiro Grupo Escolar de Limeira, Estado de São Paulo. **Revista História da Educação**, p. 335-355, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/67716>. Acesso em: 21 set. 2022.

ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Macedo. A Reforma Gustavo Capanema no Atheneu sergipense: entre a legislação educacional e as práticas educativas discentes (1942-1961). **Revista da FAEEBA**. Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 29, n. 59, p. 180-194, jul. 2020.

ARAPIRACA, José de Oliveira. **Fisiologismo político e qualidade da educação**. Salvador: Ianamá, 1988. p. 76.

ARAÚJO, Felipe Tavares de. **A argamassa da casa e do conflito: os usos políticos da construção da Cidade da Esperança feitos pelo grupo aluizista (1964-1966)**. Dissertação

(Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2014.

ARAÚJO, Maria da Glória. **Emília**, a professora que virou escola. Natal: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. **Cadernos CEDEM**. Marília, SP: UNESP, v.3, n.1, 2012.

BANDOLI, Mabelle. A declaração de março de 58 do partido comunista brasileiro e as considerações sobre os movimentos políticos do campo. **Encontros**: revista do Departamento de História do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, ano 11, n. 21, 2. sem. 2013. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/320/260>

BERTICELLI, Ireno A. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, Marisa V. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 159-176.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emilian. "Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova**: revista de Cultura e Política, n. 76, p. 169-196, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 1. Ed, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Pátria, civilização e trabalho**. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. O meio como História. In SILVA, M. A. (org.) **Repensando a História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora marco Zero, Rio de Janeiro, 1994.

_____. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, L. (org.). **História na sala de aula** – Conceitos, práticas e propostas. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

BORGES, Magna Luciene da Silva. **Terra dividida, lotes a venda**: formação do bairro de Cidade Nova no final da década de 1960. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

BOULOS, Alfredo. **História, sociedade e cidadania**, São Paulo: FTD, 2018. (9º ano)

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006. p.183-191.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 898, de 29 de setembro de 1969**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 6 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm Acesso em: 15 jun. 2022. Importante destacar que ampliou a extensão desse artigo.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. CISA. **Relatório mensal de informações**. 15 maio 1975. p. 45. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/4/4/f/44ff298f458e547fdb3952f5d05a2b319ae29a9ef53b485a2540bfea2fa9b238/3cf5313b-dab9-49fe-b487-77ce1ca2ccac-AC_ACE_88734_75_PCB.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2021. p. 419.

BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. **Relatório especial de informações**. n. 4. 22 mar. 1974. p.34. Disponível em: https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/d/1/9d1ec4ab7739eb9fd9d61ebe747ba899f691f440b143d2bd017bfd3249760d8f/0a655bbb-e064-44f9-b9a5-cd84565f8cf1-AFZ_ACE_1026_82_OK.pdf

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais dos primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental (PCNs): história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITO, Anderson Dantas da Silva. **Em nome(s) da Educação: imaginários toponímicos dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte (1907-1947)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2019.

CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. **Alfabetizar crianças: um ofício, múltiplos saberes**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001. p. 116.

CARDOSO, Rejane. **400 nomes de Natal (org.)**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

CARTA Escrita, em 1953, pelo doutor Vulpiano Cavalcanti, então presidente da Associação Brasileira de Direitos do Homem, para o general Arthur Carnaúba. CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR (org.). **Campo de concentração no RN: torturas na Base Aérea de Natal 1952-1953**. Natal: Potiguariana, 2021. p. 22-23 (Carta de 1953).

CASCUDO, Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: EDUFRN, 2010.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**. n 25, p. 83-106, nov. 2005.

CÓDIGO Penal Militar. Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 out. de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm Acesso em 10 fev. 2022.

COLÉGIO ESTADUAL [Atual Escola Estadual Atheneu Norte-Rio-Grandense]. **Certificado de Exames de Licença Clássica de Luiz Maranhão**. Natal: 8 jan.1945.

COSTA, Francisca Freire da. **Patronos da educação municipal: resgate e preservação da memória**. Natal: SME, 2008.

COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal – O Primeiro Ato da Tragédia**. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa da UFRN, 1995.

CRESPO, Fernanda Nascimento. **O Brasil de Laudelina: uso do biográfico no ensino de história**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CUNHA, Bruno Ornelas da. **Jogo Urbano: história local no Ensino de História**. Dissertação (Mestrado profissional) em História. Universidade Federal Fluminense. Dez. 2016. Orientador: Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça. Niterói/RJ.

CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1. p. 271-276, janeiro-abril/2008.

CUNHA, Paulo Rikardo Pereira Fonseca da. **"Ombro a ombro com os mais fracos": a inserção de João Café Filho nos espaços do trabalhador na cidade do Natal 1922 -1937**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CZAJKA, Rodrigo. “Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo cultural na produção do pós-golpe. **Antítese**, v.8, n. 15, p. 219-242, jan./jun. 2015.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O livro negro da USP: o controle ideológico da Universidade**. 2. ed. São Paulo, ADUSP, 1979.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESCOLA inaugurada em Cidade Nova garante qualidade no ensino. Disponível em: www.prefeitura.natal.br/news/post/3100. Acesso em: 20 jul. 2022.

FALCÃO, João Giocondo Dias. **A vida de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **Kits didáticos: uso de documentos históricos no ensino (material impresso e digital)**, p. 5-6. Disponível em: [http://lemad.ffe.usp.br/sites/lemad.ffe.usp.br/files/2018-01/Apresentação do Projeto Kits Didáticos - Uso de Documentos Históricos no Ensino.pdf](http://lemad.ffe.usp.br/sites/lemad.ffe.usp.br/files/2018-01/Apresentação%20do%20Projeto%20Kits%20Didáticos%20-%20Uso%20de%20Documentos%20Históricos%20no%20Ensino.pdf).

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Produção e usos do material didático. In: VIANA, Hélder; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; ARRAIS, Raimundo. (org.). **Cidade e diversidade: itinerários para a produção de material didático em História**. Natal: EDUFRN, 2012.

FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova: resgate de uma experiência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993.

FERNANDES, Natal Lânia Roque. **Currículos e programas da EPCT**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2014.

FRANÇA, Fagner Torres de. Vida, política e mídia: a construção da imagem pública de Wilma de Faria. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc.**, UFRN, Natal, v. 12, n.1, p. 131-147, jan./jun. 2011.

FREIRE, Roberto. Homenagem póstuma ao sr. Sergio Dieb, arquiteto e dirigente político do Rio Grande do Norte, assassinado na madrugada do último dia 4 [de novembro de 1995], na cidade de Natal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/177827>

GARAUDY, Roger. **Do Anátema ao Diálogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 56.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

GERMANO, José Willington. Saudade de Djalma Maranhão. In: GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a Campanha de Pé no Chão**. Natal: Caravela Sebo Cultural. 2021. p. 222-229.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1989. p.169-178.

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

GOODSON, Ivor F. **A Construção Social do Currículo**. Coletânea de textos de Goodson organizada por Antônio Nóvoa. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 35 maio/ago. 2007.

GOODSON, Ivor F. **Aprendizagem, currículo e política de vida: obras selecionadas de Ivor Goodson**. Petrópolis: Vozes, 2020.

HAMILTON, David. **Sobre as origens dos termos classe e currículo**. Teoria e educação. Porto Alegre, n. 6, p. 33-52, 1992.

ÍNTEGRA de Processo BNM- Termo de inquirição de Testemunha de Sebastião Ferreira da Silva In: BRASIL: Projeto Brasil: Nunca Mais. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_046/BNM_046_1-5.pdf

KONDER, Leandro. Apresentação. In: GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**, p. 12.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Trad. Bernardo Leitão... [et al]. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LEITE, Paulo Moreira. Suposta ligação da CIA em crime no PCB, em 1973. **Época**, Rio de Janeiro, n. 707, 5 dez. 2011. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/historia/suposta-ligacao-da-cia-em-crime-no-pcb-em-1973/>

LIGUORI Guido. Gramsci: cultura e revolução. **Revista Cult.**, edição 222, abr. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/cultura-e-revolucao/> Acesso em 29 dez. 2020.

LIMA, Jailma Maria de. Entre embates e combates: o anticomunismo no Rio Grande do Norte (1945-1948). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2., 2017, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: UFPB, 2017. p. 7.

LIRA, Ana Paula Araújo de. **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Trabalho apresentado no V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, 31 de maio a 02 de junho de 2007. p.1.

LOPES Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Teoria do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21.

LOPES, Bruna Rafaela de Lima. **Em defesa das causas sagradas da Igreja Católica: Padre Luiz Gonzaga do Monte e o projeto de Neocristandade**. São Leopoldo: Unisinos Tese (doutorado em História). 2021.

LOPES, C.; PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia**, Londrina v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

LOPES, Daniel Eiji. **História dos estudos do meio: um estudo sobre as práticas extramuros da escola em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História social) - Universidade de São Paulo, 2014. Orientadora Profa. Dra. Antonia Terra de Calazans Fernandes.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MARANHÃO, Alexandre de Albuquerque. Um mártir do povo brasileiro. In: Ramos, Afonso Laurentino; Souza, Francisco Francerle de (org.). **Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas do “Diário de Natal”**. Fundação Astrogildo Pereira: Brasília, 2022.

MATTOS, Marcelo. **As transformações do PCB e a democracia brasileira**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. **Dorian Gray Caldas: a trajetória biográfica de um artista precursor de uma identidade potiguar (1950-1989)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MEDEIROS, Ariane Lílian da Silva Rodrigues. **Amélia Duarte Machado, a Viúva Machado: a esposa, a viúva e a lenda na cidade (1900-1930)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

MELO, Manoel Rodrigues de. Folha Popular. *In*: MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte: 1907-1987**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 148.

MORRE aos 89 Anos Hélio Vasconcelos, ex-presidente da OAB. **Tribuna do Norte**, Natal, 17 dez. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, p. 41-58, jan. 2014.

NATAL. Secretaria de Meio-Ambiente e Urbanismo. **Conheça melhor seu bairro: Cidade Nova**. Natal, 2012.

O AGENTE “Carlos” ou “Alcindo” do PCB é Adauto Alves dos Santos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 82, n. 231, 7 dez. 1972. 1º Caderno, p. 1, 5.

OFICINAS de História: Grupo de pesquisa. Disponível em: <http://www.oficinasdehistoria.com.br/caixa-de-historia/>

OLIVEIRA, Eduardo de. Teto de escola desaba e fere 150 em Natal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2004. Cotidiano.

OLIVEIRA, Lorrán Santos de. **Debates e cisões no jornal Voz Operária: o PCB e o relatório Kruschew**. 2013. Monografia (Graduação em História) - Universidade de Brasília, 2013.

PACHECO, José A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PANDOLFI, Dulci. **Entre dois governos: 1945-1950**. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC> Acesso em: 20 ago. 2020.

PATARRA, Paulo. “Este é o camarada Prestes.” **Revista Realidade**. Prestes. São Paulo, n. 33, p. 49, dez. 1968. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213659&pagfis=5479>

PAULO NETO, José Paulo. Recordando Garaudy, um homem de fé. *In*: **Blog Boitempo**, 14 de novembro de 2016.

PECORARO, Tamires Mascarenhas. **O MDB durante o governo Geisel (1974-1978): a atuação parlamentar do partido de oposição à ditadura após as eleições de 1974**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

PIMENTA, Eli. **A igreja na sociedade moderna segundo Gramsci**. Perspectivas, São Paulo. n. 7, 1984.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio, interdisciplinaridade, ação pedagógica. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, Rio Branco, 2006.

POSSE hoje dos novos deputados. **Diário de Natal**, 2 fev. 1959.

PREFEITURA diz que vai reconstruir escola abandonada em Cidade Nova, na Zona Oeste de Natal. **AgoraRN**, Natal, 16 out. 2017.

PROJETO Político Pedagógico da Escola Municipal Luiz Ignácio Maranhão Filho. Natal. 2018. (texto digitado)

RAMOS, Afonso Laurentino; SOUZA, Francisco Francerle de. (org.). **Recortes de Luiz Maranhão**: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas de “Diário de Natal”. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022.

REIS, Daniel Arão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan. 2010.

RESOLUÇÃO Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: [_https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm). Acesso em: 20 jun. 2022.

RIBEIRO JÚNIOR, Amaury; VIOLA, Eugênio; FARIA, Tales. **Traição e extermínio. Isto É**, São Paulo: Ed. Três. 31 mar. 2004. Disponível em: https://istoe.com.br/27963_TRAICAO+E+EXTERMINIO/

SACRISTÁN. José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Saiba o que significa o termo patrono e qual a sua importância. SÃO PAULO. Governo do Estado. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/saiba-o-que-significa-termo-patrono-e-sua-importancia/>

SCHLESENER, Anita Helena. **A recepção de Gramsci no Brasil**: a interpretação no contexto do PCB nos anos 60. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Paraná. 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia histórica. **MÉTIS**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 11-22, jan./jun. 2003. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1038>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras. Edição do Kindle.

SILVA, Francinaide de Lima. A Escola Normal de Natal: presença das primeiras professoras (1908-1920). **Gênero e Práticas Culturais**: subjetividades e contradiscursos. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013. v. 1. p. 5-6.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universidade Rural**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan./jul. 2007.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.22.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar (1930-35)**. Natal: EDUFRN, 1996.

STARLING, Heloisa. **Órgãos de informação e repressão da ditadura**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/> Acesso em: 22 jul. 2022.

STOPPINO, Mário. Autoridade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. v. 1, p, 93-94.

STUDART, Heloneida. **Heloneida Studart (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003. p. 13.

STUDART, Heloneida. **Luiz, o santo ateu**. Natal: EDUFRN, 2006.

STYCER, Mauricio. Wilma Maia agora é Faria. **Folha de São Paulo**, 2 out. 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/02/caderno_especial/27.html Acesso em: 15 jul. 2022.

TAVANO, Patricia Teixeira; ALMEIDA, Maria Isabel de. Currículo: um artefato sócio-histórico-cultural. **Revista Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v.11, n.1, p. 29-44, jan./abr. 2018. p. 32.

VASCONCELOS, Hélio apud FERNANDES, Izolda da Costa. **Escola Estadual União do Povo de Cidade Nova**: resgate de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado em

Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993

APÊNDICE – Kit Didático:

A trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho: um educador comunista

Um dos objetivos mais incisivos do ProfHistória é que o professor/mestrando, ao final do curso, seja capaz de concretizar os aprendizados obtidos nas disciplinas e nas atividades desenvolvidas ao longo dos dois anos de formação. Nesse sentido, o mestrando do ProfHistória deve construir um produto didático que evidencie essa experiência formativa, permitindo também que outros professores se inspirem nesse produto para a execução de suas atividades docentes. Em sintonia com esse propósito, apresento nesta parte do trabalho o meu produto: um *Kit Didático*. Esse material didático foi organizado com o intuito de atender alunos do 9º ano do ensino fundamental. A meta é que o *kit didático* reúna aspectos históricos da trajetória do professor Luiz Ignácio Maranhão Filho, patrono da escola municipal em que atuo como professora de História. Luiz Maranhão Filho foi um personagem, entre tantos outros que, por defender uma sociedade pautada na justiça social, foi preso e perseguido pela ditadura militar brasileira que se apossou do poder a partir de 1964. Ao estudar Luiz Maranhão Filho, os alunos poderão estabelecer relações da trajetória pessoal desse educador com a trajetória de outros personagens que vivenciaram momentos de sofrimento, por se posicionarem contrariamente ao poder instituído. Nessa proposta de estudo, os alunos poderão descobrir, a partir da história do patrono da escola, relações entre as ideias políticas e sociais que povoavam o imaginário da sociedade brasileira dos anos 1940 aos anos 1960 e as ideias que povoam o imaginário brasileiro na contemporaneidade. Além disso, a partir dos estudos sobre Luiz Maranhão Filho os alunos poderão compreender os conceitos de capitalismo e comunismo, percebendo como esses conceitos têm sido apropriados pelo senso comum.

KIT DIDÁTICO

A trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho:
um educador comunista



MARIA HELENA OLIVEIRA DE LIMA CARNEIRO

Natal, 2022.

A trajetória de Luiz Ignácio Maranhão Filho: um educador comunista

Material didático apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Área de concentração: Ensino de História. Orientador: Prof^o. Dr^o. Raimundo Nonato Araújo da Rocha

LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO

DOCUMENTOS

1 **Fotografia da Família Maranhão** (Circa 1926)

Fonte: Fotografia da família de Luiz Ignácio Albuquerque Maranhão. Circa 1926. Djalma - Arquivo de Roberto Monte - (DHNET).

Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatedentes/ignacio/galeria.htm> Acesso em: 20 out. 2022.

2 **Depoimento prestado** (na década de 2000) – **pelo jornalista Rivaldo Pinheiro a escritora Heloneida Studart sobre a convivência (dos anos 1940 a 1960) do depoente com Luiz Maranhão Filho.** (A redação do texto é da jornalista Heloneida Studart, que a construiu a partir do depoimento de Rivaldo Pinheiro)

Fonte: STUDART, Heloneida. Luiz – o professor. In: STUDART, Heloneida. **Luiz, um santo ateu.** Natal: EDUFRN, 2006. p.167-171.

3 **Palestra amanhã na Faculdade de Filosofia do Prof. Luiz Maranhão** (1958)

Fonte: O Poti Ano IV- Natal – Quinta-feira, 8 de maio de 1958.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=031151_01&pasta=ano%20195&pesq=reuni%C3%A3o%20de%20professores%20da%20Faculdade%20de%20Filosofia&pagfis=9606 Acesso em: 10 abr. 2022.

4 **Torturado por denunciar torturas** (1953)

Carta escrita por Vulpiano Cavalcante, Luis Maranhão Filho e mais dezesseis detentos do Recife ao general Arthur Carnaúba [presidente da Associação de Defesa dos Direitos do Homem].

Fonte: CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR (org.). **Campo de concentração no RN: torturas na Base Aérea de Natal 1952-1953.** Natal: Potiguariana, 2021. p. 22-23 (Carta de 1953).

5 **A morte de Vladimir Herzog e as mobilizações contra a ditadura** (2000, fatos relativos a 1975)

Matos, Carlo Eduardo. **A morte de Vladimir Herzog e as mobilizações contra a ditadura** (reportagem da Nova Escola. (2000, refere-se a fatos de 1975.)

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2409/a-morte-de-vladimir-herzog-e-as-mobilizacoes-contra-a-ditadura> Acesso em: 15 ago. 2022

6 **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (Dez.1948)

Fonte: UNICEF

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos#> Acesso em: 13 jan. 2021.

7 **Fragmento do Inquérito Policial Militar contra Luiz Maranhão Filho** (Parte 1) (1964)

Fonte: **projeto Brasil: Nunca Mais – BNM (projeto desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns).**

https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_046/?BNM=046 p. 359-360

8 Fragmento do Inquérito Policial Militar contra Luiz Maranhão Filho (Parte 2)
(1964)

Fonte: **projeto Brasil: Nunca Mais – BNM (projeto desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns).**

https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_046/?BNM=046 p. 362-364

9 Fragmento do Inquérito Policial Militar contra Luiz Maranhão Filho (Parte 3)
(1964)

Fonte: **projeto Brasil: Nunca Mais – BNM (projeto desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns).**

Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_046/?BNM=046 p. 365-366.

10 Verbete Luiz Maranhão Filho no site Memória da Ditadura

Verbetes Luiz Maranhão Filho no site Memória da Ditadura / Comissão Nacional da Verdade

Fonte: Portal Memórias da Ditadura. Instituto Wladimir Herzog.

https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/luis-inacio-maranhao-filho_ Acesso em 20 set. 2022.

Leitura dos documentos

Luiz Ignácio Maranhão Filho, patrono da nossa escola, nasceu em Natal no dia 21 de agosto de 1921.

Esse personagem foi líder estudantil entre o final da década de 1930 e no início da década de 1940, período em que liderou várias manifestações contra o fascismo.

Ele atuou como professor de Geografia do Colégio Atheneu entre 1941 e o primeiro semestre de 1947, quando foi demitido pelo general do Exército Antônio Fernandes Dantas, que na época era o interventor do Rio Grande do Norte. Apesar de no Brasil o processo de redemocratização ter sido iniciado em 1946, no Rio Grande do Norte a eleição para governador só ocorreu em 10 de janeiro de 1947, quando foi eleito José Varela, primeiro governador do estado após o Estado Novo (1937-1945), que só assumiu o cargo em 1º de agosto. Portanto, durante todo o primeiro semestre de 1947, o interventor comandou o Rio Grande do Norte.

A demissão de Luiz Maranhão Filho do Atheneu estava diretamente associada, por um lado, à sua filiação/militância ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ocorrida em 1945 e que perdurou por toda a sua vida e, por outro, a ascensão do General Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República. Ao chegar ao poder, Dutra, que era anticomunista, demitiu os funcionários públicos ligados ao Partido Comunista, em razão desse partido fazer oposição ao seu projeto conservador. Nessa mesma linha de ação, Dutra solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do PCB como partido político, o que foi atendido em 7 de maio de 1947. Portanto, o interventor demitiu Luiz Maranhão Filho seguindo os parâmetros da decisão de Dutra.

Em 17 de março de 1950, José Varela, governador do estado, atendendo a comunicação do juizado de direito, reintegrou Luiz Maranhão Filho à função de professor de Geografia no Atheneu, cargo no qual permaneceu até 1964, quando passou a viver na clandestinidade em razão da perseguição política feita pela ditadura.

Desde cedo, ingressou no jornalismo, atuando, a partir de 1942, no jornal *A República* e, posteriormente, na *Folha Popular*, órgão do PCB.

Ingressou na Faculdade de Direito de Alagoas em 1944 e, posteriormente, transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu o curso no ano de 1949.

Em 1958, concorreu ao cargo de deputado estadual, para o qual foi eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e tomou posse em 1959, tendo concluído o seu mandato em 1963.

Foi preso e torturado três vezes: em 1948, 1952 e 1964. Nesse último ano, foi preso, e ao sair da prisão passou a viver na clandestinidade, condição na qual viveu até 1974, quando foi preso pela ditadura militar. Depois dessa prisão, nunca mais foi encontrado. Posteriormente, durante a abertura política brasileira, foi considerado uma das vítimas assassinadas pela ditadura militar que chegou ao poder no Brasil em 1964.

Neste kit constam documentos que demonstram formas repressivas existentes no Brasil que atingem determinados sujeitos, em especial professores. O que se mostrará no conjunto de fontes é como um determinado sujeito se torna professor, vincula-se a um partido e passa a ser reprimido pelas suas ideias.

PROPOSTAS DIDÁTICA COM USO DE DOCUMENTOS (orientações para os professores trabalharem com os estudantes)

Documento 1

- 1 Que semelhanças e diferenças podem ser observadas entre a fotografia apresentada no documento 1 e as fotografias produzidas na contemporaneidade?
- 2 Que características dessa fotografia podem associá-la aos anos 1920?
- 3 Descreva as pessoas que estão na fotografia e o grau de parentesco delas com Luiz Ignácio Maranhão Filho, que é um dos indivíduos presentes na imagem. Em seguida investigue em outras fontes (sites, jornais) os possíveis cargos públicos ocupados por algum desses personagens no Rio Grande do Norte.
- 4 A partir da fotografia, identifique características econômicas e sociais da família representada na imagem, considerado que ela foi produzida na década de 1920.
- 5 Considerando que o pai de Luiz Ignácio Maranhão Filho – Luiz Ignácio de Albuquerque Maranhão – era proveniente da região açucareira do Rio Grande do Norte, pesquise em outras fontes (sites, jornais, livros) que associações familiares podem ser feitas entre Luiz Ignácio de Albuquerque Maranhão e Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856-1907), primeiro presidente do estado do Rio Grande do Norte.

Documento 2

- 6 Qual o gênero do documento?
- 7 Quais os períodos ditatoriais e períodos democráticos vivenciados por Luiz Maranhão Filho entre 1944 (ano em que ingressou na Faculdade de Direito) e 1974 (ano em que desapareceu)? Quais as práticas adotadas por ele nesses dois períodos?
- 8 Pesquise em outras fontes a diferença entre o fascismo e o comunismo e, em seguida, analise a ligação de Luiz Maranhão Filho com essas duas formas de poder.
- 9 Explique a afirmação: Luiz era um “Francisco de Assis Ateu”.
- 10 Como a atuação política de Luiz Maranhão interferiu na sua condição de professor?
- 11 Identifique diferentes personagens da cidade de Natal que aparecem no texto como tendo relações de amizade com Luiz Maranhão Filho. Em seguida, analise as razões para o estranhamento de Rivaldo Fernandes com o fato de Luiz Maranhão Filho manter contatos amistosos com essas pessoas.

Documento 3

- 12 Qual o gênero do documento?
- 13 A que se refere esse documento? Quando ele foi produzido?
- 14 A partir do documento, o que se pode afirmar sobre as características das aulas de Geografia ministradas por Luiz Maranhão Filho?
- 15 Quais as cidades que Luiz Maranhão Filho levava os seus alunos? O que seria estudado nessas cidades?
- 16 Procurar em outras fontes (livros, atlas, site) as cidades visitadas por Luiz Maranhão com seus alunos em um mapa do Rio Grande do Norte.

Documento 4

- 17 Qual o gênero do documento, quando ele foi produzido e o que ele descreve?
- 18 Qual o motivo da prisão de Luiz Maranhão Filho?
- 19 Qual o tratamento recebido por Luiz Maranhão Filho na prisão?
- 20 Qual a contradição existente entre a prisão do líder Luiz Maranhão Filho – descrita no documento, que foi produzido em 1953 – e democracia então vigente? Quem era o presidente da República no período?
- 21 Segundo o documento, como o papel desempenhado pelos militares da Base Área de Natal feria a garantia dos direitos individuais da pessoa humana?

Documento 5

- 22 Quem foi Vladimir Herzog?
- 23 Por que a profissão e as opções partidárias de Herzog o tornaram um alvo das ações do Exército brasileiro em 1975?
- 24 Do ponto de vista político, quem governava o Brasil em 1975? Como esse poder se relacionava a oposição?
- 25 Qual a versão dos militares para a morte de Herzog? Por que essa versão foi contestada?
- 26 Por que o tratamento dado a Herzog na prisão está relacionado com a causa da sua morte?
- 27 Aponte uma estratégia surgida na sociedade brasileira, para denunciar as atrocidades do Regime Militar e uma estratégia para minimizar os prejuízos sofridos pelos que lutaram contra esse poder.

Documento 6

- 28 Do que trata o documento?
- 29 Quando e em que circunstâncias foi proclamado o documento?
- 30 Como o Brasil se posicionou diante deste documento no instante em que foi proclamado pela ONU, em 1948?
- 31 Comparando os documentos 4 e 5 com o documento 6, identifique os artigos do documento 6 que foram feridos por situações descritas nos documentos 4 e 5.
- 32 Como o documento 6 explicita a necessidade de liberdade de expressão e os limites dessa liberdade?
- 33 Como o documento 6 pode contribuir para a sobrevivência da democracia no Planeta?

Documento 7

- 34 Qual o tipo de fonte dos documentos 7, 8 e 9?
- 35 Após 1964, em que circunstâncias e com quais objetivos foram usados os IPM (Inquérito Policial Militar)?
- 36 Como era conduzido um IPM?
- 37 Por que, depois de 1964, os militares conduziam inquéritos policiais militares para investigar civis?
- 38 Pelo depoimento de Luiz Maranhão, quais os crimes imputados pelos militares a ele?

Documento 8

- 39 Qual a atuação de Luiz Maranhão Filho em relação as reformas de Base?
- 40 Pesquise a atuação de Luiz Maranhão Filho como deputado estadual, investigando o período em que ele esteve na Assembleia Legislativa.
- 41 Quais as diferenças entre militante do PCB e dos militantes de outros partidos?
- 42 Quais as principais ideias e projetos defendidos por Luiz Maranhão no período em que ele foi deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte?
- 43 A partir do documento, faça uma inferência sobre as possíveis acusações que teriam gerado um IPM contra Luiz Maranhão Filho.

Documento 9

- 44 Quais os indícios, presentes no IPM, de que Luiz Maranhão era um revolucionário?

45 Como Luiz Maranhão se posicionava com a acusação feita de que ele era um revolucionário?

46 A partir do documento, quais os possíveis crimes cometidos por Maranhão em associação com o que acontecia no cenário nacional antes do Golpe Militar de 1964?

47 Qual a percepção de Luiz Maranhão Filho sobre os preparativos do Golpe de 1964?

Documento 10

48 De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) o que aconteceu com Luiz Maranhão Filho após a sua prisão em São Paulo no dia 3 de abril de 1974?

49 Quais as evidências de que Luiz Maranhão foi assassinado?

50 Quais os pseudônimos usados pelos militares na perseguição a Luiz Maranhão Filho?
Por que a necessidade de usar pseudônimos?

51 Qual a conclusão da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre o caso Luiz Maranhão Filho?

Documento 1 Fotografia de família: Luiz Ignácio Maranhão (ainda criança) como seus pais e irmãos.



Fotografia 1: Luiz Ignácio de Albuquerque Maranhão, Maria Salomé de Carvalho Maranhão e seus filhos. À esquerda, de pé, Luiz Maranhão Filho, ao seu lado, sentado, seu pai Luiz Inácio Maranhão, no centro em pé, Netércia Maranhão, na frente dela, Clóvis Maranhão, em seguida, a direita sentada, Salomé Maranhão, ao seu lado, sentado, Djalma Maranhão.

Fonte: Fotografia da família de Luiz Ignácio Albuquerque Maranhão. Circa 1926. Djalma - Arquivo de Roberto Monte - (DHNET).

Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combaterentes/ignacio/galeria.htm> Acesso em: 20 out. 2022.

Documento 2: Luiz – O professor

Luiz – O professor

O jornalista e advogado Rivaldo Pinheiro Borges [nasceu em 18 de setembro de 1921 e faleceu 29 de agosto de 2000] que conviveu com Luiz Maranhão desde os tempos do Atheneu e depois, [...] na redação do jornal *A República*, sempre achou que a vocação principal de Luiz era a de ser professor. Ainda muito jovem Luiz costumava estranhar ver o aluno responsabilizado pelo fracasso nos estudos. [...] Repetia uma frase que apreciava: “Ensinar é deixar os outros exercerem suas diferenças”.

[...] Rivaldo se lembra da ocasião em que Luiz decidiu prestar concurso para professor da Faculdade de Direito de Natal. Seu amigo, Rivaldo, ansioso por lhe evitar um desapontamento, fez tudo para dissuadi-lo.

– Tá bem, Luiz. Eu sei que você é amigo até do coronel Theodorico Bezerra, líder do PSD. Sei que você, de vez em quando vai tomar vinho branco com o coronel no Grande Hotel e fala com ele de Rosa de Luxemburgo e Althusser. Mas, quando se aproximar a hora desse concurso, todos eles, os reacionários, vão botar uma pedra no seu caminho.

Luiz ria, sacudia os ombros e respondia:

– Você está é com medo que dê vexame, Rivaldo! Sabe que, tanto eu como você, só fomos aprovados pela faculdade de Direito de Maceió por milagre. [...] A gente prestava prova em Maceió e corria pra trabalhar nas redações em Natal! E aí você tem medo que eu faça vergonha a mim mesmo, aos meus amigos e ao Partido Comunista. É, ou não é?

Rivaldo Pinheiro Borges não se dava por vencido:

– Você não discrimina ninguém. Você é um Francisco de Assis ateu. Pensa que nosso pessoal não vê suas caminhadas em companhia do Manoel Rodrigues de Melo, que é integralista? Ele vive dizendo por aí que a Revolução Russa foi só um dique colocado no caminho do capitalismo e que o dique desaba logo. E você anda com ele pela Rua Sachet, todo alegrinho, como se estivesse com um companheiro nosso. Na hora do concurso, esse Manoel da Direita vai pressionar pra você não ser aprovado. Quem for vivo, viverá. [...]

Rivaldo se impacientava:

– A desgraça é esse teu universalismo. A desgraça é essa tua bondade. Já te vi muitas vezes tomando chope com Waldemar de Almeida, aquele maestro que tem os gavetões da cômoda cheios de camisas verdes e de sigmas. O que você tem em comum com esse reacionário?

– “Bethoven e Mozart”, respondia Luiz.

Rivaldo suspirava:

– E com o cômico Luiz Vanderlei, que é professor de latim e líder da Ação Católica? Por acaso você não sabe que a Ação Católica fornecia os melhores elementos da Ação Integralista Brasileira? Por acaso você duvida que o cômico vai lutar para você não passar nesse concurso, Luiz?

– Luta nada, Rivaldo. O cômico vive de mau humor por causa daquela batina preta, de 27 botões. Mas, um dia, os padres vão usar camisa esporte e sapato sem meia e chamar os operários de companheiros.

Rivaldo zangou-se:

– Quer fazer o concurso, faça. Quer ir atrás da humilhação, vá. Mas fique sabendo que ser catedrático pelo regime CLT não é coisa nenhuma. Cadê a liberdade da cátedra? O professor pode ser exonerado por suas palavras e até por suas convicções. De repente, recebe a carta de demissão, assinada por um burocratazinho qualquer.

Era a última cartada para dissuadir Luiz de prestar concurso. Inútil. Só havia uma vaga para a cadeira de Direito Constitucional. E se espalhou em Natal a notícia de que Luiz Maranhão, militante político, jornalista conhecido, professor de Geografia e comunista notório, vinha se preparando a meses para disputar essa vaga. A aula prática era aberta ao público. A sala se encheu de gente curiosa, a favor e contra o concorrente. Até o professor de francês de Luiz, o positivista Lourenço Branco, compareceu para ver se seu aluno citava com propriedade os grandes juristas franceses. Rivaldo, conta emocionado, que o desempenho de Luiz foi brilhante, mas a aprovação saiu para outro candidato.

Desalento, passou uns dias sem ver o amigo. Temia encontrá-lo arrasado, abatido. Mas encontrou-o plácido, discutindo o positivismo com o próprio Lourenço Branco, testemunha ocular da injustiça e da desonestidade. Rivaldo foi consolado pelo derrotado: - “Que cara é essa, Mano velho? Eu só estava querendo me pôr à prova”.

Rivaldo respondeu, furioso: - Eu devia matar aqueles examinadores corruptos. [...]

Rivaldo suspirou. Nem um tapa. Começava a duvidar de uma frase que Luiz costumava dizer: “Só aceito uma violência. A violência revolucionária”.

Documento 3: Palestra amanhã na Faculdade de Filosofia do Prof. Luiz Maranhão

<p>O POTI ANO IV - NATAL - Quinta-feira, 8 de Maio de 1958</p> <p>Palestra amanhã na Faculdade de Filosofia do Prof. Luiz Maranhão</p> <p>Preparação para viagem dos alunos daquela Escola ao interior do Estado</p> <p>Dissertando sobre "O Seridó, sua fisiografia e sua sociologia" (ciclo do couro, ciclo do algodão e ciclo da mineração), o professor Luiz Maranhão Filho, da Faculdade de Filosofia fará a preparação dos alunos do Curso de Geografia daquela escola, que farão uma excursão cultural a vários municípios do Estado, visitando fontes de ilustração ao referido curso.</p> <p>Dentre os municípios a serem visitados podemos adiantar que Currais Novos e Acari estão na lista dos acadêmicos, pois ali pretendem fazer estudos nas minas de Brejuí e War-Chang e as obras do açude "Gargalheiras".</p> <p>A excursão partirá da Faculdade de Filosofia, no próximo sábado, às 14 horas e a conferência do professor Luiz Maranhão se verificará amanhã, sexta-feira, às 20 horas, no salão nobre da mesma faculdade.</p> <p>O coronel Auriz Coelho e Silva, comandante do Grupamento de Serviços de engenharia, Capitão de Mar e Guerra Josué da Gama Filgueiras Lima, comandante do CIAT e o dr. Silvio Salustino colaboraram decisivamente para a realização do passeio cultural dos alunos da escola superior.</p>	<p>O Poti</p> <p>Ano IV- Natal – Quinta-feira, 8 de maio de 1958</p> <p>Palestra amanhã na Faculdade de Filosofia do Prof. Luiz Maranhão</p> <p>Preparação para viagem dos alunos daquela escola ao interior do Estado.</p> <p>Dissertando sobre "O Seridó, sua fisiografia e sua sociologia" (ciclo do couro, ciclo do algodão e da mineração), o professor Luiz Maranhão Filho, da Faculdade de Filosofia fará a preparação dos alunos do Curso de Geografia daquela escola, que farão uma excursão cultural a vários municípios do Estado, visitando fontes de ilustração ao referido curso.</p> <p>Dentre os municípios a serem visitados podemos adiantar que Currais Novos e Acari estão na lista dos acadêmicos, pois ali pretendem fazer estudos nas minas de Brejuí e War-Chang e as obras do açude "Gargalheiras".</p> <p>A excursão partirá da Faculdade de Filosofia, no próximo sábado, às 14 horas e a conferência do professor Luiz Maranhão se verificará amanhã, sexta-feira, às 20 horas, no salão nobre da mesma faculdade.</p> <p>O coronel Auriz Coelho e Silva, comandante do Grupamento de Serviços de engenharia, Capitão de Mar e Guerra Josué da Gama Filgueiras Lima, comandante do CIAT e o dr. Silvio Salustino colaboraram decisivamente para a realização do passeio cultural dos alunos da escola superior.</p>
---	---

Fonte: **O Poti**, p.6. 8 mai. 1958.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=031151_01&pasta=ano%20195&pesq=reuni%C3%A3o%20de%20professores%20da%20Faculdade%20de%20Filosofia&pagfis=9606 Acesso em:

Documento 4: Torturado por denunciar torturas**TORTURADO POR DENUNCIAR TORTURAS**

DR. LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO, 32 anos, solteiro, advogado, jornalista, membro da Associação Norte-Riograndense de Imprensa e do seu Conselho Deliberativo, professor do Colégio Estadual Atheneu do Rio Grande do Norte.

Sequestrado no dia 4 de dezembro de 1952, no Recife, em plena rua Imperial pelo tenente Ney Noronha e patrulha. Recolhido a um campo de concentração, com cerca de arame farpado, no Quartel General da 2ª Zona Aérea, Piedade, onde demorou uma hora, foi transportado de avião para Natal, sob ameaça de ser algemado. Em Natal foi recolhido ao campo de Concentração da Base Aérea. Tendo exigido o seu direito, como advogado, de ser recolhido à sala de Estado Maior, foi jogado numa das celas-túmulo.

No mesmo dia foi levado à presença do coronel Koeller comandante da Base, que ordenara sua prisão. Exigia o coronel Koeller “explicações” sobre várias reportagens publicadas na “Folha do Povo”, do Recife, sobre torturas a presos políticos em Parnamirim. No dia seguinte foi levado à meia noite, para o que chamavam uma “sessão espírita”, sendo então espancado e torturado por um grupo de oito oficiais e um sargento. Nessa noite, foi espancado até o clarear do dia, sendo colocado despido com fortes refletores sobre o rosto. Espancaram-no brutalmente a cassetetes de borracha em todo o corpo, inclusive na cabeça e garganta. Foi esmurrado no rosto até sangrar pelo nariz e pela boca. Essas torturas prosseguiram durante quinze dias. Por ordem do major Hipólito foi metido em camisas de força e amarrado. Depois de assim imobilizado, teve o saco escrotal amarrado a um cordão, que era puxado pelo tenente Câmara e Correia Pinto, durante várias horas, torturas a golpes de “jiu-jitsu”, em consequências das quais seus braços ficaram deformados pelas inchações. Numa das noites de suplício, enquanto um oficial o segurava, o major Souza Mendes o espancava na cabeça, o sgt. Correia o espancava nas plantas e dedos dos pés, o ten. Câmara queimava seu corpo com um cigarro aceso. Em consequência o seu corpo ficou cheio de queimaduras e bolhas, a ponto de os soldados da guarda se mostrarem atemorizados, imaginando tratar-se de varíola. Durante os espancamentos foi obrigado a ingerir doses de óleo de rícino. Sentado diante de uma mesa, teve seus braços imobilizados por um oficial que se postou sobre seus braços. Isso serviu para que o ten. Câmara, rindo sadicamente introduzisse agulhas nas suas unhas, das quais várias apodreceram. Na sela era constantemente espancado a pontapés nas costelas e pernas. Também batiam violentamente com a sua cabeça nas paredes de cimento armado, ficando em estado de delírio.

Foi ameaçado de atos de pederastia e o ten. Câmara tentou introduzir um cacete no seu ânus. Numa das chamadas “sessões espíritas” (sobre as quais esclareciam ser aquele o “método de Boré”), abriram a sua boca e jogaram um besouro vivo na garganta. Várias vezes foi ameaçado de morte. O major Souza Mendes ameaçava cortar seus pulsos à gilete. Retirado da cela foi colocado no xadrez, frente ao qual funcionava um alto-falante dia e noite, idêntico ao das celas.

Fonte: CAVALCANTI, Vulpiano; MARANHÃO FILHO, Luiz et. Al. Carta ao general Arthur Carnaúba presidente da Associação de Defesa dos Direitos do Homem]. In: CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR (org.). **Campo de concentração no RN: torturas na Base Aérea de Natal 1952-1953**. Natal: Potiguariana, 2021. p. 22-23.

Documento 5: A morte de Vladimir Herzog e as mobilizações contra a ditadura**A morte de Vladimir Herzog e as mobilizações contra a ditadura**

Carlos Eduardo Matos

O jornalista Vladimir Herzog tinha muitos motivos para ficar preocupado ao receber uma ordem para apresentar-se ao II Exército. Corria o ano de 1975 e o Brasil vivia sob uma ditadura militar que travava uma guerra brutal contra as organizações de esquerda. Em São Paulo, quem se opunha ao regime era levado ao Departamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, o temido Doi-Codi. Oficialmente, os militares queriam esclarecimentos sobre a suposta ligação de Herzog, 38 anos e diretor de jornalismo da TV Cultura, com o Partido Comunista. Por isso, ele decidiu atender à convocação. Saiu de casa no dia 25 de outubro e nunca mais voltou. Torturado, foi vítima de espancamentos, choques elétricos e afogamento e morreu asfixiado nas dependências do órgão de repressão.

A notícia do crime iniciou uma onda de protestos que levou a uma série de pequenas e grandes mudanças na ditadura e é considerado o estopim do processo de distensão do regime, o que mostra que, apesar do autoritarismo, a sociedade acha brechas para se mobilizar. Preocupados com a repercussão da morte de Herzog, os torturadores do Doi-Codi forjaram uma cena grotesca de suicídio: apresentaram uma foto do jornalista enforcado com o próprio cinto, no interior da cela. Vários fatores desmentiam a versão oficial, a despeito do laudo assinado pelo legista Harry Shibata, do Instituto Médico Legal. O principal deles era o próprio instrumento utilizado. Não era permitido ao preso permanecer de cinto, justamente para evitar que ele fosse usado como arma.

A mobilização social contra o regime militar

A morte de Herzog não foi o primeiro "suicídio" sob tortura, mas dessa vez a sociedade civil rejeitou a versão oficial. A comunidade judaica, à qual ele pertencia, em vez de sepultá-lo na área periférica reservada aos suicidas no cemitério, enterrou-o num túmulo normal, seguindo todos os rituais. No dia 31 de outubro daquele ano, diante de 8000 pessoas, o rabino Henry Sobel, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright celebraram na Catedral da Sé um culto ecumênico em memória do jornalista.

A mobilização acirrou as divergências internas no regime militar. O então presidente, general Ernesto Geisel, avisou o general Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército: não toleraria outras mortes naquelas circunstâncias. Apesar disso, em 17 de janeiro do ano seguinte, o operário Manuel Fiel Filho morreria sob tortura no mesmo Doi-Codi. Mais uma vez, as autoridades forjaram um suicídio. Dois dias depois, Geisel substituiu Ednardo.

Daí para a frente, a mobilização social não parou de crescer. A luta pela abertura era articulada por diversos setores e entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), além da própria imprensa. Em 1978, enquanto se multiplicavam os Comitês Brasileiros pela Anistia, um juiz de São Paulo condenou a União pela tortura e morte de Herzog. O governo federal recorreu, mas a tese do suicídio havia caído por terra.

Só em abril de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, as famílias de Herzog e de todos os outros mortos sob custódia do Estado presos políticos assassinados nas cadeias do regime militar tiveram reconhecido seu direito a indenização. Ao todo, o decreto beneficiou as famílias de mais sessenta mortos ou desaparecidos por motivos políticos entre setembro de 1961 e agosto de 1979. Convém lembrar, no entanto, que o movimento Tortura Nunca Mais contabilizou 240 mortos e 144 desaparecidos durante o regime militar, e o Brasil Nunca Mais chegou a 1843 casos de tortura e 136 desaparecimentos.

Fonte: Matos, Carlo Eduardo. **A morte de Vladimir Herzog e as mobilizações contra a ditadura**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2409/a-morte-de-vladimir-herzog-e-as-mobilizacoes-contra-a-ditadura>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Documento 6: Declaração Universal dos Direitos Humanos**Declaração Universal dos Direitos Humanos**

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Preâmbulo

[...] a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações [...]

Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

[...]

Artigo 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

[...]

Artigo 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional.

[...]

Artigo 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

[...]

Artigo 29

[...]

2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30

Nenhuma disposição da presente Declaração poder ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Fonte: UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.**

Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos#_. Acesso em: 13 jan. 2021.

Documento 7: Fragmento do Inquérito Policial Militar contra Luiz Maranhão Filho (Parte 1)**TÉRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO**

[p.359] Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Natal, no Quartel do Segundo Grupo do Sétimo Regimento de Obuses Cento e Cinco Milímetros, presente ÊNIO DE ALBUQUERQUE LACERDA, Capitão encarregado dêste inquérito, comigo, ROOSEVELT TOMÉ SILVA, Primeiro Tenente, servindo de Escrivão, compareceu LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO, a fim de ser interrogado sobre os fatos constantes da Portaria de Fls. seis que lhe foi lida. Em seguida passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO, 43 anos de idade, filho de Luiz Inácio de Albuquerque Maranhão e Maria Salomé de Carvalho Maranhão, casado, natural de Natal - Rio Grande do Norte, advogado e residente à avenida Rio Branco, 533, 2º andar. Perguntado o que sabe dizer ou esclarecer sobre os fatos constantes da Portaria que lhe foi lida, respondeu que nada tem a dizer ou esclarecer. Perguntado se é o líder ou o chefe dos comunistas em Natal, respondeu que não, apenas aceita o Marxismo e é comunista. Perguntado quais os elementos comunistas com quem costuma se ligar, respondeu que nenhuma informação tem a dar, pois isso, é uma questão de consciência de cada um. Perguntado se costumava ter ligações, encontros ou reuniões com o Doutor Vulpiano, José Alves Cavalcanti, Pretextato José da Cruz, José Campelo Filho, Luiz Gonzaga dos Santos, Evlim Medeiros, Hélio Vasconcelos e João Ferreira de Macêdo Sobrinho, respondeu que visitava, como amigos, Doutor Vulpiano, José Alves Cavalcanti e Luiz Gonzaga dos santos; quanto aos demais encontravam-se ocasionalmente, raramente para ser mais preciso com Evlim Medeiros e várias vezes com João Ferreira de Macêdo sobrinho, devido à circunstância de haver advogado causas do interesse do Sindicato de que êle era Presidente. Perguntado se costumava se reunir com determinados elementos para debater assuntos do interêsse do Partido Comunista, respondeu que isso não é possível, porque não existindo esse Partido não poderia haver reuniões dessa natureza. Perguntado como comunista que é e confessa, quais eram as suas atividades, respondeu que essas atividades eram consequentes de sua posição ideológica, não eram atividades permanentes, e consistiam no esforço para a legalização do Partido Comunista. Perguntado se costumava se reunir com o Doutor Vulpiano, José Alves Cavalcanti e outros, numa residência do primeiro situada na Praia do Meio, respondeu que se encontraram algumas vezes, conforme já declarara, porém sem êsse caráter de reunião, ocasiões em que tratavam de assuntos relativos à política nacional e estadual fazendo (p. 360) questão de salientar o caráter social desses encontros. Perguntado se nessas ocasiões também eram tratados assuntos referentes ao comunismo, respondeu que de um ponto de vista geral, sim, já que tratavam da política nacional, o que não deixa de ser do interesse dos comunistas. Perguntado se procurava conseguir adeptos para o Partido Comunista, ou para o comunismo, respondeu que não, por uma questão de feitio pessoal, pois nas suas conversas nem gosta de fazer proselitismo nem de ouvir. Perguntado com que finalidade mandou, certa vez, chamar o ex-sargento da Polícia-Militar, Miguel Estelito de Souza, para ter um encontro com êle [...], respondeu que acha provável haver tido uma conversa com êle [...]. Perguntado se declarara a Miguel Estelito de Souza ser o Chefe do Partido Comunista em Natal e se também o convidara para esse Partido, respondeu que não. Perguntado se conversou com o referido ex-sargento a respeito da necessidade da mudança de estruturas do país, respondeu que considera provável que sim, mas não especificamente com essa finalidade. Perguntado quais as maneiras possíveis de serem mudadas essas estruturas, no seu entender, respondeu que a sua resposta demanda uma longa exposição, mas que poderá ser sintetizada na necessidade das reformas de base, citando a agrária e a bancária como fundamentais. Perguntado se advogava a alternativa dessas reformas virem a ser realizadas em consequência de uma luta armada, respondeu que advogava a realização das reformas, pacificamente, por leis do Congresso. Perguntado se admitia a possibilidade de uma luta armada para a obtenção destas reformas, na situação em que se encontrava o País antes de 31 de março e caso positivo, se se solidarizaria com ela, respondeu que não, que estava absolutamente certo de que o Congresso aprovaria as reformas.

Fonte: BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação Penal 99/64. Apelação STM 37,215.** BNM 046.

Brasília, 1964. Arquivo 1, p. 359-360. Disponível em:

https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_046/?BNM=046.

Documento 8: Fragmento do Inquérito Policial Militar contra Luiz Maranhão Filho (Parte 2)

Perguntado [Luiz Maranhão Filho] se participou de alguma reunião realizada nos autos da Casa Régio³⁷³ com a finalidade de debater formas de apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores (CTG) a João Goulart, respondeu que nos autos da Casa Régio, no seu segundo andar, possuía um escritório como advogado e deputado, e que lá não fizeram reuniões, porém recebeu as mais diversas pessoas para o trato de assuntos políticos ou de advocacia. Perguntado se nos assuntos tratados com essas pessoas que recebia cogitava de formas de apoio ao CTG ou a João Goulart, respondeu ser provável que sim. Perguntado com qual a finalidade da organização de base constituída no seu escritório com as pessoas que o procuravam, respondeu que no seu escritório não foi constituída nenhuma organização / mas que conhece essa denominação constando nos estatutos do Partido Comunista Brasileiro apresentados ao Tribunal Superior Eleitoral. Perguntado qual a finalidade dessa “organização de base”, respondeu que não pode explicar, mas que ela está explicada nos referidos estatutos. [...] Perguntado se esses assuntos abrangiam a questão da mudança de estrutura do país, respondeu que sim, citando as Reformas de Base. Perguntado qual a sua atuação em favor dessas reformas, respondeu que a sua melhor atuação foi desenvolvida na Assembleia Estadual, onde como deputado, pronunciou inúmeros discursos versando sobre tais reformas; que defendeu o ponto de vista de que a reforma agrária só seria possível com a mudança da Constituição a fim de permitir uma indenização das terras num prazo mais longo; que defendeu a manutenção da posse das terras pelos seus atuais meeiros, posseiros e arrendatários; que defendia a existência de um limite variável com a região de extensão da propriedade; que defendia também a reforma bancária, pois uma não poderia ser feita sem a outra, a fim de possibilitar a chegada do financiamento aos pequenos e médios agricultores; que para isso se fazia necessária a transformação do Banco do Brasil em Banco Central e a criação do Banco Rural com agências pelo interior; que apresentou um projeto para aproveitamento da Propriedade Estrela neste estado e criação de um Instituto Norte-Rio-Grandense de Reforma Agrária, provavelmente em 1961. Perguntado perguntado como encarava a denúncia de que os comunistas se achavam no governo com o senhor João Goulart, respondeu que a isso não deu crédito, pois conhecia as pessoas desse governo e via a inexistência de comunistas entre elas. Perguntado se na sua opinião o senhor João Goulart favorecia a atuação dos comunistas, respondeu que não, que via crescer no País um movimento de ação democrática no qual os comunistas tinham participação. Perguntado se a rebelião dos sargentos, em Brasília, o motim dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos e a reunião do Automóvel Club foram partes desse movimento da ação democrática, respondeu que não, que os considerou prejudiciais à ação democrática. Perguntado se desconhece a opinião favorável dos dirigentes do Partido Comunista, ou dos seus elementos de mais projeção, de apoio aos citados movimentos, respondeu que desconhece. Perguntado se, como comunista, atuava independentemente ou sob alguma orientação superior, respondeu que independentemente. Perguntado se todo comunista não tem obrigação de seguir uma orientação emanada da cúpula do Partido Comunista, respondeu que isso só acontecia se o Partido estivesse funcionando normalmente, o que não acontecia. [...] Perguntado se esteve com Francisco Julião no interior deste estado e, caso positivo, em cidade, respondeu que sim, em Mossoró. Perguntado qual a finalidade da sua ida a Mossoró, respondeu que lá fora assistir às comemorações do “30 de setembro” data da libertação dos escravos e que o seu encontro com Francisco Julião fora ocasional. Perguntado se nessa ocasião participara de alguma reunião em companhia de Francisco Julião, respondeu que sim, lembrando-se de uma concentração pública em uma praça daquela cidade.

Fonte: **BRASIL. Ministério Público Federal. Ação Penal 99/64. Apelação STM 37,215. BNM 046.**

Brasília, 1964. Arquivo 1, p. 362-364. Disponível em:

https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_046/?BNM=046.

³⁷³ Casa Regio S.A era uma grande loja de eletrodomésticas da cidade de Natal, cujo proprietário era Reginaldo Theofilo da Silva (1929-1999). Formado na primeira turma da Faculdade de Direito de Natal, Reginaldo também era contador. Desde que fundou a Casa Régio, em 1956, Reginaldo Theofilo tinha posições anticomunistas e assumiu vários cargos no empresariado (como presidente da Federação do Comércio de Natal entre 1965 e 1985), no poder público (presidente da Alcanorte) e na vida partidária (foi fundador e presidente da Arena no Rio Grande do Norte). Reginaldo foi um dos apoiadores da intervenção militar no Rio Grande do Norte em 1964. Portanto, é interessante observar que Luiz Maranhão escolheu seu escritório de trabalho, no prédio de propriedade de um empresário anticomunista.

Documento 9: Fragmento do Inquérito Policial Militar contra Luiz Maranhão Filho (Parte 3)

Perguntado [Luiz Maranhão Filho] qual a sua opinião sobre o voto do analfabeto, respondeu que favorável. Perguntado se participou do comício realizado no dia 13 de março [de 1964] do ano em curso, nesta Capital, em apoio a João Goulart e pelos, digo, pelas reformas de base, respondeu que assistiu o comício, tendo se retirado antes do seu término. Perguntado se estava de acordo com as teses defendidas pelo Senhor Leonel Brizola, respondeu que não. Perguntado o que sabe a respeito das atividades das Ligas Camponesas neste Estado, respondeu saber apenas que foi organizado um Conselho aqui em Natal, mas que não obtivera receptividade. Perguntado quais os organizadores desse Conselho os quais os seus membros, respondeu conhecer apenas o Deputado Estadual Floriano Bezerra, de quem foi colega na Assembleia Legislativa. Perguntado se concordava com as atividades dessas Ligas, respondeu que discordava. Perguntado se sentia a existência de um clima revolucionário no País, anteriormente a 31 de março do corrente ano, respondeu que não. Perguntado se tinha conhecimento de algum plano revolucionário em preparativos para ser efetivado no futuro, respondeu que não. Perguntado se tem fatos a alegar ou provas que justifiquem a sua inocência, respondeu que as suas atividades na Assembleia Legislativa, como deputado, e na vida política geral do Estado, são as alegações que tem para julgamentos da sua conduta. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado deu o encarregado deste inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado, com as testemunhas e comigo ROOSEVELT TOMÉ DA SILVA, Primeiro Tenente, servindo de Escrivão, que o mandei datilografar.

ÊNIO DE ALBUQUERQUE LACERDA – CAPITÃO
Encarregado do IPM [Inquérito Policial Militar]

LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO – Indiciado

JOSÉ CARLOS LEITE FILHO – CAPITÃO
Testemunha

JOSÉ FERNANDES DELGADO – CAPITÃO
Testemunha

ROOSEVELT TOMÉ DA SILVA- 1º TENENTE
servindo de escrivão

Fonte: BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação Penal 99/64. Apelação STM 37,215.** BNM 046. Brasília, 1964. Arquivo 1, p. 365-366. https://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/BNM_046/?BNM=046.

Documento 10: Parecer da Comissão Nacional da Verdade sobre Luiz Ignácio Maranhão Filho**Luiz Ignácio Maranhão Filho**

Filiação: Maria Salomé de Carvalho Maranhão e Luiz Ignácio Maranhão / DATA E LOCAL DE

NASCIMENTO: 25/1/1921, Natal (RN) / Atuação profissional: Advogado, jornalista e professor / Organização

Política: Partido Comunista Brasileiro (PCB) / Data e local da morte: Desaparecimento em 3/4/1974, São Paulo (SP)

Circunstâncias da Morte

Luiz Ignácio Maranhão Filho foi preso por agentes do Estado brasileiro no dia 3 de abril de 1974, na mesma ocasião em que João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, também ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Passados mais de quarenta anos, ainda não é possível apresentar uma versão definitiva para os eventos que culminaram no desaparecimento de Luiz Ignácio. Ele teria sido preso na capital paulista, em uma praça, por agentes policiais. O Estado brasileiro jamais reconheceu oficialmente a prisão desse militante do PCB, cujo nome passou a figurar em listas de desaparecidos políticos desde a década de 1970. Novos dados sobre o caso surgiram por meio de pesquisa promovida pela Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” (CEV-SP), que localizou documentação produzida pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Em documento de outubro de 1974, analistas daquele órgão de informação reconheceram a prisão e revelaram preocupação com a denúncia feita pelo PCB e pela esposa de Luiz Ignácio, Odete Maranhão, de que ele havia sido capturado pelos órgãos de repressão. O advogado contratado por Odete Maranhão, Aldo Lins e Silva, buscou informações em diversas delegacias, órgãos e repartições públicas e conseguiu marcar audiência com o general Ednardo D’Ávila de Mello, então comandante do II Exército, que lhe comunicou que havia procurado Erasmo Dias, então Secretário de Segurança Pública no estado de São Paulo, mas que não obtivera nenhuma informação. O general assegurou que Luiz Ignácio não estava sob responsabilidade de seus comandos. Em setembro de 1974, a esposa e familiares de outros membros do PCB desaparecidos, como David Capistrano, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, encaminharam carta ao presidente da República, exigindo o direito de serem julgados e de terem assistência jurídica. Em 1975, documento do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), ao analisar a campanha pela busca aos desaparecidos políticos, promovida por familiares de vítimas, destacou a informação de que alguns membros do Comitê Central do Partido Comunista estariam foragidos, entre eles Luiz Ignácio Maranhão Filho. Em 1977, no primeiro número do jornal Anistia! do Comitê 1o de Maio, o nome de Luiz Ignácio foi incluído entre aqueles que não tiveram a prisão reconhecida pelas autoridades e que estariam possivelmente mortos. Um ano depois, seu nome foi incluído em uma lista de mortos e desaparecidos políticos entregue por D. Paulo Evaristo Arns ao então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. Desde então, diversas versões sobre o paradeiro de Luiz Ignácio foram divulgadas. No dia 8 de abril de 1987, o ex-médico psiquiatra Amílcar Lobo revelou, em entrevista à revista IstoÉ, que presenciou sessão de tortura de Luiz Ignácio Maranhão Filho no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro (RJ). Alguns anos depois, Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento do Exército e ex-agente do DOI-CODI/SP, concedeu entrevista à revista Veja, publicada em 18 de novembro de 1992, em que revelou que Luiz Ignácio Maranhão Filho foi torturado e morto, com uma “injeção para matar cavalo”, num centro clandestino no Município de Itapevi (SP). A denúncia de Marival Chaves Dias insere a execução de Luiz Ignácio no contexto da “Operação Radar”, ação coordenada pelos órgãos da repressão com o intuito de desarticular o PCB e executar seus dirigentes. O corpo de Luiz Ignácio Maranhão teria sido atirado no Rio Novo ou na Represa de Jurumirim, no interior do estado de São Paulo, perto do município de Avaré. A Casa de Itapevi, localizada na estrada que liga Barueri a Itapevi, na região metropolitana de São Paulo, é apontada como centro clandestino utilizado pelo DOICODI do II Exército e pelo CIE para tortura e execução dos presos da “Operação Radar”. A Casa de Itapevi operou entre 1974 e 1975 sob comando do CODI-DOI do II Exército, tendo à frente o tenente-coronel de artilharia Audir Santos Maciel, o “Doutor Silva”. A casa teria sido arranjada pelo major André Pereira Leite Filho, o “Doutor Edgar” e, segundo depoimento de Marival Chaves à [Comissão Nacional da Verdade CNV, de 10 de maio de 2013, nela teriam sido mortos Luiz Ignácio Maranhão Filho, Hiran Pereira de Lima, Orlando da Rosa Silva Bonfim Júnior, João Massena Melo, Élson Costa, Itair José Veloso, Jayme Amorim Miranda e José Montenegro de Lima. Essa versão difere daquela apresentada pelo ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra que, em depoimento à CNV em 23 de julho de 2014, ii alegou que transportou o corpo de Luiz Ignácio Maranhão Filho da “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), para a usina Cambahyba, na região de Campos dos Goytacazes, norte do Rio de Janeiro. Ali, o corpo de do militante teria sido incinerado. iii Luiz Ignácio Maranhão Filho permanece desaparecido.

Conclusão da CNV

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Luiz Ignácio Maranhão Filho é desaparecido político brasileiro desde 3 de abril de 1974, após sua prisão por agentes do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964. Recomenda-se a retificação da Certidão de Óbito de Luiz Ignácio Maranhão Filho, assim como a continuidade das investigações para a localização de seus restos mortais e a identificação e a responsabilização de todos os envolvidos nas graves violações de direitos humanos a que foi submetido.

Fonte: Portal Memórias da Ditadura. Instituto Wladimir Herzog.

<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/luis-inacio-maranhao-filho> Acesso em: 20 set. 22.